

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção

Agrícola Familiar



Tese

**Processos de cooperação em assentamentos rurais do
Litoral Norte do estado de Alagoas**

Jakes Halan de Queiroz Costa

Pelotas, 2016

JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA

**Processos de cooperação em assentamentos rurais do
Litoral Norte do estado de Alagoas**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Agronomia.

Orientador: Prof. Doutor Flávio Sacco do Anjos

Coorientador: Prof. PhD Lúcio André de Oliveira Fernandes

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

C837p Costa, Jakes Halan de Queiroz

Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas / Jakes Halan de Queiroz Costa ; Flávio Sacco dos Anjos, orientador ; Lúcio André de Oliveira Fernandes, coorientador. – Pelotas, 2016.
286f. : il.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Reforma agrária. 2. Assentados. 3. Participação. 4. Capital social. I. Anjos, Flávio Sacco dos, orient. II. Fernandes, Lúcio André de Oliveira, coorient. III. Título.

CDD : 631.58

JAKES HALAN DE QUEIROZ COSTA

**Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado
de Alagoas**

Tese aprovada como requisito parcial, para obtenção do grau de Doutor em Agronomia, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 23 de agosto de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. PhD Lúcio André de Oliveira Fernandes (Presidente) (UFPEL)

PhD em Development Policy and Management pela University of Manchester

Profa. Dra. Patricia Rodrigues Chaves da Cunha (UFPEL)

Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Renato Santos de Souza (UFSM)

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Decio Souza Cotrim (UFPEL)

Doutor em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho
Aos meus pais (in memoriam),
Ao meu irmão (in memoriam) e
Ao meu sogro (in memoriam),
À minha esposa e aos meus filhos,
Aos meus orientadores,
Aos agricultores familiares assentados, indígenas e
quilombolas,
Aos seres que, ao longo da minha vida, me
acolheram e contribuíram para o meu ser e estar.

Agradecimentos

Aos componentes da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) pelo apoio conferido no transcorrer do curso. Gratidão ao Prof. Paulo da Cruz e a Marineide Almeida.

Aos que fazem a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) e a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), pela recepção, abrigo e aprendizagem;

Aos gestores e técnicos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) pelo apoio, incontestado e fundamental, conferido no decorrer do trabalho, especialmente ao Dr. César Aldrich, Lenilda Luna e Alessandra Costa;

A Débora Nunes e demais membros da diretoria local do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e a Franqueline Terto e componentes do Centro de Capacitação Zumbi, pelas ricas conversas levadas a cabo e pelo apoio concedido. Ao companheiro Edilson Temoteo, e demais técnicos da Assistência Técnica, pela recepção, apoio e convivência;

Aos professores que iluminaram a minha existência, como José Klinger S. Teixeira, Rogério Moura Pinheiro, Selma Rodrigues, Gilvando Sá Leitão Rios, José Raimundo Filho e Antonieta de Queiroz Costa.

Aos professores e funcionários do Departamento de Ciências Sociais e Agrárias (DCSA), da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM), da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), pela adoção e vivências enriquecedoras;

Aos coordenadores, professores e funcionários do PPG/SPAF/FAEM/UFPEL, pela convivência, experiências, aprendizagem, interações e relações construídas ao longo do tempo. Em particular, aos membros do Comitê de Orientação e aos com os quais trabalhei em diversas disciplinas cursadas (Professores: Antonio Jorge Amaral Bezerra; Carlos Rogerio Mauch; Flávio Sacco dos Anjos; Hélio Debli Casalinho; Lúcio André de Oliveira Fernandes e Nádia Velleda Caldas);

Aos membros das Bancas examinadoras da Qualificação e Tese, Professores Renato Santos de Souza, Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha e Decio Souza Cotrim, pelos olhares iluminados, sugestões e orientações;

Aos colegas, companheiros e amigos, por todos os momentos de minha estada em Pelotas/RS, particularmente a Alexandre Meyer, Alexandre Vilela, Claudio Becker, Fabiana Andersson, Felipe Soares, Fernanda Novo, Katia Gomes, Monica Machado, Norberto Andersson e Ângela Andersson, Patrícia Martins, Profa. Vera Saldanha e Arthur Fernandes, Professores Henrique e Regina, Quelly Almeida e Neimar, Rauny Oliveira, Sergio Castilho e Shirley Alttemburg;

Aos colegas, amigos e familiares pela animação e apoio nos últimos anos, especialmente a Tania Marta Santos, Ângela Rodrigues e Daniel Oliveira;

Aos meus irmãos, tia, cunhado(a)s, sobrinho(a)s e sogra pelas vivências cotidianas;

Ao companheiro e amigo Engenheiro Agrônomo José Antonio Ferreira de Assis, também responsável por abrir portas e caminhos no transcorrer de todas as etapas de campo;

Aos assentados entrevistados, cuja solicitude permitiu a realização deste trabalho;

Ao Prof. Flávio Sacco do Anjos, pelo altruísmo, pelos ensinamentos e pela acolhida;

Ao Professor Lúcio André de Oliveira Fernandes, pela abnegação, pelo amor à vida e ao próximo, pelas lições cotidianas, pelos exemplos de vida, pelos estímulos e provocações, por investir na orientação e pelo total acolhimento ao longo da caminhada;

À minha esposa Selma Farias Barbosa Costa, meus filhos Jaqueline Farias Barbosa Costa e André Luiz Farias Barbosa Costa, pelo apoio, dedicação, confiança, carinho e amor;

Ao Deus que habita o coração de cada um de nós e aos seus filhos, que ao longo da vida, me acolheram e ajudaram no caminhar.

*Se avexe não
toda caminhada começa
no primeiro passo
A natureza não tem pressa
segue seu compasso
Inexoravelmente chega lá
Se avexe não
Observe quem vai subindo a ladeira
Seja princesa ou seja lavadeira
pra ir mais alto vai ter que suar.*

(Música: A natureza das coisas, Acioly Neto)

*Os brutais simplificadores da modernidade podem reprimir ou
distorcer nossa capacidade de viver juntos, mas não eliminam
nem podem eliminar essa capacidade. Como animais sociais,
somos capazes de cooperar mais profundamente do que
imagina a atual ordem social.*

(SENNETT, 2012)

COSTA, Jakes Halan de Queiroz. **Processos de cooperação em assentamentos rurais do Litoral Norte do estado de Alagoas**. 2016. 286f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A tese em apreço apresenta estudo sobre as formas de cooperação vivenciadas por assentados em dois assentamentos rurais do litoral norte do estado de Alagoas. Busca-se problematizar a temática cooperação em relação com o capital social, procurando-se entender em que medida a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária, fortalece a cooperação e conseqüentemente o capital social entre os agricultores familiares assentados. As orientações metodológicas contemplaram técnicas e instrumentos qualitativos fazendo-se uso de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica, observações de campo, com registros em caderno de campo e entrevistas semiestruturadas, realizadas junto a assentados, a técnicos e gestores de organizações envolvidas com o processo de reforma agrária. A partir dos resultados se infere que a formação dos assentamentos rurais estudados, dadas as condições como o processo tem fluído, não tem contribuído para o fortalecimento da cooperação, tampouco, para aumentar o capital social disponível entre os atores sociais que vivenciam relações sociais, econômicas e culturais dinâmicas. As experiências e vivências nos acampamentos, marcadas por atividades de cooperação, não foram suficientes para transportá-las para os assentamentos. A assunção da cooperação no acampamento representava a possibilidade de sobrevivência, dadas as privações passadas durante o processo de luta para acesso ao lote, já nos assentamentos os assentados assumem a condição de proprietários rurais, de agricultores familiares, a posse da terra representa a possibilidade de viver com autonomia, de ter liberdade para poder decidir sobre o seu futuro. A decisão de cooperar vincula-se a circunstâncias de vida dos assentados, ligadas, via de regra, ao envolvimento em grupos e redes sociais em que sobressai o exercício de solidariedade, bem como o de reciprocidade, principalmente entre componentes de uma família do tipo extensa, que inclui, além dos componentes do núcleo familiar, os agregados e protegidos. Em que pese as orientações de mediadores (técnicos governamentais, lideranças dos movimentos sociais e assessores técnicos), ao longo do tempo, na direção da assunção de práticas de cooperação agrícola nos assentamentos rurais, observa-se uma resistência motivada por experiências negativas realizadas no passado em que normas e regras (re)construídas entre eles não foram observadas, geraram conflitos e tensões, reduzindo a confiança, comprometendo as redes sociais, não possibilitando o aumento de capital social nos assentamentos. Os exercícios de cooperação agrícola observados nos dois assentamentos se caracterizam como experiências de cooperação empresarial mercantil. A formação dos dois assentamentos não contribuiu para fortalecer a cooperação nem para ampliar o capital social entre assentados.

Palavras-chave: Reforma agrária; assentados; participação; capital social.

Abstract

COSTA, Jakes Halan de Queiroz. **Cooperation processes in rural settlements of the North Coast of the state of Alagoas**. 2016. 286f. Doctoral Thesis Graduate Program in Family Agricultural Production Systems. Federal University of Pelotas, Pelotas.

This thesis presents a study of the forms of cooperation experienced by settlers in two rural settlements in the northern coast of the state of Alagoas. The work aimed to discuss the thematic cooperation in relation to the social capital, seeking to understand how the formation of rural settlements of land reform strengthen cooperation and consequently the capital among family farmers settled. Methodological guidelines contemplated qualitative techniques and instruments, making use of documentary research, bibliographic research, field observations with records in diary and semi-structured interviews conducted with settlers, technicians and managers of organizations involved in the process of land reform. The results indicates that the formation of rural settlements, given the conditions and the process is fluid, has not contributed to the strengthening of cooperation, neither to increase the capital available among the social actors who experience social, economic and dynamic cultural. The experiences in the camps, marked by cooperation activities, were not enough to carry them to the settlements. The assumption of cooperation in the camp represented the chance of survival, given the past privations during the struggle for access to the lot, otherwise, since the settlers assume the condition of farmers, family farmers, land ownership is the possibility of live independently, free to decide their own future. The decision to cooperate is related to the life circumstances of the settlers, linked, as a rule, to the involvement in groups and social networks which stands the exercise of solidarity, as well as reciprocity, especially among components of extensive familys which includes, in addition to the components of the nuclear family, households and protected. Despite the guidelines of mediators (government experts, leaders of social movements and technical advisors), over time, towards the assumption of agricultural cooperation practices in rural settlements, there is a resistance motivated by negative experiences in the past, when rules and regulations (re) built between them weren't observed, fact that generated conflicts and tensions, reducing confidence, compromising social networks, not allowing the social capital increase in the settlements. The agricultural cooperation exercises observed in both settlements are characterized as commercial business cooperation experiences. The formation of the two settlements did not contribute to strengthen cooperation or to increase the capital of settlers.

Keywords: Land reform; settlers; participation; social capital.

Lista de Figuras

Figura 01	Categorias participantes das estruturas sociais dos assentamentos.....	072
-----------	--	-----

CAPÍTULO 01

Figura 01	Distribuição dos assentados entrevistados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero.....	084
Figura 02	Distribuição percentual dos titulares de lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por estado civil.....	084
Figura 03	Distribuição dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por composição do núcleo familiar.....	085
Figura 04	Distribuição percentual dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero.....	088
Figura 05	Distribuição percentual dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, de acordo com o estado civil.....	088
Figura 06	Percentual de assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso que estudavam, por faixa etária.....	093
Figura 07	Distribuição dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso, segundo a demanda por documentos.....	094
Figura 08	Distribuição percentual dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, conforme a ocupação principal.....	094
Figura 09	Produtos agrícolas cultivados nos lotes do PA Conceição.....	097
Figura 10	Produtos agrícolas cultivados nos lotes do PA São Frutuoso.....	097
Figura 11	Cultivos agrícolas em relação a área agrícola no PA Conceição..	099
Figura 12	Cultivos agrícolas em relação a área agrícola no PA São Frutuoso.....	099
Figura 13	Utilização de agrotóxicos nos PAs Conceição e São Frutuoso....	102
Figura 14	Utilização de adubação e/ou calagem nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	103
Figura 15	Manejo de insumos nos PAs Conceição e São Frutuoso (%)......	104
Figura 16	Tipo de mecanização usada nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	105

Figura 17	Uso de irrigação nos PAs Conceição e São Frutuoso (%).....	106
Figura 18	Potencial para irrigação nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	107
Figura 19	Disponibilidade de implementos agrícolas nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	107
Figura 20	Percentual de assentados que criavam animais de trabalho nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	109
Figura 21	Criação de animais de produção nos lotes dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	110
Figura 22	Destino dos produtos de origem vegetal dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	112
Figura 23	Destino dos produtos de origem animal dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	114
Figura 24	Principal fonte de crédito agrícola dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	115
Figura 25	Renda mensal da produção agropecuária de assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	115
Figura 26	Renda total mensal dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	117
Figura 27	Grau de instrução dos assentados titulares dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	118
Figura 28	Local de residência dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	119
Figura 29	Participação dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso em organizações.....	120
Figura 30	Opinião dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso sobre as moradias.....	121
Figura 31	Frequência de visitas de agentes de saúde aos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	122
Figura 32	Qualidade da água consumida conforme avaliação dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	122
Figura 33	Destino de dejetos nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	123
Figura 34	Destino dos resíduos sólidos nos PAs Conceição e São Frutuoso.....	125
Figura 35	Acesso a linhas de crédito instalação pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	129
Figura 36	Acesso a linhas de créditos agropecuários (PRONAF) pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	130
Figura 37	Acesso a outros programas governamentais pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.....	131

CAPÍTULO 05

Figura 01	O universo dos acampados.....	137
Figura 02	Distribuição de projetos de assentamentos por mesorregião, por movimento social, em Alagoas, em 2014.....	142

CAPÍTULO 06

Figura 01	Cooperação na organização/associações dos assentamentos...	167
Figura 02	Utilização dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por produção agrícola.....	186
Figura 03	Utilização dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por criação de animais.....	188
Figura 04	Cooperação na produção agrícola.....	189
Figura 05	Cooperação na comercialização da produção agrícola.....	213
Figura 06	Cooperação no cotidiano.....	234

Lista de Quadros

Quadro 01	Categorias de análise.....	080
-----------	----------------------------	-----

Lista de Tabelas

CAPÍTULO 04

Tabela 01	Tempo de homologação no PNRA de assentados no PA Conceição.....	082
Tabela 02	Tempo de homologação no PNRA de assentados no PA São Frutuoso.....	082
Tabela 03	Distribuição dos assentados titulares de lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero e faixa etária.....	086
Tabela 04	Distribuição dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero e faixa etária.....	089
Tabela 05	Distribuição percentual dos assentados do PA Conceição, segundo a faixa etária e escolaridade.....	090
Tabela 06	Distribuição percentual dos assentados do PA São Frutuoso, segundo a faixa etária e escolaridade.....	091

Lista de Siglas

ATES	Assessoria Técnica, Ambiental e Social
ATR	Açúcar Total Recuperável
CECA	Centro de Ciências Agrárias
CMMAD	Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CPA	Cooperativa de Produção Agropecuária
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CTPS	Carteira de Trabalho e Previdência Social
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
DCSA	Departamento de Ciências Sociais e Agrárias
FAEM	Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura Pesca e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTPS	Ministério de Trabalho e Previdência Social
MTTL	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PGPM	Programa de Garantia de Preços Mínimos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária

PPG-SPAF	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RB	Relação de Beneficiários
RG	Registro Geral
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFPel	Universidade Federal de Pelotas

Sumário

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Problema de Pesquisa	19
1.2 Questões Norteadoras	28
1.3 Objetivos	28
2 REVISÃO DE LITERATURA	30
2.1 Alguns estudos relevantes sobre assentamentos.....	30
2.2 Desenvolvimento.....	40
2.3 Cooperação.....	44
2.3.1 Cooperação e meio rural	47
2.3.2 Cooperação e assentamentos	51
2.4 Capital social	56
3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	66
3.1 A abordagem	66
3.2 Roteiro da pesquisa	69
3.3 Técnicas utilizadas	72
4 OS ASSENTAMENTOS CONCEIÇÃO E SÃO FRUTUOSO	81
4.1 Os titulares dos lotes	83
4.2 O conjunto de assentados	87
4.3 A produção agrícola	96
4.4 O uso de tecnologias	101
4.5 A criação de animais	109
4.6 Aspectos sobre a renda	112
4.7 Aspectos sociais	118
4.8 Aspectos ambientais	125
4.9 Acesso a políticas públicas	129
4.10 Considerações Finais	135
5 OS ASSENTADOS	136
5.1 Os assentados e experiências anteriores	136
5.2 Participação inicial dos assentados nos assentamentos	153
5.3 Considerações Finais.....	163
6 AS PRÁTICAS DE COOPERAÇÃO NOS ASSENTAMENTOS	164
6.1 A cooperação nas associações	164

6.2 A cooperação na produção agrícola	186
6.2.1 A cooperação na produção de cana-de-açúcar	190
6.2.2 A cooperação na produção de mandioca	197
6.2.2.1 A cooperação nas casas de farinha	205
6.2.3 A cooperação nas demais culturas agrícolas	207
6.3 A cooperação na comercialização agrícola	212
6.3.1 A cooperação na comercialização da cana-de-açúcar	214
6.3.2 A cooperação na comercialização dos demais produtos agrícolas	218
6.4 Cooperação no cotidiano dos assentados	234
6.5 Considerações Finais.....	237
7 AS CONDIÇÕES PARA COOPERAR NOS ASSENTAMENTOS	238
7.1 Sobre os assentados e experiências anteriores	238
7.2 Sobre a participação inicial dos assentados nos assentamentos	243
7.3 Sobre a cooperação nas associações	247
7.4 Sobre a cooperação na produção e na comercialização da produção agrícola	255
7.5 Sobre a cooperação no dia a dia dos assentados	259
7.6 Sobre alguns elementos do capital social nos assentamentos	261
7.7 Considerações Finais.....	268
CONCLUSÕES	269
REFERÊNCIAS	273

Introdução

O tema cooperação tem prendido a nossa atenção (eterno aprendiz), ao longo da sua trajetória de vida pessoal e profissional. Algumas passagens foram marcantes e vez por outra se acentuaram e instigaram mais profundamente o aprendiz a procurar compreender questões diversas que fazem parte do cotidiano. Já nos idos dos anos de 1980, ao percorrer a maior parte dos municípios alagoanos, envolvido como entrevistador em pesquisa realizada pela Coordenação Estadual de Planejamento Agrícola do Estado de Alagoas, vinculada à Secretaria de Agricultura do Estado de Alagoas, sobre perfil dos produtores rurais, produção e comercialização agropecuária e tamanho das famílias rurais no estado de Alagoas, a inquietação fluía ao observar que, em que pese uma série de medidas governamentais, via programas e projetos diversos, nas esferas federal e estadual, a participação de pequenos produtores rurais em experiências cooperativas agropecuárias era tênue e parcela dos pequenos produtores rurais filiados a cooperativas agropecuárias em Alagoas, apresentavam mais questionamentos e reclamações que satisfação por estarem participando de experiências formais de cooperação.

Durante o período de participação no programa de mestrado, já vinculado à Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como professor no Centro de Ciências Agrárias (CECA), emerge fortemente a preocupação com a cooperação e, particularmente, com a participação de produtores rurais nos processos de comercialização levados a cabo por cooperativa de prestação de serviços agropecuários no estado de Alagoas localizada no sertão alagoano, quando se percebe, também ali, a mesma fragilidade e a dependência de pequenos produtores rurais filiados a cooperativas nordestinas, a tradicionais grupos que historicamente

controlavam o cenário e viabilizavam a permanente (re)construção de estruturas econômicas, políticas e sociais de dominação.

Na última década diversas foram as incursões, colaborando com colegas docentes em experiências de pesquisa realizadas no Litoral Norte de Alagoas, vivências em que se observou que questões pertinentes à cooperação passaram a ser recorrentes, notadamente tendo como cenário os variados projetos de assentamentos rurais localizados na aludida área, dadas as condições de vida dos assentados e familiares e as (im)possibilidades futuras, consoante os capitais recebidos por eles ao chegarem nos assentamentos, aliado aos capitais (econômico, político, social e cultural) que cada assentado trouxe, em que pese os esforços dos representantes governamentais e dos movimentos sociais envolvidos no processo de reforma agrária.

As indicações eram de que a cooperação vivenciada nos acampamentos não foi objeto de transplante nos assentamentos rurais de reforma agrária apoiados e bancados pelo Governo Federal em Alagoas, conforme fora sonhado e desenhado por dirigentes dos movimentos sociais em nível nacional, em que o cooperativismo de produção agrícola, na acepção da palavra, significaria o instrumento de transformação e mudança social. Assentados e familiares agora assumem novo status social, conseqüentemente, também novos papéis na sociedade, novas relações sociais, nas mais variadas esferas.

Neste novo cenário, conforme a percepção dos assentados, eles passam a tomar decisões dantes não experimentadas até porque, a partir de então, assumem novas identidades; são assentados, são proprietários rurais, são produtores rurais, são agricultores familiares. Se envolvem e são envolvidos com e por um novo modo de vida, um universo sonhado, perseguido por muitos deles durante vários anos nos inúmeros acampamentos. É neste “não tão” novo mundo, em que impera uma lógica fundamentada na individualização dos seres humanos na sociedade, em que concorrência e competição soam mais alto que a cooperação, embora a maior parte das ações encetadas no modelo capitalista esteja centrada na cooperação, cooperação mercantil, por certo, que cada assentado passa a vivenciar um novo modo de viver – cuja escola ou espaço de aprendizagem é, simplesmente, o viver.

Considera-se que os assentamentos rurais, cada vez mais, se apresentam como importantes produtores de alimentos em Alagoas, importância que tende a crescer tendo em vista as mudanças que estão ocorrendo em função da crise no setor

sucrialcooleiro alagoano, ensejando a possibilidade de aumento de áreas destinadas à diversificação de culturas agrícolas, ocupadas pela cultura da cana em assentamentos rurais alagoanos. Então, se faz necessário compreender melhor as relações sociais vivenciadas em tais espaços pelos diversos atores sociais, bem como manter o debate sobre tais interações que contribuem para o desenvolvimento dos assentamentos rurais e da sociedade.

Desta maneira, inicialmente, na primeira parte da tese, se disponibiliza uma apresentação do trabalho, englobando o problema de pesquisa, as questões norteadoras e os objetivos estabelecidos. No segundo bloco se encontra a revisão de literatura, abordando conceitos como desenvolvimento, cooperação e capital social, que servem de base e se inter-relacionam com a questão da cooperação em assentamentos rurais. No bloco seguinte são expostas as orientações metodológicas que contribuíram para o desenho, planejamento e execução da pesquisa e desta tese.

A segunda parte da tese contempla os resultados obtidos com base, fundamentalmente, na pesquisa de campo, que apresentados em quatro capítulos, assim distribuídos. No primeiro capítulo se procura fornecer uma visão geral dos dois assentamentos rurais pesquisados dando a conhecer o perfil sócio econômico dos assentados bem como, aspectos diversos dos espaços estudados, fornecendo características dos projetos de assentamentos. No segundo capítulo, os assentados dos projetos de assentamentos estudados representam o alvo de preocupação e o intento é levantar as experiências de trabalho e as trajetórias de vida dos assentados, como também a participação inicial deles na condição de assentados. Já no terceiro capítulo o esforço foi na direção de identificar e expor as práticas de cooperação vivenciadas no cotidiano pelos assentados que contribuíram com a pesquisa. No quarto capítulo, o desafio foi levantar as condições para os assentados cooperarem nos assentamentos em apreço. Por fim, são apresentadas as conclusões, a partir do exposto nos blocos e capítulos anteriores.

1.1 Problema de pesquisa

A partir de meados do século XX, segundo Ricciardi e Lemos (2000), o mundo vivencia uma série de mudanças, com economia globalizada:

A novidade no cenário é que o capital internacional descobriu que graças ao fabuloso desenvolvimento das comunicações, poderia obter melhores resultados pela especulação financeira do que pela aplicação de recursos em empreendimentos produtivos, e o capital, nas asas das tecnologias, ganhou volatilidade e assumiu-se como terrível predador. (RICCIARDI; LEMOS p.22).

Já no início do século XXI, o aumento da desigualdade no mundo em consequência da globalização, passa a ser objeto de preocupação nos debates internacionais. Segundo Sen (2010: p.9), “vivemos em um mundo de privação, destituição e opressão extraordinárias”, são situações globalizadas, observadas em indistintos países, quer sejam ricos ou pobres. O autor advoga a ideia de que a superação dos problemas seria uma “parte central do processo de desenvolvimento” (p.9) e coloca a expansão da liberdade como elemento fundamental para o desenvolvimento.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados opressivos (SEN, 2010: p.17).

Segundo Sen (2010), para se analisar o desenvolvimento é preciso ter uma compreensão integrada dos papéis das diversas instituições sociais envolvidas e suas respectivas interações, englobando as vinculadas ao mercado, aos poderes executivo, legislativo e judiciário, às organizações não governamentais, mídia, comunidade em geral etc.

Analisando as características da sociedade atual, Bauman (2001) afirma que a sociedade deixou de conviver em um ambiente de modernidade sólida, cujo centro de preocupação era a produção, para a modernidade líquida, marcada pelo consumismo, ou “dominada pela estética do consumo” (BAUMAN 2001: p. 200), baseada em uma satisfação interminável, bancada pelo “crédito”, que gera dependências (BAUMAN, 2010: p. 24) e amplia os ganhos dos agentes econômicos. Neste cenário característico do capitalismo, o Estado e o mercado, segundo Bauman (2010), cooperam entre si, as políticas públicas são construídas e conduzidas conforme o interesse dos mercados (p. 31).

Para o citado autor, “a sociedade moderna existe em sua atividade incessante de “individualização”, assim como as atividades dos indivíduos consistem na reformulação e renegociação diárias da rede de entrelaçamentos chamada “sociedade”. Então, a individualização está sempre mudando, assumindo formas em

cada momento histórico: “falar de individualização e de modernidade é falar de uma e da mesma condição social” (BAUMAN, 2001: p.45). Neste cenário geral, a individualização e a modernização tendem a resultar no “enfraquecimento e decomposição dos laços humanos, das comunidades e das parcerias”. (p.204). A falta de confiança é cada vez mais marcante: falta de confiança das pessoas em si mesmas, falta de confiança nos outros e falta de confiança nas instituições existentes na sociedade. Isto pode indicar comprometimento da geração de práticas de cooperação que poderiam contribuir para um desenvolvimento mais sustentável.

Se por um lado o consumo é uma atividade solitária, por outro lado a produção requer a cooperação, quer seja demandando o uso da força muscular ou demandando habilidades especializadas, envolvendo mais de uma pessoa. Sem cooperação não há produto. Contudo, não se pode esquecer que no cotidiano, termos como competição e concorrência são apresentados, recorrentemente, pela mídia, como componentes de um estilo de vida moderno, como novos critérios de sociabilidade. Conforme Abdalla (2002), para quem

Agora, mais do que nunca, o ser humano é colocado em uma luta fratricida pela sobrevivência, submetendo todo e qualquer critério de relação social e humanitária, em todos os seus aspectos, ao princípio da competição. (ABDALLA, 2002: p.40).

Para Bauman (2010), tanto em outros lugares quanto no Brasil, “a competição está cada vez mais individualizada” (p. 77), sendo guiada por uma preocupação crescente com a sobrevivência física e pelo poder de escolha individual.

Consoante Ricciardi e Lemos (2000), em relação aos países em desenvolvimento, há uma luz no fim do túnel para resolver os problemas decorrentes do capitalismo, e essa luz seria a cooperativa. O cooperativismo representaria a alternativa ao capitalismo. Embora isto possa ser verdade para os aludidos autores, entendemos, diferentemente, que ela seria uma das alternativas possíveis dentre outras a serem construídas pela população ao longo da história da humanidade. A crença é na direção de diversos processos de cooperação que emergem ou se adequem a cada situação objeto de tal demanda. Para Abdalla (2002), a essência da economia de mercado é contraditória com as cooperativas. Para o referido autor

A concretização de experiências de produção cooperativada deve ser compreendida como um fenômeno histórico e concreto que pressionará a mudança no eixo fundamentador da economia e de nossa intervenção no mundo. (ABDALLA, 2002: p.119).

Para Abdalla (2002) há uma necessidade de buscar uma nova racionalidade, baseada no princípio da cooperação. Para o referido autor, existe uma racionalidade burguesa cujo eixo central é o princípio determinante das relações entre seres humanos e entre estes e a natureza que é a troca, a troca competitiva, cuja meta final é o ganho. Dessas relações sociais se estabelecem a concentração de riquezas e a exploração. A proposta seria de mudança para uma racionalidade fundada na ética da cooperação, numa situação em que as relações entre indivíduo e coletividade não se daria pela imposição de um elemento sobre o outro: nem o coletivo sobre o indivíduo e nem o indivíduo sobre a coletividade (p.122).

Segundo Sennett (2012), "a sociedade moderna debilitou a cooperação à sua maneira" (p.17). A mais direta e visível diz respeito à desigualdade entre as pessoas, tanto nas sociedades em desenvolvimento, quanto nas sociedades desenvolvidas, que pode ser visualizada pelo Índice de Gini. (p. 18). Outro ponto citado por Sennett (2012) se refere ao fato de que mudanças modernas na esfera do trabalho debilitaram o desejo e a capacidade de cooperar com os que diferem. Alude que toda organização moderna seria favorável à cooperação. Contudo, na *práxis*, a cooperação termina sendo inibida pela estrutura das organizações modernas e cita o isolamento de indivíduos e departamentos, pessoas e grupos que pouco interagem e que retêm informações importantes para os outros, bem como o tempo em que pessoas trabalham juntas. (p.18). Cita ainda a homogeneização cultural, presente no vestuário, na alimentação rápida, na música popular, que caracteriza uma relação globalizada e interminável (p. 19). Em resumo, ele considera os motivos materiais, institucionais e culturais acima citados. A partir daí, constrói a ideia de que a sociedade moderna está "desabilitando" as pessoas da prática da cooperação. (p.19). Em que pese as dificuldades reinantes na sociedade, e até em função delas, o autor explora a ideia de que a cooperação, num determinado contexto histórico, tem sido moldada, podendo ser debilitada ou fortalecida e ressalta que na sociedade moderna surge "um eu a-cooperativo, despreparado para lidar com a complexidade e a diferença" (p.45), que carece de ser habilitado para cooperar.

Podemos afirmar que, historicamente, nos países em desenvolvimento, a recomendação de expandir o uso de formas de cooperação (associações, cooperativas, dentre outras) tem sido uma constante. No Brasil, especificamente, programas governamentais têm procurado promover a divulgação e utilização de formas de cooperação como ferramentas para atingir o desenvolvimento almejado,

tentando viabilizar suas políticas públicas, notadamente em relação ao meio rural e, particularmente, em programas de reforma agrária. Espera-se, com isso, melhorar a situação econômica, social e cultural da população alvo que dispõe de recursos de possibilidades limitadas. A cooperação, através das suas diversas formas de realização ou organização, é considerada como alavanca do desenvolvimento dos assentamentos rurais.

Observa-se a construção e propagação de uma ideia de que o desenvolvimento sustentável nos assentamentos rurais tem relação direta com a utilização de formas de cooperação no cotidiano dos agricultores familiares assentados, vinculando a produção à criação, em particular, de associações e/ou cooperativas, como se a simples existência de tais organizações representassem a solução de todos os problemas. Como afirmam Norder e Bergamasco (1996), as interpretações sobre assentamentos carregam concepções sobre reforma agrária, desenvolvimento agrícola e sobre a própria sociedade.

Uma rápida incursão sobre o processo de evolução histórica da cooperação na região Nordeste, permitirá perceber um movimento onde pequenos grupos se organizam para buscar soluções para o desemprego, a fome, a miséria ou para a organização de comercialização da produção, viabilizadas com o apoio de algumas organizações não governamentais. A percepção é de que a cooperação que se desenvolve no contexto nacional se direciona para o desenvolvimento econômico e comunitário, atrelada à dimensão econômica da globalização.

No modo de produção capitalista hegemônico, as alternativas que se apresentam, a exemplo de diversas formas de cooperação (associações, cooperativas etc.), sofrem pressões e até interferências. Tais formas seriam, em tese, uma solução para pessoas e situações. Se bem estruturadas e integradas serão eficientes. Entretanto, há interferências do Estado nos níveis jurídico (a legislação não é feita pelos maiores interessados), político (o Estado interfere para sua legitimação ou proveito) e ideológico (uso de meios de comunicação).

A organização de formas cooperativas e associativas tem sido uma das alternativas para os assentados, uma vez que elas permitem desenvolver a diversificação da produção, ocupando um maior número de pessoas, bem como juntar a produção do grupo para comercialização em conjunto (Souza, 2006).

A “lógica de cooperação” pode incorporar diferentes formas de racionalidade, num processo em que diferentes individualidades entram em relação, podendo

conviver lado a lado competição e solidariedade, numa demonstração de que, como toda categoria histórica, a “lógica de cooperação” não tem desfechos programados (SANTOS, 2005).

A maior parte das experiências cooperativas e/ou coletivas experimentadas nos assentamentos rurais, quer através dos modelos estatais, ou de outras organizações, apresentaram pouco sucesso, criando paradigmas para os trabalhadores pautados pelas relações de competição, pela atribuição da impossibilidade de construção de novas formas de relações, coibidas pelas influencias relacionadas com o capital (SANTOS, 2005, p.5).

Agrega-se o fato de que há um arranjo cooperativo no imaginário da organização do movimento social que não é o arranjo presente no imaginário dos trabalhadores, os quais são movidos pela busca de uma “vida mais digna, melhor do que a vivida em outro lugar” (SOUZA, 2006).

O tempo e a vivência no assentamento, somados ao enfrentamento das controvérsias na política e na economia, geram a revisão de valores, e atitudes dos assentados. É uma realidade em constante movimento (SOUZA, 2006).

Desenvolvimento e cooperação fazem parte de um mesmo foco de preocupação, processos que se inter cruzam e até se apoiam, se contradizem, se negam, em uma sociedade cujos resultados, conforme leitura e discurso de diversos atores sociais devem ocorrer de tal forma que permita às pessoas usufruírem de uma vida digna. A cooperação se apresenta como instrumento, ferramenta para o desenvolvimento. Desenvolvendo ações cooperativas os assentados conseguiriam atenuar, equacionar e até resolver problemas pertinentes aos diversos enfrentamentos que lhes ocorrem ao longo da vida, em espaços normalmente entregues sem a infraestrutura mínima para a sua reprodução enquanto agricultor familiar, num ambiente altamente concorrido, modelo de economia de mercado, com ações movidas pela lógica da competição. A cooperação surge, pois, pelas mãos de agentes de desenvolvimento vinculados ao aparelho estatal, organizações não governamentais etc., como a alternativa para organização da produção, da comercialização, da vida em assentamentos, contrapondo-se à competição. Em várias ocasiões é apresentada como a solução para os males que afligem certas comunidades rurais, uma panaceia, como bem coloca Rios (1987) em relação às cooperativas brasileiras.

A cooperação assume papel contraditório em relação aos seus princípios, passa a ser a contraposição à competição. É preciso juntar pessoas para enfrentar o

outro, ou os outros. O desenvolvimento depende desta cooperação. Cooperação embasada em valores como solidariedade, ajuda mútua, transparência, humildade, liberdade, democracia e honestidade. Competição que se apresenta como eixo fundamental da racionalidade do modelo vigente. Cooperar, aqui significa mudar o eixo ou reproduzir uma lógica que tem a cooperação como ferramenta útil ao modelo vigente, de acordo com a própria racionalidade que se pretende hegemônica.

A interação via ação coletiva contribui para melhorar a qualidade de vida das pessoas na sociedade. O cooperar corresponderia a um agir junto com outros, em prol de objetivos comuns, objetivando a eficiência (ABBADE, 2010). Situação em que as relações de confiança e de cooperação servem como base para tais ações. Com base em Putnam (2006) se infere que a cooperação seria promovida a partir de relações de confiança cultivadas entre atores sociais.

Segundo Franco (2001), o exercício de confiança leva os atores sociais à cooperação e favorece a formação de estoque de capital social. Capital social que, de acordo com Coleman (1990), possibilita atingir objetivos que sem ele seriam inatingíveis. O comportamento cooperativo seria possibilitado, conforme Aun, Carvalho e Kroeff (2005), tendo em vista a presença de capital social entre os atores sociais.

Segundo Gomes (2005), a “existência de grupos e redes formais e informais; as relações de confiança mútua; presença de normas e sanções”, entre outras, seriam relações geradoras de capital social. O capital social compreenderia um conjunto de relações sociais (COLEMAN, 1990) cujo estoque depende da existência de confiança e cooperação (PUTNAM, 2006).

Ligados ao tema cooperação estão conceitos como confiança e regras, considerando-se as visões de Bourdieu (1980) e Coleman (1990) que, aliados à participação cívica das pessoas, passam a ser componentes do conceito de capital social. Segundo Matos (2009), tal conceito e suas relações com práticas sociais, redes sociais, confiança e normas e valores compartilhados na sociedade têm provocado diversas reflexões, tentando-se a partir daí construir princípio explicativo para alguns fenômenos sociais. Conforme Araujo (2003), Putnam trabalha capital social a partir de elementos como confiança, normas, cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica, que estão inter-relacionados. Tais exercícios fariam com que as pessoas pudessem cooperar, encetaria a ajuda mútua, o zelo pelo bem público e gerar sua prosperidade na sociedade (ARAUJO, 2003).

O capital social seria a argamassa que protege o contato entre organizações e as vincula aos cidadãos para a produção do bem comum, aquele que manifesta a

“capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAUJO, 2003, p.10).

Então, tratar da cooperação nos assentamentos rurais implicaria em conferir um olhar aos elementos componentes do capital social presentes em tais espaços tendo em vista a importância de ambos no processo de desenvolvimento dos aludidos projetos de assentamento.

A cooperação nos assentamentos rurais, ao longo do tempo, tem sido objeto de diversos questionamentos, principalmente os referentes às formas coletivas de produção e, mais recentemente, as correspondentes às cooperativas de produção e comercialização da produção, formulados por Souza, 2006; Costa e Fernandes, 2013; Leite et al, 2004; Scopinho, 2007; França, 2011, dentre outros. Tais experiências de cooperação trazem consigo as possibilidades e dificuldades inerentes a qualquer experiência vivenciada por um grupo de pessoas que têm no mínimo um objetivo em comum, e que se aplicam a um determinado território, trazendo cada uma as suas vivências, histórias de vida, sonhos, desejos, aspirações e formas de ver e encarar a realidade – agora numa nova realidade. São construções e imaginários próprios, nas dimensões econômica, política, social, cultural e ética que se relacionam com um novo espaço, contendo novos atores sociais, num processo em que cada um necessita conquistar a sua soberania, autonomia e liberdade.

Cooperar implica em uma nova relação a ser construída, em que cada um abre mão de parte do seu interesse individual, disponibilizando o que possui – a força de trabalho, por exemplo, na perspectiva de que em conjunto se consiga alcançar um resultado positivo para os participantes da experiência. É somar em prol dos seus objetivos/benefícios, mesmo que não imediatos. Confiança e solidariedade são pontos básicos, são as chaves para o cooperar. Diferentemente da cooperação em uma empresa, em que as normas e regras de ação estão previamente estabelecidas pelos proprietários dos meios de produção, em que o trabalhador coopera conforme a planta de produção e consoante a sua capacitação, nos assentamentos os assentados vivenciam outra experiência, vez que eles são os proprietários de tais meios de produção e, em face ao arranjo construído – com a participação de vários atores sociais- culmina com contexto diferenciado. Contexto em que os assentados são, na

maioria das vezes, provocados, induzidos a adotarem ferramentas de cooperação que não lhes interessa, uma vez que no imaginário deles são os proprietários das terras, cabendo a cada um desenvolver os processos de tomada de decisão em seus respectivos lotes, após anos de luta e vivência em acampamentos.

A cooperação, na essência, neste caso, não flui de uma necessidade sentida pelo grupo, corresponde à tentativa de execução de uma visão de mundo idealizada pelas lideranças dos movimentos e outros mediadores sociais como agentes de desenvolvimento, pesquisadores etc. É a negação da sua liberdade, da sua capacidade de ler o mundo e tomar decisões. É a invasão da propriedade individual, do “ser” assentado, que indubitavelmente, tende a querer reproduzir, em seu lote, suas experiências, sonhos... São interesses diferenciados em jogo, num espaço de lutas em que nem sempre os assentados dispõem de capital (econômico, financeiro, social, cultural) suficiente para concretizar o que almejam, num ambiente altamente concorrencial, em que os interesses comuns dos diversos atores sociais envolvidos nos processos de reforma agrária nem sempre coincidem com os interesses individuais dos mesmos.

A cooperação se apresenta como uma ferramenta de conquista cujo ponto de liga ou de afastamento é o interesse pessoal, até mesmo porque existe a convicção de que sozinho não galgariam o desejado. Os exercícios coletivos nos acampamentos, por si só, não garantem o uso deste coletivo no assentamento. O cooperar no assentamento pode ser objeto de resistências ou negação dado que, embora seja positivo, por vezes desmobiliza pessoas, pois implica na adoção de atitudes e comportamentos em relação a tomadas de decisão que, no imaginário dos assentados, são inteiramente da alçada de cada um deles enquanto proprietário da terra e dos meios de produção em conquista. Decidir no coletivo é abrir mão da sua capacidade exclusiva de decidir. Contudo, não se pode esquecer que no cotidiano são viabilizadas algumas formas de cooperação informal, às vezes não perceptíveis num primeiro olhar, notadamente aquelas que não estão vinculadas à produção agrícola, mas que, certamente, servem como cimento para a concretização de outras experiências coletivas.

Para este estudo, considerando-se que experiências de formas de cooperação (associações, cooperativas etc.) em assentamentos rurais de reforma agrária são objeto de resistência por parte de agricultores familiares assentados em assentamentos rurais no estado de Alagoas, que tais resistências terminam

desmobilizando os assentados, culminando por emperrar o processo de desenvolvimento dos assentamentos, tomou-se como problema de pesquisa a seguinte questão: **Em que medida a formação de assentamentos rurais de reforma agrária fortalece a cooperação e conseqüentemente o capital social entre os agricultores?**

1.2 Questões Norteadoras

As questões abaixo sintetizam ideias que se desdobram em outras interrogações que estão implícitas nestas, a serem trabalhadas posteriormente.

- a) As ações e práticas desenvolvidas pelos assentados evidenciam processos de cooperação nos assentamentos?
- b) Há entraves à participação dos assentados nos processos de cooperação nos assentamentos? Em caso positivo, quais seriam os entraves?
- c) Há elementos de estímulo dos assentados que convergem para a cooperação nos assentamentos? Em caso positivo, quais seriam os elementos?
- d) Quais os conflitos resultantes da interação entre elementos de estímulo e elementos de entraves nos processos de cooperação nos assentamentos?

1.3 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é identificar e analisar os processos de cooperação em assentamentos rurais localizados no Litoral Norte do estado de Alagoas.

A partir do objetivo geral foram derivados os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar a existência de tipos e formas de cooperação;
- b) Determinar os atores envolvidos nos processos de cooperação e seus respectivos papéis;

- c) Observar os entraves à participação e os estímulos a participar nos processos de cooperação;
- d) Identificar a ocorrência de convergência entre cooperação, elementos de vida dos assentados e processos produtivos.
- e) Levantar a existência de capital social nos assentamentos a partir da participação dos assentados em atividades nos assentamentos e em situações de cooperação.

2 Revisão de Literatura

Esta seção está repartida em quatro blocos diversos visando a apresentar o tema central objeto de preocupação neste trabalho – a cooperação -, notadamente em relação aos processos de cooperação observados em assentamentos rurais. No primeiro momento se procura apresentar alguns estudos envolvendo a temática trabalhada. Em seguida, algumas contribuições concernentes aos conceitos de desenvolvimento, cooperação e capital social, que apresentam uma relação direta com o objeto da pesquisa - a cooperação – e se inter-relacionam com o mesmo. Serão apresentados alguns conceitos, na expectativa de, que possam contribuir para a fundamentação das questões norteadoras que serviram de guia para a seleção e análise dos dados deste trabalho.

2.1 Alguns estudos relevantes sobre assentamentos

Cabe registrar que não se pretende inventariar pesquisas sobre cooperação e assentamentos de reforma agrária no Brasil. O conteúdo foi inserido considerando o enfoque básico deste trabalho, o problema da cooperação nos assentamentos e, na expectativa de que os estudos escolhidos sejam significativos em relação a abordagem teórica quanto em relação a realidade nacional embora saiba, de antemão, das limitações existentes.

O tema desenvolvimento rural sustentável tem suscitado um infindável debate conceitual no transcorrer das últimas décadas. Segundo a Comissão Mundial sobre o

Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1998), desenvolvimento sustentável corresponde a um desenvolvimento que é capaz de garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas. Adota-se, neste trabalho, a construção elaborada por Sen (2000, p.10), para quem o “desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Cabe registrar que dentre as contribuições mais relevantes do interminável debate se destacam as de Herman Daly (2005), Celso Furtado (1974), Amartya Sen (2000), Ignacy Sachs (2008) e Veiga (2010), bem como os trabalhos de Leff (2010), Romeiro (2001), Scotto; Carvalho; Guimarães (2010), Veiga e Zatz (2008) dentre outros.

A questão agrária, para França (2011), é crucial para a sociedade brasileira, uma vez que só por meio de sua consolidação é que o povo brasileiro poderá superar a pobreza e a miséria, assim como avançar no processo de consolidação da democracia.

No Brasil, dois grandes modelos podem ser identificados no processo de desenvolvimento rural: o dos agricultores que desenvolvem a denominada agricultura empresarial, tradicionalmente dirigida para o agronegócio, apoiada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o dos que compõem a categoria dos agricultores familiares, incluindo-se os agricultores que exploram lotes em assentamentos de reforma agrária. O termo assentamento, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, unifica e, muitas vezes, encobre diferentes ações como a compra de terras ou a desapropriação de imóveis rurais, envolvendo trabalhadores demandantes de terra, suas entidades de representação e muitos outros atores (públicos e privados) determinantes na sua conformação (LEITE; MEDEIROS, 2004).

No estado de Alagoas a realidade se desdobra em dois grandes modelos ou padrões, de um lado, a agroindústria canavieira, de outro, a produção de alimentos via pequenos produtores rurais - agricultores familiares ou assentados (AQUATRIX, 2008; SEPLANDE, 2011; OLIVEIRA, 2007).

O estado de Alagoas, além de produzir pouca riqueza, possui uma renda mal distribuída, excluindo do mercado consumidor interno parcela majoritária da população (CARVALHO, 2010). Oliveira e Barros (2010) afirmam que mais da metade da população vivia abaixo da linha de pobreza. Carvalho (2010) assevera que na área

rural, a ausência de um universo de pequenas unidades produtivas com acesso ao crédito, assistência técnica e facilidade na comercialização implica a falta de uma produção que atenda ao abastecimento alimentar e à diversificação das agroindústrias. Registra, ainda, que a experiência alagoana de reforma agrária, concretizada no assentamento de milhares de famílias, ainda não criou um espaço significativo capaz de servir de alternativa ao modelo agrário tradicional (CARVALHO, 2010).

Trabalho realizado por Bezerra (2012) registra que o estado de Alagoas, nas últimas décadas, tem despontado como um dos estados brasileiros com número significativo de Assentamentos Rurais vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). No entanto, as políticas agrárias realizadas pelo Estado brasileiro, com a intenção de emancipar produtores rurais assentados, têm alimentado o ciclo da pobreza.

De acordo com dados levantados em 2011 pelo MDA/INCRA (2012), o estado de Alagoas conta com 164 projetos de assentamento sob a tutela do aludido órgão, ocupando uma área total de 98.845,17 hectares, assim distribuídos por mesorregião do estado: a mesorregião do Sertão alagoano, com 22.699,58 ha, engloba 9 municípios e 37 assentamentos; a mesorregião do Leste alagoano, com 62.053,78 ha, engloba 26 municípios e 108 assentamentos; e a mesorregião do Agreste alagoano, com 14.091,81 ha, engloba 8 municípios e 19 assentamentos. A mesorregião do Leste alagoano, que detém cerca 60% das áreas com projetos de Reforma Agrária é aquela onde tradicionalmente e historicamente se cultiva a lavoura da cana-de-açúcar. Os assentamentos aí localizados foram, no passado recente, espaços (fazendas particulares ou terras de usinas) de cultivo da citada monocultura. São, no estado, 9.709 famílias (74% na mesorregião Leste, 14% no Sertão e 12% no Agreste).

Quando se observa o tamanho médio dos lotes dos assentamentos alagoanos constata-se que é inferior a um módulo fiscal municipal, apresentando dificuldades para que os agricultores assentados possam viabilizar processos produtivos capazes de garantir o bem-estar das famílias. Situação esta que foi constatada por Costa e Fernandes (2013a) em estudo efetivado nos assentamentos Pacas, em Murici, João Pedro Teixeira, em Flexeiras e Milton Santos, em Atalaia, localizados na zona canavieira do estado de Alagoas, cujas áreas médias dos lotes são de 8 ha, 6,6ha e 7 ha respectivamente.

Abreu (2007), com base em dados obtidos sobre o perfil dos assentados, as principais atividades e aspectos gerais do Assentamento Pindoba II, no município de União dos Palmares, em Alagoas, evidencia que uma das dificuldades citadas pelos assentados era a comercialização da produção agrícola e que - conforme os assentados - caberia a associação investir no beneficiamento dos produtos e capacitação dos associados agregando valor aos produtos e aumentando a renda familiar.

Junges (2009), em trabalho realizado no Assentamento Brasileiro, localizado no município de Atalaia, em Alagoas, estuda as atividades de assessoria técnica, ali realizadas, a partir da perspectiva dos assentados, e constata que a relação entre “extensionista” e assentados é avaliada positivamente pelos usuários, observa ainda que a demanda dos assistidos é superior à capacidade dos técnicos.

Jesus (2007), trabalhando com o perfil dos assentados e o modo de vida no Assentamento Eldorado dos Carajás, em Branquinha, Alagoas, observa que o assentamento apresenta uma série de problemas relacionados à infraestrutura, à organização social, à produção agropecuária e à conservação ambiental.

Vasconcelos (2011), com base em diagnóstico socioeconômico e ambiental realizado no Assentamento Margarida II, em Maragogi, Alagoas, aponta que as reivindicações dos assentados estavam voltadas para investimentos em infraestrutura, créditos produtivos rurais e apoio de políticas públicas.

Pesquisa de opinião realizada por Lima (2007), em relação ao que pensam os assentados do Assentamento Pindoba II, em União dos Palmares, Alagoas, sobre os serviços básicos ali ofertados, detecta insatisfações dos assentados, principalmente em relação aos serviços de saúde. Para os assentados a associação dos assentados não dá o suporte necessário porque não sabe reivindicar, junto aos governantes, as melhorias para o assentamento.

Analisando o perfil socioeconômico, cultural e ambiental dos produtores rurais dos assentamentos do município de Porto de Pedras, em Alagoas, Moreira (2010), constata que “os assentamentos não oferecem as condições necessárias para a sobrevivência digna dos assentados, destaca as dificuldades para se organizarem e trabalharem coletivamente e o fato de que não estão adequadamente preparados para administrarem de maneira eficiente e eficaz os seus respectivos lotes”.

De acordo com Leite et al. (2004), os assentamentos se constituem em espaços diferenciados de relação com o Estado: são uma criação do Estado e ficam sujeitos à

sua gestão e à sua ingerência. Souza (2008) define-os como um espaço de relações sociais influenciadas pela trajetória social do assentado; por sua relação com os mediadores; portanto, um espaço de reconstrução de saberes, onde a heterogeneidade cultural emerge e o direito à diferença se torna explícito.

Ao estudar o perfil de um grupo de assentados egressos de um projeto de alfabetização de jovens e adultos, vinculado ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no estado de Alagoas, Sá (2010) constata que eram de origem rural, maioria oriunda da zona canavieira, filhos de trabalhadores rurais, vivendo em condições precárias, com presença muito limitada de formas de socialização nos assentamentos e, aparentemente, predomina entre as famílias um comportamento individualizado (SÁ, 2010).

Araújo e Bezerra (2010), com base em dados coletados em assentamentos alagoanos assistidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do PRONERA, afirmam que “a questão agrária central dos assentamentos não se resume à falta de terras”, mas decidir sobre o que fazer. No cotidiano “os assentados se deparam com a ausência de formação técnica, recursos, incentivos fiscais, insumos agrícolas, técnicas agroecológicas, etc.”, itens considerados pelos autores como fundamentais para o êxito dos assentamentos.

Ao estudar o Assentamento Massangano, um dos dezesseis assentamentos existentes no município de Maragogi, situado no litoral norte de Alagoas, França (2011) revela que ele tem um caráter atípico, uma vez que cerca de 90% dos seus assentados já residiam no local, antigo engenho Massangano, não tendo participado nas lutas pela reforma agrária. O aludido autor ressalta que o município de Maragogi se constitui num dos principais palcos da luta dos movimentos sociais no campo, em Alagoas, sendo hoje o município alagoano que conta com o maior número de acampamentos de reforma agrária (FRANÇA, 2011).

O autor registra que o referido assentamento está situado relativamente próximo à cidade de Maragogi comunicando-se com esta por meio de uma estrada vicinal de terra, a qual fica intransitável durante grande parte do inverno devido a inundação dos riachos que a cortam, dificultando a comunicação dos assentados com a zona urbana de Maragogi, assim como o escoamento da produção agrícola do Assentamento (FRANÇA, 2011).

Segundo França (2011), aspecto importante é a forma como os assentados (antigos trabalhadores rurais expulsos da terra, moradores de favelas,

desempregados e subempregados) encaram o fato de haverem se tornado “proprietários de terra”. Usa a categoria de representação social, proposta por Moscovici (1983, p.61), para entender a realidade subjetiva vivenciada pelos assentados e infere que é de suma importância descrever algumas das representações sociais dos assentados do Assentamento, para melhor compreensão da sua realidade. Destaca que os assentados passaram a se autoconceber como proprietários, donos de um lote (onde podem desenvolver a agricultura familiar com fins de consumo de suas famílias e para comercialização) (FRANÇA, 2011, p.96).

Apesar de conquistas pelos assentados, foram constatados alguns obstáculos à realização de uma reforma agrária. A integração ao mercado capitalista é bastante difícil. As dificuldades estão relacionadas ao diminuto tamanho do lote de cada assentado, assim como ao deficiente nível de organização social e produtiva dos assentados; tanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) quanto INCRA e os Bancos oficiais não garantem uma assistência técnica eficiente e permanente para o Assentamento (FRANÇA, 2011, p.97).

Segundo França (2011), os dados permitem considerar que os vários problemas enfrentados pelo Massangano estão correlacionados com a cultura e a política alagoanas, as quais têm seu fundamento no latifúndio e monocultura da cana-de-açúcar (FRANÇA, 2011).

Os assentados abandonaram a luta pela terra, alegando não ter tempo para continuar a luta pela reforma agrária. Essa posição pode ser explicada pelo fato de que 90% dos assentados não tinham lutado pela conquista do assentamento. Esse fato foi, certamente, agravado pela falta de acompanhamento político-pedagógico dos assentados por parte dos dirigentes do MST. Este é um dos fatores pelos quais os assentados não assimilaram suficientemente os princípios e objetivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (FRANÇA, 2011, p.99-100).

Em estudo realizado em três assentamentos existentes em Murici, Flexeiras e Atalaia, localizados na zona canavieira do estado de Alagoas, Costa e Fernandes (2013a), observam que a maioria dos assentamentos apresenta deficiências em relação à disponibilidade de água, iluminação pública, estradas, saúde, educação, produção e comercialização da produção, situação que põe em cheque as interações entre os assentados, suas formas de participação via associações de assentados e as experiências de mediação nas esferas municipal, estadual e federal.

Dentre os dados obtidos no supracitado trabalho consta que os assentados são oriundos do meio rural, a maioria ex-trabalhadores assalariados das fazendas de cana-de-açúcar, de Alagoas e Pernambuco, filhos de agricultores, que vivenciaram experiências em acampamentos e alguns, também, em assentamentos. Chama a atenção o não equacionamento do problema ao longo do tempo e aflora o questionamento sobre a atuação dos próprios assentados na busca por melhor qualidade de vida, bem como, o papel dos mediadores que os representam junto à sociedade (COSTA; FERNANDES, 2013a).

Costa e Fernandes (2013a) constataram que, além, evidentemente, da busca de apoio junto à diretoria da Associação do Assentamento em situações de emergência, os assentados exercitam formas de cooperação para suprir carências. O exercício de solidariedade é frequente em situações de dificuldade; familiares, amigos e vizinhos se mobilizam, se unem e ajudam via cotização para locação de veículo para transporte de assentados doentes, pedido de auxílio junto a componentes de redes sociais, em que o paradigma da dádiva (dar, receber e retribuir) de Marcel Mauss (CAILLÉ, 1998) ou da reciprocidade (SABOURIN, 2011, 2008) é objeto de prática.

Nos assentamentos observados é comum a exploração de diversas atividades agropecuárias. A opção pela diversificação segue uma lógica de evitar perdas totais caso ocorra qualquer intempérie. A escolha do que cultivar ocorre, segundo assentados entrevistados, conforme preços no mercado e considerando a limitação de oferta de água nos lotes e experiência deles com cada cultura (COSTA; FERNANDES, 2013a). Dos contatos mantidos com técnicos ficou claro que estes assessoram os assentados apresentando dados técnicos que subsidiam as decisões deles. “Quem decide” representa outra polêmica, segundo Souza (2012), pois trabalhadores que quase sempre tiveram tarefas determinadas por outros, vivem o desafio de decidir individual ou coletivamente como trabalhar a terra, isto é histórico e cultural.

É importante lembrar que a produção está inter-relacionada às condições estruturais encontradas e disponíveis nos assentamentos estudados. Disponibilidade de água, energia elétrica, condições das estradas, disponibilidade de recursos financeiros e assessoria técnica interferem sobremaneira. Cabe aprofundar o desenvolvimento de ações coletivas nos processos produtivos dos assentamentos estudados uma vez que se constatou a inexistência de laços fortes de cooperação entre as unidades familiares (COSTA; FERNANDES, 2013a).

A abordagem do capital social, particularmente a abordagem de James Coleman, servirá de base para se tentar compreender a vinculação do capital social com os processos de cooperação viabilizados nos assentamentos rurais em Alagoas.

A comercialização da produção obtida nos assentamentos ocorre de diversas maneiras, considerando a necessidade do assentado, a conjuntura econômica e as informações disponíveis, apresentando, cada uma, resultados financeiros diferentes para os assentados que impactam a renda e qualidade de vida no assentamento. Destacam-se as feiras livres, diretamente junto a atravessadores nos assentamentos, como, a prática vivenciada por intermédio de cooperativas de comercialização de produtos de assentados. Um dos assentamentos conta com cooperativa de comercialização da produção, sendo esta promovida junto às organizações (municipal e estadual) que operam com o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Governo Federal. As diferentes formas de comercialização apresentam características próprias a cada uma delas.

Os assentados têm dificuldades no desenvolvimento de papéis enquanto protagonistas individuais e sobre participação e uso de ferramentas coletivas (formais ou informais) que possibilitem o equacionamento e/ou solução dos problemas junto às instituições públicas. Isto caracteriza uma condição de fraco capital social do tipo público (SACCHET, 2009), que se exprime pelas ligações com instituições formais existentes na esfera pública a partir das associações dos assentados (COSTA; FERNANDES, 2013a).

A associação corresponde ao órgão de representação formal existente em todos os assentamentos, criada quando do início das atividades oficiais do assentamento, em função da indução do Estado que exige um órgão de representação oficial dos assentados. Fato corroborado em estudos de Sabourin, Oliveira e Xavier (2007) para quem a primeira intervenção do INCRA para oficializar um assentamento é a constituição da associação de produtores.

Segundo Miranda (2011), órgãos governamentais, ONGs e movimentos sociais têm abordado o associativismo econômico enquanto mediação entre indivíduo, coletividade e mercado.

Os assentados afirmam que nas reuniões todos falam, votam, decidem e que, após isso, tudo é viabilizado muito lentamente. Alguns deles afirmam que não conseguem visualizar resultados via associação. Pode ser que esta seja uma das razões para a pouca cooperação antes constatada, ou vice-versa. Segundo Sabourin,

Oliveira e Xavier (2007), as principais tensões e queixas dos assentados com o poder público acontecem em torno da implementação das infraestruturas. Apontam duas contradições em relação às associações em assentamentos rurais: de um lado o excesso de procedimentos coletivos transforma a associação num novo intermediário e, por outra, emerge entre a onipresença forçada do coletivo e os sentimentos ou aspirações individualistas dos assentados (SABOURIN; OLIVEIRA; XAVIER, 2007: p.30).

Dentre os diversos problemas observados que comprometem a produção dos assentados e a qualidade de vida nos assentamentos estudados ressaltam-se, sobretudo, o reduzido tamanho dos lotes, as dificuldades em relação à disponibilidade e abastecimento de água, ao acesso aos assentamentos em função das estradas, à assistência médica (ambulatorial e de emergência), à rede de educação extra assentamentos, à precária assistência técnica, dificuldades com a comercialização da produção e para pagamento dos créditos obtidos e, raros equipamentos sociais de lazer (COSTA; FERNANDES, 2013a).

Marcante foi a constatação, pelos aludidos autores, de que os assentamentos localizados em Alagoas, que estão vinculados ao INCRA, não contavam com a assessoria técnica, social e ambiental desde novembro de 2011. Fato que, sem dúvida alguma, vinha gerando uma série de problemas para os assentados (falta de orientação técnica no campo, no que se refere às etapas dos processos de produção, colheita, armazenamento, processamento/industrialização, comercialização, de assistência na elaboração e acompanhamento de projetos etc.), com consequências imediatas, bem como a médio e longo prazo.

Os autores levantam a questão pertinente à necessidade de trabalhar mais amiúde o universo dos assentamentos alagoanos a fim de melhor compreender a realidade local, uma vez que formas de cooperação contribuem historicamente para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Questiona-se se dificuldades observadas têm relação com a maneira como as experiências foram implantadas nos assentamentos ou refletem o despreparo ou desinteresse dos assentados em vivenciar experiências associativas. Eles inferem que estudar a participação vivenciada nos assentamentos e as relações entre os assentados e entre eles e as demais organizações com as quais interagem diariamente seriam fundamentais para um melhor entendimento da realidade, até mesmo a partir da análise do capital social existente nos assentamentos

Costa e Fernandes (2013b) constataam que cerca de 60% dos assentamentos rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, estão localizados na mesorregião do leste alagoano, em área tradicionalmente conhecida como de exploração da cultura da cana-de-açúcar no estado, cujos solos estão com o lençol freático comprometido, principalmente, em função do uso, pelos proprietários anteriores, ao longo dos anos, de agroquímicos utilizados na cultura da cana-de-açúcar. Os autores chamam a atenção para o fato de que a divisão das áreas e distribuição dos lotes, em muitos assentamentos, ocorreu de tal forma que alguns lotes ficaram com parte da sua área em terras legalmente proibidas para uso agrícola, reduzindo ainda mais a sua possibilidade de exploração e, conseqüentemente, a condição de sobrevivência dos assentados (COSTA; FERNANDES, 2013b).

Estudo realizado por Lages e Ramos (1999) indica que a maioria dos lotes nos assentamentos alagoanos tinha área inferior ao módulo fiscal definido para cada município onde estava localizado, acarretando dificuldades para que os agricultores assentados pudessem viabilizar processos produtivos capazes de garantir o bem-estar deles e de seus familiares.

Costa e Fernandes (2013b) consideram que os assentamentos estudados foram entregues sem oferecer a infraestrutura necessária para o seu desenvolvimento sustentável, conforme proposto, não garantindo aos assentados e familiares a esperada condição de vida. A inferência é de que as condições inicialmente oferecidas obstaculizam a sustentabilidade dos assentamentos pesquisados, quadro ainda não revertido ao longo do tempo.

De acordo com os autores, as ações efetivadas não atendem às expectativas dos movimentos sociais rurais e assentados, uma vez que as aspirações não são atingidas em função de que as ações governamentais se distanciam dos objetivos propostos.

Em texto que discute a cooperação agrícola em assentamentos do estado do Paraná, Souza (2006) revela que o assentado possui um conjunto de conhecimentos, valores e atitudes que podem, inclusive, questionar as diretrizes do próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no que se refere às propostas de cooperação. A autora cita que a cooperação agrícola nos assentamentos pode ocorrer de várias formas, a saber: grupos de famílias; associação ou grupos de máquinas; grupos de produção semi-coletivizada; grupo de produção coletivizada; cooperativa

de comercialização; cooperativa de produção agropecuária (CPA); condomínios e cooperativas de crédito rural.

As associações, conforme Leite et al. (2004), em estudo concernente aos impactos dos assentamentos no meio rural brasileiro, consistem na forma predominante, pelo simples fato de que são uma espécie de “exigência” do Estado: elas são a “personalidade jurídica” do assentamento e sua presença é quase que obrigatória para o repasse de créditos.

Esta seletiva apresentação de pesquisas certamente dá uma ideia aceitável de alguns problemas teóricos e práticos que envolvem o tema central objeto deste trabalho.

2.2 Desenvolvimento

Dentre os diversos conceitos utilizados no trabalho sobressaem-se os de desenvolvimento, reforma agrária, cooperação e capital social em face da necessidade de compreensão da realidade investigada.

Para tratar do desenvolvimento, mais precisamente de desenvolvimento sustentável, será utilizado no estudo o entendimento de Amartya Sen, que aborda a pobreza a partir de uma perspectiva multidimensionada, e não mais em cima da questão da renda. Serão também acostadas contribuições de Celso Furtado, Ignacy Sachs e José Eli da Veiga. Contudo, aqui serão apresentados alguns conceitos construídos, ao longo do tempo, por vários estudiosos.

Segundo Boff (2012, p.31), a origem do conceito de “sustentabilidade” é recente, “a partir das reuniões organizadas pela ONU nos anos 70 do século XX, quando surgiu fortemente a consciência dos limites do crescimento que punha em crise o modelo vigente praticado, em quase todas as sociedades mundiais”. Mas, ele “possui já uma história de mais de 400 anos que poucos conhecem”.

Segundo Boff (2012), na raiz de “sustentabilidade” e de “sustentar” está a palavra latina *sustentare* com o mesmo sentido que possui em português. Os dicionários pesquisados (Novo Dicionário Aurélio e Dicionário de Verbos e Regimes) oferecem, segundo Boff, dois sentidos: um passivo e outro ativo, e assim os qualifica:

O passivo diz que “sustentar” significa segurar por baixo, suportar, servir de escora, impedir que caia, impedir a ruína e a queda. Neste sentido a sustentabilidade é, em termos ecológicos, tudo o que fizermos para que um ecossistema não decaia e se arruine” (BOFF, 2012, p.31).

“O sentido positivo enfatiza o conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver, conservar-se sempre à mesma altura e conservar-se bem. No dialeto ecológico isto significa: sustentabilidade representa os procedimentos que se tomam para permitir que um bioma se mantenha vivo, protegido, alimentado de nutrientes a ponto de sempre se conservar bem e estar sempre à altura dos riscos que possam advir (BOFF, 2012, p.32).

De acordo com Fernandes (2009, p.2), “existem muitos conceitos de sustentabilidade”. Ele cita que em estudo realizado em 1991, por Winpenny, foram identificadas sessenta definições distintas. Contudo, “ainda hoje a discussão sobre o conceito e se a sustentabilidade pode ser atingida permanece em aberto” (FERNANDES, 2009, p.2).

Para uns o desenvolvimento sustentável é perfeitamente exequível, desde que se altere as condições atuais (insustentáveis). Conforme a outra perspectiva a sustentabilidade pode ser alcançada a partir do desenvolvimento de um novo modo de pensar a respeito do mundo (FERNANDES, 2009).

Kronemberger (2011, p.17) firma que “o conceito de desenvolvimento é amplamente utilizado em diversos meios (políticas públicas, academia, mídia, projetos, entidades sociais, etc.) e em diferentes contextos”. Ao longo do tempo passou por transformações variadas sendo a ele incorporados vários adjetivos: “social”, “humano”, “econômico”, “sustentado”, “sustentável”, “local”, entre outros (KRONEMBERGER, 2011, p.17).

Para Kronemberger (2011, p.18), o desenvolvimento sustentável é “uma construção teórica resultante de um longo processo histórico de evolução de paradigmas de relacionamento entre sociedade e natureza”. Seus campos de pensamento e atuação se encontram nos seus objetivos fundamentais e que devem ser buscados conjuntamente: “economia sustentável, conservação ambiental, equidade social, melhoria do convívio social, melhoria da qualidade de vida” (KRONEMBERGER, 2011, p.24-25. Pressupõem mudanças na organização da economia e da sociedade, bem como reconstrução permanente (p.27).

José Eli da Veiga, fornece três respostas à pergunta “o que é desenvolvimento?”, destinando a maior parte do texto para apresentar a terceira. A primeira é a que trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico.

A segunda é de que o desenvolvimento não passa de rele ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica (VEIGA, 2008, p.17). O autor coloca que as duas correntes preferem a expressão “desenvolvimento econômico” à simplesmente “desenvolvimento”, a mais correta (VEIGA, 2008, p.18).

Em relação à terceira resposta, o aludido autor opta pelo denominado “caminho do meio”, percorrido por Ignacy Sachs, Celso Furtado e Amartya Sen:

Muito mais complexo é o desafio enfrentado por pensadores menos conformistas, que consiste em recusar essas duas saídas mais triviais e tentar explicar que o desenvolvimento nada tem de quimérico e nem pode ser amesquinçado como crescimento econômico. Esse caminho do meio é mais desafiador, pois é bem mais difícil de ser trilhado (VEIGA, 2008, p.18).

Veiga e Zatz (2008) colocam que estudiosos (Amartya Sen, Celso Furtado e Ignacy Sachs) defendem o denominado caminho do meio para a questão do desenvolvimento e distinguem claramente o crescimento econômico do desenvolvimento. Para eles, não há desenvolvimento sustentável possível sem que se harmonizem objetivos sociais, ambientais e econômicos, sem que se tenha solidariedade com as gerações atuais e futuras.

Conforme Veiga (2008), com Amartya Sen se muda o modo de entender o desenvolvimento, a partir da construção do denominado “caminho do meio entre miopia que reduz o desenvolvimento ao crescimento, e ao derrotismo que o descarta com inexecutável”. Ele afirma que o combate aos problemas vivenciados na sociedade “exige que a liberdade individual seja considerada um comprometimento social”. A expansão da liberdade é o principal fim e meio do desenvolvimento (VEIGA, 2008, p.34).

Para Sen “o desenvolvimento requer a remoção das principais fontes e privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência de Estados repressivos” (VEIGA, 2008, p.34).

Diversas contribuições sobre o tema podem ser encontradas em estudos desenvolvidos por Diniz e Bermann (2012), Veiga (2010, 2009, 2008), Scotto, Carvalho e Guimarães (2010), Tôsto (2010), Sachs (2009), Souza e Schincariol (2008), Barbosa (2008), Veiga e Zatz (2008), Porto-Gonçalves (2006), Oliveira (2002), Costababer e Caporal (2002 e 2003), Acsegrad (1999), Furtado (1974), dentre outros.

Se percebe, diante do exposto, dificuldades de concordância de ideias postas a respeito de questões que se referem ao rumo da civilização, que se apresentam no espaço urbano, no meio rural ou no urbano, em cada qual com seus variados matizes.

Consoante Costa e Fernandes (2013b), em relação ao meio rural brasileiro, o tema desenvolvimento sustentável tem despertado o interesse em relação à agricultura familiar e, especificamente, sobre o universo dos assentamentos rurais, tendo em vista a sua contribuição para a emancipação de trabalhadores rurais e na produção de alimentos. Assentamentos cujas experiências seguem uma trajetória histórica construída mais recentemente, fruto dos movimentos sociais rurais num mosaico complexo e de conflitos que atendem necessidades variadas, em conformidade com os atores envolvidos. Como bem colocam Bergamasco e Norder (1996, p.65), “as interpretações sobre os assentamentos carregam concepções sobre reforma agrária, desenvolvimento agrícola e sobre a própria sociedade”.

Dentre os poucos estudos que tratam da reforma agrária utilizando uma análise qualitativa e considerando as perspectivas do capital social e que serão revisitados a fim de promover diálogos com o obtido na pesquisa empírica, se destacam: Sparovek (2003), que trata da qualidade dos assentamentos de reforma agrária, e o de Herédia et al. (2009), que procura mensurar e qualificar os efeitos e mudanças (internas e externas aos assentamentos) verificadas com a implantação de projetos de assentamento.

Outro a ser revisitado será o de Ferrante et al. (2006), que analisa os impasses e perspectivas das experiências sociais e dos protagonistas, em duas décadas de instalação de assentamentos de reforma agrária em São Paulo. Neste estudo considera-se a relação entre assentamentos e desenvolvimento local como “uma trama de tensões que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contexto regionais” (FERRANTE et al., 2006, p.76). Eles utilizam a noção de gestão dos territórios nas dimensões organização internas das famílias assentadas, e a inserção política dessa população nos contextos locais e regionais e a integração.

2.3 Cooperação

No que se refere à cooperação, particularmente em relação a experiências em assentamentos rurais, serão adotadas concepções apresentadas em estudos de alguns autores, a seguir, dentre os diversos que tratam da temática.

Pinho (2004) afirma que o termo cooperação foi utilizado pela primeira vez em 1890, provavelmente por William King, no sentido contrário à concorrência. A autora ressalta que o vocábulo é atribuído, por alguns autores, a Robert Owen, precursor do pensamento cooperativista e criador de cooperativas na Escócia (experiência de New Lanark) e nos Estados Unidos (Colônia New Harmony), que o teria usado no sentido econômico, como sinônimo de comunismo. O termo em apreço vem do latim *cooperatio*, que corresponde à ação de cooperar. Etimologicamente, significa prestação de auxílio para um fim comum. Ela salienta que a cooperação, no sentido de trabalho em conjunto, direcionada ou sujeita a um resultado em comum, é tão velha quanto a natureza humana (PINHO, 2004).

Conforme Pinho (2004), do ponto de vista sociológico, numa perspectiva funcionalista, “a cooperação é uma forma de processo social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo mais ou menos organizado para alcançar o mesmo objetivo” (Dicionário de Sociologia e Etnologia). Quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais, a exemplo das cooperativas.

Consoante Klaes (2005), entre os homens é comum observar hábitos de solidariedade e de apoio recíproco, tendo a cooperação acompanhado a evolução do homem desde os seus primórdios para a consecução de seus objetivos mais imediatos. Firma a tendência do homem em buscar sanar as exigências que o meio ambiente lhe impõe, por meio de uma ação grupal, pois, assim, seja talvez, mais fácil.

Scopinho (2007), ainda numa perspectiva funcionalista, aponta que a cooperação é ação social articulada e alinhavada por objetivos comuns, sendo entendida como ação-padrão, racional, construída à luz de um código e desenvolvida no interior de organizações ou, como ação espontânea, inerente a determinados grupos e derivada de tradições e costumes, pré-existentes às instituições, fundamentada na reciprocidade adiada ou instantânea.

Para Albarran (1989), o conceito de cooperação serve para definir uma forma fundamental de desenvolvimento da produção: a cooperação é o trabalho de muita gente em um mesmo processo ou em distintos, porém dependentes, processos de produção.

Segundo Costa (1989), o conceito de cooperação é mais amplo: “é a contribuição de muitos para a produção de bens e serviços, para a realização de objetivos, na produção do saber, na gestão de interesses, entre outros...” (COSTA, 1989, p.34).

Conforme Zamberlan e Fronchetti (1992), a cooperação é entendida como uma determinada forma de organização do trabalho existente em todas as formas sociais – modo de produção comunal primitivo, escravista, feudal, capitalista e socialista. Eles registram que o processo produtivo é, por si, um processo social em que as pessoas precisam praticar a cooperação entre si para alcançar riquezas.

Segundo Sennett (2012), a cooperação pode ser definida, sucintamente, como uma troca em que as partes se beneficiam. As trocas cooperativas manifestam-se de muitas formas. A cooperação pode estar associada à competição e pode ser tanto formal quanto informal. Ele aponta que a cooperação, para ser intensa, exige habilidade.

Trabalhando o conceito de cooperação, Rios (2006) afirma que o mesmo só tem utilidade se não for pensado abstratamente, isto é, pouca valia tem um suposto processo social de cooperação, considerado isoladamente, desencarnado, desvinculado de um determinado contexto histórico-social. Rios (2006), a partir de estudo da realidade sobre cooperação e tipos de cooperativismo no país, salienta que “se coloca a necessidade de se pensar a cooperação em termos de processo de produção como produção ampliada com ganhos de escala, indo além do feito tradicionalmente no nível da circulação de mercadorias” (RIOS, 2006, p.2). Para o aludido autor a prática do termo cooperação envolve três elementos: processo produtivo, projeto político e convergência objetiva de interesses.

É oportuno ressaltar que para Paul Singer cada modalidade de cooperação combina em graus diferentes autonomia individual com trabalho coletivo e depende tanto da vontade dos membros quanto das características da produção (SINGER, 2005).

O que motiva uma prática cooperativa é o reconhecimento de uma necessidade, que para ser satisfeita precisa da integração coletiva (THESEK, 2010).

De acordo com Jesus e Tiriba (2003, p.52), “[...] os motivos que movem a cooperação tanto podem ser de natureza individual como podem ser relacionados com o interesse geral ou coletivo [...].”

Segundo Jesus e Tiriba (2003), a integração e participação em um empreendimento coletivo vêm possibilitar sustento e renda, mas a cooperação, enquanto ação, enquanto processo social, é o que de fato vem garantir o sucesso de tais práticas empreendedoras. Para Thesek (2010), para a construção de relações sociais de cooperação é fundamental uma cultura compreendida tanto como uma prática econômica, como um movimento de prática social humanizadora, baseadas em princípios de solidariedade e mutualidade.

Para Thesek (2010), cultura diz respeito a incorporações de valores, normas e crenças, compreendida como um processo dinâmico, que pode ser aprendido, transmitido e modificado, tal como concebido por Schein (2001). A autora complementa que nesta perspectiva, a expressão cultura da cooperação se refere a maneira de posicionar-se frente ao mundo, refletindo um modo de ver, compreender, sentir, agir e reagir, compartilhado por um grupo de pessoas, numa determinada sociedade, com seus valores e crenças. Ela ressalta que nada acontece num vazio social e que, de acordo com Schein (2001), numa organização as culturas estão enraizadas na cultura do território onde se encontra instalada.

A cooperação, entendida como filosofia de vida e processo educacional, poderá contribuir para preencher, em parte, o vazio educacional deixado pelo enfraquecimento de instituições como Família, Escola e Igreja (PINHO, 2005). Para a autora, a cooperação é um espaço onde é possível a prática da liberdade e da igualdade e pode contribuir para a criação e/ou desenvolvimento de espaços adequados à inclusão social e econômica.

Romualdo Dias, no prefácio do livro de Abdalla (2002), coloca que: “Não cooperamos somente pelo fato de essa proposta ser mais legal ou por ser mais coerente com a reinvenção da democracia. Agimos em permanente cooperação com o outro porque nossa fragilidade nos empurra para isto. Não há outro modo de estar no mundo e garantir o mínimo de condições para a nossa vida grupal fora da cooperação” (ABDALLA, 2002, p.20-21).

A constituição de uma nova racionalidade deve se dar ainda sob a hegemonia da racionalidade que ela tenta superar, para que já se possa ter uma alternativa

concreta quando a crise de um processo civilizatório tiver chegado ao seu ponto máximo (ABDALLA, 2002).

2.3.1 Cooperação e meio rural

Serão apresentadas contribuições que tratam da utilização da cooperação no meio rural, com ênfase nas experiências cooperativas, que historicamente têm sido marcantes, mormente com o apoio do Estado.

Segundo Costa et al. (2010) “a cooperação é um outro fator imprescindível nas comunidades para se processar ações que resultem em desenvolvimento local”. A competição ou a cooperação, então, seriam reflexos de uma culturalidade assimilada com a própria história de vida das pessoas que compõem uma comunidade.

A formalidade própria das entidades como associações, sindicatos e cooperativas não são aceitas, de acordo com Costa et al. (2010), com naturalidade por comunidades rurais, pois toda a institucionalização daquilo que antes era espontâneo, natural e simples, quando assume a figura de pessoa jurídica, assusta e desmobiliza as pessoas.

Eles ressaltam, ainda, que o que se verifica historicamente no meio rural são entidades de caráter cooperativo, com personalidades jurídicas que, todavia, não apresentam consistência em seu corpo social” (COSTA et al., 2010).

Segundo Sachs (2008) para que os pequenos produtores possam se tornar pequenos empresários seria necessário melhorar a sua cultura administrativa e, ao mesmo tempo, precisam tirar proveito da assistência mútua e do empreendedorismo coletivo, fortalecendo os seus esforços individuais. O aperfeiçoamento organizacional, de acordo com Sachs (2008), é tão importante quanto o aperfeiçoamento técnico.

É importante reter que, para Oliveira (2006), o associativismo é uma forma de organização social, econômica e produtiva bastante diversificada e praticada através de nuances complexas, no contexto da realidade brasileira. Que não se pode separar associativismo do cooperativismo, eles se complementam, pois necessariamente uma cooperativa nasce de uma associação de pessoas e sua continuidade depende dessa forma de organização.

Oliveira (2006), destaca que, em diversos estudos, inclusive o dele, o associativismo é voltado para as diversas formas de organização em contextos populares. Ela indica, ainda que:

...em regra geral, o cooperativismo tem suas origens na formação de grupos com objetivos voltados essencialmente para o econômico, o associativismo tem a mais uma função mobilizadora quanto à organização de movimentos populares, de interação entre as pessoas em torno de um objetivo comum, que é a luta pela melhoria da qualidade de vida e que, pouco a pouco vai se configurando nos aspectos sociopolíticos, econômicos e educacionais (OLIVEIRA, 2006, p.162).

Rios (2006), analisando instituições cooperativas nordestinas, observa:

As instituições são constituídas simultânea e dialeticamente de estruturas objetivas (estatutos, regimentos, organogramas, fluxogramas, orçamentos, patrimônio, planejamentos etc.) e por outro lado são vivenciadas por indivíduos que «vestem (ou não) a camisa» dessa instituição, isto é, uma visão de mundo e de valores da mesma e aí interagem num cotidiano permeado por satisfações, insatisfações, auto-realizações, frustrações, congaçamentos e conflitos, esperanças ou ilusões perdidas (RIOS, 2006, p.6).

O autor retrata, ainda, que “as instituições como produtos de nossa sociabilidade, refletem, como num espelho de dupla face, os agentes que as vivenciaram no passado e as vivenciam no presente” (RIOS, 2009, p.117).

Santos e Rodriguez (2005), trabalham a tese de que as alternativas de produção não são apenas econômicas: o seu potencial emancipatório e as suas perspectivas de êxito dependem, em boa medida, da integração que consigam, entre processos de transformação econômica e processos culturais, sociais e políticos. Eles apresentam que as iniciativas de produção alternativa geralmente são apenas uma parte de um projeto integral de organização comunitária e o êxito depende da forma como os processos econômicos e não econômicos (com dinâmicas culturais, sociais, afetivas, políticas etc.) dentro delas se sustentam mutuamente. Seriam experiências de economia solidária em que ao capital social é conferida importância ímpar; experiências de sobrevivência que têm crescido no mundo inteiro através da produção cooperativada e autogestionária (ABDALLA, 2002).

Singer (2005) já afirmava que o ato de se associar implica em perda de autonomia, necessidade de coordenar o tempo de trabalho em tarefas comuns e que tipo de produto as famílias vão produzir, além de conciliar o trabalho de membros das famílias para a associação com o realizado em suas unidades individuais.

Trabalhando os conceitos de cooperação, cooperativas e cooperativismo, Pires (2004), aponta a existência de uma “relação dialética de aproximação e distanciamento entre cooperativas e cooperativismo que subsidia (ou constitui) a principal fonte de tensão observada”. A autora visualiza as cooperativas como prática concreta e o cooperativismo como prática idealizada. Cabe frisar que Rios (1987) chamava a atenção para o fato de que as cooperativas se apresentavam como instrumento de ação do ideário ou do pensamento cooperativista ou do cooperativismo. Ela registra que tais conceitos estão intimamente ligados a uma dimensão de cooperação, cooperação que representaria a “ideia-força”.

A autora assim os apresenta:

Cooperação: etimologicamente a palavra cooperação (do latim *cooperari*, de *cum* e *operari*, que significa operar conjuntamente) é entendida como ação conjugada através da qual as pessoas se unem com vistas aos mesmos objetivos, o que pressupõe a sua significância social nas mais diversas formas de associação humana – do matrimônio às relações comerciais. ” (PIRES, 2004, p.35-36)

“Por Cooperativismo entendemos um fenômeno de amplitude universal ligado a uma forma de organização empresarial, pautada numa legislação específica e num conjunto doutrinário e filosófico, através do qual estão ordenados os seus valores e princípios. Os valores dizem respeito a temas como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade, solidariedade, honestidade, transparência, responsabilidade social e preocupação com seu semelhante, os quais fundamentam os princípios. Os princípios são: da adesão livre e voluntária; do controle democrático pelos sócios; da participação econômica dos sócios; da independência e autonomia das cooperativas; da educação, treinamento e formação; da cooperação entre cooperativas; da preocupação com a comunidade” (PIRES, 2004, p.36)

“Situamos a cooperativa enquanto uma expressão concreta, enquanto uma forma de manifestação possível do cooperativismo. E, mais especificamente, o *modus operandi* configurado na forma de uma empresa que atua no mercado em nome dos seus membros ou cooperados (PIRES, 2004, p.37).

Assevera Pires (2004) que a vocação de associação de pessoas e de empresa econômica, que define a cooperativa, tornou possível a designação de empresa, associação ou cooperativa. Já as pessoas envolvidas com o ato cooperativo foram nomeadas como membros, associados ou sócios.

Carvalho (1998), em estudo sobre formas de associativismo vivenciadas no Brasil, “utilizou-se da expressão forma de associativismo para dar conta, de maneira genérica, de todas as possibilidades de cooperação organizada entre pessoas físicas para a realização de um determinado objetivo”, podendo, ou não, ter sua existência

legalizada. A associação, neste caso, enquanto organização, correspondendo a uma instância de mediação entre atores sociais e sociedade.

Para Carvalho (1998), as expressões “coletivo” e “semi-coletivo” são assim tratadas:

a expressão coletivo pode referir-se à forma de cooperação no processo de produção, à apropriação da terra, à comercialização de produtos e insumos e ou à repartição do produto do trabalho”. O sujeito do objeto é um coletivo de pessoas e ou famílias. Já “a expressão semi-coletivo significa que todas as famílias, ou somente parte delas, de trabalhadores rurais existentes num assentamento vivenciam simultaneamente as formas de exploração coletiva e a individual, sendo que a forma coletiva refere-se, em geral, ao uso comum de parcela da terra do assentamento e a exploração individual dá-se no lote particular (CARVALHO, 1998, p.3-4).

Em estudo sobre as formas associativas do Brasil moderno, Vela (1994) aponta que elas podem ser distribuídas, mesmo que preliminarmente, em dois grandes grupos: “formas organizadas pelos médios e grandes produtores” e outro, “formas organizadas por pequenos produtores, camponeses assalariados e os assentados do Movimento Sem-Terra”.

Vela (1994), em seu ensaio, “mostra algumas das inúmeras formas de cooperação formais não tradicionais que surgem entre alguns segmentos da sociedade rural brasileira, especialmente entre os setores mais desprotegidos no contexto do desenvolvimento rural”. Em nível de médios e grandes produtores ele apresenta: Cooperativas Tradicionais; Gretas ou Grupos Regionais de Empresas de Tecnologia Agropecuária; Cites ou Centros de Integração e Troca de Experiências. Em nível de pequenos produtores, camponeses assalariados, temporários e assentados do Movimento Sem-Terra: Cantinas Comunitárias; Grupos de produção comunitária; Mutirões; Condomínios rurais; Casas de farinha; "Sociedade da vaca"; Círculo de máquinas; Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (APSAT); Hortas comunitárias; Grupos alternativos comunitários; O sistema Cooperativista dos Assentados; Cooperativas ecológicas (VELA, 1994).

Se percebe que o termo cooperação encerra, em si, inúmeras possibilidades de ação, quer formais ou informais, viabilizando necessidades das mais variadas, consoante o que se objetiva, quer no meio urbano ou rural.

2.3.2 Cooperação e assentamentos

Neste item serão sucintamente apresentadas algumas contribuições pertinentes a experiências de cooperação veiculadas em projetos de assentamentos rurais, notadamente as vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Inicialmente algumas que se referem a concepção de cooperação na perspectiva dos movimentos sociais, particularmente do MST.

Conforme Gorgen e Stédile (1991, p.133), "a cooperação agrícola é entendida pelo MST como "... o jeito de juntar ou somar os esforços de cada assentado (agricultor individual ou familiar), para fazer coisas em conjunto: comprar ferramentas, comprar e utilizar máquinas (...) até chegar ao ponto de ter a terra, capital e trabalho em conjunto ..."

A cooperação manifesta-se com mais clareza externamente às relações de trabalho, embora no mundo rural o trabalho e as outras dimensões da vida cotidiana nem sempre estejam nitidamente delimitadas. De acordo com Scopinho (2007), evidencia-se, cada vez mais, uma forte tendência existente entre os assentados para refutar a cooperativa como modelo organizacional, mas valorizar a cooperação como modo de organização da vida econômica e societária.

Conforme Schimanski e Souza (2007), ao tratarem da concepção de cooperação, no âmbito do MST, a ideia de cooperação agrícola aparece essencialmente nos acampamentos - primeiro local de experiências de sociabilidades. Seriam práticas de cooperação das quais resultariam diferentes formas de ajuda mútua para a organização da vida cotidiana e resolução de uma série de problemas: habitação, infraestrutura básica, alimentação, roupas, remédios, aliada as ameaças de despejo e violência.

Enquanto concepção teórica, a cooperação no MST teve a influência de diversos atores sociais (Igreja Luterana, Católica, assessores ligados aos partidos de esquerda com influências do marxismo-leninismo e, também, de alguns segmentos do aparelho do Estado, por intermédio dos técnicos que tinham atuação direta nas organizações) que, na prática, começaram a intervir no próprio conteúdo das reivindicações dos agricultores (SCHIMANSKI; SOUZA, 2007). De acordo com as citadas autoras, o intuito era a transformação da agricultura, difusão da prática de

valores humanistas e socialistas nas relações entre as pessoas e privilegiar a cooperação para viabilizar a integração dos assentamentos no mercado.

Scopinho (2007) destaca, entre os inúmeros aspectos da política de cooperação do MST, o seu significado econômico, social e político, os tipos de mecanismos instituídos para concretizar os princípios e como, historicamente, ela foi sendo construída no bojo da luta social empreendida em favor da reforma agrária. Para os dirigentes do MST, a luta pela terra é, por excelência, a experiência de cooperação mais importante para um Sem-Terra. A cooperação é um meio de sobrevivência e resistência e não um fim em si mesma.

Segundo a autora, economicamente, a cooperação se apresenta como uma estratégia de proteção dos assentados contra as adversidades historicamente vivenciadas, correspondendo a uma forma de gerenciar a realidade uma vez que a quantidade de terra e os créditos recebidos do Estado para produzir são, individualmente, insuficientes (SCOPINHO, 2007). Na dimensão política, a cooperação organizativa e a solidariedade militante garantiam a logística que sustentava a luta social pela conquista e permanência na terra.

De acordo com Scopinho (2007), para o assentado, no cotidiano, a concepção de cooperação que extrapola o âmbito da sua própria família é complexa e polêmica. Para a autora, a cooperação nos assentamentos envolve diversas relações e atores:

A cooperação não depende apenas da criação de estruturas (cooperativas, associações etc.), do treinamento de habilidades ou da educação dos sujeitos para o exercício da solidariedade. Nos assentamentos rurais, as relações de cooperação são mediadas por um conjunto de condicionantes estruturais que são (ou não) dados, especialmente, a partir da relação estabelecida com o Estado, cuja responsabilidade na reforma agrária não se resume na mediação dos conflitos fundiários e na redistribuição de terras e se estende, sobretudo, na viabilização dos assentamentos ao criar as condições de infraestrutura sem as quais não se sustenta a organização, por mais autônoma e politicamente preparada para o exercício da cooperação que a comunidade esteja. É ainda mediada pelo próprio sentido atribuído pelos trabalhadores rurais à cooperação e à cooperativa (SCOPINHO, 2007, p.91).

Lacerda e Malagodi (2007, p.96) ressaltam que “as propostas de cooperação não devem ser levadas às comunidades assentadas, como se estas fossem constituídas por sujeitos sociais desprovidos de passado”, que antecedem o envolvimento nos programas de reforma agrária. De acordo com os autores, os assentados são “providos de trajetórias de vida e de um desenvolvimento histórico culturalmente riquíssimo, em vivências e experiências que influenciam – ou

determinam – suas expectativas de mudança de suas realidades socioeconômicas (LACERDA; MALAGODI, 2007, p.97).

Para Marcos Santos, em estudo sobre lógicas de cooperação em assentamentos, “a tentativa de homogeneização pelo Estado na proposta de coletivos vai na contramão do que vinha sendo gestado pela “lógica de cooperação” (SANTOS, 2005, p.122). Conforme o autor “ocorre um embate com o coletivo idealizado, com a cooperação forjada e a concepção idealizada, sem ser observado e respeitado as necessidades e as singularidades dos assentados” (SANTOS, 2005, p.122).

De acordo com Zamberlan e Froncheti (1992), em qualquer modo de produção (capitalista ou socialista) existem muitas formas (estágios) de cooperação, utilizadas pela sociedade em diferentes contextos. Eles registram, na oportunidade, as formas de cooperação semi-integral, tais como mutirão, parceria, condomínio rural e associação (apoiadas pela Igreja ou pelo Estado: Círculos de Máquinas; Condomínios Rurais e Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica), a cooperação empresarial e a cooperação (empresarial) nas cooperativas de prestação de serviços. A forma de cooperação integral foi representada, no âmbito da construção política do MST, pelas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) – responsável, segundo Souza (2000), pela organização coletiva da produção, armazenagem, transporte e benfeitorias em um assentamento rural.

Conforme Carvalho (1998), as formas de associativismo mais usuais e presentes nos assentamentos no país, no final daquela década, eram: Núcleo ou grupo de produção; associação; centrais de associações; grupo; coletivo; condomínio; cooperativa (de prestação de serviços; de prestação de serviços regionais; de crédito; de produção e prestação de serviços; de produção agropecuária; centrais de cooperativas); caixa agrícola; mutirão; troca de dias de serviço.

Estudo realizado por Fabrini (2000) a respeito da cooperação agrícola nos assentamentos brasileiros registra que as associações, grupos coletivos, cooperativas, desempenham papel de articuladores dos assentados na busca de recursos, créditos, infraestruturas, organização de outros acampamentos e ocupações, além da própria organização produtiva.

Conforme Souza (2006, p.161), com base em trabalho sobre educação e cooperação em assentamentos rurais do MST, “os trabalhadores rurais assentados participam de diferentes formas associativas e cooperativas”. Segundo a autora, ainda que no que tange à cooperação, fica explícito que se trata de uma das formas

organizacionais de produção nos assentamentos rurais, podendo ter várias na modalidade cooperativa (serviços, comercialização e CPAs), sendo uma realidade em movimento permanente (SOUZA, 2006, p.160).

A organização dos assentamentos em torno de práticas coletivas é apontada, por Lacerda e Malagodi (2007), como alternativa de viabilização e sobrevivência deste modo de vida dos assentados. Para eles existem diversas formas de cooperação, algumas que passam despercebidas outras que não são consideradas como formas de cooperação (ajuda entre vizinhos em caso de doença ou o cuidar dos filhos na ausência dos pais) (LACERDA; MALAGODI, 2007, p.97). Os autores destacam, ainda, que uma das práticas coletivas mais utilizadas entre os camponeses é o mutirão, além da troca de dias de trabalho, do trabalho em compadrio.

Consoante Lacerda e Malagodi (2007), “inexiste assentamento sem cooperação”, havendo a necessidade de discutir sobre a existência de níveis de cooperação (de formas simples à complexas).

Já de acordo com Carvalho (2005), são poucos os assentamentos no país que exercitam cooperação na produção ou na comercialização expressa, seja na forma cooperativista tradicional ou nas cooperativas coletivizadas; porém, para análise do quadro é preciso considerar as mudanças nas políticas públicas para a agricultura e, em especial, aquelas para a reforma agrária.

O cenário aponta para a existência de limitações no que se refere a exercícios de cooperação entre assentados nos assentamentos rurais de reforma agrária.

Para Gorgen e Stédile (1991), o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos rurais está sujeito

às condições objetivas (aspectos físicos da terra, mercado, maquinários) e subjetivas (grau de consciência, nível cultural, conhecimento técnico em relação à agricultura, à mecanização e a métodos administrativos) presentes na comunidade (GORGEN; STÉDILE, 1991, p.148).

Segundo Fabrini (2000), a aversão e resistência dos agricultores familiares assentados à utilização de formas de cooperação justificam-se pela trajetória de vida dos assentados, que sempre desenvolveram atividades produtivas trabalhando individualmente ou com a família. Ele destaca, ainda, que:

a adesão à cooperação não passa apenas pelas questões subjetivas (liberdade de escolha), mas também por questões objetivas, como a força de trabalho de cada família, técnicas e área de cultivo, por exemplo. Alia-se à recusa a preocupação do assentado em perder sua “autonomia”. Também a

necessidade de reconstrução do projeto de ser colono, relação que envolve “autonomia” e “autossuficiência” comparando-se as regras e divisão do trabalho exigida pelas atividades coletivas/cooperativas (FABRINI, 2000, p.75).

Segundo Elias (2005), em trabalho que aborda a relação da cooperação agrícola com a construção da identidade social do trabalhador rural assentado que vive e convive em assentamentos de Reforma Agrária, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra:

Algumas das condições objetivas, vividas pelas famílias assentadas, estão relacionadas com a situação da terra, com os meios de produção e com o mercado. Alguns desses elementos fundamentais influenciam diretamente na possibilidade de viabilidade da cooperação tais como a estrutura da propriedade da terra e o papel do Estado. Já as condições subjetivas das famílias, estão relacionadas com as características do trabalhador rural assentado; caracterizado pelas experiências de trabalho e vida, por isso, é necessário considerar suas origens, tradição, cultura e necessidades econômicas (ELIAS, 2005, p.5-6).

Para Souza (2006), não há um arranjo de cooperação no imaginário dos trabalhadores, movidos pela busca de uma nova vida. A autora observa que “o tempo e a vivência no assentamento, somados ao enfrentamento das controvérsias na política e na economia, geram a revisão de valores e atitudes dos assentados. É uma realidade sempre em movimento” (SOUZA, 2006, p.160).

Castilho, Arenhardt e Le Bourlegat (2009, p.167-168) ressaltam que as pessoas que compõem o Assentamento Aroeira, em Chapadão do Sul, Mato Grosso do Sul, por eles estudados, “formam grupos vindos de lugares diferentes e que isso refletiu na dificuldade de integração, cooperação entre os mesmos”. Eles complementam que cada grupo de assentados possuía particularidades próprias de organização, aliado aos elementos culturais de cada pessoa e que as mudanças ocorreram de acordo com o tempo e o espaço. Que a “identidade cultural era construída por meio de vivência social, num diálogo com os outros” (CASTILHO; ARENHARDT; LE BOURLEGAT, 2009, p.167-168).

Em trabalho pertinente às condições de vida em assentamentos rurais, na região de Ribeirão Preto, em São Paulo, Scopinho (2010), observa que nos assentamentos do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra),

a cooperação – entendida como ação social, organizada ou espontânea, articulada por objetivos comuns para solucionar problemas concretos – tem sido utilizada como princípio fundamental no processo organizativo, não apenas no âmbito da organização e gestão do processo produtivo, mas

também nas outras dimensões da vida cotidiana, entre elas os cuidados com a saúde” (SCOPINHO, 2010, p.1576).

Segundo a autora, a implantação de assentamentos tem ocorrido sob forte pressão social, sem o devido planejamento, comprometendo a qualidade de vida dos assentados.

Do exposto se constata a existência de diversos estudos que tratam da cooperação em assentamentos rurais, alguns vinculados à abordagem do capital social, na tentativa de se apresentar, por exemplo, dificuldades de desenvolver atividades cooperativas, mais precisamente de cooperação, em tais ambientes. Matos (2009) avalia que a coordenação e a cooperação entre indivíduos e grupos são facilitadas pelo capital social, contribuindo para a geração de cidadania, participação e bem-estar na sociedade.

2.4 Capital social

Consoante o universo dos assentamentos rurais, objeto de estudo, e a necessidade de promover diálogos entre o referencial escolhido e a pesquisa empírica, será abordada a teoria do capital social, em função da importância conferida aos laços de confiança e de solidariedade entre cidadãos que participam de um mesmo grupo, desses com outros grupos e organizações com as quais desenvolvem suas relações, e que considera as relações sociais como componente importante para explicar as trajetórias e performances das sociedades e de suas economias (SIMAN, 2009).

A abordagem do capital social permitirá analisar as relações viabilizadas nos assentamentos (nível micro), bem como as entre organizações internas e externas, além de constatar se tais relações possibilitam maior empoderamento aos assentados (nível macro).

O capital social, quando minimamente bem definido e valorizado, pode se constituir em importante instrumento conceitual e prático para a consolidação de políticas públicas, para o desenvolvimento sustentável e para a revitalização da sociedade civil e da democracia (ARAUJO, 2003). Conforme a aludida autora, além

de ser um instrumento que pode auxiliar a comunidade e o governo a resolverem problemas socialmente relevantes, o capital social exprime, fundamentalmente, a capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoais e redes de cooperação com vista à produção de bens coletivos.

O conceito de capital social, assim como suas relações com as práticas sociais, as redes de sociabilidade, a confiança e os valores e normas partilhadas, tem suscitado uma grande reflexão, sobretudo no campo das ciências sociais e políticas (MATOS, 2009).

Conforme Matos (2009), a noção de capital social não é nova. A novidade está no fato de considerar as interfaces entre capital social, a sociabilidade, a prática associativa, as normas e os valores, de modo a construir um princípio explicativo de múltiplos fenômenos comunicativos, sociais e políticos. Consoante Araujo (2009), o conceito de capital social ganhou notoriedade a partir do livro de Robert Putnam publicado em 1993, *Making Democracy Work: Civic traditions in Modern Italy* (Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna) (ARAUJO, 2009, p.11).

O capital social, segundo Kliksberg (2003), está sendo redescoberto hoje como chave estratégica dos avanços registrados em países bem-sucedidos. Por capital social se entende

um conjunto de aspectos (que exercem peso estratégico na produção do desenvolvimento sustentado) tais como, dentre outros: a capacidade de uma sociedade para produzir amplos acordos sociais no seu interior, para gerar “redes” articuladoras dos esforços de seus diversos setores; as forças existentes numa sociedade para dar impulso ao trabalho voluntário em iniciativas de utilidade geral; sua cultura, e a presença de valores éticos voltados para solidariedade, a construção positiva, a cooperação e a equidade (KLIKSBURG, 2003, p.161).

De acordo com Putnam, o capital social está definido por três fatores inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Tais sistemas permitem às pessoas cooperar, ajudar-se mutuamente, zelar pelo bem público, promover a prosperidade (ARAUJO, 2003).

Araujo (2003) assinala que a partir dos anos de 1990, o Banco Mundial passou a distinguir, na avaliação de projetos de desenvolvimento, quatro formas de capital: natural, financeiro, humano e social. O capital social seria aquele que manifesta a “capacidade de uma sociedade de estabelecer laços de confiança interpessoal e redes de cooperação com vistas à produção de bens coletivos” (ARAUJO, 2003, p.10). Conforme a autora, o capital social se referiria às instituições, relações e normas

sociais que concedem qualidade às relações entre os indivíduos. Ele corresponderia à argamassa que preserva o contato entre instituições e as vincula aos cidadãos, objetivando produzir o bem comum (ARAUJO, 2003).

A expressão capital social, no sentido que está sendo utilizada, foi referida em 1916, por Lyda Judson Hanifan, para descrever centros comunitários de escolas rurais em West Virgínia, em que se observava que a pobreza crescente estava associada à diminuição da sociabilidade e das relações de vizinhança entre a população local. Que a comunidade se beneficiaria da cooperação de todos e que quando se cria o hábito de se relacionar, essa rede de relações (capital social) pode ser direcionada para o bem-estar da coletividade (ARAUJO, 2003, p.24).

Para Araujo (2003), o conceito foi reinventado algumas vezes: nos anos 1950 pelo sociólogo canadense John Seely; na década de 1960 pela urbanista Jane Jacobs; nos anos de 1970 pelo economista Glenn Loury e o sociólogo Ivan Light. Nos anos 1980 o sociólogo Pierre Bourdieu definiu capital social como agregador de recursos, reais ou potenciais, que possibilitavam o pertencimento duradouro a determinados grupos e instituições (ARAUJO, 2003).

O conceito passou a fazer parte da agenda acadêmica nos anos 1980, com a publicação de dois artigos de James Coleman. Num examinava o papel das normas sociais como guias de ação dos indivíduos, sendo internalizadas e servindo como referenciais no que pertine ao certo ou errado. Elas conferem sentido à sociedade, orientam ações, tornam previsíveis certos comportamentos, sendo definida como um capital social. Outro ponto diz respeito à definição, por Coleman, de capital social por sua função, já que permite a criação de certos bens que sem a sua presença seriam impossíveis (ARAUJO, 2003).

Conforme Araujo (2003) o capital social não é um instrumento que opera solitariamente. Segundo a autora, reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que tem na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade.

Matos (2009) indica que o estudo do conceito se apoia em um ponto comum: compreender como os indivíduos e as instituições podem atingir objetivos comuns. E a condição para isso é que o indivíduo faça parte de uma comunidade engajada civicamente, participando em redes de interação (MATOS, 2009).

Em seu trabalho de tese, Martinez (2010, p.16) expressa que de acordo com vários autores por ela pesquisados, que sustentam enfoques teóricos diferentes, a participação em grupos e redes gera benefícios para os indivíduos que intervêm neles,

mas, por sua vez, a existência desses grupos e organizações também gera recursos e benefícios para a comunidade. De acordo com a teoria desenvolvida – em suas diferentes versões – por Bourdieu, Putnam e Coleman, tais recursos podem ser entendidos como capital social (MARTINEZ, 2010, p.16).

Marcante na literatura sociológica é a participação de Pierre Bourdieu como contribuinte da construção teórica do capital social, com foco político (demonstra a existência de assimetrias na obtenção de recursos através das redes de relação social), para quem capital social é o “agregado dos recursos atuais ou potenciais, vinculados à posse de uma rede duradoura de relações de familiaridade ou reconhecimento mais ou menos institucionalizadas” (Bourdieu, 1980). Conforme, Higgins (2005), Bourdieu permite levar em conta que o capital social, em seu sentido utilitário, é um ativo repartido de forma desigual.

Para Martinez (2010, p.49), em Bourdieu o conceito de “capital” significa mercancia e relação ao mesmo tempo, não existindo um fator sem o outro. Mecanismos de produção, reprodução e apropriação do capital requerem que ele passe por transformações de um tipo a outro, em vários momentos, sendo o capital social uma expressão desse fenômeno.

A abordagem de Bourdieu, conforme Matos (2009), trata do conjunto de recursos reais ou potenciais disponíveis aos integrantes de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas. Conforme a autora, a aludida abordagem trata da agregação de recursos mobilizados por meio das redes sociais.

Figura relevante no cenário é Robert Putnam, que destaca a desintegração da vida civil e da atividade política como fatos ligados à satisfação privada de necessidades materiais. Para Putnam (2006) o conceito de capital social é considerado a fonte das interações cooperativas que se exprimem nas diversas formas de associação da comunidade cívica. A ideia é de que a democracia forte se baseia na comunidade autônoma de indivíduos unidos, fruto de uma educação cívica, o que os leva à busca de objetivos comuns e agir com reciprocidade em face do espírito cívico e das instituições participativas. O capital é entendido de forma mais descritiva, e a confiança, normas e sistemas são características da organização social.

O autor revela a existência de dois tipos de reciprocidade, a balanceada ou específica e a generalizada ou difusa, e que ela faz parte de um amplo sistema de intercâmbio social. Putnam assevera que a reciprocidade é maior em grupos mais homogêneos e menor em grupos heterogêneos. Os estoques de confiança, normas e

sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a se reforçar mutuamente (PUTNAM, 2006). Assim, são criados círculos virtuosos que geram equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo (HIGGINS, 2005).

Os trabalhos de Putnam são importantes para estudos e debates sobre capital social e poder local, neles as associações locais têm um papel crucial nas estratégias de desenvolvimento e de combate à pobreza. O que denomina de uma comunidade cívica, tem o mesmo sentido de capital social, incorpora os princípios de: participação cívica; igualdade política; sentimento de solidariedade, confiança e tolerância; estruturas sociais de cooperação (associações). Para Motta (2012), ele enfatiza o grau de confiança existente entre membros de uma sociedade, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade que caracteriza tal espaço.

Em seus trabalhos, Putnam destaca aspectos das organizações sociais que facilitam a coordenação das ações coletivas e a cooperação entre elas, tais como redes, normas de confiança, bem comum, coesão social e participação, de acordo com uma perspectiva macrosociológica voltada para relações intergrupais (MATOS, 2009).

Putnam, segundo Martinez (2010, p.50), assenta sua teoria no conceito de “comunidade cívica” e civismo, aludindo à construção de identidades fortes de pertença que permitam o estabelecimento de relações de cooperação e confiança recíprocas enraizadas nas instituições.

Representando a corrente que trata o capital social sob o foco utilitarista ou econômico, cujo entendimento é o de que as relações de troca simétricas permitem a obtenção de recursos existentes nas estruturas de relação social se destaca James Coleman. A compreensão de Coleman é de que o capital social é produtivo, intangível e derivado de estruturas de relações efetivadas pelos atores e entre os atores, associado com mudanças nas crenças e opiniões dos indivíduos.

Tratando da funcionalidade existente no capital social, Coleman (1988) destaca que dentro das estruturas sociais são observados três grupos de elementos: primeiro, as obrigações, expectativas e lealdades; segundo, os canais de informação e, por último, as normas e sanções ali estabelecidas, que podem se resumir a três atributos de capital social: obrigações e expectativas, canais de informações e normas sociais, usadas frequentemente no campo da sociologia econômica. Neste ponto, Higgins

(2005) ressalta estudos empíricos que trabalham com a hipótese de que relações de confiança e reciprocidade melhoram a eficiência dos agentes econômicos, reduzindo custos.

Motta (2012) assevera que, segundo Coleman, a capacidade de um sujeito/grupo/comunidade de estabelecer laços de confiança e de desenvolver condutas de cooperação e reciprocidade intervirá na condução de políticas públicas. Para Coleman, as instituições produzem comportamentos que podem ser internalizados e socializados, daí a possibilidade do Estado criar capital social.

Segundo Coleman, o capital social poderia ser entendido como um conjunto de recursos que, além de serem parte da estrutura social, podem facilitar as ações dos indivíduos para a conquista dos seus objetivos. Esses recursos incluem normas, valores, confiança e reciprocidade, que seriam utilizados com fins produtivos. (MARTINEZ, 2010, p.49)

Em Coleman, a preocupação é com a função ou efeito do capital social sendo enfatizadas as redes densas e fechadas. James Coleman define capital social por suas funções, sendo composto de uma variedade de aspectos ligados à estrutura social e que facilitam certas ações dos indivíduos que fazem parte dessa estrutura, com enfoque nas relações intragrupo (MATOS, 2009).

Abu-El-Haj (1999) ressalta que a hipótese levantada por Coleman (1990) era da existência de uma complementação entre capital físico-econômico (insumos, infraestrutura e financiamento), capital humano (educação e preparação técnica) e, capital social (relações de confiança). Ele assevera que

a otimização dos dois primeiros seria atingida quando aumentam na comunidade as relações de confiança e reciprocidade. A confiança é que permite uma mobilização coletiva e a maximização dos recursos individuais numa comunidade ou associação. Ela facilita a otimização do uso de recursos humanos e socioeconômicos que se pode dispor (ABU-EL-HAJ, 1999, p.89).

Em seu estudo, Pase (2006, p.69) ressalta, com base em Coleman, que o funcionamento do capital social depende da confiabilidade no meio social, significando que as obrigações contraídas serão pagas, o que, de fato, é a garantia que mantém essas relações. O capital social depende da estabilidade das instituições e sua ruptura implica na perda de capital, com o fim das regras e normas aceitas socialmente.

Segundo Pase (2006), pode-se afirmar, a partir de análise de Coleman, que confiança resulta de normas de reciprocidade presentes nos processos de

socialização e das sanções implícitas ou explícitas nesses processos. As normas, por sua vez, transferem o direito de controle da ação de um ator para um conjunto de atores, porque a ação é marcada por externalidades, com consequências positivas ou negativas (PASE, 2006, p.69). A confiança construída por meio de redes sociais e de relações pessoais resultaria da interiorização de normas de reciprocidade.

De acordo com Coleman (1990), na medida em que entre os atores sociais há interdependência, eles somente conseguem satisfazer alguns de seus interesses agindo conjuntamente. Coleman denomina de capital social o conjunto das relações sociais em que um indivíduo se encontra inserido e que o ajudam a atingir objetivos que, sem tais relações, seriam inalcançáveis ou somente alcançáveis a um custo mais elevado. O capital social está localizado nas relações entre os indivíduos e não neles, e a existência de capital social aumenta os recursos à disposição dos indivíduos que se encontram mergulhados em ditas relações (Coleman, 1990).

Constituem capital social tanto as relações formais, registradas por escrito em leis, portarias, estatutos etc. ou em contratos, como as relações informais, tacitamente reconhecidas e sem contar com registro escrito (Coleman, 1990).

De acordo com Coleman quando indivíduos se associam para atingir fins comuns, por exemplo, quando se envolvem em alguma organização social, eles

desenvolvem relações de confiança mútua no seu trabalho em busca dos objetivos da organização. As relações de confiança, ou seja, o capital social gerado como subproduto da ação organizada, poderão eventualmente vir a ser utilizadas pelos atores sociais envolvidos com outros objetivos que estejam para além dos fins da organização. Uma interessante característica do capital social é que ele não se desgasta com o uso. Pelo contrário, as relações sociais que o constituem tornam-se mais perenes quando são continuamente ativadas (COLEMAN, 1990, p.318-321).

As contribuições de Putnam (2006) e Coleman (1990) mostram a existência de fatores que influenciam a performance econômica e a estabilidade política e democrática de uma sociedade. Fatores que são medidos, cada vez mais, nos países mais desenvolvidos, tais como: o clima de confiança existente entre membros de uma sociedade (confiança elevada aumenta a cooperação); o grau de associatividade (participação em atividades em organizações); os comportamentos cívicos (em relação ao lugares públicos e observância das leis; os valores éticos que predominam na sociedade (KLIKSBURG, 2003, p.165).

Cumpram ressaltar as contribuições de Fukuyama (2000), que define o capital social como normas e valores compartilhados que geram confiança e estimulam a

cooperação e a eficiência. A confiança é definida como expectativa de um comportamento regular, honesto e cooperativo, numa comunidade de normas e valores compartilhados. O capital social corresponde a uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. A norma é fundamental numa relação entre indivíduos, dela resulta a confiança, redes de trabalho, sociedade civil. Ele utiliza o conceito de raio de confiança (os grupos que possuem capital social têm um determinado raio de confiança).

Conforme Matos (2009) o enfoque conferido por Fukuyama é na habilidade das pessoas em trabalharem juntas com base em propósitos comuns em grupos e organizações. A autora preocupa-se com a existência de um conjunto de valores informais e normas compartilhadas que facilitam a cooperação.

Sabourin (2006) coloca que as referências sobre as fontes de capital social remetem para a mobilização de valores humanos (confiança, responsabilidade, solidariedade, justiça, etc.) associados às práticas sociais das comunidades ou considerados como normas de grupos. A dificuldade é de se obter explicação sobre as origens de tais valores. O princípio da reciprocidade possibilita uma outra leitura teórica das prestações econômicas e sociais no mundo rural. As relações de intercâmbio mediante o mercado capitalista de bens e trabalho existem em todas as partes.

Diversos são os princípios dominantes, projetos de sociedade ou de grupo em relação aos valores a dominar. Dentre os exemplos de prestação destacam-se: o mutirão nas comunidades rurais cujas diversas formas de ajuda mútua correspondem a três tipos de estruturas de reciprocidade: reciprocidade bilateral; compartilhamento de trabalho e reciprocidade em estrela. Trabalhando a interação e interface entre reciprocidade e intercâmbio, Sabourin revela que são lógicas observadas na realidade e que ambas podem se prevalecer de vantagens respectivas e de precedentes. Ele ressalta que os dispositivos coletivos dos agricultores e multifuncionalidade são alternativas criadas por agricultores, por conta das necessidades, das carências ou desengajamento do Estado dos seus compromissos reguladores (SABOURIN, 2006).

O referido autor sustenta a ideia de que as redes sociais ou sociotécnicas vêm sendo mobilizadas nos territórios rurais brasileiros. Nelas as transações e prestações materiais aparecem inseridas nos costumes ou nas expressões culturais e simbólicas dos valores humanos, dependendo das relações humanas construídas socialmente. Conforme raciocínio, a mobilização coletiva das organizações e das redes dos

agricultores pode seguir duas orientações: desenvolver apenas na base do sistema do intercambio capitalista ou as formas de organização dos agricultores, dos rurais e de outros atores socioeconômicos, podem participar da reprodução ou da atualização de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Sabourin (2006) defende a tese de que os valores humanos são construídos e reproduzidos pelas relações humanas constituídas em estruturas de reciprocidade.

Em relação ao uso do capital social, Kliksberg (2003) aponta:

a) para a existência de uma forte correlação entre grau de confiança e os comportamentos cívicos, de um lado, e as taxas de crescimento macroeconômico de médio e longo prazo, do outro. b) fortes correlações entre o grau de confiança em uma sociedade e fatores como a eficiência em matéria judicial; que o grau de participação em associações melhora a produtividade e o rendimento econômico dos camponeses pobres (Banco Mundial); d) o grau de confiança entre membros de uma sociedade exerce influência na esperança de vida média da população; e) a solidez da família, componente básico do capital social, influi em múltiplos aspectos de uma sociedade (desempenho escolar, inteligência emocional etc.) (KLIKBERG, 2003, p.166).

Para Atria (2003), o capital social seria entendido como “a capacidade efetiva de mobilizar produtivamente e em benefício do coletivo os recursos associativos existentes nas redes sociais a que têm acesso os membros do grupo” e para dimensionar o capital social num grupo ou comunidade deveriam verificar os recursos associativos e suas relações de confiança, reciprocidade e cooperação, assim definidas:

La confianza es el resultado de la iteración de interacciones con otras personas, que demuestran en la experiencia acumulada que responderán con un *quid pro quo* a un acto de generosidad, alimentando un vínculo que combina la aceptación del riesgo con un sentimiento de afectividad o identidad ampliada. La reciprocidad se ha entendido como el principio rector de una lógica de interacción ajena a la lógica del mercado, que involucra intercambios basados en obsequios. La cooperación es la acción complementaria orientada al logro de objetivos compartidos de un emprendimiento común (ATRIA, 2003, p.583).

Atria (2003), em seu trabalho sobre o tema indica a existência de duas dimensões) ou eixos (recursos disponíveis e redes sociais) em que se pode alinhar as formas de abordar o conceito de capital social:

La primera dimensión se refiere al capital social entendido como una capacidad específica de movilización de determinados recursos por parte de un grupo; la segunda, se remite a la disponibilidad de redes de relaciones sociales. En torno de la capacidad de movilización convergen dos nociones

especialmente importantes, como son el liderazgo y su contrapartida, el empoderamiento.

En la dimensión de los recursos aparecen implicados la noción de asociatividad y el carácter de horizontalidad o verticalidad de las redes sociales. Estas características han dado origen a la distinción entre las redes de relaciones en el interior de un grupo o comunidad (*bonding*), las redes de relaciones entre grupos o comunidades similares (*bridging*) y las redes de relaciones externas (*linking*) (ATRIA, 2003, p.583).

Kliksberg (2003, p.184) observa que nas experiências realizadas na América Latina, o assim denominado poder da cidadania (empowerment), via transferência de poder para as pessoas, por intermédio de modelos que contemplam a participação. Matos (2009), chama a atenção, para o fato de que o capital social também apresenta dimensões negativas, pois pode ser, também, fonte de reciprocidade, confiança e cooperação entre atores sociais ligados, por exemplo ao tráfico de drogas, terrorismo e a ações de discriminação e segregação (MATOS, 2009, p.256).

O quadro apresentado concorre para um exercício de reflexão sobre os principais conceitos utilizados no trabalho, principalmente em relação a cooperação e capital social, e contribui para embasar a compreensão sobre as experiências de cooperação observadas em assentamentos rurais localizados no Litoral Norte de Alagoas.

3 Orientações Metodológicas

Neste capítulo serão tecidas considerações acerca da caminhada pensada, planejada e realizada com o intuito de produzir o trabalho em apreço envolvendo escolhas em relação a aspectos metodológicos incluindo a abordagem, métodos e técnicas de pesquisa, dado o interesse em estudar as formas de cooperação exercitadas por agricultores familiares assentados, opções influenciadas pelas leituras ao longo do programa de doutoramento, pelo cotidiano junto a professores e pesquisadores bem como, pelas experiências de vida.

3.1 A abordagem

De acordo com Chizzotti (2013) a pesquisa corresponde a um processo que encerra “observações, reflexões, análise e sínteses” na tentativa de estudar a natureza e a vida em favor da vida humana, sendo um produto histórico e social. Busca-se uma resposta fundamentada para um problema delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento numa determinada área, pressupondo uma “metodologia” de trabalho, “os pressupostos epistemológicos” e a “concepção da realidade” assumida pelo investigador.

Minayo (2010, p.47), define pesquisa como a atividade fundamental das “ciências na sua indagação e construção da realidade”. Segundo a autora, “a pesquisa social não pode ser definida de forma estática ou estanque. Ela precisa ser conceituada historicamente e entendendo-se todas as injunções, contradições e conflitos que configuram seu caminho”. (MINAYO, 2010, p.52)

Para a aludida autora, o conceito de metodologia é um assunto controverso e que “ocupa lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social de mundo, veiculada na teoria” (MINAYO, 2010, p.44). Em seu estudo, a metodologia e a teoria caminham juntas e vinculadas.

Já Thiollent (1988, p.25) entende a metodologia como uma disciplina que estuda os métodos e o modo como conduzir a pesquisa, podendo ser vista como “conhecimento geral e habilidade necessários ao pesquisador para se orientar no processo de investigação, tomar decisões oportunas, selecionar conceitos, hipóteses, técnicas e dados adequados”. Ou seja, a metodologia tem como papel o controle dos métodos e técnicas bem como orientar na estrutura da pesquisa (1988, p.27).

A escolha da abordagem de pesquisa, segundo Haguette (1997), depende da orientação básica do pesquisador. Os pesquisadores quantitativistas e qualitativistas “estão acordes sobre o tipo de método mais adequado para cada tipo de objeto de estudo”. Os primeiros tendo em vista que “os métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si” enquanto que os segundos considerando que os “métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1997, p.63). Para Bauer e Gaskell (2014), ao se tentar fazer distinções entre tais abordagens surgem muita confusão metodológica e afirmações falsas fruto de compreensões equivocadas.

Consoante Chizzotti (2013), a pesquisa qualitativa assim como a quantitativa, segue uma orientação básica a partir de fundamentos e práticas de pesquisa, com pressupostos teóricos, modos de abordar a realidade e meios de colher informações diferentes. Na pesquisa qualitativa

Se o pesquisador supõe que o mundo deriva da compreensão que as pessoas constroem no contato com a realidade nas diferentes interações humanas e sociais, será necessário encontrar fundamentos para uma análise e para a interpretação do fato que revele o significado atribuído a esses fatos pelas pessoas que partilham dele. (CHIZZOTTI, 2013, p. 27-28).

Conforme Triviños (2013, p.120), a pesquisa qualitativa compreende atividades de investigação que podem ser denominadas específicas e que todas elas podem ser caracterizadas por traços comuns sendo, pois, entendida assim como uma expressão genérica.

Segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida. (p.20). O aludido autor lista os seguintes aspectos fundamentais da pesquisa qualitativa: escolha de métodos e teorias, reconhecimento e análise de diferentes perspectivas, reflexões dos investigadores e diversidade de abordagens e métodos. (p.23)

Conforme Bauer e Gaskell (2014), a pesquisa qualitativa não corresponde a um conhecimento gerado para “dar poder”, ou “dar voz aos oprimidos” (p.15), que o “espectro de dados acessíveis à pesquisa social vai além das palavras pronunciadas nas entrevistas” e desconsideram os embates epistemológicos entre defensores das duas abordagens citadas. Os citados autores defendem a ideia de que o pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica. (p.18)

Tais contribuições serviram de referência para escolha do uso da abordagem qualitativa neste trabalho de tese, principalmente considerando-se o interesse em estudar a práticas de cooperação identificadas nos assentamentos pesquisados a partir das interações sociais vivenciadas no cotidiano.

As necessidades do estudo se alinham as ideias de Bauer e Gaskell (2014, p.21), para os quais o processo de pesquisa requer a observação sistemática dos acontecimentos, o uso de técnicas de entrevista e uma análise sistemática. O interesse deve recair “na maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas ações e as dos outros”. (BAUER; GASKELL, 2014, p.21)

Em outros termos, a escolha se deveu tendo em vista que o ambiente natural - os assentamentos rurais pesquisados -, foi a fonte direta para a coleta dos dados, sendo o pesquisador a ferramenta chave, trabalhando-se com métodos qualitativos; a saber, a entrevista individual semiestruturada (SELLTIZ et al., 1975; GASKELL, 2002; TRIVIÑOS, 2008),

De acordo com Zanella (2006), a pesquisa tem como finalidade gerar soluções aos problemas humanos, entender como lidar com um problema. Assim, neste trabalho procurou se fazer uso da pesquisa descritiva e interpretativa. Para Gil (1999), tal pesquisa “objetiva a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”. Diante dos objetivos pretendeu-se, com isto, “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 2008).

3.2 Roteiro da pesquisa

Na tentativa de explicar a realidade empírica a ser trabalhada, mormente o referencial teórico desenhado, consoante o objetivo da pesquisa, a natureza do objeto a ser pesquisado, os recursos materiais disponíveis e o nível de abrangência do estudo proposto, adotou-se o método observacional (em que o cientista apenas observa o que acontece ou aconteceu) em conjunto com o monográfico (investigação aprofundada de um caso), conforme Gil (1999), considerando que a proposta de trabalho estava direcionada ao múltiplo estudo de casos de assentamentos rurais.

No caso em apreço, trata-se de *estudo multicasos*, conforme Triviños (2008), em que se busca aprofundar o conhecimento sobre a realidade de dois assentamentos rurais, cujos resultados podem contribuir para a compreensão de aspectos da realidade, formular novas questões para o encaminhamento de outras pesquisas sobre a temática estudada, a luz da visão dos atores sociais envolvidos.

De acordo com Gil (2007) o estudo de caso é uma modalidade de pesquisa que consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos com o objetivo de atingir um maior conhecimento a respeito dele(s). O propósito do estudo de caso é apresentar uma visão global do problema estudado ou, então, identificar fatores que o possam influenciar ou são influenciados por ele.

Segundo Yin (2010) o estudo de caso é encarado como delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo, dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos.

Para Chizzotti (2013) o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa ou, uma modalidade de pesquisa

em que o caso é dado ao profissional para que reúna informações sobre determinado produto, evento ou fenômeno social contemporâneo complexo, situado em seu contexto específico. Objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores. (CHIZZOTTI, 2013, p.135).

Já Stake (1994) não entende o estudo de caso como “uma escolha metodológica, mas a escolha de um objeto de estudo definido pelo interesse em casos individuais e não pelo método de pesquisa usado” (STAKE, 1994, p.236). No caso, trata-se de estudo que abrange a coleta sistemática de informações sobre os assentados e o conjunto de relações ou processos sociais em que eles estão envolvidos e assim conhecer como são e como operam no ambiente real. Detendo-se, conforme Chizzotti (2013), num coletivo de pessoas - nos assentamentos rurais -, para estudar uma particularidade, que seriam as práticas de cooperação ali vivenciadas.

A escolha pelos assentamentos se deu entendendo-se, consoante Chizzotti (2013), que o aludido universo, ou comunidade, constitui “um grupo relativamente homogêneo de pessoas com relações interacionais difusas e algumas características identitárias”, como por exemplo, residirem no mesmo espaço (assentamentos rurais), se assumirem assentados da reforma agrária, desenvolverem atividades características de agricultores familiares, entre outras. Ai, então, verificar o que ocorre no dia a dia dos atores sociais, como interação e como se comportam em determinadas circunstâncias (CHIZZOTTI, 2013, p.136).

O estudo de caso, de acordo com os objetivos da pesquisa, pode ser tipificado como “intrínseco, instrumental ou coletivo” (STAKE, 1994). No primeiro se busca compreender os aspectos intrínsecos de um dado caso. No segundo, tem-se em vista o exame de um caso para esclarecer uma questão ou aprimorar uma teoria. A ideia é que o investigador possa compreender melhor a realidade, orientar estudos decorrentes, como também levantar ou confirmar hipóteses, gerando novos estudos. No último, se estende o estudo a diversos casos instrumentais a fim de alargar a compreensão com base em um maior número de casos em conexão.

Para o desenvolvimento deste trabalho o estudo de caso se justificou pela necessidade de conhecer as similaridades existentes entre os dois assentamentos rurais pesquisados, notadamente no que se refere às formas de cooperação viabilizadas nas atividades produtivas e no cotidiano das famílias. Escolha que fluiu tendo em vista o número de famílias assentadas em cada um, o período em que os assentamentos foram criados, as características das antigas propriedades rurais ocupadas, o perfil dos acampados e dos assentados, a localização das unidades produtivas, as principais atividades agrícolas ali desenvolvidas, notadamente a vinculação com a tradicional atividade de exploração da cana-de-açúcar na região, com seus respectivos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

Cabe frisar que a opção por trabalhar com assentamentos rurais, localizados no litoral norte do estado de Alagoas, tem relação direta com a participação, nos últimos dez anos, em atividades com grupo de pesquisa interdisciplinar que atua naquela região. A preferência pelos Projetos de Assentamentos Rurais Conceição e São Frutuoso se deveu a vários fatores a saber. Um deles diz respeito ao fato deles estarem localizados na mesorregião do Leste de Alagoas, na microrregião do Litoral Norte de Alagoas e no Território de Cidadania do Litoral Norte do estado de Alagoas. Outro ponto foi em relação ao tamanho das propriedades rurais em relação às demais da região, a vinculação das antigas fazendas com unidades agroindustriais e com grandes plantadores de cana-de-açúcar da região, a existência de moradores nas antigas fazendas, a importância do cultivo da cana-de-açúcar nas áreas dos assentamentos, o fato de serem assentamentos acompanhados pela mesma organização prestadora de serviços de Assessoria Técnica, Ambiental e Social (ATES), como também, o acesso aos assentamentos via técnicos da ATES.

Cabe registrar que não há, neste caso, pretensão em extrapolar para outros os resultados dos casos estudados uma vez que não se objetiva a generalização, embora se saiba que “nenhum caso é um fato isolado, independente das relações sociais onde ocorre” (CHIZZOTTI, 2013, p.138). Conforme Yin (2010), o estudo de caso permite ao pesquisador reter as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, neste caso o que acontece nos assentamentos rurais estudados, a fim de entender os fenômenos sociais complexos ali vivenciados no cotidiano. (p.25).

Neste trabalho serão utilizados os termos “assentados” e “assentamentos”, conforme largamente utilizado por organismos governamentais e não governamentais. O termo “assentados”, correspondendo, conforme Carvalho (1998), ao “conjunto de famílias de trabalhadores rurais inseridas numa área geográfica oficialmente definida como de reforma agrária”. Ao atribuir tal identidade aos componentes de grupo social determinado se assume a existência de diferenças internas e da complexidade das formas de cooperação porventura localizadas em tais espaços sociais. Ao mesmo tempo se reconhece que os grupos sociais ali observados não são homogêneos. Neste aspecto, com a figura 1, a seguir, se procura mostrar de forma panorâmica que a escolha pela expressão “assentados” se deve, também, ao fato de que, nos espaços estudados os atores sociais - rotulados como trabalhadores rurais sem-terra -, eram oriundos de outros espaços distintos, quer do setor urbano, quer do setor rural e, que tanto em um quanto no outro setor, desempenhavam papéis,

em função dos respectivos status, conferidos ou conquistados na sociedade, trazendo consigo, conhecimentos, saberes, valores e experiências de vida.



Figura 1 – Categorias participantes das estruturas sociais dos assentamentos.

Fonte: Elaboração do autor.

No capítulo 2 será apresentada cada uma das categorias aqui mostradas, contribuintes para a construção da categoria “assentados”, neste novo espaço, em que se configura uma nova dinâmica de vida para os envolvidos nos processos de reforma agrária.

3.3 Técnicas utilizadas

Os dados foram obtidos utilizando-se três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos, conforme Lakatos e Marconi (1991) e Triviños (2008). A unidade de análise pesquisada compreendeu dois assentamentos rurais, vinculados ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Alagoas. Um assentamento em que previamente, com base em visitas e contatos com técnicos que atuam na área, aparentava ter mais cooperação

e outro que aparentava ter menos, assistidos por técnicos do Instituto de Capacitação Zumbi, vinculado ao MST e localizados na mesorregião do litoral norte do estado. Foram envolvidos diversos atores/protagonistas do ambiente como o todo, a saber: assentados, técnicos e gestores de organizações envolvidas com assentamentos rurais alagoanos.

A seleção dos informantes foi direcionada. Com os assentados as ações fluíram a partir da realização de entrevistas semiestruturadas, visitas a unidades produtivas e observações em reuniões e visitas técnicas. Também foram entrevistados extensionistas rurais das organizações prestadoras de Assessoria Técnica Ambiental e Social (ATES), técnicos do INCRA e de organizações (públicas e privadas) atuantes na região de localização dos assentamentos bem como lideranças dos movimentos sociais envolvidos com a reforma agrária, no estado de Alagoas.

A coleta dos dados no campo englobou o uso de diversas ferramentas considerando-se o objetivo a atingir (pesquisa documental, entrevistas, observações e caderno de campo). O estudo documental representou o ponto inicial na coleta dos dados para o trabalho proposto tendo-se como principal fonte documentos disponíveis no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); sede em Brasília, Superintendência em Alagoas e site da organização. Aliam-se os dados obtidos junto a coordenação do MST, em Alagoas, os disponibilizados pelo Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares e os coletados junto a assentados de diversos assentamentos da região no decorrer dos últimos quatro anos, além dos obtidos com os assentados entrevistados dos dois assentamentos pesquisados, em 2013 e 2014.

Cumprir salientar o acesso e uso de registros de dados contidos em questionários aplicados pela equipe do Instituto de Capacitação Zumbi que representaram outra fonte de dados, importante para o trabalho, conforme plano de pesquisa. Tais dados foram inseridos em um banco de dados criado pelo pesquisador, compilados e tratados, cujos resultados compõem o quarto capítulo, em que se apresenta uma visão panorâmica dos assentamentos estudados.

Para a coleta de dados junto a assentados, técnicos e gestores das organizações envolvidas foi utilizada a entrevista, com roteiro semiestruturado (SELLTIZ et al., 1975; GASKELL, 2002; TRIVIÑOS, 2008), construído para cada população e testado previamente. Foram realizadas 23 (vinte e três) entrevistas com assentados dos dois assentamentos e oito entrevistas com técnicos e gestores de organizações. Na definição da amostra foram observados os critérios preconizados

por Minayo (2010), assim como, o dimensionamento da quantidade de entrevistas seguiu o critério de saturação, entendido como conhecimento formado pelo pesquisador de que compreendeu a lógica interna do grupo ou da coletividade, no caso os assentados em seus assentamentos e suas interações com demais atores sociais.

No início do trabalho de campo, nos assentamentos, foi mantido contato com os dirigentes dos assentamentos para aproximação e sensibilização em relação à execução da proposta de trabalho. O acesso aos assentados ocorreu com o apoio de técnicos que atuavam nos assentamentos. Algumas entrevistas foram viabilizadas no período em que as atividades de assessoria técnica estavam suspensas pela falta de convênio entre o INCRA e organizações prestadoras de serviços. Nessas ocasiões, a partir da experiência de técnicos que conheciam as áreas objeto de estudo, se procurava os assentados nos respectivos lotes, se realizava o contato e quando o mesmo era positivo, sequencialmente eram efetivadas as entrevistas ou, eram marcadas para data posterior. Notadamente algumas negativas foram registradas sendo apresentadas justificativas variadas, a maioria de que não dispunha de tempo para responder, que não gostava de ser entrevistado(a) ou que não podia responder porque o(a) cônjuge estava viajando e só ele(a) saberia as respostas.

Para cada dia se planejava a ida a uma agrovila ou diretamente aos lotes. Não foi estabelecido um tempo para a realização de cada entrevista, contudo, em média, as entrevistas perduraram cerca de sessenta minutos. Foi observado que a condição de regularidade junto ao INCRA, fato do nome constar ou não no Registro de Beneficiários (RB) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), tinha relação com a decisão de colaborar ou não com a pesquisa. Alguns assentados com situação ainda não regularizada junto ao INCRA se negaram a contribuir com o estudo. Por outro lado, foi notado que a maioria dos não regularizados adotava uma postura bem mais reservada que os demais, evitando comentários e emissão de juízos de valor. De acordo com a percepção do investigador as indicações são de que estar com o nome na RB representava uma condição de segurança para os assentados, que gerava empoderamento, permitindo aceitar participar das entrevistas ou, bem como, se colocar com mais naturalidade no decorrer das entrevistas.

No decorrer da coleta de campo, com a reativação dos serviços de assessoria técnica, a estratégia de trabalho foi alterada e o pesquisador passou a acompanhar os técnicos em suas atividades rotineiras, aproveitando as visitas técnicas para

efetivação das entrevistas e/ou para a realização de observações de campo nas unidades produtivas nos assentamentos estudados e em outros assentamentos por eles assistidos, na região. O investigador ao longo do tempo passa a ser simbolicamente incorporado ao grupo da assessoria e ser apresentado aos assentados como estagiário, membro da equipe de trabalho local. Tal fato contribuiu para que a recepção por parte dos assentados fosse, na maioria das vezes, bem mais amistosa e tranquila, reduzindo resistências e conseqüentemente o número de respostas evasivas.

Em diversas ocasiões as entrevistas foram permeadas com observações de campo nos lotes de assentados, acompanhando o desenvolvimento de atividades laborais ou visitando as áreas junto com os assentados, numa caminhada em que se tinha a oportunidade de conhecer o que se fazia nos lotes, como viviam, alguns hábitos e costumes, e se obtinha informações sobre a história do assentamento e de vida dos assentados, uma vez que alusões ao passado eram feitas em comparação com o quadro então observado. Ocasões em que assentados se colocavam com mais propriedade em relação aos problemas vivenciados, certamente porque estando nos lotes e observando o que se encontrava no campo facilitava a verbalização do registro material e levava-os a promover comentários acerca da realidade vivenciada, expressando suas expectativas e planos para o futuro.

Ainda em relação aos assentamentos, ao longo do tempo, o pesquisador acompanhou, como observador, diversas reuniões, algumas conduzidas por técnicos governamentais e outras por técnicos da organização prestadora de serviços de assessoria técnica, cada uma com sua pauta específica. Ocasões em que foram apresentadas e discutidas variadas questões que faziam parte do universo de interesses dos atores envolvidos. Tais eventos permitiram acompanhar diversas situações no cotidiano dos atores sociais, se apresentando como um verdadeiro laboratório social, em que as interações eram (re)construídas diuturnamente em cada ambiente, e nos diversos espaços de luta em que eles estavam envolvidos e inseridos. Relações vivenciadas pelos respectivos atores, quer diretamente, individualmente, quer via seus órgãos de representação junto à sociedade, as associações de assentados. Tais reuniões permitiram observar a partir dos comportamentos, atitudes e verbalizações de alguns assentados a representatividade do grupo naquele momento histórico.

As entrevistas com técnicos e gestores ocorreram a partir de agendamento, considerando-se a disponibilidade dos interlocutores e transcorreram conforme as expectativas reinantes.

Na realização de visitas, contatos e observações de campo nos assentamentos e instituições diversas, os registros foram apontados no Caderno de Campo e muitas das ações também foram objeto de gravação.

Os dados coletados no campo foram decodificados, transcritos, tratados e submetidos à análise de conteúdo, conforme metodologia preconizada por Bardin (2011). Considerando que a análise de conteúdo possui duas funções, uma “heurística” e uma de “administração da prova”, sendo uma técnica que depende do tipo de “fala” e do tipo de “interpretação” que se pretende como objetivo, ela necessita ser reinventada a cada momento, tendo-se que se promover ajustes ao longo das atividades (BARDIN, 2011, p.35).

A análise de conteúdo corresponde a um conjunto de técnicas de análise de comunicações diversas visando conseguir, via procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo de mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que admitam a inferência de conhecimentos referentes às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) das mensagens tratadas (BARDIN, 2011, p.48).

A análise de conteúdo foi organizada em três polos cronológicos conforme Bardin (2011): a) a pré-análise; b) a exploração do material; c) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação dos dados (p.125). A autora preconiza que “os resultados obtidos, a confrontação sistemática com o material e o tipo de inferências alcançadas podem servir de base a outra análise disposta em torno de novas dimensões teóricas, ou praticada graças a técnicas diferentes” (BARDIN, 2011, p.132).

Conforme Bardin (2011), a análise dos resultados objetiva a organização dos dados a fim de se obter as respostas requeridas, enquanto que a interpretação dos dados deve gerar a ligação entre os dados empíricos e os conhecimentos obtidos até então. Dentre os passos destacam-se o estabelecimento de categorias, codificação, tabulação, análise e, interpretação dos dados. Já segundo Lakatos e Marconi (2001), devem ser adotadas as seguintes técnicas: classificação, categorização e análise de conteúdo.

Bardin (2011) ressalta que a maioria dos procedimentos de análise organiza-se em redor de um processo de categorização, considerando-a uma operação de classificação de elementos que compõem um conjunto por diferenciação, seguida de um reagrupamento conforme o gênero, consoante critérios definidos antecipadamente. É um processo tipo estruturalista que comporta o inventário e a classificação dos elementos.

Considerando a variedade de respostas e a necessidade de analisá-las adequadamente, Gil (1999) recomenda, assim como Bardin (2011), organizá-las mediante o agrupamento de um número de categorias, a partir do estabelecimento de um princípio de classificação. Selltiz et al. (1975) apresentam, em seu estudo, regras básicas para a construção de um conjunto de categorias que podem ser úteis na análise dos dados, saber:

1) conjunto de categorias deve ser derivado de um único princípio de classificação; 2) o conjunto de categorias deve ser exaustivo; vale dizer, deve ser possível colocar qualquer resposta num das categorias do conjunto; 3) as categorias do conjunto devem ser mutuamente exclusivas; não deve ser possível colocar determinada resposta e mais de uma categoria do conjunto (SELLTIZ et al., 1975, p.441-442).

Em seguida, os procedimentos de análise dos dados e o cotejamento deles com as bases teóricas estabelecidas. As informações qualitativas foram analisadas consoante o uso da análise de conteúdo, utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de um conjunto de respostas obtidas no campo (BARDIN, 2011; TRIVIÑOS, 2008; GIL, 1999; SELLTIZ et al., 1975).

Considerando os objetivos do estudo as questões foram construídas de modo a permitir responder às interrogações apresentadas no problema de pesquisa, cotejando, posteriormente, dados empíricos com a base teórica definida, tendo como referência a abordagem do capital social, cujas variáveis contribuem para se verificar como ocorre a cooperação em assentamentos rurais e sua colaboração para o desenvolvimento dos mesmos. Infere-se que ações cooperativas, associativas, participativas e comunitárias estariam associadas ao capital social em tais espaços, assim como a confiança, reciprocidade e a solidariedade.

Tendo em vista a importância do estudo sobre a participação de assentados em atividades coletivas ou grupais tais como associações, grupos, organizações diversas, procurou-se constatar tais envolvimento, como ocorre o acesso, a origem

dos membros, os benefícios obtidos e expectativas, os processos de tomada de decisão, escolha dos líderes formais, interação nos grupos e entre grupos, resgate histórico das experiências e percepção sobre os resultados para as famílias e para cada assentamento. Buscou-se identificar a participação nos assentamentos, conforme o estabelecido por Rios (1979, p.54), que a tipifica em dois níveis que se interpenetram: a subjetiva (identificação do assentado com a organização a que pertence como coproprietário, se sentindo responsável e diretamente interessado, enfim, como uma extensão de sua unidade de produção) e a objetiva (frequência e atuação em assembleias da organização, integralização de capital, realização de operações econômicas e percepção de retorno).

Em relação às redes, tencionou-se verificar o tamanho dos círculos de amizade dos assentados e levantar a utilidade delas para eles a partir de questões concernentes ao número de amigos ou pessoas a quem pediria ajuda e com quem poderia contar em situação de emergência (empréstimo de dinheiro, perda de colheita, cuidar de filhos numa necessidade). Enfim, constatar a utilidade das redes em situações de risco para os assentados.

Em relação ao confiar ou acreditar em outrem a busca foi em relação a confiança dos assentados nas pessoas e entre as pessoas, levantando-se a disposição a ajudar outrem, nas organizações, entre atores sociais, as práticas de ajuda mútua e respectivas frequências de exercícios de solidariedade nos assentamentos.

Para descobrir também se há capital social significativo à disposição nos assentamentos foram levantadas as atividades desenvolvidas para a comunidade, pessoas envolvidas, tipo de participação, sanções a não participação em ações comunitárias, bem como situações de cooperação.

As interações sociais se apresentam como manifestações de capital social indicando a existência, ou não, de confiança nos assentamentos. Coube, portanto, constatar as características dos assentados, suas diferenças, dificuldades de relacionamento e motivações para tal, acesso aos serviços, participação individual e com familiares em eventos sociais, como também, a segurança e a violência nos assentamentos e a percepção dos assentados sobre tais situações.

Procurou-se levantar a habilidade dos assentados para tomar decisões, negociar, influenciar, encetar ações políticas. Neste caso, levantar a percepção dos assentados em relação ao controle sobre as decisões e ao poder de decidir nos

assentamentos, envolvimento em atividades que geravam solicitações em conjunto em prol da coletividade, participação em instâncias coletivas, envolvimento com movimentos sociais (benefícios em participar, sanções ao sair, avaliação dos papéis das organizações), relacionamento com organizações que interagem com os assentamentos (avaliação, perspectivas, transparência das ações, negociações efetivadas e resultados).

A cooperação se apresentou como um conceito base, a que estão vinculadas categorias estabelecidas, nesta proposta, com base em Scopinho (2012). A ação de cooperação espontânea dos assentados, inerente a determinados grupos e derivada de suas tradições e costumes (fundamentada na reciprocidade adiada ou instantânea) foi objeto de observação nos assentamentos. Foi observada a cooperação organizada (ação-padrão) construída à luz de um código e desenvolvida no interior de cooperativas, consoante o regimento interno (SCOPINHO, 2012, p.48), como também a cooperação autogestionária, em que o processo organizativo dos assentamentos seria entendido como meio para facilitar o acesso às tecnologias de organização e controle da produção e comercialização com base na participação ativa dos assentados no processo de decisão, de planejamento e avaliação das atividades realizadas nos assentamentos (SCOPINHO, 2012, p.34).

Em relação à abordagem de capital social, utilizada no estudo para servir de base para explicar os processos de cooperação experienciados pelos agricultores familiares assentados, a escolha incidiu em Coleman, que em sua abordagem, examina os elementos obrigações, expectativas e lealdades, os canais de informações e as normas e sanções, que podem ser resumidos em três formas de capital social tais como as obrigações e expectativas, os canais de informações e normas sociais. Elementos que se coadunam com o cenário observado nos espaços objeto de preocupação dada as relações sociais ali vivenciadas. Apóia-se também em Putnam e Sabourin, no que se refere aos elementos solidariedade e reciprocidade, possivelmente presentes nas relações praticadas no cotidiano dos assentados, bem como os costumes e habitus preconizados por Bourdieu (2013).

Observa-se na aludida abordagem que o capital social pode ser entendido como conjunto de recursos que fazem parte das estruturas de relações sociais e facilitam as ações das pessoas para a conquista dos seus objetivos. Recursos como normas, valores, confiança, redes, solidariedade e reciprocidade podem ser utilizados com fins produtivos, dependendo das necessidades dos protagonistas. Recursos que,

dependendo das condições, podem ser mobilizados por instituições públicas para se alcançar grau elevado de bem estar coletivo situação que pode ser aplicada a realidade dos assentamentos de reforma agrária tendo em vista a capacidade de assentados de estabelecerem laços de confiança e desenvolverem condutas de cooperação e reciprocidade participando ativamente na sociedade, inclusive na condução de políticas públicas.

A partir da base teórica capital social, ancorada nas construções de Coleman (1990, 1988), Putnam (2006) e Sabourin (2011) - como autores principais -, e à luz dos elementos de capital social contidos nas respectivas abordagens, foram estabelecidas a confiança, normas, reciprocidade, redes e solidariedade como categorias de análise, na expectativa de que pudessem contribuir para a compreensão e explicação da viabilização de processos de cooperação nos assentamentos a serem estudados.

Do esforço realizado antecipadamente à etapa de coleta de dados redundaram o pré-estabelecimento de categorias de análise (Quadro 1) que representam possíveis respostas às perguntas que foram formuladas, considerando-se o problema de pesquisa e os objetivos propostos.

Quadro 01 - Categorias de análise

BASE TEÓRICA	CATEGORIAS DE ANÁLISE	AUTORES CENTRAIS	OUTROS AUTORES
Capital Social	Confiança Normas Reciprocidade Redes Solidariedade Habitus	Coleman (1990,1988). Putnam (2006); Sabourin (2011); Bourdieu (2013,1980).	Fukuyama (2000, 1996); Kliksberg (2003).
Cooperação	Cooperação	Scopinho (2007).	Bergamasco (1997, 1996); Ferrante et al. (2006); Pinho (2004); Rios (2009, 2006, 1979); Souza (2008, 2006, 2000); Sennett (2012). Abdalla (2002)
Participação	Participação	Rios (2012, 2009, 1979).	Meister (1969); Bordenave (1983); Stavenhagen (1970, 1969).

Fonte: Elaborado pelo autor.

4 Os assentamentos Conceição e São Frutuoso

Neste capítulo tem-se como interesse principal apresentar os elementos que compõem os cenários (re)construídos no cotidiano dos assentamentos objetos de estudo ou, em outros termos, apresentar dados gerais que possibilitem caracterizar os Projetos de Assentamento Conceição e São Frutuoso, localizados, respectivamente, nos municípios de Porto Calvo e São Luis do Quitunde, no estado de Alagoas. Cumpre lembrar que os cenários a serem mostrados foram construídos a partir das observações de campo no decorrer da pesquisa, de pesquisa bibliográfica, de pesquisa documental e, de dados de campo contidos em questionários aplicados e disponibilizados pelo Centro Zumbi de Capacitação, dados que foram tabulados, tratados e interpretados pelo investigador.

Conforme dados do INCRA, o Projeto de Assentamento (PA) Conceição foi criado em 20 de maio de 1994, em área de 1.654,8 ha, desapropriada em 29 de outubro de 1993, encontra-se em fase de consolidação, conta com 186 famílias. Consoante Relação dos Beneficiários (RB) constam 152 casais, 19 mulheres e 15 homens como responsáveis pelos respectivos lotes. Dentre os casais, observou-se uma predominância do gênero masculino (78%) como o primeiro nome na ordem de listagem dos titulares dos lotes. Os assentados, sua maioria (73,1%) tiveram os nomes homologados no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) há mais de 16 anos (Tabela 1), cabendo ressaltar que do total de assentados aproximadamente 72% estão assentados desde o período da criação, há 20 anos.

Tabela 1 - Tempo de homologação no PNRA de assentados no PA Conceição

Assentados/Tempo	16 a 20 anos	11 a 15 anos	6 a 10 anos	Até 5 anos	Total
Nº	136	10	15	25	186
%	73,1	5,4	8,1	13,4	100

Fonte: INCRA – Relação Beneficiários/2014

Já o Projeto de Assentamento São Frutuoso se encontra em fase de estruturação e assenta 156 famílias. Foi criado em 30 de dezembro de 1996, em área de 958,0 ha, desapropriada em 9 de maio de 1996. Na Relação dos Beneficiários estão registrados 125 casais, 19 homens e 12 mulheres como responsáveis pelos lotes, sendo que dentre os casais foi constatada também a predominância de pessoas do gênero masculino (80%) como primeiro nome na ordem de listagem dos beneficiários do programa. Os nomes dos assentados foram homologados no PNRA, em sua maioria (76,9%), há mais de 16 anos, conforme observado na Tabela 2.

Tabela 2 – Tempo de homologação no PNRA de assentados no PA São Frutuoso

Assentados/Tempo	16 a 20 anos	11 a 15 anos	6 a 10 anos	Até 5 anos	Total
Nº	120	20	16	0	156
%	76,9	12,8	10,3	0	100

Fonte: INCRA – Relação Beneficiários/2014

Tanto no PA Conceição, quanto no PA São Frutuoso constata-se a predominância do gênero masculino como titulares dos lotes, nos respectivos assentamentos denotando uma estrutura patriarcal tradicionalmente encontrada no meio rural e, particularmente, na zona canavieira alagoana, que implica na não participação das mulheres em diversos processos decisórios nos assentamentos estudados.

Observa-se que nos dois assentamentos mais de 70% dos assentados ali estão há mais de 16 anos, enquanto que os demais chegaram no decorrer do tempo substituindo assentados que faleceram, abandonaram ou transferiram/repassaram os

lotes, salientando-se que no PA Conceição aproximadamente 13% dos assentados tiveram suas respectivas situações regularizadas junto ao INCRA nos últimos cinco anos. As observações de campo indicam a existência de um percentual superior a 30% de assentados, nos dois assentamentos, em situação irregular junto ao governo federal, aguardando a regularização dos lotes.

Torna-se imperativo assinalar que nos citados assentamentos os lotes apresentam áreas inferiores a 1 módulo fiscal dos municípios onde estão localizados, módulos fiscais correspondentes a 16 hectares. Os lotes são minifúndios, que economicamente, não propiciam o sustento dos assentados e familiares (LAGES; RAMOS, 1999). Quadro que, por si só, compromete a proposta de reforma agrária, a segurança alimentar e a qualidade de vida dos atores envolvidos.

4.1 Os titulares dos lotes

Neste bloco serão apresentados dados sobre os titulares dos lotes dos dois assentamentos, mais especificamente, os pertinentes à distribuição deles em relação ao gênero, faixa etária, estado civil e composição dos núcleos familiares, compilados pelo autor com base em questionários elaborados e aplicados por técnicos do Instituto Zumbi dos Palmares, em 2013, junto a 168 titulares dos lotes do PA Conceição entrevistados e 151 titulares do PA São Frutuoso, correspondendo a 90% do número de assentados no primeiro assentamento e, a 97% do número de assentados no segundo assentamento pesquisado.

Conforme dados contidos na ilustração a seguir (Figura 1), cerca de 70% dos responsáveis pelos lotes do PA Conceição era do gênero masculino, percentual também observado no PA São Frutuoso, denotando-se que predomina uma estrutura baseada no patriarcalismo, em que as mulheres enfrentam dificuldades para participarem nos processos de construção social nos assentamentos, que se reflete nos processos decisórios efetivados nos assentamentos tais como, nas reuniões das associações, na formação de grupos de trabalho, na participação na cooperativa de pequenos agricultores da região.

Dados da Figura 2 revelam que no PA Conceição 36% dos assentados entrevistados estavam casados, 27% viviam em regime de união estável, 29%

estavam solteiros, 5% estavam viúvos, 2% divorciados e, 1% não respondeu à pergunta. No PA São Frutuoso 35% estavam casados, 16% viviam em união estável, 19% estavam solteiros, 21% viúvos, 7% divorciados e 2% não informaram. Do total de assentados pesquisados nos dois assentamentos, 58% estavam casados ou constituíam relações estáveis, 24% estavam solteiros, 13% viúvos, 4% divorciados, enquanto 1% não informou a situação.

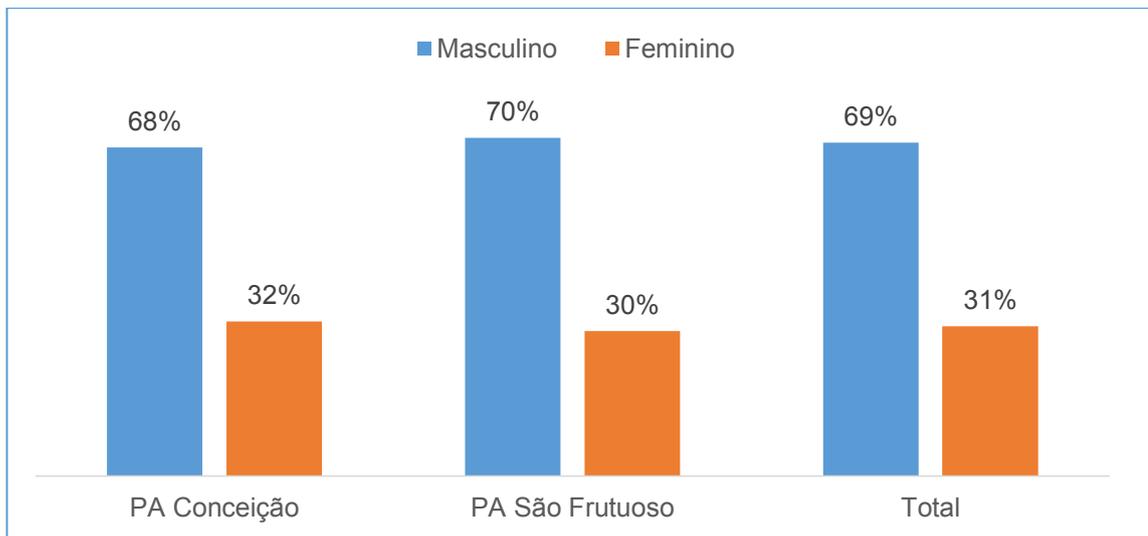


Figura 1 - Distribuição dos assentados entrevistados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

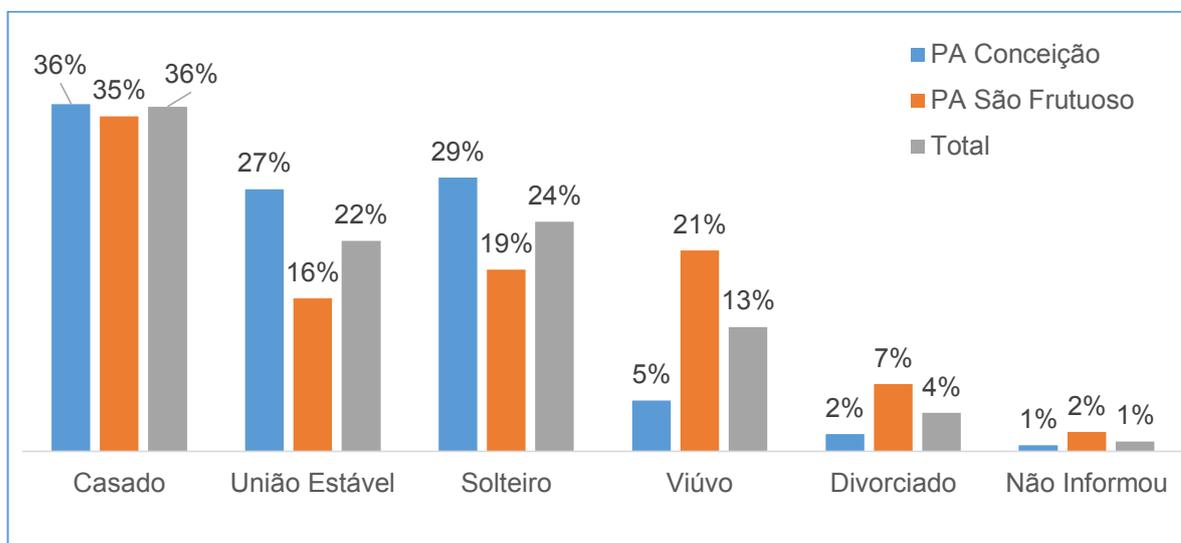


Figura 2 - Distribuição percentual dos titulares de lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por estado civil.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

Dos dados levantados salienta-se o número de pessoas residindo sob o mesmo teto nas residências dos assentamentos pesquisados segundo os titulares entrevistados (Figura 3). Observa-se que 48% dos assentados no PA Conceição declararam que o núcleo era formado por até 2 pessoas, 40% deles que o núcleo era formado por 3 a 5 pessoas, 10% que o núcleo era formado por 6 a 8 pessoas e 2%, por mais de 8 pessoas. Os percentuais no PA São Frutuoso foram: para 40% com o núcleo formado por 1 a 2 pessoas; 45% para núcleos formados por 3 a 5 pessoas; 13% com núcleo composto por 6 a 8 pessoas e 2% com mais de 8 pessoas. Em relação ao total de assentados dos dois assentamentos cabe destaque para os núcleos compostos por 1 a 2 pessoas, com 44% e, para os formados por 3 a 5 pessoas, com 43%. A maioria das famílias assentadas (87%) era composta por até 5 pessoas. Tais dados apontam para futuras limitações em relação ao uso de mão de obra familiar nos assentamentos implicando na necessidade de maiores investimentos em pesquisa, desenvolvimento e uso de novas tecnologias voltadas para a agricultura familiar.

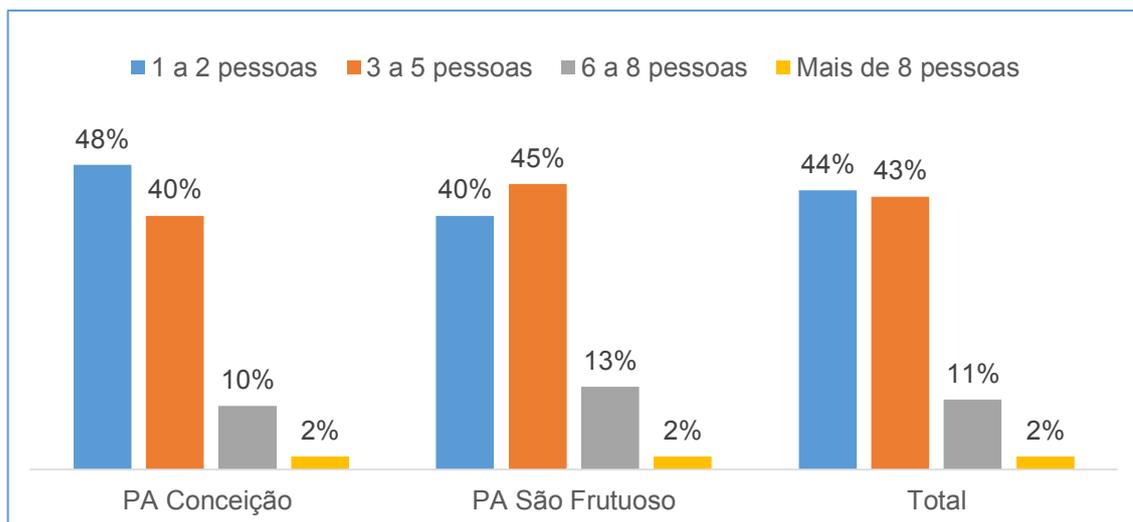


Figura 3 - Distribuição dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por composição do núcleo familiar.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No que se refere à faixa etária de titulares dos lotes dos assentamentos pesquisados pode-se constatar o que se segue, a partir dos dados contidos na Tabela 3, que trata de faixas de idade, em relação ao gênero, nos dois assentamentos. No PA Conceição, do total de assentados destaca-se que 27% dos titulares faziam parte do grupo dos que estavam com mais de 60 anos e, que, 26% estavam com idade de

entre 41 a 50 anos. Observa-se que, por gênero, destaca-se que 31% dos homens estavam com idade superior a 60 anos. Já entre as mulheres a faixa etária com maior percentual era a que englobava as que estavam com idade entre 41 a 50 anos. Em relação ao total de assentados no PA São Frutuoso o maior percentual de assentados estava na faixa etária de 31 a 40 anos (28%), seguido pelo grupo dos com faixa etária entre 41 a 50 anos (23%). Por gênero, as faixas com maior percentual entre os homens foram de 31 a 40 anos (25%); de 41 a 50 anos (24%) e, mais de 60 anos (22%). Entre as mulheres destaca-se a faixa entre 31 a 40 anos com 37%.

Tabela 3 – Distribuição dos assentados titulares de lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero e faixa etária.

PA/Gênero/ Faixa etária	18 a 20 anos	21 a 30 anos	31 a 40 anos	41 a 50 anos	51 a 60 anos	Mais de 60 anos	Nº Assentados	
PA Conceição	Masculino	0%	10%	13%	24%	22%	31%	106
	Feminino	4%	2%	23%	31%	20%	20%	51
	Total	1%	8%	17%	26%	21%	27%	157
PA São Frutuoso	Masculino	4%	9%	25%	24%	16%	22%	98
	Feminino	0%	8%	37%	20%	20%	15%	40
	Total	3%	9%	28%	23%	17%	20%	138
Total	Masculino	2%	10%	19%	23%	19%	27%	204
	Feminino	2%	4%	30%	26%	20%	18%	91
	Total	2%	8%	22%	25%	19%	24%	295

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação ao total de assentados titulares dos dois assentamentos a leitura da aludida tabela revela que 25% dos assentados estavam na faixa etária entre 41 e 50 anos e, 24% estavam com mais de 60 anos de idade. Do total de pessoas do gênero masculino dos dois assentamentos 27% estavam com mais de 60 anos, grupo de trabalhadores rurais com idade para se aposentar. Já entre as mulheres cabe registrar que na faixa etária entre 51 a 60 anos de idade e mais de 60 anos encontravam-se 20% e 18%, respectivamente delas; trabalhadoras rurais com idade superior a 55 anos e, portanto, em condições de se aposentarem. Nas duas últimas faixas estão pessoas aposentadas ou com idade próxima à aposentadoria, são assentado(a)s que passarão a atuar com mais limitações na lida no campo, inclusive

o(a)s inserido(a)s no contingente de pessoas com idade superior a 65 anos de idade, consideradas inativas.

Com base nos dados apresentados constata-se que os titulares dos lotes eram, em sua maioria, do gênero masculino, espelhando uma estrutura patriarcal historicamente observada na região, indicando a existência de questões de gênero em face da dificuldade das mulheres participarem ativamente no cotidiano dos espaços estudados. A maioria dos titulares estava casada ou vivia em união estável e aproximadamente um quarto deles estavam solteiros, notadamente os contidos nos dois primeiros estratos de faixa etária. Cerca de 90% das famílias eram compostas por até 5 pessoas e 43% dos titulares faziam parte dos dois últimos estratos, formados por pessoas cujas idades estariam próximas à satisfazerem as condições de aposentadoria.

O cenário aponta para uma situação de redução de mão-de-obra familiar nos assentamentos que implicaria na necessidade de contar com o concurso de mão-de-obra contratada pelos assentados. Alia-se a isso o contingente de pessoas com idade avançada, próxima à aposentadoria, que representaria também preocupações em relação ao andamento das atividades nos lotes bem como, no tocante à questão da sucessão nos assentamentos estudados.

4.2 O conjunto de assentados

Se os dados anteriores diziam respeito, particularmente, aos titulares dos lotes, agora se pretende apresentar o conjunto de assentados, ou seja, o universo de assentados dos dois assentamentos, composto por beneficiários titulares dos lotes e seus respectivos familiares.

Em relação ao conjunto de assentados foi constatado (Figura 4) que cerca de 60% do conjunto de assentados dos dois assentamentos era do gênero masculino; fato comum na maioria dos assentamentos da região estudada. No PA Conceição 70% eram do gênero masculino. Já no PA São Frutuoso o percentual de assentados do gênero feminino (50,46%) era maior que o de assentados do gênero masculino (49,54%).

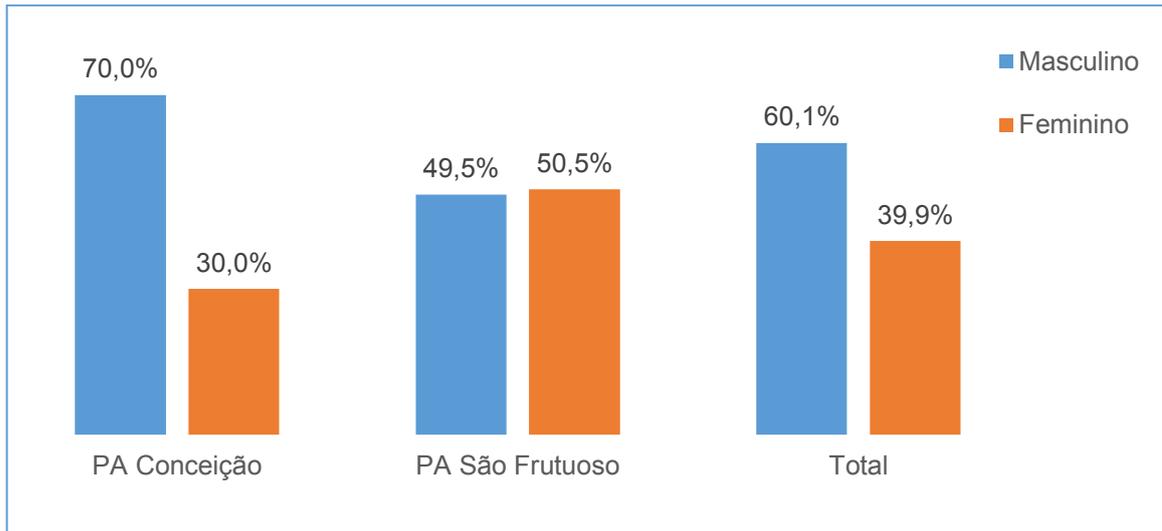


Figura 4 - Distribuição percentual dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Os dados levantados sobre o estado civil dos assentados (Figura 5) indicam que no PA Conceição 44% estavam solteiros, 24% casados e 18% viviam em regime de união estável. No PA São Frutuoso 53% estavam solteiros, 21% casados e 16% conviviam em regime de união estável.

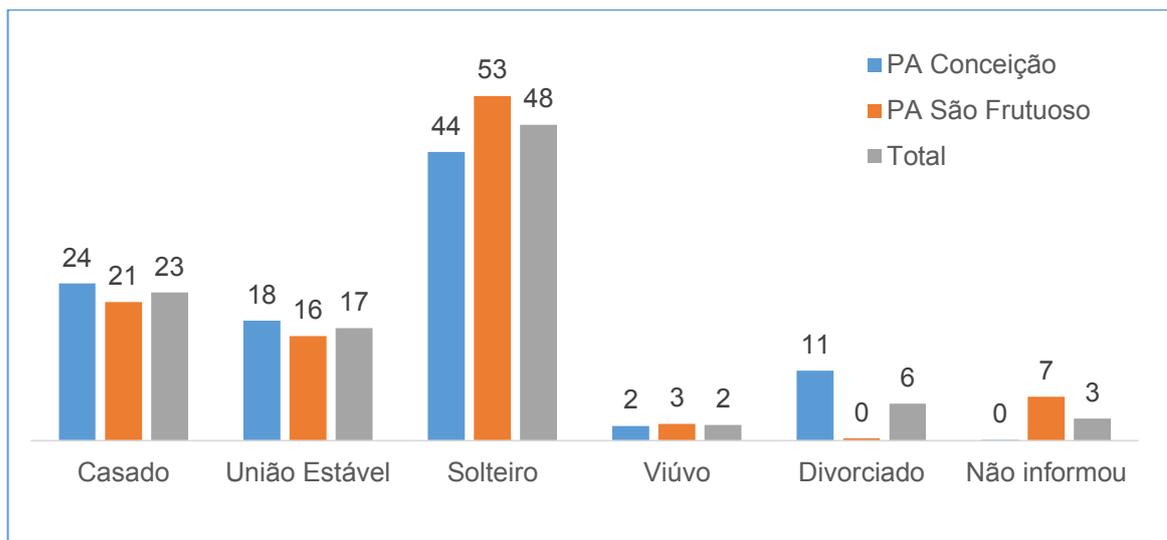


Figura 5 - Distribuição percentual dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, de acordo com o estado civil.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

No que pertine à idade declarada por assentados observa-se (Tabela 4) que no PA Conceição, de um total de 406 pesquisados, destaca-se que 19% dos homens estavam com idade acima dos 60 anos, seguida da faixa entre 41 e 50 anos, com

17%. Já entre as mulheres os maiores percentuais estavam na faixa de idade entre 41 e 50 anos (19%). O percentual de mulheres potencialmente aposentadas ou em condições de se aposentar por idade, enquanto trabalhadora rural, chega a 21% (componentes das faixas entre 51 e 60 anos e as com mais de 60 anos). Em relação ao total no PA Conceição ressalta-se o baixo percentual de crianças com idade até 6 anos bem como o percentual de homens na faixa superior a 60 anos, uma vez que nela se encontram as pessoas consideradas inativas (idade superior a 65 anos) e os trabalhadores rurais aposentados por idade ou próximos a se aposentarem e, os percentuais das duas últimas faixas do gênero feminino, faixas que também englobam trabalhadoras rurais com idade para se aposentarem ou as já aposentadas.

Tabela 4 - Distribuição dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, por gênero e faixa etária.

PAs/ Faixa Etária/ Gênero	PA Conceição			PA São Frutuoso			Total		
	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total	Masc.	Fem.	Total
0 a 6 anos	5%	5%	5%	6%	11%	8%	5%	8%	6%
7 a 14 anos	12%	14%	13%	15%	15%	15%	13%	15%	14%
15 a 20 anos	12%	16%	14%	18%	21%	20%	15%	18%	17%
21 a 30 anos	14%	10%	12%	15%	10%	13%	14%	10%	12%
31 a 40 anos	10%	15%	12%	17%	16%	17%	13%	16%	14%
41 a 50 anos	17%	19%	18%	12%	15%	13%	15%	17%	16%
51 a 60 anos	11%	12%	12%	8%	8%	8%	9%	10%	10%
> 60 anos	19%	9%	15%	10%	5%	8%	15%	7%	11%
Total Assentados	232	174	406	234	171	405	466	345	811

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

Já no PA São Frutuoso destacam-se as faixas de 15 a 20 anos e as de 31 a 40 anos, com os maiores percentuais tanto para o gênero masculino quanto para o feminino. Os percentuais de assentados na primeira faixa foram de 8% assim como nas duas últimas faixas que incluem assentado(a)s com idade superior a 51 anos. Quando se observa os dados dos dois assentamentos se evidencia uma distribuição mais equilibrada dentre as faixas de idade nas pessoas do gênero masculino em comparação as do gênero feminino. Ressalta-se os percentuais nas duas últimas

faixas, com 10% e 11% do(a)s assentado(a)s. Dentre as mulheres, as duas últimas faixas envolvem as trabalhadoras rurais em idade com possibilidade de aposentadoria ou já aposentadas, por idade. Dentre os homens tal incidência estaria na última faixa. Observa-se, também, que os assentados incluídos nas duas primeiras faixas e na última seriam aqueles considerados como inseridos na população considerada inativa, que engloba pessoas com idade entre 0 e 14 anos e as com 65 anos ou mais, idade.

Ao comparar os dados dos dois assentamentos observa-se que no PA São Frutuoso 69% dos assentados faziam parte da população economicamente ativa enquanto que no PA Conceição o percentual era de 57%. No PA Conceição se encontrava um maior quantitativo de pessoas na última faixa de idade (15%), população considerada inativa.

Na tabela 5 se encontra a distribuição dos assentados de acordo com a escolaridade de faixa de idade no Assentamento Conceição.

Tabela 5 - Distribuição percentual dos assentados do PA Conceição, segundo a faixa etária e escolaridade.

Faixa Etária / Escolaridade	Não Alfabetizado (%)	EFI (1º ao 5º) (%)	EFI (6º ao 9º) (%)	EFC (%)	EMI (%)	EMC (%)	ESI (%)	ESC (%)
Até 6 anos	62,5	37,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7 a 14 anos	10,6	78,8	10,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
15 a 20 anos	0,0	21,7	49,0	7,8	13,7	3,9	3,9	0,0
21 a 30 anos	0,0	28,6	26,2	9,5	11,9	14,3	9,5	0,0
31 a 40 anos	15,9	47,7	18,2	0,0	4,6	13,6	0,0	0,0
41 a 50 anos	22,0	45,6	19,1	1,5	1,5	8,8	0,0	1,5
51 a 60 anos	27,9	65,1	0,0	0,0	0,0	7,0	0,0	0,0
> 60 anos	55,9	37,3	3,4	1,7	0,0	1,7	0,0	0,0
Total	21,3	45,6	17,7	2,7	4,1	6,6	1,7	0,3

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

Legenda: EFI: Ensino Fundamental Incompleto; EFC: Ensino Fundamental Completo; EMI: Ensino Médio Incompleto; EMC: Ensino Médio Completo; ESI: Ensino Superior Incompleto; ESC: Ensino Superior Completo.

Em relação à escolaridade dos assentados constata-se que no PA Conceição (Tabela 5) o percentual de assentados não alfabetizados era de 21,3%, enquanto que 45,6% não tinham concluído o ensino fundamental (do 1º ao 5º ano) e, 17,7% não tinham concluído o ensino fundamental (do 6º ao 9º ano). A maioria dos assentados com mais de 60 anos (55,9%) não estava alfabetizada, que mais de 45% dos assentados nas faixas etárias de 31 a 40 anos, 41 a 50 anos e 51 a 60 anos, ainda não tinham concluído a 5ª série do ensino fundamental e 49%% dos assentados na faixa etária de 15 a 20 anos não tinham concluído a 9ª série do ensino fundamental.

Na tabela 6 se encontra a distribuição dos assentados de acordo com a escolaridade de faixa de idade no Assentamento São Frutuoso.

Tabela 6 - Distribuição percentual dos assentados do PA São Frutuoso, segundo a faixa etária e escolaridade.

Faixa Etária / Escolaridade	Não Alfabe tizado (%)	EFI (1º ao 5º) (%)	EFI (6º ao 9º) (%)	EFC (%)	EMI (%)	EMC (%)	ESI (%)	ESC (%)
Até 6 anos	73,3	26,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
7 a 14 anos	1,9	71,7	24,5	1,9	0,0	0,0	0,0	0,0
15 a 20 anos	5,3	41,4	29,4	5,3	14,7	1,3	1,3	1,3
21 a 30 anos	7,8	49,0	7,8	11,8	5,9	15,7	2,0	0,0
31 a 40 anos	20,0	60,0	9,2	4,6	1,6	3,1	1,5	0,0
41 a 50 anos	15,7	62,8	7,8	3,9	3,9	5,9	0,0	0,0
51 a 60 anos	28,6	64,3	7,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
> 60 anos	53,3	33,3	13,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	17,7	53,5	15,0	4,3	4,6	3,8	0,8	0,3

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

Legenda: EFI: Ensino Fundamental Incompleto; EFC: Ensino Fundamental Completo; EMI: Ensino Médio Incompleto; EMC: Ensino Médio Completo; ESI: Ensino Superior Incompleto; ESC: Ensino Superior Completo.

No PA São Frutuoso (Tabela 6) 17,7% dos assentados não estavam alfabetizados e, 53,5% não tinham concluído o 5º ano do ensino fundamental. A maioria dos assentados com mais de 60 anos (53,3%) não estava alfabetizada. Os percentuais mais altos, por faixa etária, envolviam os assentados que não concluíram o 5º ano do ensino fundamental (71,7% na faixa etária de 7 a 14 anos; 64,3% na faixa etária de 51 a 60 anos; 62,8% na faixa etária de 41 a 50 anos e 60% na faixa entre 31 a 40 anos de idade).

Ao cotejar os dados dos dois assentamentos observa-se que no PA Conceição o percentual de assentados não alfabetizados, com idade superior a 60 anos, era de 3,6% a mais que no PA São Frutuoso, assim como o percentual de assentados com ensino fundamental incompleto (da sexta a nona série) era de 2,8% a mais, o percentual de assentados que concluíram o ensino médio era 2,8% a mais e, o percentual de assentados cursando ensino superior era de 0,9% a mais que no PA São Frutuoso.

Já no PA São Frutuoso observa-se a existência de 7,9% de assentados, com ensino fundamental incompleto (da primeira a quinta série) que no PA Conceição, 1,5% a mais de assentados com ensino fundamental completo e, 0,5% a mais de assentados com ensino médio incompleto que no PA Conceição.

Ressalta-se que, em que pese os esforços apresentados pelos governantes cerca de 20% dos assentados dos dois assentamentos não estavam alfabetizados, cerca de 50% não haviam concluído o ensino fundamental (da primeira à quinta série) e aproximadamente 16% não concluíram o ensino fundamental (da sexta à nona série), fazendo ver a necessidade de se reforçar programas educacionais voltados para adultos, no campo.

Do total de assentados pesquisados cerca de 250 estavam estudando quando da realização da coleta de informações. Na ilustração a seguir (Figura 6) constata-se que, em relação ao total de assentados dos dois assentamentos, 42% estavam com idade na faixa de 15 a 20 anos, 39% na faixa de 7 a 14 anos e 7% na faixa de 21 a 30 anos.

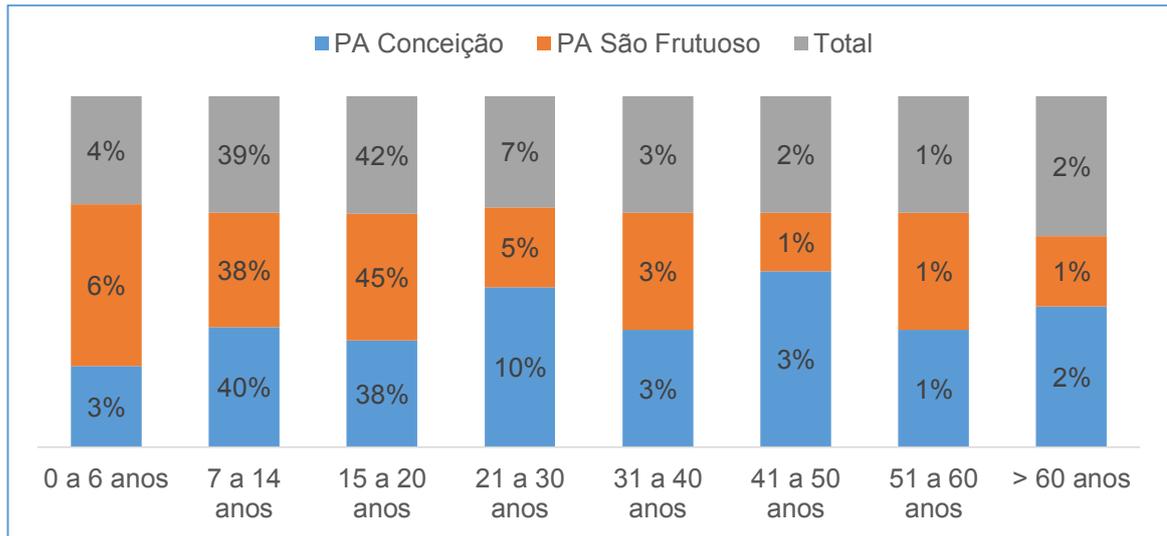


Figura 6 - Percentual de assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso que estudavam, por faixa etária.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Nas demais faixas os percentuais são inferiores aos citados, sendo que os três menores percentuais estavam nas faixas correspondentes aos de idades mais avançadas. Em cada um dos assentamentos os maiores percentuais de assentados estudando também se verificavam nas aludidas faixas etárias, assim como os menores percentuais estavam nas faixas dos assentados com idades mais avançadas. Do total de assentados, que informaram estar estudando, 55% deles residiam no PA São Frutuoso e 45% no PA Conceição.

Dentre os assentados dos dois assentamentos não foi registrada demanda por documentos por parte dos “titulares dos lotes” entrevistados. Do total (716) de componentes das famílias dos entrevistados, 126 revelaram necessidade por algum documento, 48% deles no PA Conceição e 52% no PA São Frutuoso. Conforme pode ser visualizado na Figura 7, no PA Conceição a maior demanda dos assentados (12,4%) era por Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG) ou Carteira de Identidade, 2,2% careciam de todos os documentos (Certidão de Nascimento, RG, Título de Eleitor, CPF e Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS) e, 1,1% apenas da CTPS. Já no PA São Frutuoso, 13,5% demandavam por CPF e RG, seguida pela necessidade de 2,5% dos assentados por CPF, e 1,7% deles careciam de RG.

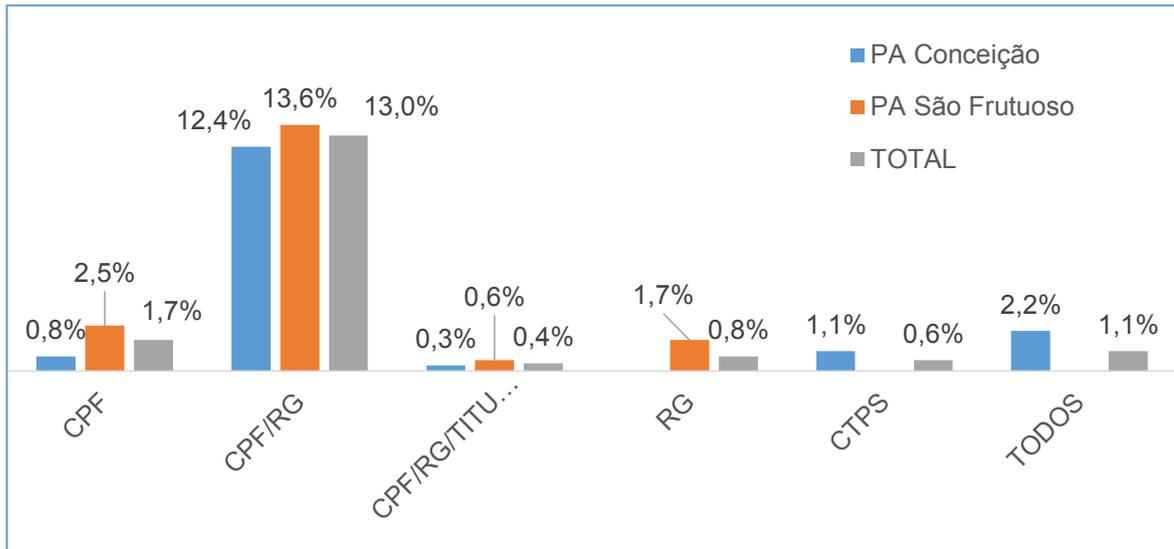


Figura 7 – Distribuição dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso, segundo a demanda por documentos.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação a ocupação (Figura 8), de um universo de 1035 assentados (51% do PA Conceição e 49% do PA São Frutuoso), 18,6% não forneceram informações (19,6% dos assentados do PA Conceição e 17,6% dos assentados do PA São Frutuoso), 25,9% do total de assentados declararam que eram estudantes (23,9% dos assentados de PA Conceição e 28% dos assentados do PA São Frutuoso), 53,8% do total de assentados trabalhavam como agricultores (54,8% dos assentados no PA Conceição e 52,8% dos assentados no PA São Frutuoso).

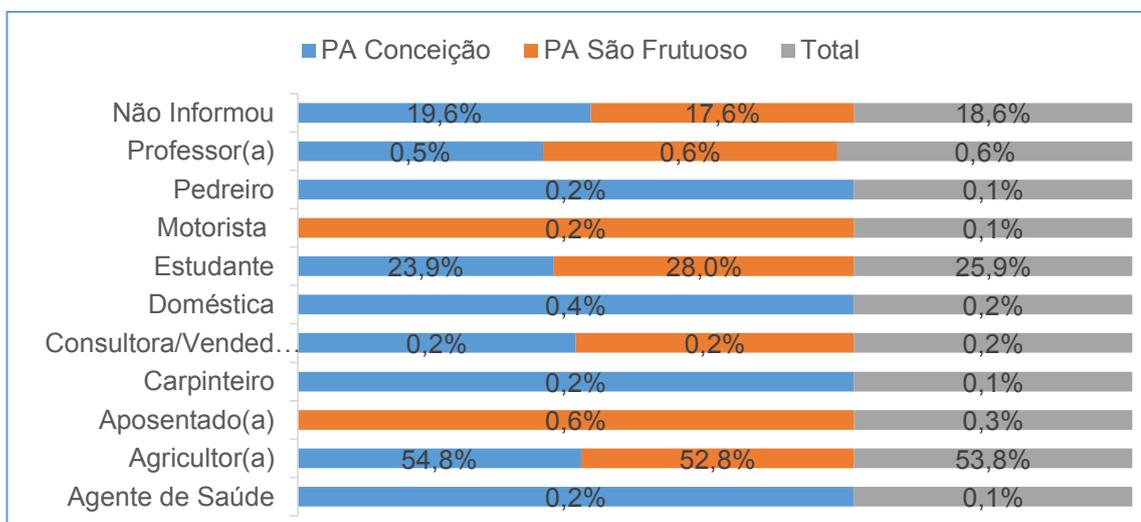


Figura 8 – Distribuição percentual dos assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso, conforme a ocupação principal.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Apenas 0,3% do total de assentados declararam que estavam aposentados, todos assentados do PA São Frutuoso (uma mulher com 58 anos de idade e dois homens, um com 73 anos e outro com 72 anos de idade).

No tocante a obtenção de renda fruto de atividades não agrícolas cabe registrar que apenas 19 assentados do PA Conceição e 16 assentados do PA São Frutuoso declararam tal usufruto (5 aposentadorias por invalidez, 4 aposentadorias por tempo de serviço, 1 pensão, 2 benefícios de prestação continuada, 6 participações no Bolsa Família e, demais, não declararam as fontes de renda).

Considerando os dados obtidos sobre o universo de assentados nos dois assentamentos pesquisados se constata que a maioria era de pessoas do gênero masculino, predominância também observada em relação aos titulares dos lotes. Fato que denota questões de gênero nos assentamentos, com as mulheres enfrentando dificuldades para participarem efetivamente de ações variadas nos respectivos projetos de assentamentos.

No conjunto de assentados 37% deles estavam com até 20 anos de idade, 42% com idade entre 21 a 50 anos e 21% com idade superior a 50 anos; dados que apontam para uma população relativamente jovem, em que cerca de 30% estavam frequentando os bancos escolares. Contudo, 20% dos assentados não estavam alfabetizados, 50% não haviam concluído a 4ª e 5ª série do ensino fundamental e 16% não haviam concluído da 6ª a 9ª séries do ensino fundamental. O baixo grau de escolaridade observado nos assentamentos pode contribuir para o entendimento em relação à existência de capital social nos projetos de assentamentos pesquisados.

Os titulares dos lotes não careciam de documentos básicos (CPF, Registro Geral e Título de Eleitor), o que se explica pelo fato de que a posse deles é obrigatória para o devido cadastramento junto aos órgãos governamentais envolvidos nos processos de reforma agrária, em particular para a Relação de Beneficiários do INCRA. Foi observado um baixo percentual em termos de demanda por documentos nos dois assentamentos fato que se percebe atrelado ao cumprimento de normas e regras estabelecidas para participação em programas governamentais objeto de interesse de grande parte dos assentados. O interesse e necessidade de acesso a serviços variados ofertados pelo Estado fizeram com que a demanda por documentos fosse pequena. Ou seja, o empoderamento dos atores sociais ocorre em sintonia com as necessidades reinantes assim como o cumprimento de regras e normas sociais estabelecidas pelos órgãos governamentais executores de programas.

Em relação ao envolvimento em atividades 26% dos assentados se declararam estudantes, 54% que trabalhavam como agricultores e 0,3% que estavam aposentados. Os registros de atividades não agrícolas foram poucos (6 bolsas famílias; 9 aposentadorias; 1 pensão; 2 benefícios e, 17 casos sem informação detalhada), apontando para envolvimento com programas sociais e governamentais. Os casos sem informação detalhada, conforme observações de campo, implicam em experiências de pluriatividade por parte de assentados titulares dos lotes dos dois assentamentos.

4.3 A produção agrícola

Os dois assentamentos englobam uma área de 2.612,8 ha, sendo 1.654,8 ha no PA Conceição e 958 ha no PA São Frutuoso. Dentre as diversas produções agrícolas cultivadas nos dois assentamentos destacam-se, conforme Figuras 9, 10, 11 e 12 (a seguir), a cana-de-açúcar, a macaxeira, a banana, a laranja e coco, tanto em relação ao número de lotes em que são exploradas pelos assentados, quanto em relação às áreas cultivadas nos assentamentos pesquisados.

No tocante ao cultivo em relação número de lotes observa-se (Figura 9) que no Projeto de Assentamento Conceição a banana (pacovan, prata e comprida) era cultivada em 70% dos lotes, seguida da macaxeira que era cultivada em 56% dos lotes, da laranja, cultivada em 49% dos lotes, da cana-de-açúcar, que era cultivada em 47% dos lotes, o coco, era cultivado em 39% dos lotes, o milho em 19% e o inhame e a mandioca¹ em 14% e o feijão em 13% dos lotes, as demais frutíferas (abacate,

¹ Mandioca e macaxeira pertencem a mesma espécie, *Manihot esculenta* Crantz, sendo que a mandioca apresenta um elevado teor de ácido cianídrico (HCN), maior que 100mg/kg, constituindo-se, assim, como uma planta extremamente tóxica para os animais, incluindo o homem, podendo causar problemas neurológicos, inclusive levar à morte. Diferentemente, a macaxeira é uma cultivar que apresenta o teor de ácido cianídrico inferior a 100mg/kg (BOLHUIS, 1954) que, no processo de cocção, este ácido é volatilizado, não representando, assim, riscos de intoxicação para o homem e/ou animais.

Para distinguir as cultivares faz-se necessário o uso de análises laboratoriais para se conhecer as concentrações de ácido cianídrico em cada cultivar. Contudo, no campo, a distinção se dá a partir da experiência do agricultor que nos diversos cultivos realizados ele consegue diferenciar as cultivares. Isto é feito considerando-se as características morfológicas e pela observação do homem do campo, saber que é adquirido e repassado entre gerações de agricultores que cultivam já há sucessivas décadas.

acerola, caju, graviola, jaca, jambo, manga, pitomba, seriguela) eram, em seus diversos arranjos, cultivadas em 45% dos lotes. Abacaxi, melancia e verduras eram cultivadas em 5% dos lotes.

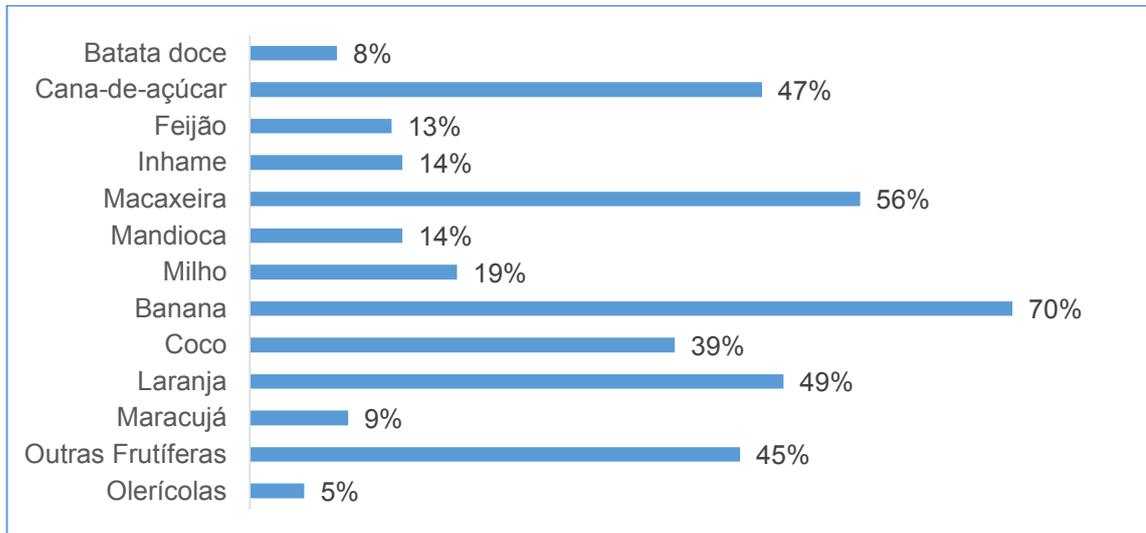


Figura 9 – Produtos agrícolas cultivados nos lotes do PA Conceição.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No Projeto de Assentamento São Frutuoso, conforme o contido na Figura 10, chama a atenção o dado pertinente ao cultivo da cana-de-açúcar pelos assentados, cultura presente em 91% dos lotes.

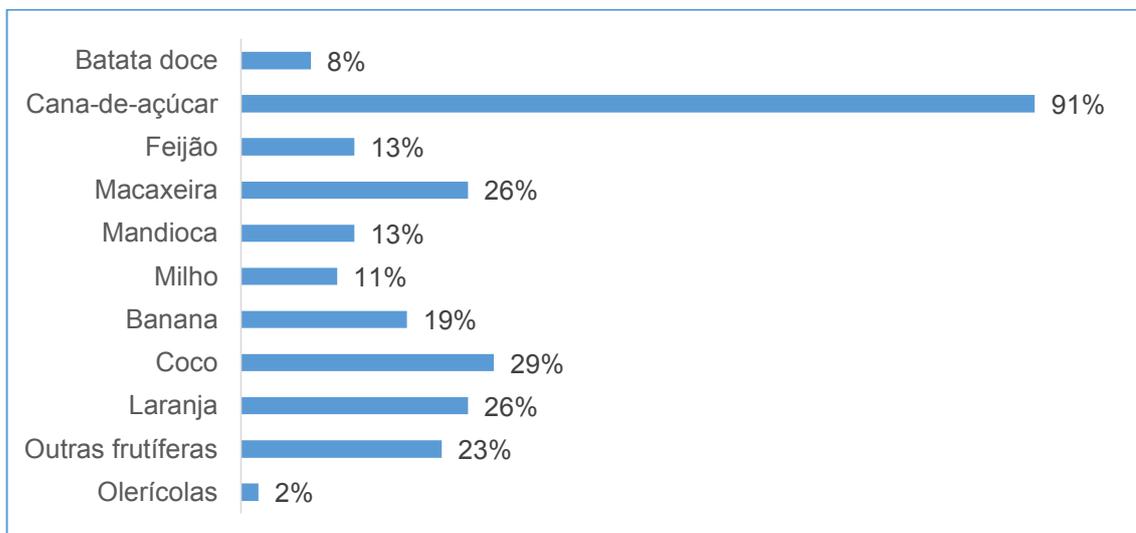


Figura 10 – Produtos agrícolas cultivados nos lotes do PA São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Na sequência, o coco, em 29% dos lotes, a laranja e a macaxeira, em 26% dos lotes, cada uma. Depois, a banana, cultivada em 19% dos lotes, o feijão e a mandioca, cultivadas em 13% dos lotes e o milho em 11% dos lotes. As demais frutíferas (acerola, caju, goiaba, jaca, jambo, manga, pinha, pitanga e pitomba) eram cultivadas em 23% dos lotes, enquanto que o abacaxi, a melancia e verduras eram cultivadas em 2% dos lotes.

Quando se coteja os dados dos dois assentamentos em relação aos cultivos, por lotes, evidencia-se o alto percentual de assentados que cultivavam a cana-de-açúcar, principalmente no PA São Frutuoso. Ressalta-se, também, os cultivos de banana, bem como, os de macaxeira e laranja, no PA Conceição.

Ainda em relação ao uso do solo nos lotes, de acordo com os dados levantados, a partir das respostas de 309 assentados (159 assentados do PA Conceição e 150 do PA São Frutuoso) as áreas, nos lotes, utilizadas por eles na exploração agrícola com culturas isoladas e consorciadas, correspondia a 85% da área agricultável, sendo 80% da área agricultável do primeiro assentamento e cerca de 90% da área agricultável do segundo assentamento. Observou-se que aproximadamente 15% do total das áreas agricultáveis dos lotes dos entrevistados eram utilizados com pastagens (15% da área com pastagem era coberta com pastagem nativa e 85% com pastagem plantada). No PA Conceição, a área com pastagem correspondia a cerca de 20% da área agricultável. Da área com pastagem, 17% era com pastagem nativa e 83% com pastagem plantada. No PA São Frutuoso a área com pastagem correspondia a cerca de 10% da área agricultável, sendo que 7% da área com pastagem era ocupada com pastagem nativa e 93% com pastagem plantada.

No PA Conceição, considerando-se a área plantada em cada lote, as cinco principais culturas exploradas pelos assentados eram a cana-de-açúcar, a banana (variedades prata, pacovan e comprida), macaxeira, laranja e coco. O cultivo da cana-de-açúcar ocupava 47,5% da área de produção agrícola do assentamento, o da banana ocupava 18,2%, o da macaxeira ocupava 8,5%, o da laranja ocupava 8%, o do coco ocupava 7,3%, o do inhame 1,9% e, o do milho ocupava 1,6% da área de produção agrícola (Figura 11).

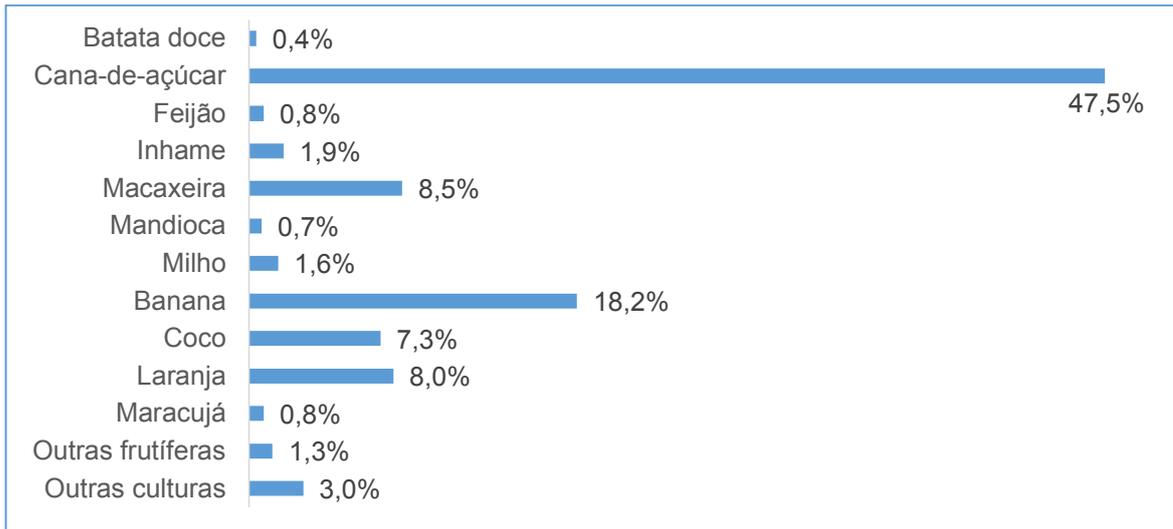


Figura 11 – Cultivos agrícolas em relação a área agrícola no PA Conceição.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA São Frutuoso, constata-se que tomando por base a área plantada em cada lote, as cinco principais culturas exploradas pelos assentados eram a cana-de-açúcar, o coco, a laranja, a macaxeira e, a banana (variedades prata, pacovan e comprida). A cana-de-açúcar era cultivada em 77,1% da área de produção agrícola do assentamento, o coco em 3,7%, a laranja em 3,4%, a macaxeira em 3,4%, a banana em 2,4%, área com fruteiras (manga, jaca, goiaba, caju, acerola etc.) correspondia a 2,7% da área de produção agrícola no aludido assentamento (Figura 12).

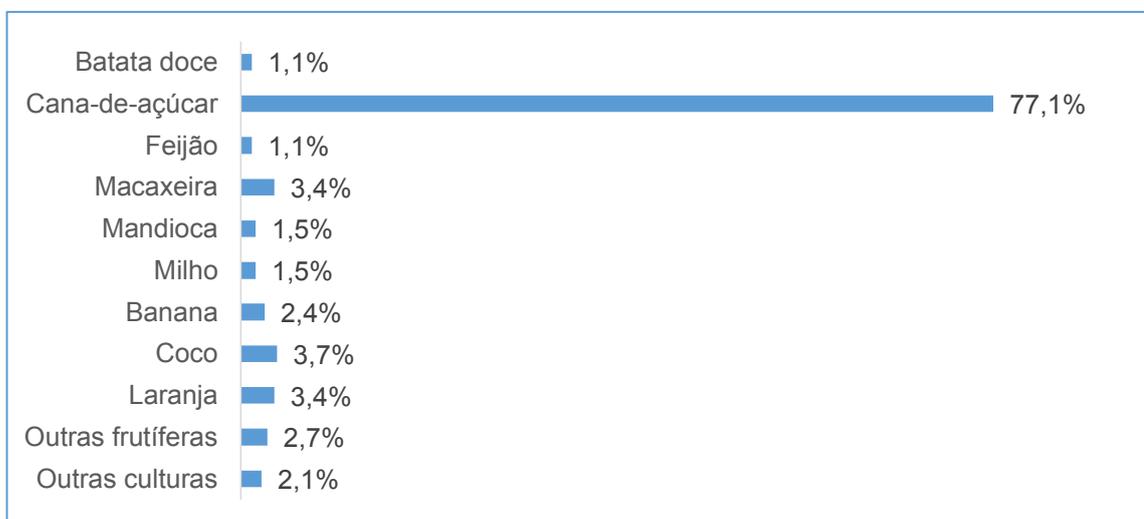


Figura 12 – Cultivos agrícolas em relação a área agrícola no PA São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Comparando os dados sobre uso do solo nos lotes dos dois assentamentos estudados nota-se que o cultivo da cana-de-açúcar se apresenta como o de maior importância, considerando-se a área plantada em relação ao total da área usada para o cultivo agrícola. Em ambos, a cana era a cultura com maior área de exploração em relação as demais, embora com maior destaque no PA São Frutuoso, assentamento em que o cultivo da cana-de-açúcar chegava a ocupar uma área correspondente a 77,1% da área agrícola do mesmo. Cabe frisar que os dois assentamentos ocupam espaços de antigas fazendas de cana e, que mesmo havendo esforço por parte do governo federal, com o apoio dos movimentos sociais, para redirecionar as atividades para a diversificação da produção, tal esforço ainda não atingiu a expectativa.

No PA Conceição evidencia-se uma maior diversidade de culturas agrícolas, destacando-se os cultivos da banana, da laranja, da macaxeira e do coco. As produções de macaxeira, mandioca para fabricação de farinha, inhame, batata doce, feijão e milho têm sido historicamente objeto de cultivo por grande parte dos trabalhadores rurais assentados nos dois assentamentos, mormente pelos que vivenciaram experiências de vida como moradores em propriedades rurais da região canavieira que as cultivavam em seus quintais ou em áreas acessadas sob alguma forma de parceria com os proprietários (quer seja em meia, terça ou arrendamento). Já os cultivos de coco e laranja foram incentivados no início do processo de assentamento dos trabalhadores rurais por técnicos que prestavam assessoria técnica aos assentados, sob os auspícios do INCRA/AL.

Tendo em vista os dados apresentados neste bloco se depreende que a 85% da área agricultável dos dois assentamentos estava ocupada com culturas isoladas ou consorciadas e que 15% estavam com pastagens, sendo que desta área 15% estavam com pastagens nativas enquanto que a maioria da área com pastagens (85%) era ocupada por pastagens plantadas. Foi observado que em relação ao número de lotes a cultura da cana-de-açúcar estava presente em cerca de 90% dos lotes do Assentamento São Frutuoso e em 47% dos lotes do Assentamento Conceição, que neste último se observava uma maior diversificação de culturas, com a banana sendo explorada em 70% dos lotes, a macaxeira em 56% dos lotes e a laranja em 49% dos lotes. Por lote, a exploração da cana-de-açúcar apresentou um alto percentual nos dois assentamentos. Ao se debruçar sobre os dados referentes à área plantada nos dois assentamentos se verifica que, em ambos, prepondera a exploração da cana-de-açúcar (77% da área agrícola do Assentamento São Frutuoso

e 47% da área do Assentamento Conceição) embora, no Assentamento Conceição se constate uma maior diversidade em termos de culturas agrícolas. Então, tanto em relação ao número de lotes, quanto em relação a área cultivada, predominava o cultivo da cana-de-açúcar nos assentamentos pesquisados seguindo uma tendência histórica marcante na região, tradicionalmente conhecida como voltada para a agroindústria canavieira, em que pese, ao longo do tempo, os esforços empreendidos por técnicos governamentais no sentido de incentivar a diversificação de culturas nos assentamentos. Cumpre lembrar que os dois assentamentos ocupam áreas de antigas fazendas de cana-de-açúcar e, que quando das ocupações e posse das áreas, a maior parte do solo das propriedades rurais era coberta pela cana-de-açúcar. Além disso, parcela dos trabalhadores rurais sem terra que ocuparam as fazendas e ali assentados inicialmente tinha uma vinculação com a cultura da cana, seja na qualidade de trabalhadores rurais, seja na condição de moradores de fazendas de cana da região. O cenário inicial concorreu para a manutenção predominante da exploração da cana. Se observa que a percepção de assentados é de que a possibilidade de diversificação de culturas nos dois assentamentos aumente em função da crise no setor sucroalcooleiro observada nos últimos anos que tem provocado o fechamento de algumas unidades fabris e ensejado alterações no campo.

4.4 O uso de tecnologias

Nos dois assentamentos estudados (Figura 13) quando perguntado se utilizavam agrotóxicos (fungicidas, inseticidas, herbicidas, biocidas) 2,6% não informaram, 27,5% informaram que não utilizavam e, 69,8% dos assentados responderam positivamente. Destes, 38,6% utilizavam regularmente agrotóxicos químicos, 30,2% utilizavam ocasionalmente os de tipo químico, enquanto 0,3% informaram que utilizavam o controle biológico ou regularmente produtos orgânicos.

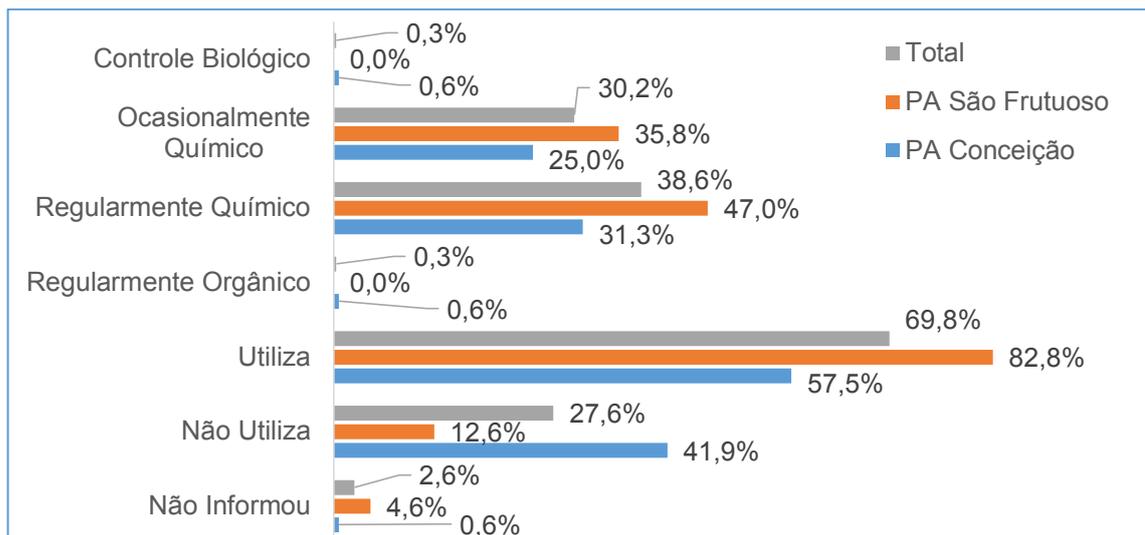


Figura 13 - Utilização de agrotóxicos nos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA Conceição 57,5% utilizavam agrotóxicos, enquanto que no PA São Frutuoso o percentual era de 82,8%. A utilização ocasional ou regular de agrotóxicos químicos era maior no PA São Frutuoso, com percentuais de 35,8% e 47,0%, em comparação com a utilização pelos assentados do PA Conceição. Observa-se registro de uso de controle biológico por 0,6% dos assentados no PA Conceição, como também do uso regular de produtos orgânicos, por 6% dos ali assentados. Cabe salientar que a maior utilização de agrotóxicos químicos no PA São Frutuoso tem relação com a produção de cana-de-açúcar, em maior escala que no PA Conceição; cultura cuja exploração, na região, se dá com o uso intensivo de agrotóxicos, conforme modelo de produção tradicionalmente preconizado pela agroindústria canavieira local e agentes financeiros que estabelecem pacotes tecnológicos quando da negociação para financiamento de capital para custeio agrícola.

De acordo com os dados levantados junto aos assentados a utilização de adubação e/ou calagem nos dois assentamentos (Figura 14) era realizada pela maioria dos assentados (74,6%), 21,5% informaram que não utilizavam e 3,9% responderam que não necessitavam.

O uso regular de adubos químicos foi registrado por 50,2% dos assentados, enquanto o uso ocasional foi apontado por 18,6% deles. Já o uso de adubos orgânicos, tanto regularmente quanto ocasionalmente, foi citado por 2,9% dos assentados.

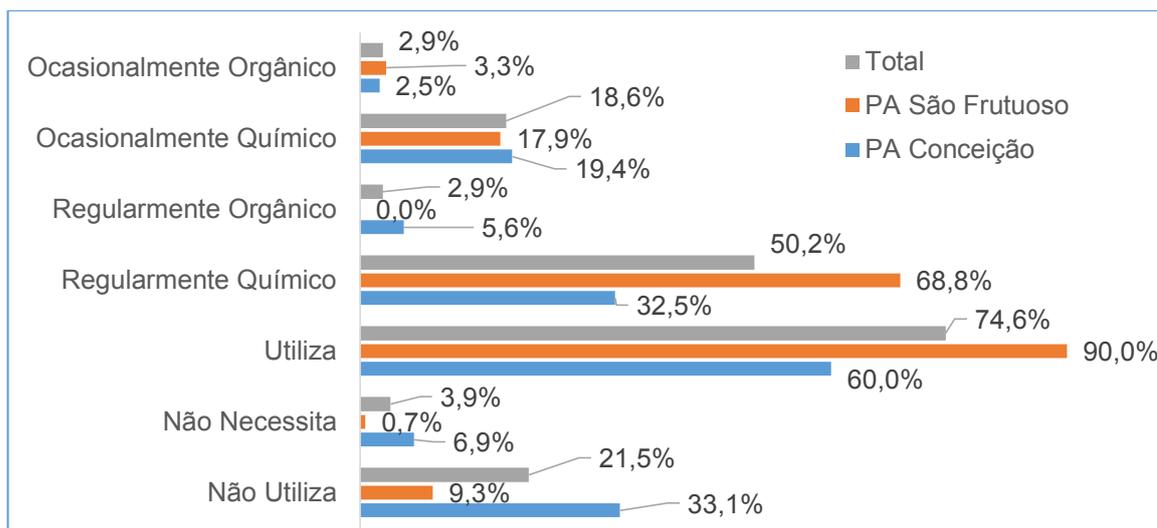


Figura 14 - Utilização de adubação e/ou calagem nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

A utilização de adubos químicos era prática comum na maioria das culturas exploradas, principalmente cana-de-açúcar, maracujá, banana, e laranja, embora a orientação dos técnicos tenha sido encaminhada para o uso de adubos orgânicos.

No PA Conceição o uso de adubação era promovido por 60% dos assentados, 32,5% afirmaram que usavam regularmente adubos químicos e 19,4% usavam ocasionalmente, 5,6% usavam regularmente adubação orgânica e 2,9% utilizavam ocasionalmente adubação orgânica. O uso de adubação química estava vinculado a assentados que cultivavam a cana-de-açúcar, coco, laranja e banana. Já o uso ocasional de adubação orgânica foi citado por assentados que cultivavam mandioca, macaxeira, feijão, feijão de corda e milho e o uso regular de adubação orgânica por assentados que plantavam macaxeira, mandioca, milho, feijão, feijão de corda, inhame, melancia e, banana comprida.

Já no PA São Frutuoso a utilização de adubação e/ou calagem era feita por 90% dos assentados, 68,8% faziam uso regularmente de adubação química, 17,9% utilizavam ocasionalmente adubação química. O uso da adubação química era promovido por assentados que cultivavam cana-de-açúcar, coco, laranja, maracujá, banana. Não houve registro de uso regular de adubação orgânica, enquanto que 3,3% dos assentados declararam utilizar ocasionalmente adubação orgânica, produtores que cultivavam feijão, macaxeira, banana e verduras.

Os maiores percentuais de uso de adubação no PA São Frutuoso em relação ao PA Conceição devem estar vinculados a maior quantidade de assentados que cultivam a cana-de-açúcar, fato que concorre também para o maior uso de adubação química no primeiro assentamento, uma vez que tradicionalmente o pacote tecnológico difundido e aplicado na região preconiza o uso de agroquímicos, mormente que os sistemas de produção observados na área são definidos, na maioria dos casos, pela agroindústria canavieira, comprometida com a agricultura convencional, à luz da lógica do modelo de mercado.

Em relação ao manejo de insumos, englobando sementes e fertilizantes, observa-se (Figura 15) que do total de assentados dos dois assentamentos 5,7% promoviam um manejo em que mesmo havendo manutenção da capacidade produtiva do solo (manejo de plantas, combate à erosão etc.) não ocorria aporte de nutrientes de fontes externas aos lotes (manejo elementar).

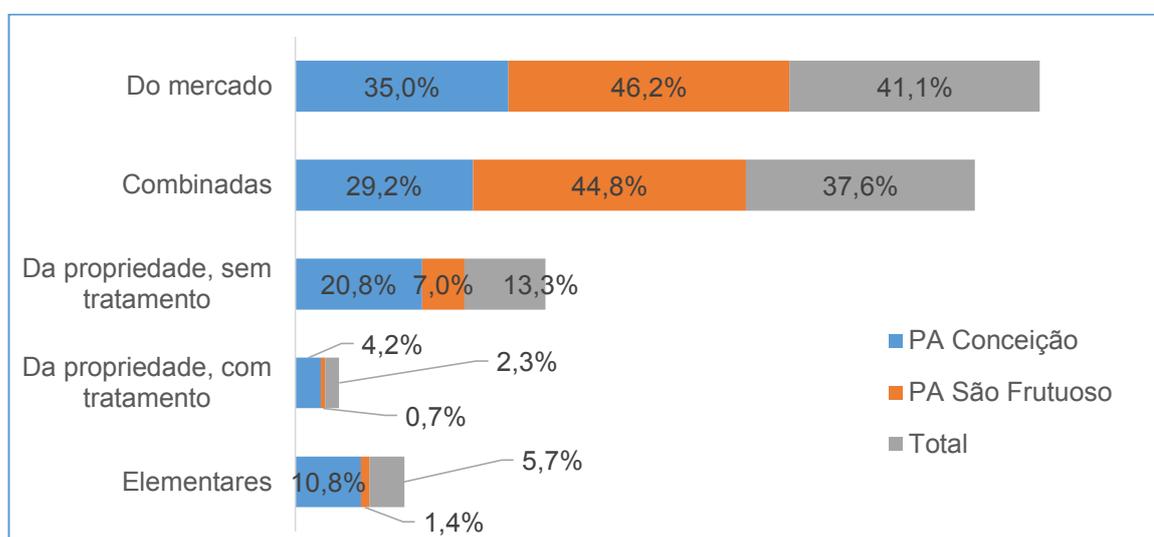


Figura 15 – Manejo de insumos nos PAs Conceição e São Frutuoso (%).

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

De acordo com os dados levantados, em 2,3% dos lotes as alternativas de manejo envolviam o uso de sementes e adubos orgânicos gerados nos lotes e que passavam por algum tipo de tratamento adequados a sua utilização com insumos. Em 13,3% dos lotes as alternativas eram de uso de insumos gerados nos lotes e que eram aproveitados sem receber um tratamento adequado. Em 37,6% dos lotes os assentados faziam o uso de práticas combinadas; com a utilização de insumos em parte provenientes dos lotes e, parte fora deles, como sementes certificadas, adubos

minerais etc. Já em 41,1% dos lotes os insumos eram na maioria adquiridos no mercado.

No PA Conceição se observa os maiores percentuais de uso de práticas elementares (10,8%), como de insumos da propriedade, sem tratamento (4,2%); assentamento em que se observava uma exploração agrícola mais diversificada que no outro. No PA São Frutuoso são observados os maiores percentuais de práticas combinadas (44,8%) e as de mercado (46,2%), assentamento em que se verificava uma maior exploração da cultura da cana-de-açúcar.

Conforme consta na Figura 16, que apresenta tipos de mecanização usada nos assentamentos pesquisados, dentre 267 respondentes, a maioria dos assentados nos dois assentamentos pesquisados (66,3%) declarou que não fazia uso da mecanização agrícola. Dos que utilizavam ressalta-se a prática de tração motorizada mínima - caracterizada pela semeadura sem revolvimento intenso do solo -, citada por 18% dos assentados, enquanto que 9% declararam fazer uso de tração motorizada intensa - preparo convencional do solo, incluindo aração e gradagem - A tração animal intensa - preparo convencional do solo, com aração e gradagem -, foi apontada por 4,9% dos assentados e a tração animal mínima - caracterizada pela abertura de um sulco no solo sob cobertura vegetal para facilitar a semeadura -, citada por 1,9% dos assentados.

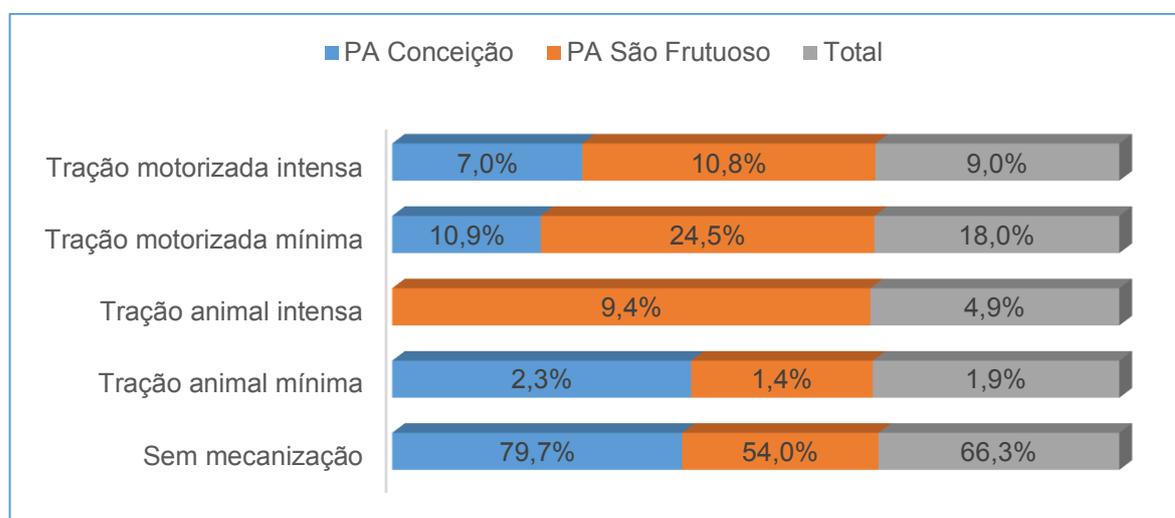


Figura 16 – Tipo de mecanização usada nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA Conceição 79,7% dos assentados informaram que não utilizavam práticas mecanizadas e dos que utilizavam 10,9% faziam uso da tração motorizada mínima e 7% da tração motorizada intensa. No PA São Frutuoso 46% faziam uso de práticas mecanizadas e destes, 24,5% da tração motorizada mínima e 10,8% da tração motorizada intensa. O uso de máquinas agrícolas estava comumente vinculado à práticas viabilizadas nos processos de produção da cana-de-açúcar nos assentamentos pesquisados e via acordos promovidos com agroindústrias canavieiras da região, em que as empresas disponibilizavam serviços de mecanização e descontavam quando do período de moagem da cana.

Nos assentamentos estudados foi constatado (Figura 17) que a maioria dos assentados (81,5%) não irrigava as suas culturas. Apenas 0,7% utilizavam práticas de irrigação e, 17,9% não informaram. No PA Conceição 73,3% e no PA São Frutuoso 90,8% não irrigavam os seus plantios.

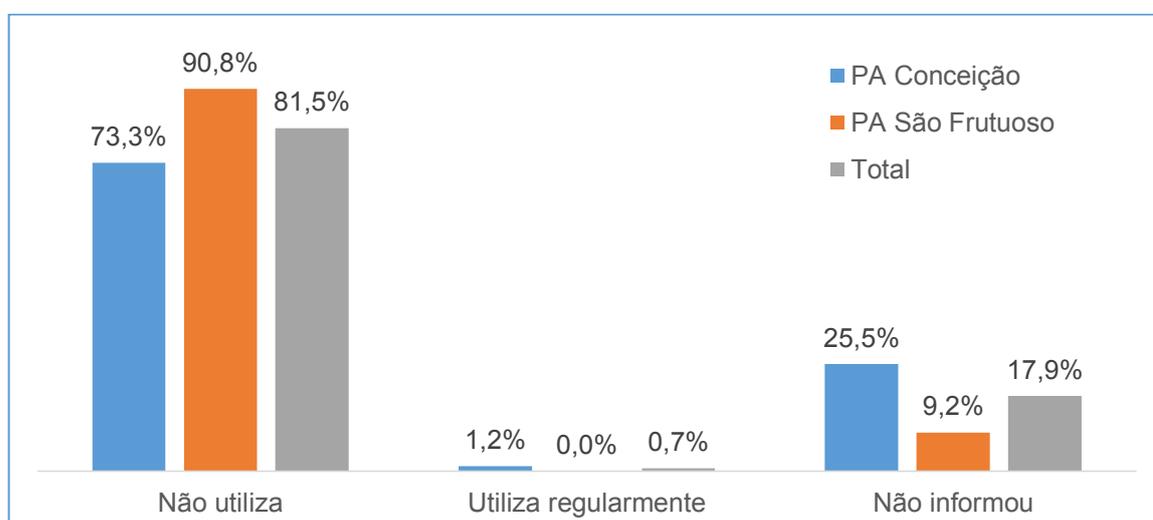


Figura 17 - Uso de irrigação nos PAs Conceição e São Frutuoso (%).

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Cabe ressaltar (Figura 18) que para a maioria dos assentados dos dois assentamentos (64%) havia potencial para irrigar os lotes. No PA Conceição 65% dos assentados apontaram a existência de potencial para irrigação e no PA São Frutuoso o percentual era de 63%. Açudes, riachos, rios e nascentes foram citadas como fontes potenciais para irrigação nos dois assentamentos, para grande parte dos assentados.

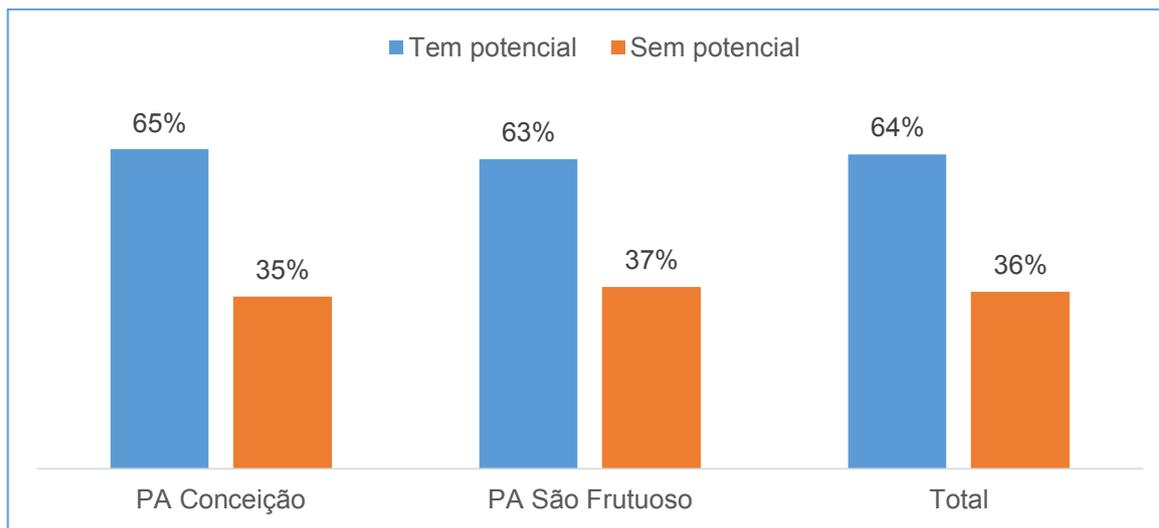


Figura 18 - Potencial para irrigação nos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Sobre a posse de implementos agrícolas nos dois assentamentos, foi constatado que do total dos assentados (Figura 19) só 0,3% informaram possuir conjuntos de máquinas e implementos completos (arado, subsolador, plantadeira de mão, além de enxada, enxadeco, carro-de-mão, pulverizador costal), 70% que possuíam os principais necessários (plantadeira de mão, além de enxada e enxadeco), 16% que possuíam alguns implementos e 13,7% que não possuíam implementos agrícolas.

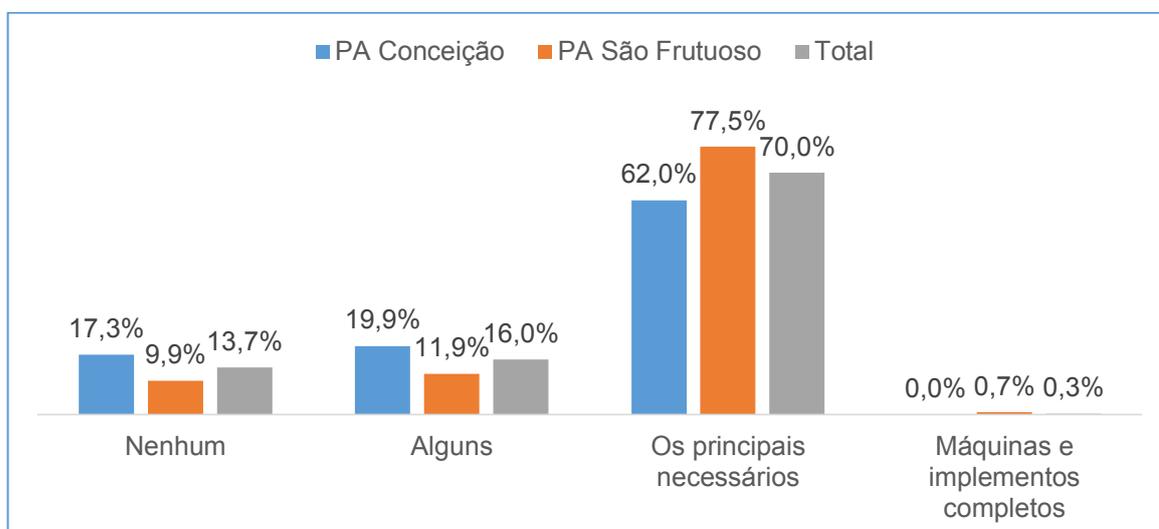


Figura 19 - Disponibilidade de implementos agrícolas nos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA Conceição se registra o maior percentual dos que não tinham implementos (17,3%) e dos que possuíam alguns (19,9%). Já no PA São Frutuoso

observam-se os registros dos maiores percentuais dos que possuíam os principais implementos. Em ambos, a posse de máquinas e implementos completos era muita pequena.

A partir dos dados apresentados se infere que o uso de tecnologias se dava de forma diferenciada, em função das explorações agrícolas viabilizadas nos assentamentos pesquisados. Assim, o uso de agrotóxicos era comum na maioria dos lotes, com a utilização fungicidas, inseticidas, herbicidas ou biocidas conforme a necessidade, notadamente com maior aplicação nas áreas de cana-de-açúcar, de acordo com o sistema de produção agrícola preconizado e controlado pela agroindústria canavieira, em consonância com os pacotes tecnológicos em vigor na região, que contemplavam os interesses de grandes indústrias multinacionais e detentores de capital financeiro que operam no circuito. Os adubos químicos eram utilizados comumente pela maioria dos assentados, principalmente nas culturas da cana-de-açúcar maracujá, banana e laranja. No tocante ao uso e manejo de insumos agrícolas nos dois assentamentos se ressalta que em 41% dos lotes os insumos eram adquiridos no mercado e que em 37% dos lotes os assentados utilizavam práticas combinadas em que se usavam insumos disponíveis nos lotes e alguns adquiridos no mercado. O uso da mecanização agrícola estava ligado à cultura explorada, com destaque para a exploração da cana-de-açúcar, normalmente vinculado a acordos com as agroindústrias e empresas operadoras na área. Embora se registrasse potencial para uso da irrigação na maior parte das áreas (64%) dos dois assentamentos o uso de tal prática era pouco representativo nos dois assentamentos. Já em termos de posse de máquinas e implementos a maioria dos assentados pesquisados possuía os denominados principais necessários (plantadeiras de mão, enxadas e enxadecos) enquanto raros eram os assentados que dispunham de conjuntos de máquinas e equipamentos completos, fato que estaria atrelado a disponibilidade de capital financeiro dos assentados e aos sistemas de produção tradicionalmente praticados na região.

Se percebe que o uso de tecnologias nos dois assentamentos, estava ligado ao tipo de exploração agrícola predominante nos lotes e aos sistemas de produção em uso na região, para cada tipo de exploração, bem como ao mercado econômico. Assim, na cultura economicamente mais expressiva, como a cana-de-açúcar, se observava o uso de tecnologias mais modernas, à luz do estabelecido pelas agroindústrias, enquanto que nas culturas da banana e laranja se observa o uso

concomitante de tecnologias modernas e convencionais e, nas demais culturas, o uso de tecnologias convencionais.

4.5 A criação de animais

Nos assentamentos pesquisados os contribuintes com a pesquisa informaram que criavam animais de trabalho, ou seja, aqueles utilizados para transporte de pessoas e cargas, como para apoio no desenvolvimento de atividades agrícolas, conforme as necessidades existentes por parte dos respectivos assentados (Figura 20). Nos PAs estudados poucos dos assentados criavam animais de trabalho nos seus lotes. Como pode ser visualizado, 2,7% do total de assentados criavam bovinos, 3,0% criavam asininos, 24,9% criavam equinos e 7,3% criavam muares. Tais animais eram utilizados para variados serviços, como arar a terra, transportar pessoas e cargas bem como, puxar carroças utilizadas para o transporte de pessoas, produtos agrícolas e cargas diversas.

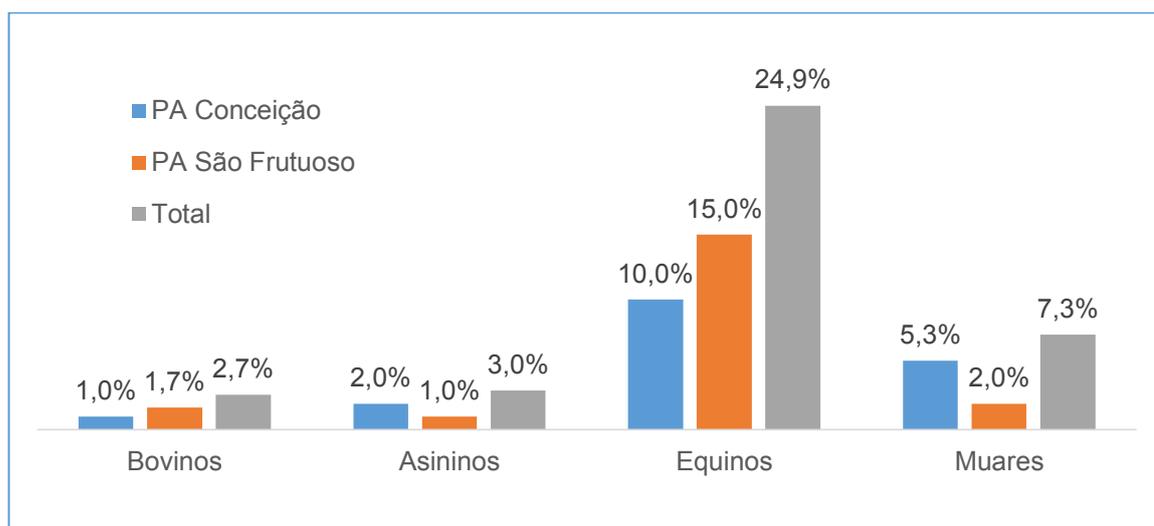


Figura 20 - Percentual de assentados que criavam animais de trabalho nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação a atividade pecuária nos dois assentamentos observou-se que 59% dos assentados criavam animais de produção, no PA Conceição 68%% dos

assentados e no PA São Frutuoso 51% dos assentados. Nos PAs Conceição e São Frutuoso observa-se, conforme figura 21, uma variedade de práticas de criação de animais de produção.

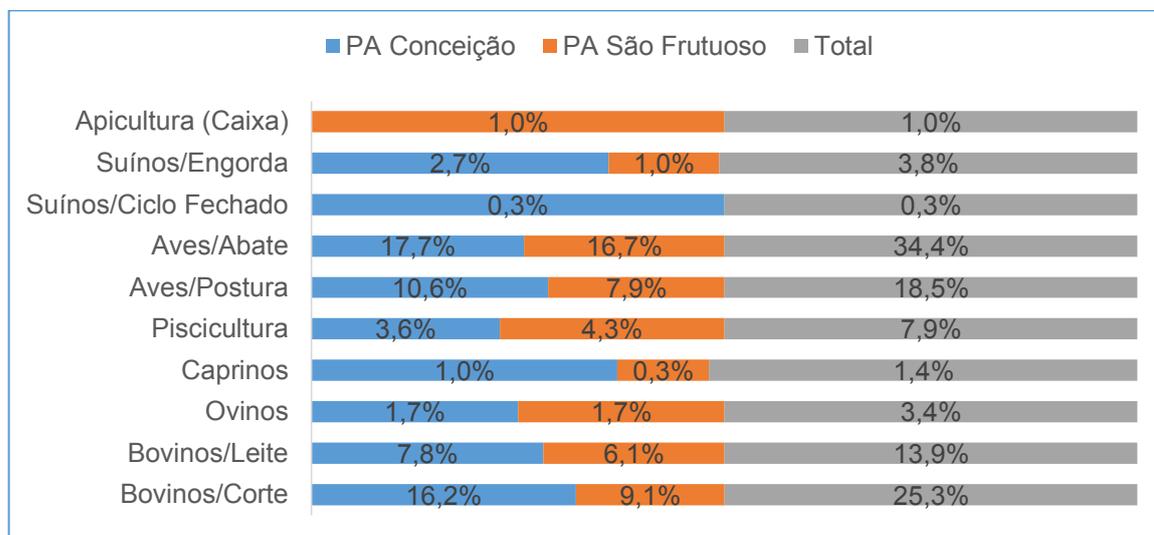


Figura 21 - Criação de animais de produção nos lotes dos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Do total de assentados nos dois assentamentos, 34,5% criavam aves para abate e 18,5% criavam aves para postura, 25,3% criavam gado bovino de corte, 13,9% criavam bovinos para produção de leite.

Dos dados obtidos constatou-se que 33% dos assentados, dos dois assentamentos, desenvolviam apenas uma atividade pecuária enquanto 16% desenvolviam duas, 5% desenvolviam três, 5% desenvolviam quatro e 1% desenvolviam cinco atividades denotando-se vários arranjos de produção. No universo de entrevistados dos dois assentamentos, dentre os assentados que exploravam apenas uma atividade pecuária ressalta-se que o maior percentual era referente a criação de aves para abate - em 41% dos lotes, a criação de bovinos de corte - em 27% dos lotes e, aves para postura - em 21% dos lotes. No PA Conceição a criação de bovinos de corte era a atividade pecuária mais explorada (36% dos assentados) seguida da criação de aves para abate (33%) e pela criação de aves para postura (22%). No PA São Frutuoso a maior participação era na criação de aves para abate, por 51% dos assentados, seguida pela criação de aves para postura, por 20% dos assentados.

Quando se observa os dados referentes aos lotes em que os assentados, dos dois assentamentos, desenvolviam duas atividades pecuárias constata-se que a criação de aves para postura e de aves para abate era o arranjo mais utilizado nos lotes (26%), seguido da criação de bovinos de corte e de aves para abate (23%). No PA Conceição os dois arranjos supracitados eram os mais explorados pelos assentados (18%), enquanto que no PA São Frutuoso a exploração de aves para postura e aves para abate era viabilizada por 35% dos assentados seguida da criação de bovinos de corte e de aves para abate, em 30% dos lotes.

Nos lotes em que os assentados, dos dois assentamentos, desenvolviam três atividades pecuárias o arranjo de produção envolvendo a criação de gado bovino de corte, gado bovino de leite e aves para abate foi o de maior registro, em 33% dos lotes, seguido do que envolvia criação de gado bovino de corte, gado bovino de leite e apicultura, em 26% dos lotes e a criação de criação de gado bovino de corte, gado bovino de leite e de ovinos, bem como a criação de gado bovino de corte, gado bovino de leite e de aves para o abate, em 17% dos lotes. No PA Conceição o primeiro arranjo citado era utilizado por 34% dos assentados e o segundo por 11% deles. Já no PA São Frutuoso o arranjo mais utilizado era o segundo, por 33% dos assentados seguido pelos terceiros e quarto arranjos, por 17% dos assentados.

No tocante ao número de animais de produção, criados nos dois assentamentos, foram declarados pelos entrevistados cerca de 500 bovinos de corte, cerca de 120 bovinos de leite, cerca de 140 ovinos, 20 caprinos, em torno de 9500 peixes, cerca de 1200 aves/postura, cerca de 2400 aves/abate, 4 suínos criados em ciclo fechado, 50 suínos para engorda e 8 caixas apícolas. Em relação à quantidade de animais, por assentamento, destaca-se que no PA Conceição se encontravam 75% dos bovinos de corte, 60% dos bovinos de leite, 76% dos caprinos, 66% das aves para abate, 92% dos suínos para engorda e os suínos criados em ciclo fechado. Já no PA São Frutuoso, 55% das aves para postura e a criação de abelhas.

A criação de animais de trabalho nos dois assentamentos era prática exercitada por uma minoria de assentados. A criação de animais para produção nos dois assentamentos se caracteriza por ser basicamente de subsistência, com alguns excedentes destinados ao mercado local, exceção para os criatórios de bovinos de corte, estes para fins comerciais.

4.6 Aspectos sobre a renda

Conforme o apresentado na ilustração a seguir (Figura 22) vários eram os destinos conferidos a produção agrícola dos assentados dos assentamentos pesquisados. Em relação ao total destacam-se a agroindústria canavieira (31%), o consumo familiar (25,4%) e as feiras livre (25,2%).

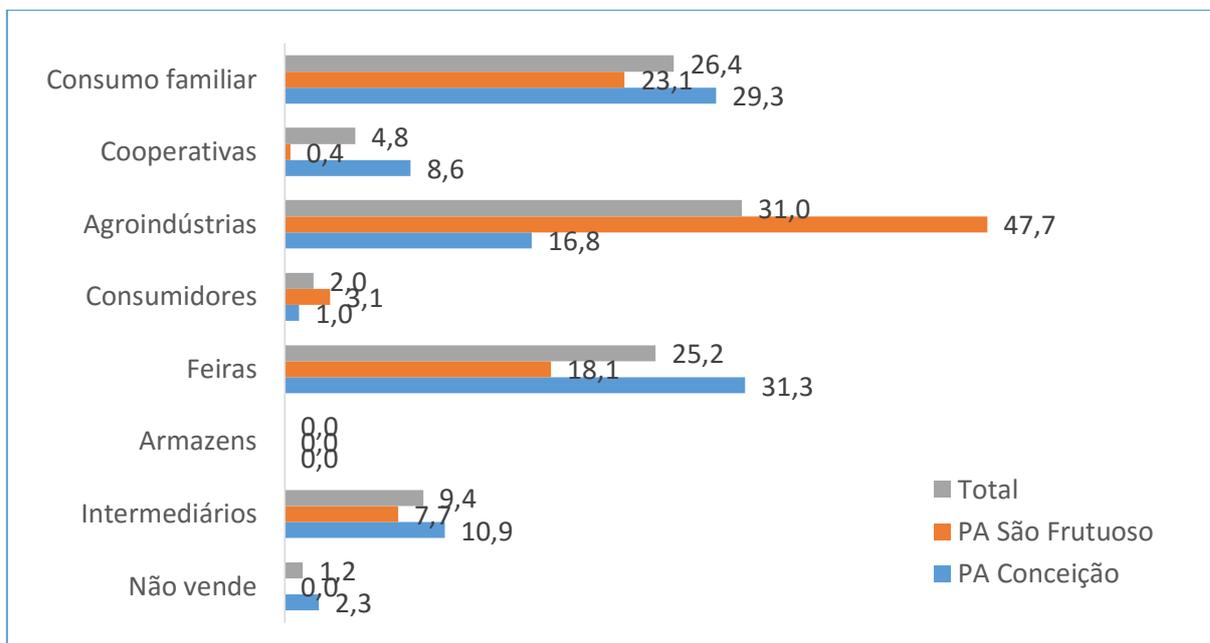


Figura 22 - Destino dos produtos de origem vegetal dos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Cabe salientar que a cana-de-açúcar, era normalmente negociada diretamente com as usinas localizadas na região e próximas aos assentamentos ou, em algumas situações, negociadas com fornecedores de cana da região que repassavam para as usinas ou, com alguns assentados, que negociavam com fornecedores de cana que repassavam para as usinas. Os demais produtos de origem vegetal tinham, via de regra, destinos variados, considerando-se o volume produzido, a necessidade dos assentados e as condições das estradas.

No PA Conceição 31,9% dos assentados entregavam parte da produção agrícola (cana-de-açúcar) à agroindústria canavieira, 55,6% destinavam parte da produção agrícola para o consumo familiar, 59,4% negociavam parte da produção agrícola em feiras livres, nos municípios mais próximos, 20,6% vendiam parte da produção a intermediários, que normalmente negociavam no próprio assentamento e

16,3% entregavam parte da produção à uma cooperativa de pequenos agricultores da região norte do estado de Alagoas, com sede no município de Porto Calvo.

No PA São Frutuoso 82% dos assentados entregavam parte da produção agrícola (cana-de-açúcar) às agroindústrias da região, aproximadamente 40% consumiam parte da produção agrícola, 31% comercializavam parte da produção em feiras livres nos municípios próximos e, 13% negociavam parte da produção com intermediários, no próprio assentamento.

Era do PA São Frutuoso o maior percentual de cana-de-açúcar destinado à agroindústria canavieira (82%), assentamento cuja maior parte da área agrícola era plantada com cana-de-açúcar. No PA Conceição foram observados os percentuais mais significativos em relação à destinação da produção ao consumo familiar, com cerca de 57%, à feira livre, com 59% e a negociação com intermediários (21%). Salienta-se a maior participação no tocante à destinação da produção à cooperativa (16%) cabendo ressaltar que a cooperativa de pequenos agricultores familiares, existente na região, foi criada por lideranças do aludido assentamento e, é nele onde reside a maioria de associados da organização.

Quanto ao destino dos produtos de origem animal nos dois assentamentos observa-se (Figura 23) que aproximadamente 32% dos assentados destinavam parte da produção ao consumo familiar sendo que aproximadamente 37% dos assentados do PA Conceição destinavam parte da produção de origem animal ao consumo das próprias famílias enquanto que no PA São Frutuoso aproximadamente 27% consumiam parte da produção de origem animal. Cerca de 15% do total de assentados dos dois assentamentos negociavam parte da produção junto a intermediários que atuavam na região e, nos dois assentamentos os percentuais registrados foram de 24% no PA Conceição e 6% no PA São Frutuoso.

As feiras livres eram utilizadas por aproximadamente 6% dos assentados dos dois assentamentos, sendo 9% dos assentados do primeiro assentamento e 2% pelos assentados do segundo. Diretamente ao consumidor era o destino de 6% da produção de origem animal dos dois assentamentos, registrando-se no PA São Frutuoso o maior percentual (8%). A cooperativa era o destino de 2% da produção de origem animal, com registros de entrega apenas por assentados do PA Conceição.

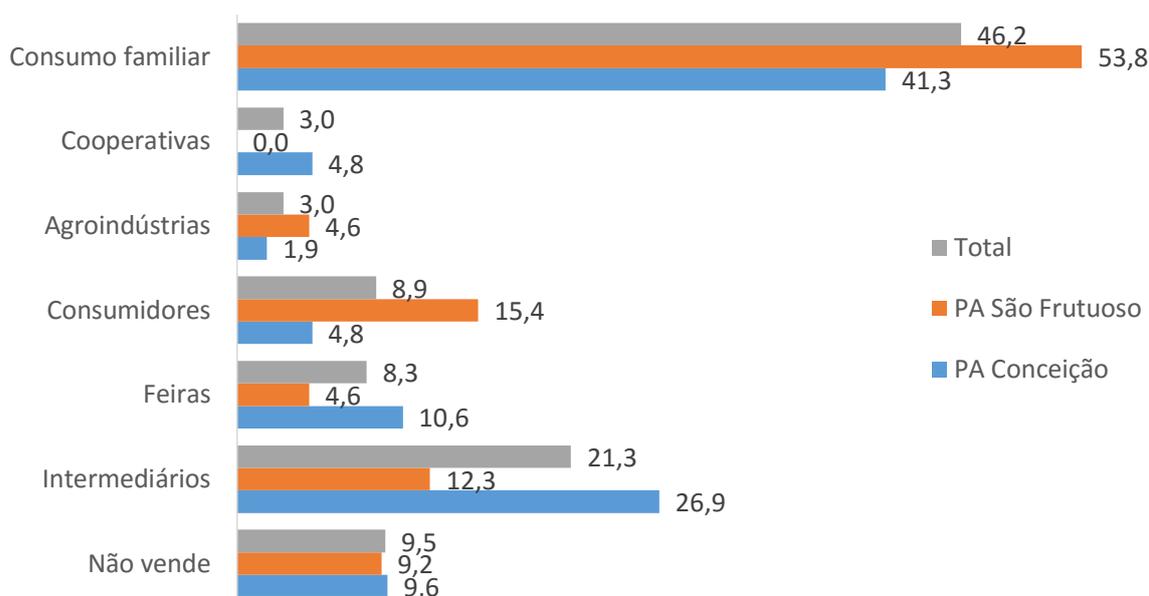


Figura 23 - Destino dos produtos de origem animal dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No que se refere a principal fonte de crédito agrícola para o desenvolvimento de atividades nos seus lotes observa-se (Figura 24) que 53% dos assentados dos dois assentamentos utilizaram apoios concedidos por instituições financeiras oficiais, tais como Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil e Caixa Econômica Federal. Destacando-se, de acordo com os assentados, o uso de créditos de apoio inicial, aquisição de material de construção e fomento, viabilizados por intermédio do INCRA quando da regularização do assentamento, além da participação no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF A (investimentos) e PRONAF A/C (custeio). Ressalta-se também que aproximadamente 47% deles declararam que não contavam com recursos creditícios externos à propriedade. Foi levantado que a opção pela não utilização de recursos junto à agentes de financiamento dizia respeito à: desinteresse de assentados em captar recursos em função das culturas agrícolas que desenvolvia não compensarem; pelo alto custo do dinheiro praticado no mercado e pelas condições de financiamento para a atividade desejada; não querer contrair dívidas e/ou o nome ainda não fazia parte da Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

No PA Conceição evidenciou-se que a maioria dos assentados conduzia suas atividades sem o apoio de fontes de financiamentos externos, embora aproximadamente 45% tenham buscado ajuda junto a bancos oficiais e, apenas 0,6%

tenham recorrido a um banco privado. Já no PA São Frutuoso o apoio de instituições financeiras oficiais foi buscado por aproximadamente 62% dos assentados, registrando a participação de agente particular (agiota) no apoio a 0,7% dos assentados.

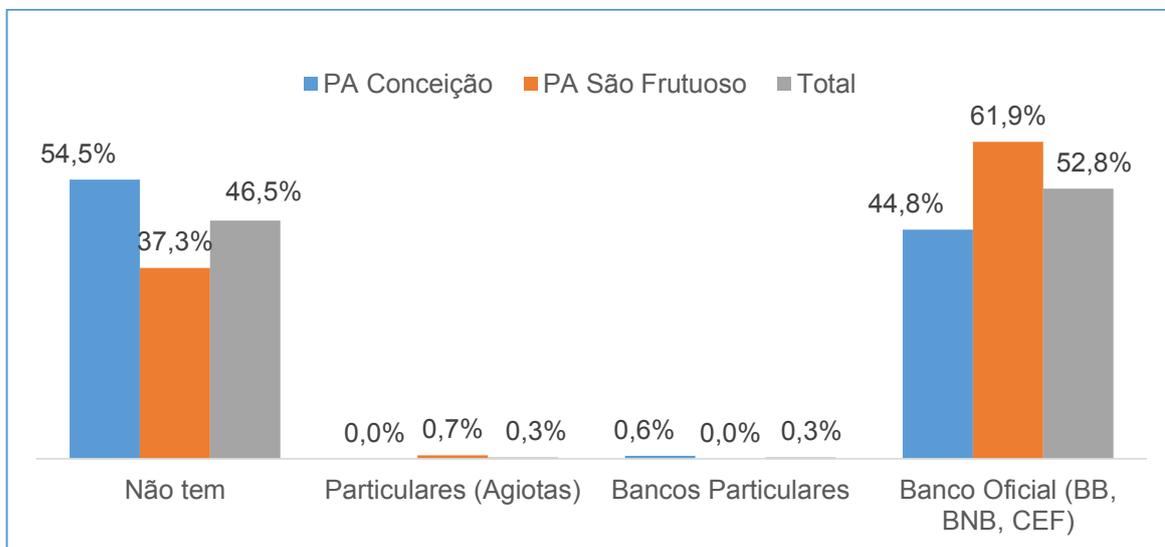


Figura 24 – Principal fonte de crédito agrícola dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

A renda mensal, declarada, da produção agropecuária dos assentados entrevistados dos dois assentamentos apresentou a seguinte distribuição (Figura 25) partir da contribuição de 47% dos assentados.

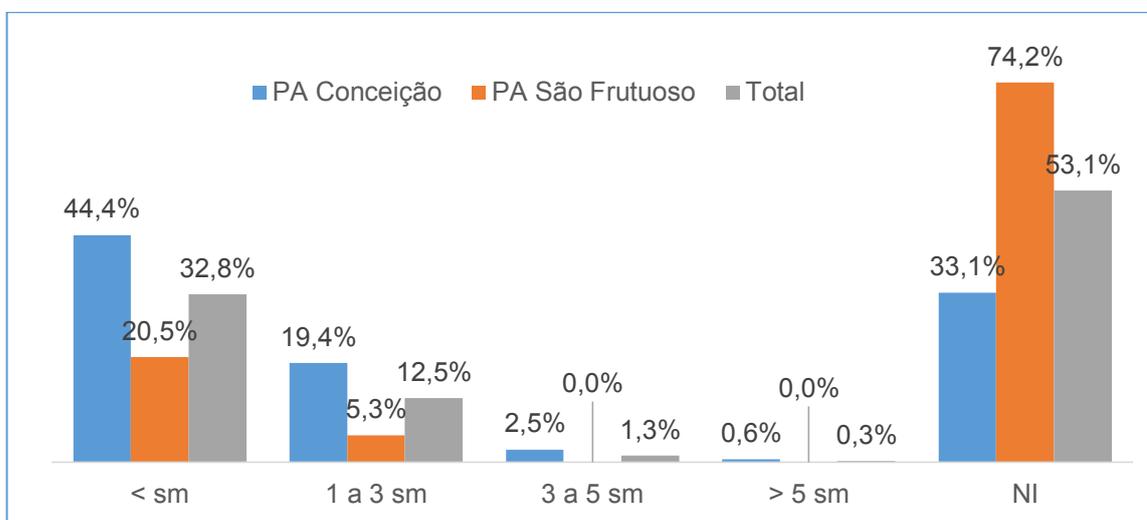


Figura 25 - Renda mensal da produção agropecuária de assentados nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Legenda: sm = salário mínimo

Destes assentados, 33% declararam renda mensal inferior a 1 salário mínimo (renda baixa); 13% obtiveram renda média mensal entre 1 a 3 salários mínimos (renda média); 1% declararam a obtenção de renda mensal entre 3 a 5 salários mínimos (renda média alta) e, 0,3% renda mensal, com mais de 5 salários mínimos (renda alta).

No PA Conceição cerca de 69% dos assentados informaram a renda mensal da atividade agropecuária e, destes, 44% declararam auferir renda mensal inferior à 1 salário mínimo; 19% obtiveram renda mensal entre 1 a 3 salários mínimos, 2% atingiram renda mensal entre 3 a 5 salários mínimos e 0,6% renda mensal superior a 5 salários mínimos. No PA São Frutuoso a maioria dos assentados (74%) não informou a renda mensal da atividade agropecuária. Dos que informaram, cerca de 20% registraram uma renda mensal baixa e 5% renda mensal média.

Foi constatado que 26% dos assentados dos dois assentamentos informaram possuir outras fontes de renda, oriundas de recursos de programas governamentais como o Bolsa Família, aposentadorias por tempo de serviço ou invalidez, além de desenvolvimento de outras atividades laborais como motorista, pedreiro, carpinteiro, agente de saúde, professor, realizadas fora do assentamento. No PA Conceição cerca de 44% dos assentados contavam com outra fonte de renda, já no PA São Frutuoso apenas aproximadamente 7% declararam possuir outra fonte de renda.

A leitura dos dados expostos na Figura 26, obtida junto a aproximadamente 47% dos entrevistados dos dois assentamentos, revela a renda total mensal declarada por tais assentados dos dois assentamentos, se constatando que o percentual de assentados com renda inferior a 1 salário mínimo era de aproximadamente 25%, que aproximadamente 20% declararam obter renda total mensal entre 1 e 3 salários mínimos, que aproximadamente 1% declararam auferir renda mensal total entre 3 e 5 salários mínimos e, menos de 0,5% dos entrevistados, conseguiam renda mensal total acima de 5 salários mínimos.

No PA Conceição o percentual era de 30% dos seus assentados, superior ao declarado por assentados do PA São Frutuoso (20%). Também foi constatado, que 20% declararam que obtinham uma renda total entre 1 a 3 salários mínimos (renda média). No PA Conceição a participação de assentados nesta faixa de renda era de 34% de seus assentados, enquanto que no PA São Frutuoso era de 20%. Já o percentual do total de assentados com renda mensal total média alta (entre 3 a 5 sm) nos dois assentamentos era de 1%, situação declarada apenas no PA Conceição.

Apenas 0,3% dos assentados declararam auferir renda total mensal superior a 5 salários mínimos, todos no PA Conceição.

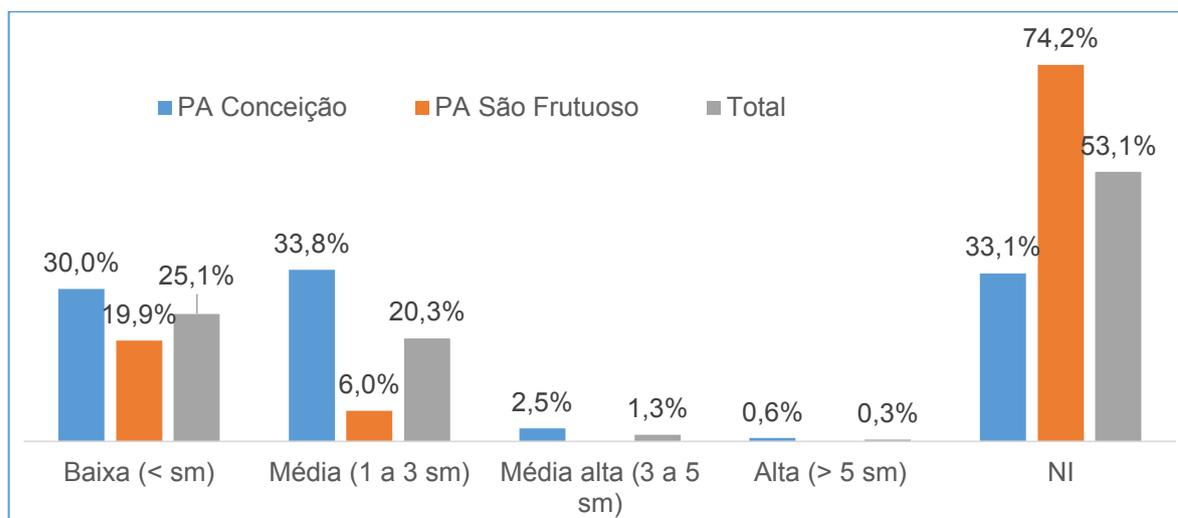


Figura 26 - Renda total mensal dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Os dados apresentados indicam que aproximadamente 48% da produção agrícola dos dois assentamentos eram destinados ao consumo familiar, o restante da produção - com exceção para a cana-de-açúcar produzida que era destinada às agroindústrias canavieiras -, tinha destinos variados tais como as feiras livres, intermediários e consumidores finais. Já os produtos de origem animal tinham como destino principal o consumo familiar e os excedentes negociados com intermediários e feiras livres.

Em relação às fontes de crédito para desenvolvimento de atividades agropecuárias aproximadamente 47% dos entrevistados não usaram crédito e 53% utilizaram serviços de bancos oficiais envolvendo o apoio inicial, aquisição de material de construção e fomento quando da instalação nos assentamentos rurais, além da participação no PRONAF A (Investimento) e PRONAF A/C (Custeio). Cabe registrar que alguns entrevistados ainda não contam com seus nomes na Relação de Beneficiários do INCRA, ainda não estão com situação regularizada e, outra parcela de assentados ingressou nos assentamentos em momento posterior ao da implantação e, dentre esses, alguns optaram por não contrair empréstimos por razões variadas.

No que se refere a renda aproximadamente 53% dos assentados não informaram as respectivas rendas. Aproximadamente 33% declararam obter renda

oriunda de atividades agropecuárias menor que um salário mínimo mensal e 13% entre 1 a 3 salários mínimos mensais. Aproximadamente 26% informaram que tinham outra fonte de renda, para alguns a fonte de recursos estava vinculada a participação em programas governamentais tais como o Programa Bolsa Família e aposentadorias, para outros entrevistados atividades laborais fora dos lotes, como motorista, pedreiro carpinteiro, professor, agente de saúde entre outras, contribuíram para o aumento da renda familiar fazendo com que o percentual de assentados com renda total inferior a um salário mínimo diminuísse em relação à renda agropecuária e aumentasse o percentual de assentados com renda total entre 1 a 3 salários mínimos em relação às rendas de origem agropecuária. Se infere que o fenômeno social da pluriatividade contribuía para o aumento da renda familiar total dos assentados pesquisados.

4.7 Aspectos sociais

O grau de instrução dos assentados titulares dos lotes dos dois assentamentos é apresentado na Figura 27. Conforme os dados 49% deles afirmaram que tinham cursado entre o 1º ao 5º ano, 22% que ainda não estavam alfabetizados e 14% que tinham cursado entre o 6º e 9º ano.

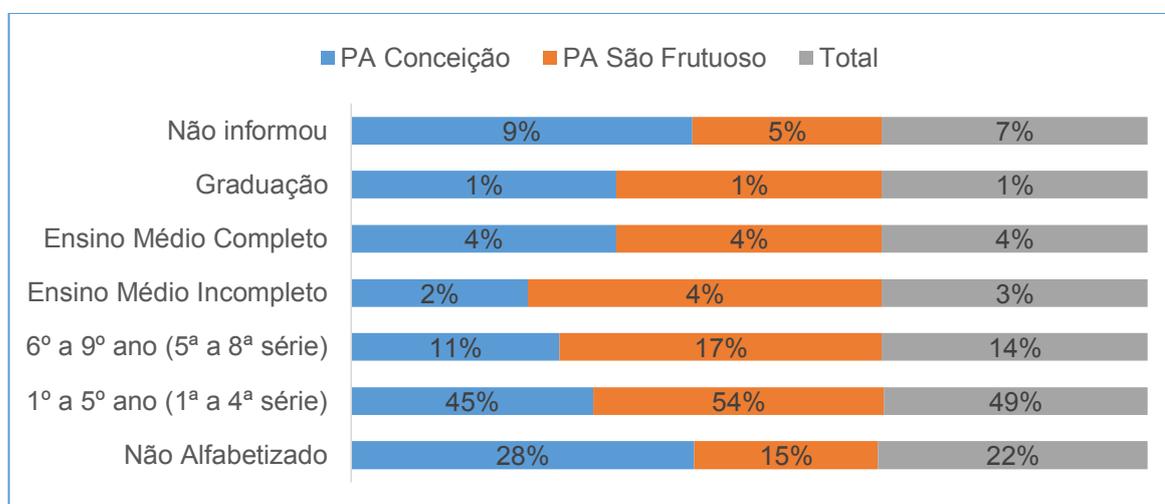


Figura 27 - Grau de instrução dos assentados titulares dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Dentre os assentados do PA Conceição 28% informaram que não estavam alfabetizados, 45% que tinham cursado entre 1º ao 5º ano e 11% entre o 6º e 9º ano. No PA São Frutuoso 15% de assentados declararam que não estavam alfabetizados, 54% que cursaram entre 1º ao 5º ano e 17% que estudaram do 6º ao 9º ano. Independentemente da escolaridade declarada observou-se que todos os titulares de lotes, nos dois assentamentos possuíam os principais documentos (Registro Geral, CPF, Título de Eleitor), indicativo de que sabiam assinar o nome e, que conforme as observações de campo, diversas foram as afirmações de que sabiam ler, mas tinham dificuldade para escrever, e outras tantas assertivas de que apenas sabiam assinar o nome.

Conforme dados contidos na Figura 28 observa-se que a maioria dos assentados dos dois assentamentos pesquisados (72%) residiam nos seus respectivos lotes, 22% em agrovilas e 2% em povoados próximos aos assentamentos. No PA Conceição 85% de seus assentados residiam nos seus lotes e 6% moravam em agrovila. No PA São Frutuoso 58% residiam nos lotes e 39% em agrovilas. Em ambos assentamentos a maioria dos assentados optou por construir as residências nos respectivos lotes, em que pese os esforços iniciais de representantes dos movimentos sociais no sentido do que o modelo de agrovilas representasse o padrão de habitação nos assentamentos.

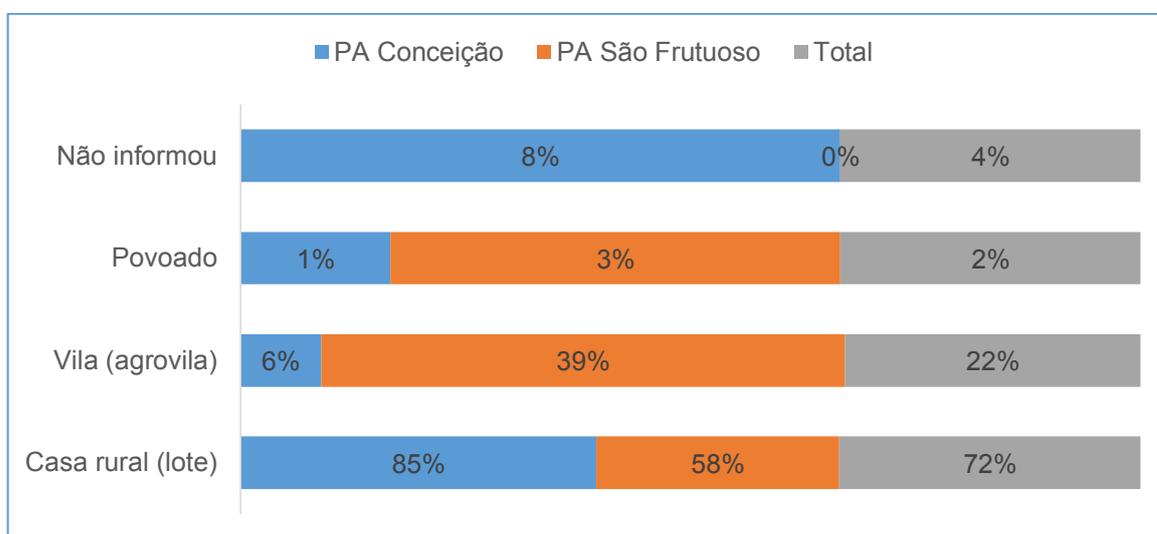


Figura 28 - Local de residência dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação ao tipo de moradia dos assentados foram obtidas as seguintes opiniões (Figura 29): Conforme 51% dos assentados dos dois assentamentos eles residiam em casas de alvenaria consideradas boas. Tal opinião foi objeto de registro por 57% dos assentados do PA São Frutuoso e 46% de assentados no PA Conceição. Por outro lado, 40% dos assentados dos dois assentamentos avaliaram que as suas residências, em alvenaria, estavam em situação precária, opinião constatada junto a 41% dos assentados do PA São frutuoso e 39% do PA Conceição. Observações de campo indicam que parcela das residências foi restaurada nos últimos anos, que algumas estão em fase de restauração e, que parcela requer serviços de restauração, o que implica em necessidade de acesso a créditos.

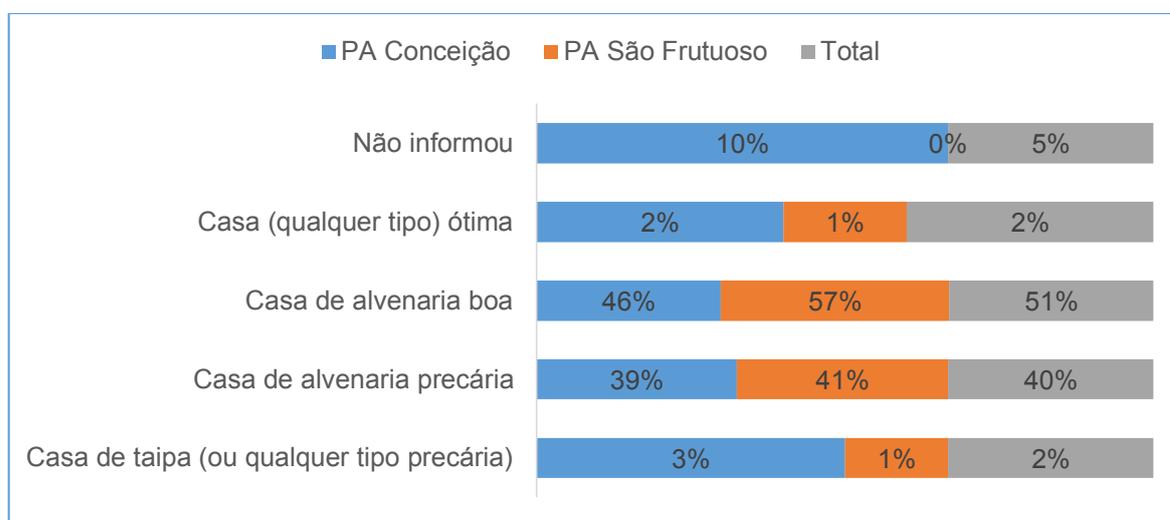


Figura 29 - Opinião dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso sobre as moradias.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Quando se busca verificar a participação dos assentados dos assentamentos pesquisados em uma organização (associação, cooperativa, sindicato, grupos culturais e outras) observa-se (Figura 30) que 79% do total de assentados declararam pertencer a uma organização.

As respostas estavam vinculadas ao pertencimento à associação dos assentados dos respectivos assentamentos. No PA Conceição 81% dos assentados declararam pertencer a uma organização, no caso à associação do assentamento (dentre eles, 1,3% também declararam pertencer a cooperativa de pequenos agricultores da região norte do estado).

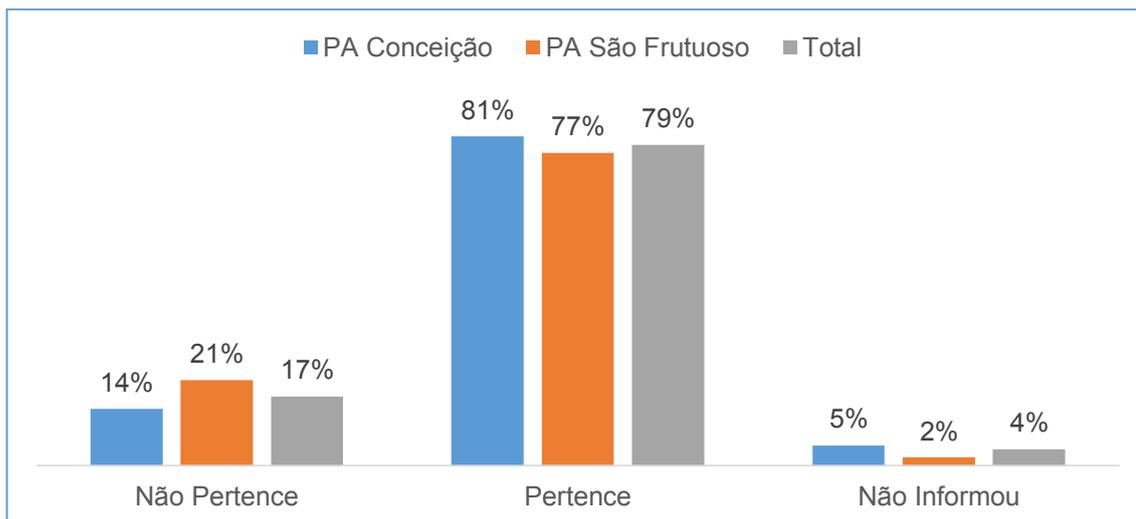


Figura 30 - Participação dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso em organizações.
Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Já no PA São Frutuoso 77% dos assentados informaram pertencer à associação existente no assentamento. Não houve registros de participação de assentados em sindicatos (patronal ou de trabalhadores). À propósito cabe recordar que dados já apresentados apontaram para o desenvolvimento de atividades variadas fora dos lotes, por parte de diversos assentados o que ensejaria a possibilidade de envolvimento - mesmo que somente uma vinculação formal -, de alguns com os pertinentes sindicatos das categorias em que eles estariam envolvidos no mercado de trabalho. Também não registraram pertencimento a grupos culturais ou outras organizações.

No que se refere aos serviços de saúde prestados aos assentamentos, mais especificamente à frequência de visitas de agentes comunitários de saúde aos assentamentos observou-se (Figura 31) que, do total de assentados dos dois assentamentos, aproximadamente 47% informaram que as visitas eram realizadas regularmente, para 24% elas eram frequentes, para 14% eram ocasionais e para 11% eram raras.

No PA Conceição os percentuais maiores dizem respeito a visitas com frequência regular de agentes comunitários (51%) e conforme 25% dos assentados as visitas ocorriam frequentemente. No PA São Frutuoso os registros dos assentados foram de que para 45% as visitas ocorriam regularmente, conforme 23% ocorriam frequentemente. Enquanto que para 15% se registravam ocasionalmente ou raramente. Cabe ressaltar que o PA Conceição está localizado em área mais próxima

à sede do município, o acesso ao assentamento é menos complicado, bem como conta com o concurso de assentada, residente no assentamento, ocupando a função de agente de saúde.

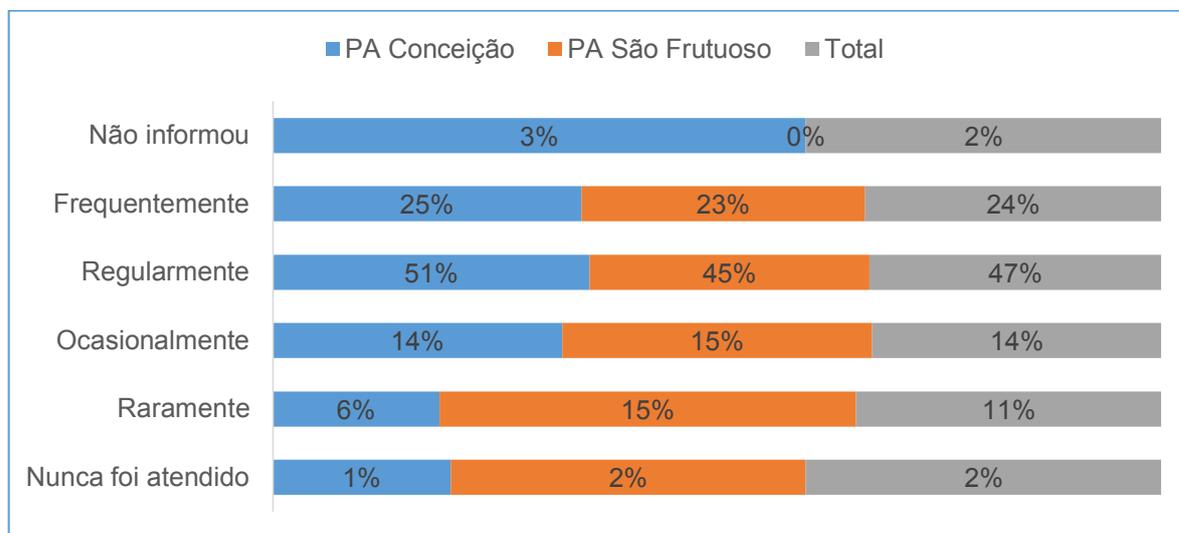


Figura 31 – Frequência de visitas de agentes de saúde aos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

A água consumida nos dois assentamentos (Figura 32) foi considerada como potável (água de filtro, de poço artesiano ou encanada) por 86% dos assentados, enquanto que 11% consideraram que a água consumida não era potável.

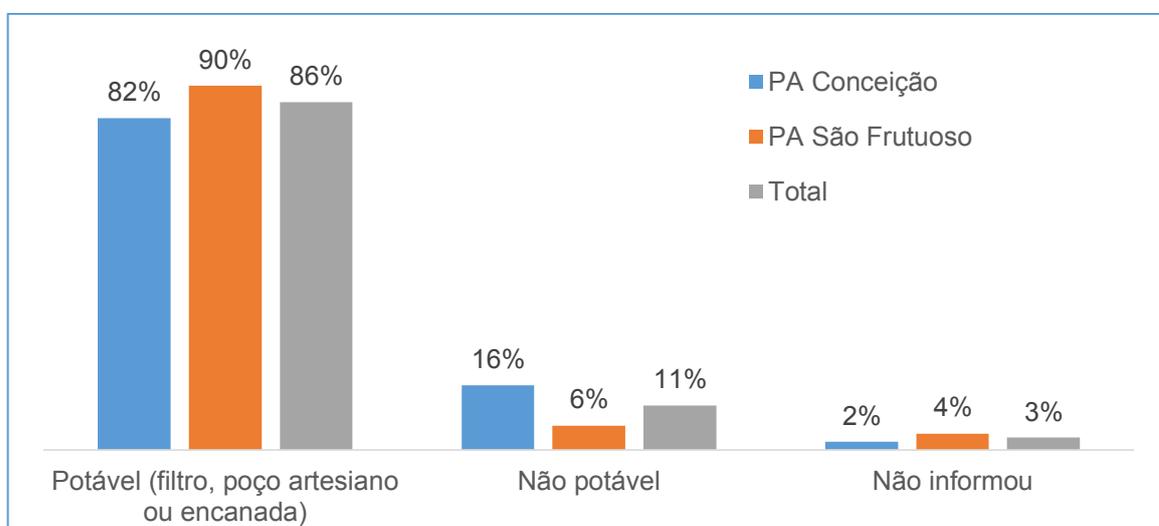


Figura 32 – Qualidade da água consumida conforme avaliação dos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA Conceição 82% dos assentados afirmaram que consumiam água potável e 16% que não. No PA São Frutuoso para 90% dos assentados a água consumida era potável.

Em relação as condições sanitárias nos assentamentos, no tocante ao destino de dejetos (Figura 33) foi declarado por 68% dos assentados dos dois assentamentos o uso de fossas como destino de dejetos (esgotos), 17% promoviam a eliminação livre, ou seja, os dejetos eram jogados na natureza, 4,5% utilizavam tanto fossas como a eliminação livre e 3,5% usavam poço negro (buraco no solo que recebe os resíduos, sem qualquer tratamento).

No PA Conceição 63% dos assentados informaram que utilizavam fossas e 19% a eliminação livre, observando-se que as condições sanitárias eram mais precárias que no PA São Frutuoso considerando-se que 75% dos assentados registraram que utilizavam fossas e 14% que promoviam a eliminação livre. As condições sanitárias são precárias e oferecem riscos de contaminação aos recursos naturais ainda disponíveis nos assentamentos.

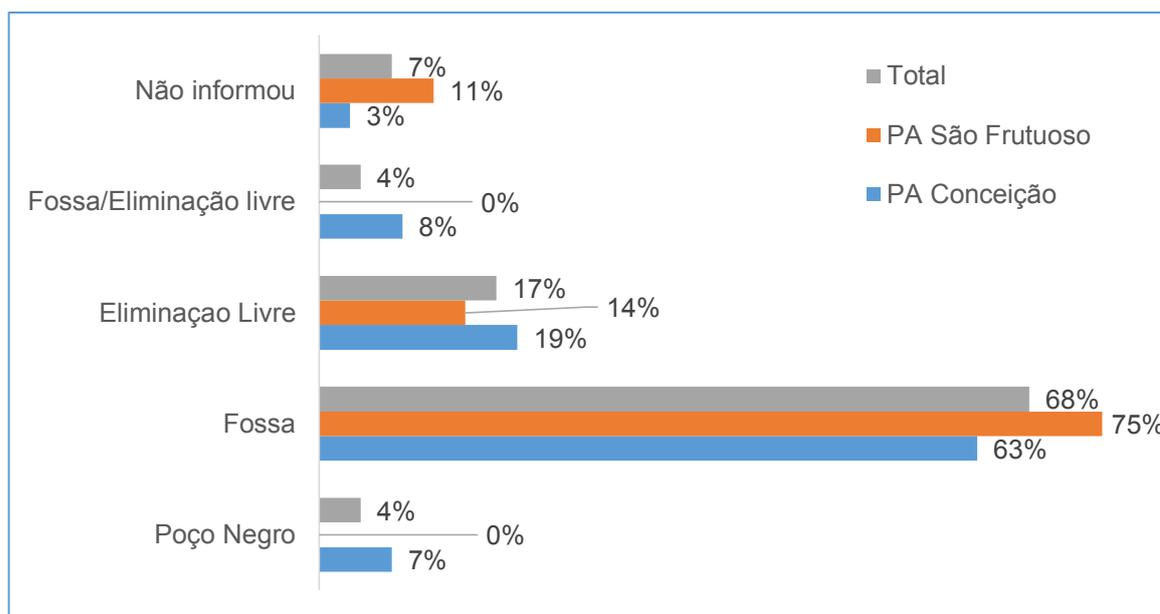


Figura 33 – Destino de dejetos nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação a ocorrência de vetores nos dois assentamentos, tais como ratos, mosquitos, etc. cerca de 70% dos assentados dos assentamentos estudados afirmaram que sim, com registros de 71% dos assentados do PA Conceição e 69% do PA São Frutuoso. Dados que indicam a necessidade de ações a fim de minimizar

os pontos negativos do quadro apresentado e melhorar a qualidade de vida das famílias assentadas.

Do exposto sobre aspectos sociais destaca o fato de que 22% dos assentados se declararam analfabetos e 49% dos assentados informaram ter cursado da 1ª a 5ª série do ensino fundamental. Por outro lado, todos declararam que possuíam os principais documentos exigidos no país, revelando que sabiam assinar o nome. Outro aspecto era o de que 72% dos assentados residiam nos respectivos lotes, ou seja, a maioria optou por não residirem nas agrovilas - tidas como modelo de habitação, na perspectiva de lideranças dos movimentos sociais no período em que os dois assentamentos pesquisados foram organizados.

As moradias, em alvenaria, foram consideradas por cerca da metade como boa, notadamente as residências que recentemente foram restauradas ou reformadas, enquanto que para 40% dos assentados estariam em situação precária – as que estariam em reforma ou restauração ou cujos assentados estavam aguardando a disponibilização dos créditos para a reforma ou restauração.

Já em relação a participação em organizações sobressai a vinculação de 79% dos assentados junto às respectivas associações de assentados de cada assentamento rural realçando a observância da maioria deles às normas e regras vigentes tendo em vista a expectativa de acesso aos programas governamentais.

Em que pese os registros de pluriatividade nos dois assentamentos e a assunção de novos papéis sociais por parte de vários assentados resultando no pertencimento a outras categorias no mercado de trabalho não se observou o registro de vinculação a quaisquer sindicatos de trabalhadores ou patronal.

No tocante à aspectos concernentes a saúde a frequência das visitas dos agentes comunitários foi considerada por aproximadamente metade dos assentados dos dois assentamentos como regular e frequente para 24% deles. A água consumida foi avaliada como potável por cerca de 90% dos assentados. Em termos de condições sanitárias os dejetos, em sua maioria, tinham as fossas como destino. A ocorrência de vetores agrava o quadro e aponta para a necessidade de adoção de medidas preventivas no âmbito da saúde pública.

4.8 Aspectos ambientais

Nesta parte serão focados os elementos poluentes (sem orientação técnica científica) de acordo com a percepção dos assentados dos dois assentamentos pesquisados. A figura 34 mostra o destino dos resíduos sólidos nos assentamentos.

Nos dois assentamentos estudados (Figura 34) constatou-se que 77% dos assentados declararam que eliminavam os resíduos sólidos, ou seja, o lixo gerado, via queima, 11% informaram que deixavam o lixo livremente no meio ambiente, 3% que enterravam, 2% que enterravam e/ou queimavam, 2% queimavam e/ou deixavam no meio ambiente (livre) e, 1% deles faziam a coleta.

No PA Conceição 73% praticavam a queima e 14% deixavam o lixo no meio ambiente. No PA São Frutuoso a situação em relação ao uso da queima era pior uma vez que 82% dos assentados declararam que queimavam o lixo enquanto 7% informaram que o deixavam livremente no ambiente. Tais práticas indicam precariedades nos assentamentos, que colocam em risco o solo, os mananciais hídricos e comprometem a qualidade de vida dos assentados.

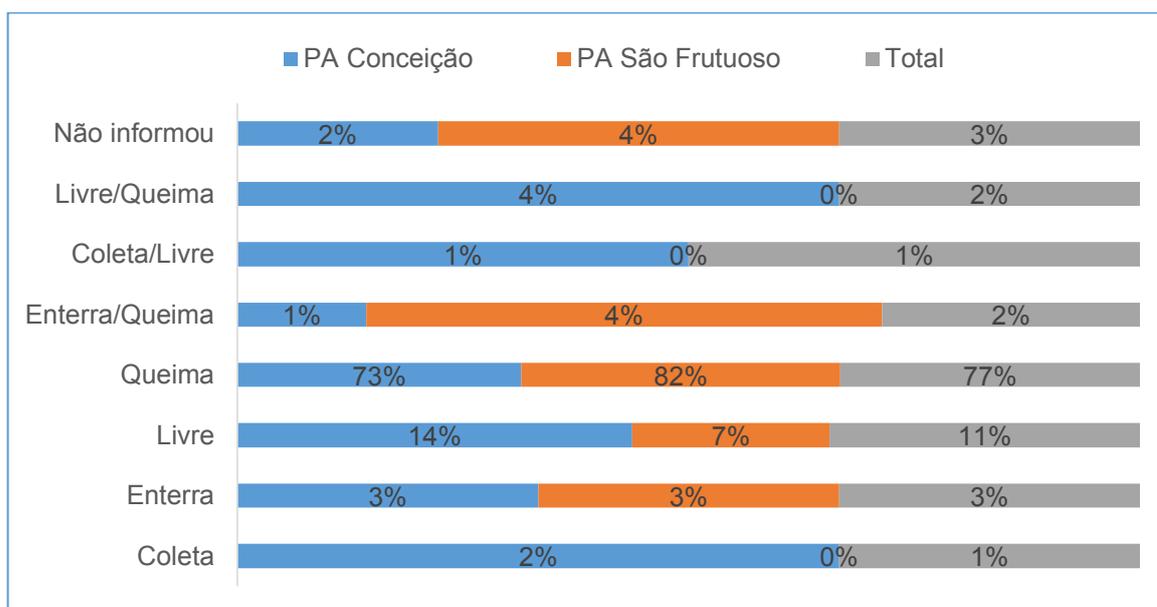


Figura 34 – Destino dos resíduos sólidos nos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares

Conforme 56% dos assentados a estocagem de defensivos agrícolas não era feita consoante a legislação vigente e as orientações técnicas (Sendo aproximadamente 56% dos assentados no PA Conceição e, também, no PA São Frutuoso). Constatou-se que a maioria (60%) dos assentados dos dois assentamentos não acondicionava corretamente as embalagens de agrotóxico, conforme as orientações técnicas e a legislação em vigor. Constatou-se que 87% dos assentados declararam não contar com um local adequado para a lavagem dos implementos agrícolas utilizados no campo. No PA Conceição o percentual era de 92% e no PA São Frutuoso, de 84%.

Segundo informações de 94% de assentados dos dois assentamentos, não havia registros de pedreiras sendo operadas nos mesmos. No PA Conceição 98% dos entrevistados e, no PA São Frutuoso, 92% dos assentados não registraram pedreiras em operação em cada assentamento. Para 2% dos entrevistados no PA Conceição e 6% no PA São Frutuoso ocorria a extração de pedras em cada assentamento, operação realizada fora dos padrões exigidos.

Outro aspecto considerado é o pertinente a existência de lixeiras nos assentamentos estudados, para a acumulação do lixo gerado pelos assentados. Neste item observou-se que 71% do total de assentados informaram a inexistência de lixeiras nos assentamentos. No PA Conceição 78% dos entrevistados e no PA São Frutuoso 66% dos assentados, respectivamente, informaram não contarem com lixeiras para o lixo acumulado. De acordo com 22% dos assentados no primeiro assentamento e 33% no segundo assentamento havia, sim, lixeiras nos aludidos assentamentos.

A exploração de areia ou argila nos assentamentos estudados também não foi objeto de registro pela maioria dos assentados, cerca de 90%. Por assentamento, os percentuais chegaram a 96% e 93%, nos PAs Conceição e São Frutuoso, respectivamente. As constatações de casos de exploração de areia ou argila nos assentamentos foram indicadas por aproximadamente 4% dos entrevistados no PA Conceição e 5% no PA São Frutuoso.

Apenas 2% dos assentados dos dois assentamentos apontaram a existência de pocilgas e o registro foi verificado no PA São Frutuoso. Em relação a instalações de aviários os registros se repetem. No PA Conceição não há apontamentos em relação a existência de pocilgas e aviários como elementos poluentes.

A inexistência de matadouros nos dois assentamentos foi objeto de indicação por 96% dos assentados entrevistados, sendo 99% deste no PA Conceição e 94% no PA São Frutuoso. Elementos poluentes foram indicados por 1% dos assentados no primeiro assentamento e 4% no segundo.

Não foi apresentado pela maioria dos assentados (93%) ocorrência de erosões marcantes nos assentamentos (97% no PA Conceição e 89% no PA São Frutuoso). Os registros de erosões marcantes foram de 7%. Já a exploração de madeiras foi apontada como elemento poluente nos dois assentamentos, por 31% dos assentados, sendo 3% no PA Conceição e 32% no PA São Frutuoso.

Item que chama a atenção é o referente aos esgotos uma vez que foram apontados como elementos poluentes por 51% dos assentados (para 50% dos assentados no PA Conceição e para 51% dos entrevistados no PA São Frutuoso). Parte dos dejetos gerados não tinha tratamento e/ou destino adequado nos assentamentos. A prática de queimadas foi citada por 70% dos assentados dos dois assentamentos, comprometendo os solos e o meio ambiente como um todo.

A aplicação de agrotóxicos nos assentamentos pesquisados foi objeto de registro por 77% dos assentados (79% no PA Conceição e 76% no PA São Frutuoso). Prática que encerra o uso de substâncias que comprometem a saúde dos futuros consumidores e que no momento da aplicação compromete a saúde dos agricultores e familiares vez que em sua maioria a prática era desprovida dos devidos cuidados (uso de equipamentos de proteção individual, armazenamento, destinação de embalagens etc.) consoante a legislação vigente, além de contribuírem para a poluição de mananciais hídricos.

A utilização de bombas de recalque d'água em rios, nos dois assentamentos, foi citado por 17% dos assentados, sendo 16% no PA Conceição e 18% no PA São Frutuoso. O assoreamento em rios e riachos foi um elemento poluente citado por 91% dos assentados dos dois assentamentos (96% do PA Conceição e 87% do PA São Frutuoso). Já a supressão de mata ciliar foi registrada por 6% dos assentados, sendo 2% do PA Conceição e 9% do PA São Frutuoso. A exploração em área de preservação permanente foi apontada por 18% dos assentados dos dois assentamentos (7% do PA Conceição e 25% do PA São Frutuoso).

Outro elemento poluente foi o manejo inadequado do solo, colocado por 61% dos assentados dos dois assentamentos, 48% no PA Conceição e 70% no PA São Frutuoso. Alia-se as condições das estradas rurais deteriorantes que contribuíam

negativamente para 72% dos assentados dos dois assentamentos, sendo 17% no primeiro assentamento e 73% no segundo. Condições que comprometiam o fluxo de pessoas, trânsito de veículos a tração animal ou automotivos e o transporte da produção e de insumos produtivos.

Quando perguntados sobre existência de potencial poluição das águas 53% dos assentados dos dois assentamentos responderam que não – 64% dos assentados no PA Conceição e 45% do PA São Frutuoso. Sobre o risco de inundação ou saturação do solo nos dois assentamentos a maioria dos assentados (86%) opinou pela inexistência de tal risco (98% no PA Conceição e 78% no PA São Frutuoso). Segundo 95% dos assentados dos dois assentamentos não havia registros de obstrução de curso d'água nos assentamentos (99% no PA Conceição e 91% no PA São Frutuoso). De acordo com a opinião de 96% dos assentados não estava ocorrendo degradação de nascentes nos dois assentamentos; assertiva de 99% dos assentados no PA Conceição e 94% dos assentados no PA São Frutuoso.

Diante dos dados apresentados sobre os aspectos ambientais nos assentamentos pesquisados se evidencia que infelizmente a queima do lixo representava uma prática comum, para a eliminação do mesmo, conforme a maioria dos assentados. Já em relação aos defensivos agrícolas o cenário se nos apresenta como preocupante tendo em vista que a estocagem dos produtos, a aplicação no campo e o acondicionamento das embalagens vazias não atendiam ao prescrito na legislação vigente pondo em risco a vida dos futuros consumidores dos alimentos, bem como os assentados que manipulavam os produtos, os solos e os mananciais hídricos existentes nos dois assentamentos.

Conforme opinião da maioria dos assentados não havia registros de obstruções de curso d'água, riscos de inundação ou saturação do solo, degradação de nascentes, ou potencial poluição das águas ou supressão de mata ciliar. Entretanto, de acordo com os assentados os principais elementos poluentes nos dois assentamentos eram as queimadas, a aplicação de agrotóxicos, o assoreamento de riachos e rios e, o manejo inadequado do solo. Registros que implicam na necessidade de tomadas de decisão mormente em relação às ações de orientação técnica, social e ambiental cujas atividades, conforme apontam as observações de campo, sofreram constantes interrupções nos últimos anos, comprometendo não apenas o andamento dos projetos bem como, a qualidade de vida dos assentados e familiares.

4.9 Acesso a políticas públicas

Neste bloco se intenta apresentar registros sobre a participação dos agricultores familiares assentados nas políticas públicas oportunizadas pelo Estado aos agricultores envolvidos nos programas de reforma agrária nos dois assentamentos pesquisados.

Conforme dados apresentados, na Figura 35, observa-se que 43% dos assentados entrevistados nos dois assentamentos tiveram acesso ao crédito de instalação denominado “apoio inicial” que visava dar aos assentados a condição de instalação no assentamento e aquisição de itens de primeira necessidade.

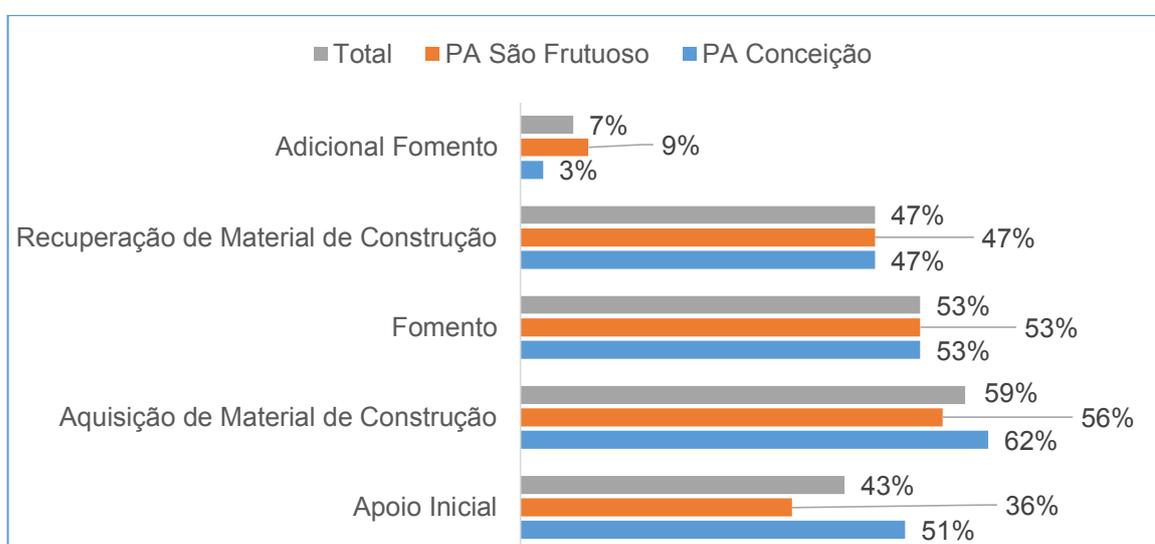


Figura 35 - Acesso as linhas de crédito instalação pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

No PA Conceição 51% dos assentados contaram com tal aporte financeiro e no PA São Frutuoso 36% deles. Cerca de 60% dos assentados dos dois assentamentos contaram com créditos para “aquisição de material de construção”, no PA Conceição 62% dos assentados informaram ter recebido o aludido apoio enquanto que no PA São Frutuoso 56% deles informaram positivamente.

Já os créditos de “fomento” para desenvolvimento de projetos produtivos foram recebidos, conforme declaração dos assentados, por 53% deles, percentual também verificado em relação aos assentados de cada um dos dois assentamentos. Aos

créditos para recuperação de materiais de construção tiveram acesso 47% dos assentados entrevistados e ao adicional de fomento 7% dos assentados dos dois assentamentos, sendo que no PA São Frutuoso 9% declararam ter tido acesso a aludido crédito e no PA Conceição 3% deles afirmaram ter recebido tal apoio.

É importante registrar que cerca de 30% dos entrevistados dos dois assentamentos não constavam como assentados na Relação de Beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, fato que impede o acesso aos programas acima citados. Eram assentados em diversas situações: herdeiros de assentados falecidos bem como, assentados que assumiram os lotes, ao longo do tempo, e ainda não regularizaram a situação junto ao INCRA.

Na figura 36 se pode visualizar o acesso às linhas de créditos agropecuários citadas pelos assentados entrevistados foram o PRONAF A, destinado ao investimento, para financiar atividades que possibilitem implantar, ampliar ou modernizar estruturas de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, nos lotes dos assentados e, o PRONAF A/C, destinado ao custeio de atividades em projetos de produção, beneficiamento ou industrialização da produção.

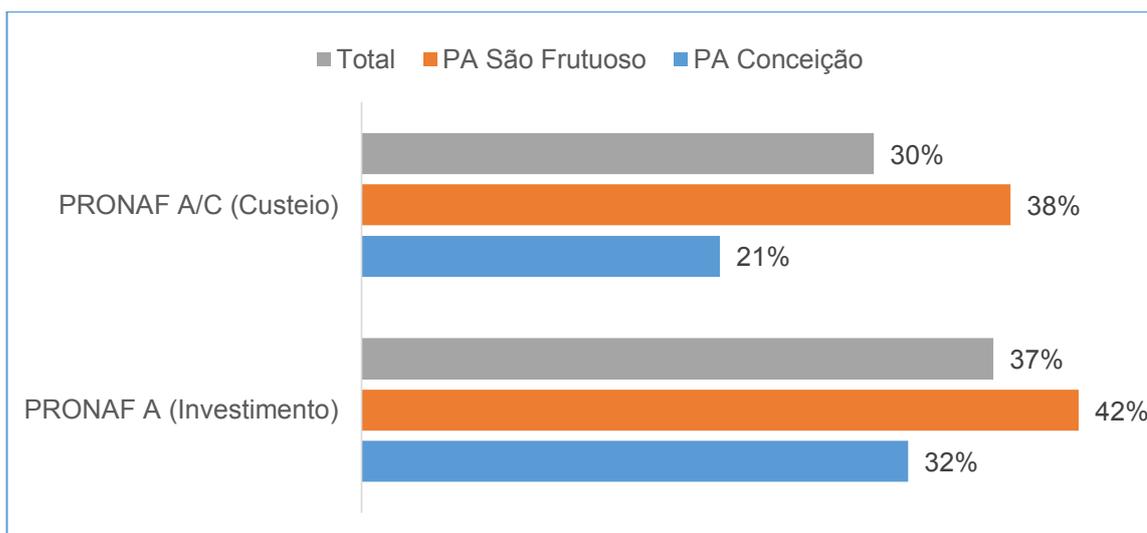


Figura 36 - Acesso a linhas de créditos agropecuários (PRONAF) pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Consoante os dados levantados cerca de 30% dos assentados dos dois assentamentos utilizaram créditos via Pronaf A/C. Por assentamento, 38% dos assentados no PA São Frutuoso e 21% dos assentados do PA Conceição. Já do Pronaf A participaram 37% dos assentados dos assentamentos, sendo que a

participação no PA São Frutuoso foi de 42% de seus assentados enquanto que no PA Conceição a participação foi de 32% de seus assentados. Também neste quadro observa-se que parcela dos entrevistados não tiveram acesso ao crédito por se encontrarem em situação irregular junto ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Dentre os assentados dos dois assentamentos estudados foram constatadas as participações de diversos deles em outros programas governamentais, conforme pode ser visualizado a seguir (Figura 37). O Programa Bolsa Família era objeto de usufruto por 41% dos assentados dos dois assentamentos. Por sua vez, cerca de 50% dos assentados dos dois assentamentos haviam usufruído do programa “Luz para Todos”, sendo que no PA Conceição 57% dos seus assentados contaram com recursos do aludido programa que previa a instalação de uma rede de energia completa, um sistema de distribuição para as moradias e a instalação doméstica e, no PA São Frutuoso 42% dos seus assentados participaram do programa.

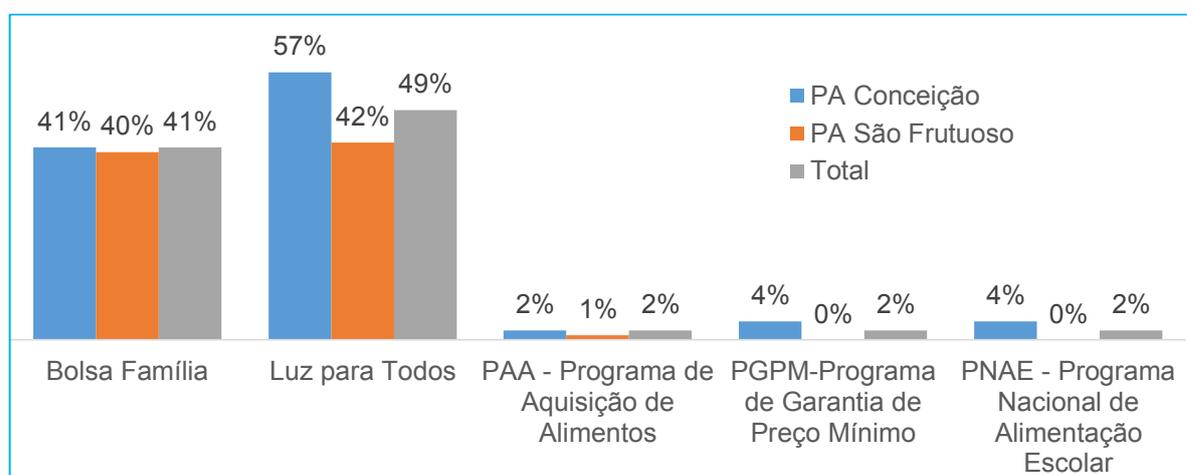


Figura 37 - Acesso a outros programas governamentais pelos assentados dos PAs Conceição e São Frutuoso.

Fonte: Instituto de Capacitação Zumbi dos Palmares.

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ao Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), viabilizados pelo governo federal, observou-se que a participação dos assentados dos dois assentamentos era irrisória, ficando em torno de 2%, em relação ao total de assentados. Tal desempenho pode estar vinculado à exploração da cana-de-açúcar por grande parte dos assentados nos dois assentamentos, aliado à situação irregular de parcela de assentados junto ao PNRA, bem como, às dificuldades de

escoamento da produção durante parte do ano e, ao capital social disponível nos assentamentos.

Do quadro apresentado destaca-se o fato de que 43% dos assentados tiveram acesso ao crédito de instalação, que 60% contaram com créditos para aquisição de materiais de construção e 53% ao crédito para desenvolvimento de projetos de produção e, que 30% tiveram acesso ao Pronaf A/C e 37% ao Pronaf A.

Além disso, assentados entrevistados participaram de diversos programas governamentais tais como o Bolsa Família, envolvendo 41% dos assentados, o Luz para Todos, que beneficiou 50% dos entrevistados. Já a participação dos assentados no Programa de Aquisição de Alimentos, no Programa de Garantia de Preços Mínimos e no Programa Nacional de Alimentação Escolar foi muito pequena, fato que pode estar vinculado a exploração da cultura da cana-de-açúcar, a situação irregular de cerca de 30% dos assentados dos dois assentamentos junto ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

O quadro construído a partir dos obtidos e trabalhados mostra algumas características dos titulares dos lotes dos dois assentamentos pesquisados cuja maioria era de pessoas do gênero masculino, casadas ou convivendo em regime de união estável, formando núcleos compostos, em sua maioria, por até 5 pessoas, e que cerca de 40% estavam com idade acima de cinquenta anos. Todos eles portadores dos principais documentos exigidos de qualquer cidadão no país. Com base em observações de campo havia a reprodução de uma estrutura patriarcal em que questões de gênero faziam parte, de forma velada, do cotidiano dos assentamentos em que as mulheres enfrentavam dificuldades para participarem ativamente de todas as ações ali concretizadas. A idade avançada de parcela dos titulares, aliada ao tamanho das respectivas famílias apontam para dificuldades em termos de disponibilidade de mão-de-obra familiar para o desenvolvimento das tarefas rotineiras.

No que se refere ao conjunto de assentados assim como registrado entre os titulares dos lotes a maioria deles era do gênero masculino, com uma população relativamente jovem, com um terço da população ainda frequentando escolas, com cerca de 20% de assentados não alfabetizados e registro de baixa escolaridade. Mais da metade dos assentados declararam que desenvolviam atividades como agricultores, poucos foram os registros de atividades não agrícolas e estavam vinculadas a programas governamentais e sociais (aposentadorias, pensões,

benefícios e bolsa família) e algumas situações não declaradas que, segundo observações de campo, apontam para atividades não agrícolas fora dos lotes.

A produção agrícola predominante nos dois assentamentos era a cana-de-açúcar, principalmente no Assentamento São Frutuoso, tanto em termos de número de lotes em que ela era cultivada, quanto em relação à área ocupada por tal cultura, registrando-se uma reprodução histórica da estrutura e do modelo padrão de produção na região do litoral norte de Alagoas. No assentamento Conceição a diversificação era mais significativa que no primeiro assentamento citado. Os esforços direcionados para a diversificação da produção agrícola desde a implantação dos aludidos assentamentos não foi suficiente para alterar significativamente o cenário. Contudo, as crises observadas no setor canavieiro, que tem provocado o fechamento de algumas unidades fabris, podem contribuir, conforme a percepção de vários assentados, para ampliar o movimento na direção da diversificação de culturas agrícolas nos assentamentos. A criação de animais para o trabalho era pouco expressiva, já a criação de animais para produção nos dois assentamentos, com exceção para o criatório de bovinos de corte, se caracterizava como de subsistência.

A utilização de tecnologias estava vinculada ao tipo de exploração agrícola viabilizada no campo. Como a cultura da cana era predominante o uso de agrotóxicos, adubos químicos e mecanização seguia um padrão estabelecido na região via pacotes tecnológicos controlados pelas agroindústrias canavieiras e empresas multinacionais que atuavam na área. O insumo agrícola, em sua maioria, era adquirido no mercado. Assim, as tecnologias mais modernas eram utilizadas nas culturas economicamente mais rentáveis como a cana de açúcar em outras como a banana e laranja se observava o uso concomitante de tecnologias modernas e tradicionais e, nas demais, tecnologias convencionais.

Com exceção da produção de cana-de-açúcar que era direcionada para as agroindústrias canavieiras, as demais produções agrícolas extraídas dos dois assentamentos eram destinadas ao consumo familiar e os excedentes direcionados ao mercado, assim como a produção de origem animal. Cerca da metade dos assentados usou serviços de instituições financeiras oficiais englobando o apoio inicial, compra de material de construção, fomento agrícola ou participaram do Pronaf A ou Pronaf A/C. Serviços oportunistados aos assentados cujas situações estavam regularizadas junto o Programa Nacional de Reforma Agrária. Mais da metade dos assentados não declararam a renda agrícola e a renda total. Contudo se observou

que um terço dos declarantes auferia renda agrícola inferior a 1 salário mínimo. Aproximadamente um quarto destes informaram possuir outra fonte de renda, alguns vinculados a participação em programas governamentais enquanto outros desenvolviam atividades de trabalho fora dos lotes, a pluriatividade contribuía assim para ampliar as respectivas rendas familiares.

Dos aspectos sociais chama a atenção o fato de que cerca de 20% dos assentados informaram que eram analfabetos, todos possuíam os documentos básicos exigidos aos cidadãos brasileiros o que indicava que eles sabiam assinar o nome. A maioria dos assentados, embora tivesse a opção de morar em agrovilas, residia nos seus lotes em casas de alvenaria, algumas classificadas como de boa qualidade, outras vistas por eles como precárias, algumas já reformadas ou restauradas, outras não, aguardando o crédito segundo alguns deles registraram. No tocante a participação em organizações se destaca o envolvimento de cerca de 80% dos assentados nas associações de assentados dos respectivos assentamentos, vinculação que permitia a participação deles no Programa Nacional de Reforma Agrária e em programas governamentais. Os registros de pluriatividade não foram acompanhados de registros de envolvimento de assentados em sindicatos de trabalhadores. Chamou a atenção a satisfação de assentados com relação aos serviços prestados por agentes de saúde nos assentamentos, mas, por outro lado, a ocorrência de vetores nas áreas compromete a saúde pública.

Dentre os aspectos ambientais levantados se evidencia a queima do lixo como prática convencional nos dois assentamentos. O uso de defensivos agrícolas se apresentou como outro ponto nevrálgico tendo em vista que o armazenamento aplicação e estocagem das embalagens utilizadas ocorriam sem a observância ao disposto na legislação vigente ondo em risco a vida dos futuros consumidores, dos assentados, os solos e os mananciais hídricos. Os principais elementos poluentes nos dois assentamentos, conforme a opinião dos assentados, eram as queimadas, aplicação de agrotóxicos, assoreamento de rios e riachos e, manejo inadequado dos solos. Tais aspectos estão ligados às ações de assistência técnica social e ambiental cujas práticas, de acordo com observações de campo, têm sofrido solução de continuidade ao longo dos últimos anos.

O acesso a políticas públicas estava ligado a situação de regularização dos assentados junto ao PNRA. Assim, vários assentados tiveram acesso aos créditos de instalação, fomento agrícola e Pronaf Investimento e Pronaf Custeio bem como ao

Bolsa Família. Já as participações dos assentados em programas governamentais, como o PAA, o PGPM e o PNAE, foram registradas como pequena, o que pode ser entendido em função de que a maioria dos assentados estava atrelada a monocultura da cana-de-açúcar, aliada ao fato de que cerca de 30% dos assentados não estavam devidamente regularizados.

4.10 Considerações Finais

Considerando os dados expostos pode-se inferir que os dois assentamentos pesquisados ainda não contavam com uma infraestrutura que oportunizasse uma condição de vida digna aos assentados ali instalados ao longo do tempo. As condições ali existentes comprometiam os processos de produção dos assentados, bem como a qualidade de vida deles. Como pontos críticos destacam-se a disponibilidade e abastecimento de água para consumo humano, o acesso às unidades produtivas considerando-se a manutenção das estradas, dificuldades em relação aos processos de comercialização da produção, poucos equipamentos sociais que possibilitassem diversidade de lazer, serviço de assistência técnica descontinuado gerando insatisfações e descrédito e, reduzido tamanho dos lotes que não permitia aos assentados se manterem a partir da exploração das áreas disponibilizadas, tornando-os fragilizados perante os agentes de mercado, levando alguns deles a procurarem alternativas fora dos assentamentos.

Adiciona-se ao cenário o baixo grau de escolaridade dos titulares dos lotes, que certamente contribuía para limitar a autonomia, o empoderamento e a liberdade de ação de assentados. Além disso, cerca de 30% dos assentados não estavam com suas situações devidamente regularizadas junto ao INCRA, eram assentados que não tinham acesso às políticas públicas direcionadas ao envolvidos nos processos de reforma agrária nacional, ao mesmo tempo, tal dado aponta para a existência de uma mobilidade que carece de maior investigação.

5 Os assentados

Tendo por fim subsidiar a compreensão da dinâmica dos assentados em seus respectivos assentamentos, considerando-se os objetivos específicos deste trabalho, procurar-se-á apresentar experiências vividas pelos assentados, na etapa vivenciada nos acampamentos como também, das experiências nos assentamentos, segundo a percepção deles.

5.1 Os assentados e experiências anteriores

Num primeiro momento a proposta é apresentar os atores que vivenciaram os processos de luta para a conquista da terra e trazer à tona aspectos inerentes a algumas vivências consumadas, consoante a percepção de alguns assentados, que expressam relações sociais envolvendo atores variados que participaram e contribuíram para a consolidação do movimento pela reforma agrária no estado.

Cumprir abrir um parêntese para registrar que os dados apresentados são resultado da análise do conteúdo de entrevistas realizadas junto a assentados dos dois assentamentos estudados, bem como das observações de campo. Tais observações foram concretizadas durante visitas domiciliares, contatos individuais, reuniões entre assentados, reuniões entre eles e técnicos do INCRA/AL, e reuniões entre eles e técnicos que prestam serviços de orientação técnica, social e ambiental aos assentados dos dois assentamentos.

Nos dois projetos de assentamentos o processo de ocupação envolveu atores, que para este estudo, foram definidos (classificados) como trabalhadores urbanos,

trabalhadores rurais oriundos de municípios alagoanos e de outros estados da federação e, moradores das fazendas ocupadas, conforme apresentado na figura 1.

Conforme a ilustração abaixo, o universo rural contribuiu fundamentalmente com duas grandes categorias, a dos trabalhadores rurais e a dos moradores. A dos trabalhadores rurais envolvendo diaristas e assalariados enquanto que os moradores envolviam agroindustrializados, trabalhadores e parceiros que serão apresentados a seguir. Do setor urbano foram tipificados os assalariados, os diaristas, os autônomos, os desempregados, os aposentados e os comerciantes que também serão expostos na sequência.

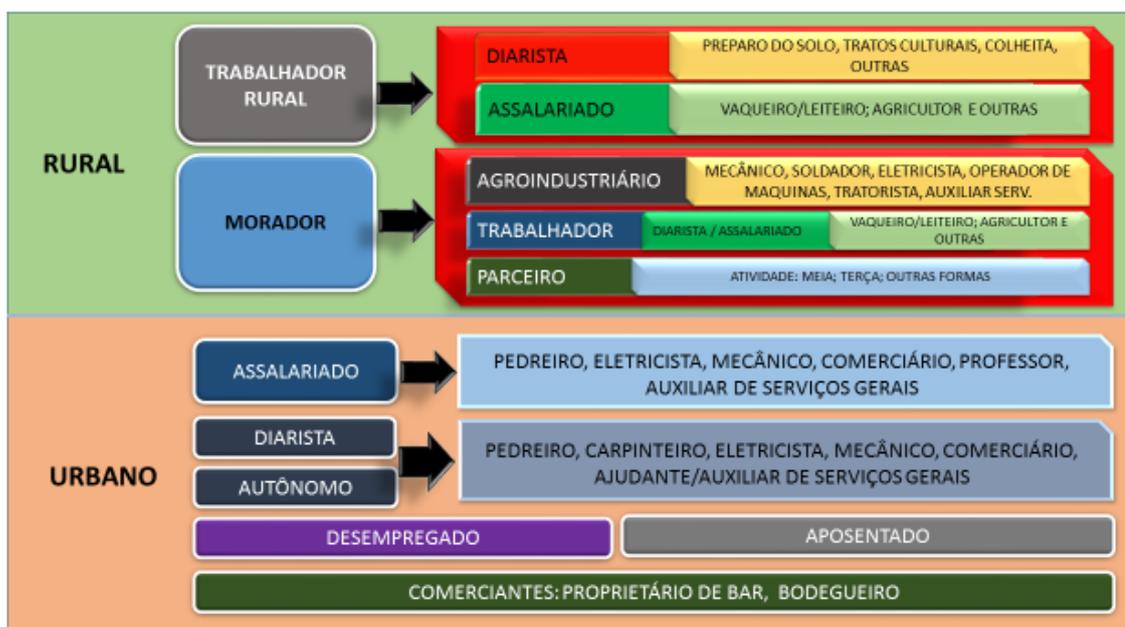


Figura 01 - O universo dos acampados.

Fonte: Elaboração do autor.

Foi constatado que englobam o grupo de trabalhadores urbanos os assentados que antes viviam em cidades interioranas do estado de Alagoas – a maioria – como em outros estados do país e desenvolviam atividades em tais ambientes. Dentre as diversas atividades (Figura 01) então desenvolvidas foram elencadas a de comerciário; alguns com carteira de trabalho assinada outros recebendo comissão conforme o volume de vendas, a de empregado em indústrias do setor sucroalcooleiro da região como auxiliar de mecânico, auxiliar de serviços gerais, tratorista, atividades como diarista executando serviços, conforme a demanda de mercado, como servente de pedreiro, pedreiro, marceneiro, mecânico de automóveis, eletricista, motorista,

doméstica, feirante, vendedor ambulante de produtos os mais variados (laranja, pipoca, doces, pães etc.), como pequenos comerciantes (proprietário de bar, de lanchonete, dono de bodega, aposentados etc.). Pessoas que, independentemente, de gênero, idade, etnia, religião, ou escolaridade, participaram do processo de ocupação das propriedades, se envolveram na ocupação, acamparam e, posteriormente, foram assentados.

O grupo de trabalhadores rurais era formado por atores, oriundos de municípios alagoanos e de outros estados, que desenvolviam atividades no setor rural e não tinham residência fixa nas propriedades rurais: agricultores que desenvolviam atividades em parceria com proprietários rurais (que cediam áreas para plantio e recebiam, em troca, parte da produção obtida, conforme acordo prévio, considerando-se a área cedida e fatores de produção disponibilizados); vaqueiros contratados, assalariados, por proprietários rurais para o desenvolvimento de tarefas na exploração de gado bovino de corte e/ou leite; trabalhadores rurais que sazonalmente atuavam na limpa e no corte da cana-de-açúcar; diaristas contratados eventualmente para a execução de serviços variados nas fazendas.

O trecho abaixo aponta para um resumo de história de vida que exprime a realidade de muitos outros assentados. Chama a atenção a percepção dele no que se refere às tomadas de decisão e a maneira como vislumbra o universo do qual faz parte, a ideia que o envolvimento com a cultura da cana-de-açúcar não proporciona os ganhos necessários para a reprodução da família. O entendimento é de que o assentado compreendia que em tal campo de poder ele não conseguiria obter ganhos, enquanto estivesse participando de um jogo em que estaria dependendo ou subordinado aos detentores de capital econômico. A compreensão é de que para o assentado, nesse campo, a alternativa seria ser proprietário de capital econômico, de fatores econômicos, como a terra, trabalho e de bens de produção.

“To aqui há vinte anos, vai fazer 21 anos. Eu fui acampado. Sou pernambucano, mas me fiz aqui em Alagoas, desde pequeno, ali em Murici, Branquinha, União dos Palmares. Trabalhei na cana dos latifundiários, usineiros para ter um ordenado e garantir a feira da semana e vivia como morador me virando com tudo o que podia. Na cana não tinha futuro, o futuro é você como agricultor familiar, dono do seu negócio, da sua terra. O futuro é a roça! A gente tem que produzir prá gente e para a população. Da agricultura se tira tudo, sem ela não somos nada.” (Entrevistado15).

“A minha vida tá muito boa. Trabalho bastante mas faço o que gosto e como quero. Tô liberto do latifundiário. Hoje eu não devo a ninguém.” (Entrevistado15).

O grupo de moradores compreendia trabalhadores rurais que já residiam nas propriedades que hoje correspondem aos assentamentos, em casas (em vilas ou em residências isoladas) cedidas pelos antigos proprietários rurais que, via de regra, arcavam com os custos de fornecimento de energia elétrica e água potável disponibilizadas aos moradores. Os moradores prestavam diversos serviços aos fazendeiros, em atividades agrícolas tais como nos tratos culturais ou colheita de cana, manutenção de cercados, como vaqueiro, tratorista, dentre outros, relação de trabalho nem sempre devidamente legalizada. Os moradores, via de regra, utilizavam os quintais das respectivas residências para plantio de culturas de subsistência (inhame, macaxeira, batata doce, hortaliças entre outras) e algumas fruteiras (caju, manga, banana, laranja, mamão etc.) e criação de animais de pequeno porte (galinhas, patos, suínos, ovinos e caprinos). Alguns deles utilizavam pequenas áreas (1 ou 2 tarefas)² cedidas pelos fazendeiros e usadas para o cultivo de mandioca, macaxeira, inhame, banana entre outras culturas – cujos tratos eram viabilizados nos períodos de folga das atividades contratadas com os proprietários rurais. Registra-se ainda que alguns moradores desenvolviam atividades agrícolas em parceria com os donos das terras.

Nestes casos, na maioria das vezes, o morador entrava com a mão-de-obra, inclusive a familiar, e os proprietários disponibilizavam áreas para plantio recebendo, em troca, parte da produção obtida, conforme acordo prévio, considerando-se a área cedida e os fatores de produção disponibilizados pelos fazendeiros. Se observa que a diversificação de culturas era uma prática constante entre os moradores, que procuravam assim aproveitar ao máximo o solo disponível, durante o ano, plantando cultivares que atendiam as necessidades de consumo familiar e, alguns, colocando o pequeno excedente no mercado. Outro ponto diz respeito à constatação de exercícios de pluriatividade, notadamente por parte de trabalhadores rurais que tinham outras habilidades técnicas e que executavam atividades como pedreiro, encanador, eletricitista, etc.

“Eu sempre trabalhei na terra, meu pai tinha um pedacinho de chão, lá perto de Porto Calvo. Minha leitura é fraca. Mas depois fui prá cidade e aprendi de

² 1 tarefa (Ta) corresponde a 3.025 m²

tudo um pouco. Eu gosto de olhar como se faz e de fazer então, hoje eu levanto uma casa, assento o piso, a louça, cubro ela e faço a instalação de energia e da encanação. Já trabalhei em oficina de carro. Me chamam para consertar uma coisa, se der eu faço”. (Entrevista 01).

“Eu sou agricultor e também pedreiro. Já fui ajudante de pedreiro e ajudei numa marcenaria. Sempre aparece uns bicos para ganhar um dinheiro fora. É sempre bom a gente ter uma outra profissão, né, porque uma coisa completa a outra”. (Entrevista 02).

“Aqui a gente se vira como pode. A gente divide os trabalhos dentro de casa e na roça. Minha mulher ajuda muito, o quintal é dela e, ela é professora. A roça não dá tudo não, porque o lote é pequeno”. (Entrevista 03)

A ocupação, nos dois assentamentos, teve como principais atores trabalhadores urbanos e rurais, ou seja, pessoas com experiências de trabalho e vida diferenciadas, unidas por um objetivo comum que era a conquista da terra.

Em ambos assentamentos se observa que os antigos moradores das fazendas que compunham os dois assentamentos não vivenciaram a experiência de acampado já que quando da ocupação da propriedade eles já residiam nos locais, utilizavam áreas agricultáveis nas fazendas ocupadas e trabalhavam para os proprietários das unidades agropecuárias, em litígio. Tais atores vivenciaram situação de conflito que poderia ser resumida na pergunta: por que se engajar no grupo de ocupantes das propriedades? Se observa que a percepção de vários deles era de que sendo moradores teriam a garantia de ocupação e posse da terra quando do final do processo de ocupação. Neste sentido, a permanência nos espaços então ocupados significava, para muitos, assegurar o acesso à terra, objeto de sonhos, principalmente, garantir o espaço até então utilizado enquanto morador.

“Eu moro aqui desde sempre. Nasci há umas cinco léguas daqui, ali embaixo na várzea, aí meu pai veio prá cá trabalhar para o doutor e aí fui crescendo e fiquei por aqui. Sempre trabalhei prá o doutor, nas canas. Nunca me escondi de trabalhar. Depois pedi pra levantar uma casinha pra morar e ele cedeu e um quintal prá plantar uma lavoura branca. E fui ficando. Depois peguei um pedaço de terra pra plantar de meia. E foi dando certo. Quando o pessoal chegou eu tratei de ficar onde tava pra segurar o meu pedaço. Quem já tava aqui na fazenda acabou ficando”. (Entrevista 04).

Estavam em jogo o modo de vida de cada um dos assentados, os cultivos agrícolas por eles implantados e existentes no campo, os investimentos efetuados tais como insumos adquiridos e aplicados e tempo de trabalho dispensado. Pesava também a relação existente entre eles, que exercitavam vários papéis (enquanto

trabalhadores rurais e, ao mesmo tempo, moradores e, muitos deles parceiros em atividades agrícolas), e os proprietários das fazendas, baseada na reciprocidade, confiança, normas e regras estabelecidas e cultivadas há alguns anos.

“Eu vim pra cá ainda moço pra trabalhar para a usina, vim morar aqui vila e fiquei até hoje. Olha quando começaram os problemas aqui com a fazenda eu fiquei ruim porque o doutor era muito bom comigo, eu sempre agi certo e nunca me faltou nada. Tinha uma casa pra morar e um pedaço de terra pra plantar e tava tudo dando certo. Eu tinha banana plantada naquele baixio, tinha umas fruteiras e umas tarefas com mandioca, tudo em área cedida pelo doutor e, uma vaca de leite. Ainda bem que a gente conversou com o pessoal e pode ficar aqui”. (Entrevista 05)

Contudo, cabe frisar que alguns poucos moradores já tinham participado de ocupações em outras fazendas, mas não tinham conseguido o acesso ao sonhado lote, naquelas oportunidades.

“Minha história é longa. Agora tô aposentado e a minha velha também. Mas sofremos muito nessa vida. Trabalhamos aqui a mais de trinta anos pro doutor, nos partido de cana a gente fazia de tudo. No começo morei na vila e depois vagou essa casa na fazenda, eu falei com o gerente, ele falou com o doutor, deu certo eu vim pra aqui. Sempre sonhei com uma terra prá mim. Eu fui pra o acampamento aqui perto mas, quando chegou no final não deu prá mim e ai o pessoal disse pra gente pegar as coisas e ir pra outro mais distante. Ai eu pensei que não ia ser bom, porque tinha umas tarefas com inhame..., ai fiquei e ..., o pessoal depois de um tempo veio pra cá. Ai... eu já tava aqui... então fiquei.” (Entrevista 06)

“Eu sou do início do assentamento, 16 de agosto. Sou da primeira entrada, uma meia da manhã. A turma que veio debaixo de chuva. Tá com 22 anos. Um dia me chamaram para outra investida, lá do lado do coqueiro seco e no outro dia eu tava lá e na segunda veio um rebanho da gota da gente. Quando o pessoal que guardava a fazenda acordou a gente já tinha cercado tudo. E deu tudo certo, os homens entregaram as armas e pronto. Nos espalhamos e no dia seguinte a polícia chegou pegou as seis armas e os homens foram embora. Ficamos uma semana com fome. Mataram um boi, um touro e uma vaca. A Federal veio de novo e o Inbra foi ajustar a situação para pagar e, aqui estamos até hoje.” (Entrevista 12)

Então, observa-se que o grupo social, inicialmente, era composto por sujeitos diversos, alguns que tinham experiência no trato com a terra enquanto que outros não, mas todos ambicionando e lutando pelo acesso à terra. Eram atores com origens, trajetórias de vida e experiências distintas. Inclusive com estratégias distintas uma vez que parcela de interessados estava acampada, consoante a provocação/mobilização de lideranças dos movimentos sociais então atuantes na região, como Movimentos dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outra parte de interessados se mantinha nos locais em que já residiam nas fazendas

ocupadas. A distinção de necessidades era visível para todos os envolvidos, inclusive para os mediadores participantes dos cenários, tais como representantes de órgãos governamentais, como o INCRA, lideranças dos movimentos sociais, proprietários das fazendas objeto de litígio, cada qual com sua pauta de interesses a ser objeto de trabalho, interagindo entre si, numa dinâmica marcada por acordos e desacordos, tensões e conflitos.

A propósito, cabe registrar a participação dos movimentos sociais nos processos de reforma agrária desenvolvidos no estado de Alagoas, conforme apresentado na figura 2, a seguir, que mostra a distribuição dos assentamentos rurais localizados em Alagoas, vinculados ao INCRA/AL, por movimentos sociais, nas mesorregiões alagoanas, bem como no Território de Cidadania do Litoral Norte de Alagoas, onde se localizam os dois assentamentos estudados. A ilustração representa uma fotografia que exprime o resultado dos esforços encetados pelos movimentos sociais no estado de Alagoas na luta pela reforma agrária.

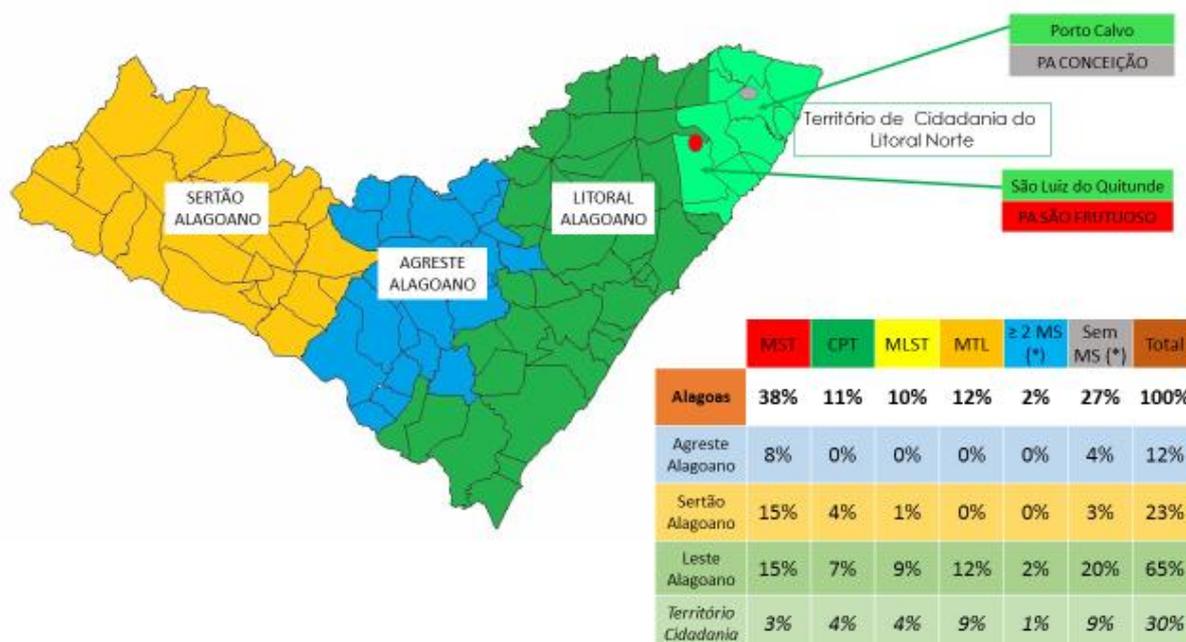


Figura 02 – Distribuição de projetos de assentamentos por mesorregião, por movimento social, em Alagoas, em 2014.

Fonte: Elaborada pelo autor, com base em dados do INCRA/AL/2014.

Legenda: (MST) Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra; (CPT) Comissão Pastoral da Terra; (MLST) Movimento de Libertação dos Sem-Terra; (MTL) Movimento Terra, Trabalho e Liberdade; (MS*) Movimentos Sociais.

De acordo com os dados da ilustração acima, observa-se que 23% dos assentamentos estão na mesorregião do sertão alagoano, 12% no agreste alagoano e 65% no leste alagoano, área com o maior número de projetos de assentamentos. Verifica-se, a partir do exposto na figura 2, em relação aos projetos de assentamentos rurais vinculados ao INCRA/AL, que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) coordena aproximadamente 38% dos assentamentos alagoanos, sendo 15% destes no leste alagoano; que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) está envolvida com aproximadamente 11% dos PAs existentes no estado, sendo que 7% no leste alagoano; que o Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) também coordena aproximadamente 11% dos assentamentos localizados em Alagoas, 9% deles no leste alagoano; que o Movimento Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) coordena aproximadamente 12% dos assentamentos alagoanos, todos no leste alagoano; que 2% dos assentamentos alagoanos são coordenados por dois ou mais movimentos sociais, todos no leste alagoano, e que aproximadamente 27% dos projetos de assentamentos existentes em Alagoas não são coordenados nem acompanhados por nenhum movimento social, isto representa mais de $\frac{1}{4}$ do total dos assentamentos, sendo que 20% deles estão localizados no leste alagoano.

Já no Território de Cidadania do Litoral Norte - do qual fazem parte os municípios de Porto Calvo e São Luis do Quitunde, em que estão localizados os assentamentos pesquisados -, pertencente à Mesorregião do Leste Alagoano, cujos dados já foram citados, estão 30% dos assentamentos vinculados ao INCRA/AL e, destes, 3% coordenados pelo MST, 4% pela CPT, 4% pelo MLST, 9% pelo MTL, 1% por dois ou mais movimentos sociais e 9% sem coordenação ou acompanhamento de nenhum movimento social. Dos dois assentamentos investigados o PA Conceição não é coordenado e nem acompanhado por nenhum movimento social, enquanto que o PA São Frutuoso é coordenado e acompanhado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

O histórico do surgimento dos dois assentamentos não foi marcado por operações violentas, senão de tensões e conflitos, em função dos interesses reinantes em cada momento. A ação de mediadores foi fundamental para os êxitos obtidos nos dois casos. Os processos de ocupação ocorreram com o envolvimento de mediadores dos movimentos sociais, do governo local, do governo federal, proprietários das fazendas e lideranças locais que contribuíram, em maior ou menor grau de

intensidade para os despechos que advieram. O processo de assentamento das famílias ocorreu, nos dois projetos de assentamento, consoante planejamento levado a cabo sob a égide de diretrizes governamentais, cuja prática era resultante de inúmeras mediações efetivadas pelos diversos atores interessados na execução da Política Nacional de Reforma Agrária, ao longo do tempo, entre os quais representantes dos movimentos sociais, de representantes de partidos políticos comprometidos com a proposta da reforma agrária, representantes de órgãos governamentais e de lideranças locais.

Os acampados, durante o período de espera participavam das atividades programadas pelos gestores dos movimentos sociais, conforme plano de trabalho traçado, que envolvia a ocupação da terra, implicando no plantio de culturas agrícolas que serviriam de alimentos para eles e familiares, normalmente culturas de ciclo curto, que tradicionalmente faziam parte da dieta da população na região, ocorrendo a manutenção de hábitos e costumes comuns nas localidades de origem dos acampados. Considerando-se a lógica de que dispunham de pouca área para cultivo, pois o mesmo era em pequenas faixas de terra em pontos estratégicos das propriedades e, também, dispunham de pouco capital financeiro para investimento nos cultivos. Dependendo do período do ano, destacavam-se os plantios de milho, feijão, feijão-de-corda, inhame, macaxeira, batata doce, melancia, abóbora. Por outro lado, tais cultivos representavam laboratórios para experiências de vida, principalmente para acampados que não tinham vinculação com a terra, e exercícios diversos de aprendizagem em consonância com diretrizes dos movimentos sociais.

Neste aspecto se evidencia o esforço dos movimentos sociais no sentido de preparar os acampados para assumirem o controle de seus respectivos futuros fornecendo meios para tal, mediante a participação ativa em cursos, oficinas de trabalho, visitas a outras áreas a fim de que eles pudessem se preparar para gerir, futuramente, os seus respectivos lotes englobando questões sobre como cultivar, formas de organizar a produção e a comercialização, como criar uma associação de assentados e gerenciá-la, como planejar, organizar e administrar o projeto de assentamento, segundo a ideologia vigente e inerente a cada movimento social.

“O tempo de acampado foi muito sofrido mas, muito bom. Aprendemos muitas coisas com o pessoal dos movimentos, sempre tinha aquelas reuniões onde o pessoal passava muita coisa pra nós, mostrava muitas ideias sobre como fazer em relação ao futuro. Aprendi bastante coisa. Olha, teve um grupo que foi escolhido para visitar outros assentamentos da região e ver como que

funcionava e daí a gente decidir o que fazer no assentamento”. (Entrevista 07).

“Na minha primeira ocupação eu sabia pouco sobre o movimento pela reforma agrária. Eu fui aprendendo com o tempo; com as explicações do pessoal, nas reuniões que aconteciam, nos treinamentos que faziam para ensinar a trabalhar melhor, nas conversas com os outros assentados e com o pessoal engajado que mostravam como a gente devia ir prum lado ou pro outro. Eu mesmo fui ver, com outros companheiros, um assentamento coletivo em Sergipe pois a ideia era montar um aqui. Mas a gente viu que não dava certo não”. (Entrevista 8).

Cabe registrar que tais ações dos movimentos sociais serviam para ampliar o capital simbólico dos movimentos junto à sociedade, principalmente a local, que normalmente, inicialmente, não aceitava bem a presença de trabalhadores rurais sem terra nas suas cidades, tendo em vista que no imaginário popular a presença deles representava riscos à situação de conforto em que viviam, em face da possibilidade de invasões aos centros comerciais, com a possibilidade de saques ao comércio local. Expectativas estas cultivadas pela mídia de massa que utilizava os seus respectivos espaços de comunicação para acirrar, de forma velada ou não, os debates, conflitos e tensões existentes em função da mobilização de trabalhadores sem-terra que lutavam pela Reforma Agrária.

“No início nós passamos maus bocados, a gente lutava pelo o que a gente entendia como nossa, que era a terra, mas a coisa era difícil pois as conversas nem sempre iam na direção do que a gente queria. Tinha muita coisa em jogo, muita gente interessada, muitas conversas. A gente era visto como pessoas más, que podia causar muito prejuízo para os outros e não era nada daquilo. Os jornais e a televisão usavam de tudo para jogar a gente contra a população. Só mostrava um lado, o lado dos grandes, o lado do povo da cidade”. (Entrevista 12).

“Tinha muitos camaradas da televisão que invés de ajudar só empurrava a nossa caminhada pra baixo, só mostrava a gente como marginal, como gente perigosa, como bando de arruaceiros. Só uns poucos tavam do nosso lado mesmo. Mas, fazer o que, cada um pensa de um jeito e faz como quer, né?”. (Entrevista, 6).

Além de servir como espaço para demarcação de território por parte dos trabalhadores sem-terra, os cultivos se apresentavam como veículos para positivar a imagem, então negativa, dos próprios assentados e dos movimentos sociais, perante os futuros vizinhos proprietários de fazendas localizadas na proximidade das áreas ocupadas e habitantes de cidades circunvizinhas, criando-se a perspectiva de aumento de capital simbólico para os mesmos. A sociedade teria a oportunidade de constatar que os trabalhadores acampados laboravam, não eram simplesmente

ocupantes descomprometidos, irresponsáveis, aproveitadores, conforme eram apresentados continuamente pelos meios de comunicação, passando-se a ideia de que eles colocavam em risco o patrimônio e a vida dos proprietários rurais existentes no país e, também, a estabilidade econômica, política e social da nação brasileira.

Naquele período a mídia de massa local (televisão, jornais e rádio) apresentava à população uma ideia ou imagem de que o cenário envolvia, de um lado, os “sem-terra” e, de outro, os proprietários rurais, apresentados como vítimas de mobilizações orquestradas por movimentos sociais que buscavam viabilizar um processo de reforma agrária, que também interessava a parcela da elite de detentores do poder no país, elite que ampliava seus capitais financeiros, se fortalecia politicamente, ampliando seus redutos e redes, acrescentando também o seu capital social, viabilizando, assim a sua própria reprodução na sociedade, nos campos econômico, político, social e cultural.

É importante reter que no palco estavam atores com níveis de escolaridade distintos, alguns não declarados corretamente, experiências de vida diferenciadas, trajetórias diversas, alguns sempre foram trabalhadores assalariados, alguns trabalhadores autônomos, alguns desempregados ou desocupados, uns já aposentados e assim por diante. Tablado que comportava acampados com vivências em outros acampamentos, alguns cuja liderança emergiram nos acampamentos, alguns que informalmente lideravam grupos nos acampamentos e assentamentos, outros cuja liderança se configurava formalmente, muitos deles, inclusive, em função do tempo de envolvimento com e nos movimentos sociais, em cujos espaços foram politicamente forjados ou aperfeiçoados. Lideranças que gerenciaram atividades em acampamentos e naquele momento, depois nos assentamentos mediando as relações entre assentados e demais atores envolvidos no processo de reforma agrária.

Registra-se, também, a distinção no que diz respeito à disponibilidade de recursos financeiros, disponibilidade que concorre para uma maior ou menor condição de exercício de liderança no cotidiano dos assentamentos. Liderança que segundo Lorens (2001) deveria ser capaz de mobilizar atores sociais para participarem do processo de desenvolvimento local, usando estratégias oriundas da cooperação dos respectivos atores. Para Carvalho e Rios (2007) exercícios de liderança carecem de atenção tendo em vista que uma liderança muito forte pode inibir a participação de outras pessoas ou acomodar os associados, já que eles podem se sentir seguros e

não terem interesse em se envolverem com a gestão ou com a direção tomadas pelas associações (CARVALHO; RIOS, 2007, p.413).

Além dos plantios os entrevistados citaram que durante o período de acampamento muitos deles aprenderam a cultivar a terra. Que práticas de cooperação eram constantemente objeto de estímulo e de exercício, uma vez que conforme o estabelecido nos planejamentos das organizações envolvidas grande parte das atividades ocorreriam mediante a cooperação dos envolvidos na preparação do solo, semeio, tratos culturais, colheita. Comumente atos de cooperação eram observados nos processos de organização dos espaços físicos para a realização de eventos tais como reuniões, encontros, oficinas, para a preparação de alimentos e distribuição deles junto aos comensais (café, almoço e janta), para a limpeza e conservação de ambientes comunitários utilizados pelos acampados.

“No acampamento tudo era difícil, faltava tudo, era muita privação, mas, a gente era unido. Sempre tava junto um do outro, o que era para um era para todos, o que era de um era de todos. Construímos os barracos juntos, preparava as refeição junto, plantava as verduras junto..., tudo era em grupo. Um cuidava do outro” (Entrevista 02).

Diversos assentados apontam que durante o acampamento as práticas de cooperação eram uma constante em atividades de trabalho e produção, e se dava também em ocasiões em que companheiro(a)s necessitavam de apoio em situações de emergência ou urgência. Momentos em que a mobilização e o envolvimento aconteciam em prol do equacionamento ou solução do problema apresentado; situação em que a prática da cotização emergia, em que os acampados cooperavam disponibilizando parte ou os poucos recursos que possuíam. A mobilização para terem acesso a serviços essenciais, em certos momentos de vida, por situação de doença ou acidente no campo.

Destacam ainda a realização de mutirões para a limpeza, conservação de espaços físicos em áreas comunitárias, para atividades de produção envolvendo o preparo do solo, tratos culturais, colheitas, transporte da produção e comercialização, sob a orientação de lideranças dos movimentos sociais. Segundo Martins (2009) o acampamento corresponderia ao “preâmbulo quase decisivo” do que poderia acontecer nos assentamentos, período final da dessocialização, de decomposição da sociabilidade anterior” (MARTINS, 2009, p.42). A (re)socialização ocorreria no

“momento do assentamento quando se estabeleceria as bases espaciais e sociais da convivência, dos relacionamentos, das referências” (MARTINS, 2009, p.45).

O tema cooperação era objeto de trabalho educativo pelos movimentos sociais que tentavam, assim, mostrar a importância e utilidade em executar práticas de cooperação, em suas diversas dimensões, conforme orientação da cúpula em nível nacional, naquele momento histórico. A partir das observações de campo se infere que a cooperação era estimulada pelos movimentos sociais, sendo preconizada como ferramenta capaz de reduzir custos de produção, reduzir despesas financeiras com atividades econômicas, capaz de contribuir para o aperfeiçoamento de atividades dos processos de organização do cotidiano dos acampados, como campo de preparação para a organização do futuro assentamento, e para as atividades de mobilização nos processos de luta pela posse da terra, como ferramenta educativa já que os exercícios de cooperação desenvolvidos poderiam ser replicados em outros campos de ação.

Contudo, consoante entendimento do autor, os exercícios de cooperação nos acampamentos correspondiam, muito mais, ao atendimento das necessidades vivenciadas pelas pessoas acampadas, predominantes naqueles espaços e momentos históricos. Conforme Souza (2006) a cooperação agrícola se apresentaria como um desafio para os movimentos sociais e para os assentados considerando-se que nos assentamentos estes teriam como metas: “ter a terra e o poder de decisão sobre ela” e “tornar a terra produtiva” viabilizando “economicamente o assentamento e a vida na terra (SOUZA, 2006, p.92).

Conforme registros de assentados as expectativas dos movimentos sociais eram de que as vivências nos acampamentos contribuiriam para ajudar os futuros assentados a se organizarem melhor nos projetos de assentamentos a serem assumidos por eles. Cumpre abrir um parêntese para resgatar a informação de que o perfil dos assentados não era homogêneo, assim sendo a diversidade era, a olhos nus, vista em relação ao nível de escolaridade, gênero, idade, etnia, religião, formação profissional, vinculação com a agricultura. Comum a todos era o desejo de ter acesso à terra, era a consciente disposição para lutar. Parte deles conhecia alguns outros companheiros acampados de experiências anteriores, em outros acampamentos, alguns conheciam apenas as pessoas que os chamaram a se envolverem nos processos de luta, tais como colegas, vizinhos, parentes ou amigos. Em suma, pessoas que, em sua maioria, a priori, quando ali chegaram não cultivavam laços fortes, mas que a partir do acampamento poderiam construir novas relações, relações

sociais que possibilitariam redundar em ganhos significativos para todos com base em valores como a confiança e a reciprocidade. O cenário expõe um grupo de pessoas distintas, pessoas com diferentes capitais culturais e sociais participando de uma nova experiência de participação sob a tutela dos movimentos sociais. De acordo com Carvalho e Rios (2007) dificilmente a participação ocorre de forma natural, ainda mais em populações carentes, em que há certa descrença, baixa autoestima e consequente falta de consciência sobre o papel de agente transformador da sociedade e do potencial que possuem para contribuir em relação às mudanças na sociedade (CARVALHO; RIOS, 2007, p. 408).

Considerando-se a importância daquele momento de vivência para a organização dos futuros projetos de assentamentos, os movimentos sociais investiram na capacitação dos acampados, com cursos de formação básica e em exercícios de cooperação tendo como destaque o trabalho coletivo uma vez que se tencionava promover a implantação da produção coletiva nos assentamentos, a partir da criação de cooperativas de produção agrícola, na acepção da palavra. Os diversos exercícios de cooperação nos acampamentos deveriam redundar na acumulação de capital social nos aludidos palcos objeto de estudo, a partir da criação de laços mais fortes entre eles, a formação de grupos e redes, a geração de confiança entre acampados, possibilidade de uma maior coesão entre pessoas e grupos além de fazerem com que eles se empoderassem.

A leitura da realidade aponta para um cenário de debilidade em relação ao capital social quando do ingresso dos atores sociais nos dois assentamentos tendo em vista ser ele definido, conforme D'Araujo (2003), por três fatores inter-relacionados: confiança, normas e cadeias de reciprocidade e sistemas de participação cívica” (p.19). Não se pode esquecer que alguns dos trabalhadores sem-terra já estavam instalados nas fazendas ocupadas - os moradores - embora também objetivassem a posse da terra, apoiassem o movimento de ocupação, acompanhassem o desenvolvimento das ações e até frequentassem reuniões, após a ocupação nem sempre participavam diretamente do conjunto de ações levadas a cabo sob a tutela dos movimentos sociais.

Então, durante o período de acampamento, trabalhadores sem-terra estiveram envoltos em inúmeras atividades planejadas pelas diretorias dos movimentos sociais segundo ideologia reinante e executadas por técnicos e lideranças treinados para promoverem um trabalho educativo cujo resultado deveria culminar com a preparação

de assentados capazes de administrar os seus assentamentos e a suas vidas, com a expectativa de que a organização dos processos ocorresse com base em um modelo de produção coletiva, com os assentados residindo em agrovilas, arranjo que concentraria o universo de assentados num determinado espaço físico estrategicamente escolhido e que proporcionaria uma maior comunicação e interação entre os futuros assentados, maior controle social, mais segurança, além de menor custo de instalação dos projetos e maior facilidade de gerenciamento do projeto de assentamento.

Infere-se, a partir da fala de diversos entrevistados, que durante a etapa de vivência nos acampamentos os acampados, embora tivessem origens distintas, experiências e trajetórias de vida diferenciadas, acataram as normas e regras estabelecidas pelos movimentos sociais, se apropriaram delas e as reproduziram enquanto acampados. Conscientemente, protagonizaram papéis de colaboradores efetivos nos processos, se envolveram nos diversos atos programados ao longo do tempo, envidaram todos os esforços para atingirem os objetivos a que se propunham; a conquista da terra. As experiências de cooperação apresentadas pelos movimentos sociais e vivenciadas representaram a forma de se manterem na caminhada. Então, eles se sujeitaram, apropriaram, reproduziram e legitimaram tais experiências.

“Viver acampado não era fácil. Participei duas vezes, na terceira vez é que consegui o meu lugar prá ficar. Muito sofrimento, a gente passava muita necessidade, em muitas horas a gente dependia de Deus e da bondade dos homens de Deus, de quem conduzia o grupo. Olha, a gente aprendeu muita coisa com o pessoal para sobreviver enquanto esperava na faixa para assumir o lote. Eles diziam como fazer e a gente fazia, sempre aparecia uma maneira pra gente se manter em pé!”. (Entrevista 04).

“A gente participou de um monte de coisa lá no acampamento, reuniões, cursos, trabalhos em grupo, dividimos muita pobreza e fizemos amigos. Aprendemos bastante com os companheiros da jornada. Hoje estamos ricos porque temos a terra e decidimos o que queremos fazer”. (Entrevista 05).

“O dinheiro para viver era quase nada, a gente tinha pouca coisa. Faltava mais do que tinha. A gente aprendeu que trabalhar junto era a saída prá gente continuar vivo enquanto saía a terra para nós”. (Entrevista 06).

Observa-se que o cooperar representava uma operação que no imaginário deles corresponderia ao passaporte para se manterem vivos e habilitados à posse da terra. A participação nas atividades de cooperação em grupos e mutirões, planejadas pelas lideranças se configuravam como a alternativa lógica para a reprodução

enquanto ser social e político, dadas as condições que se lhes apresentava e as alternativas disponíveis. A cooperação não se apresentava como uma conquista deles, antes uma imposição dos movimentos, mas que concorria para a manutenção deles, acampados, no processo social, até porque, eles não tinham tais experiências como uma constante em suas trajetórias de vida. Pelo contrário, o discurso da competição e da concorrência, este sim, era recorrentemente ouvido ao longo da vida, como palavras de ordem, como se fosse a uma única racionalidade possível.

Quando se constata exercícios de cooperação nos acampamentos e se pensa no que acontece na etapa seguinte é oportuno salientar, conforme compreensão do autor, que tal cooperação correspondia a uma postura dos acampados em resposta as oportunidades geradas nos acampamentos. Os acampados, como cada um dos demais atores participantes do cenário, tinham interesses em jogo, distintos, mas reais, alguns dos quais confluíam e representavam o cimento ou liga que os uniam. Os trabalhadores rurais sem-terra, tanto no ingresso, quanto nos acampamentos e, alguns, depois de assentados, assumiram compromissos com os movimentos sociais, e se engajaram objetivando a conquista do respectivo lote de terra, movimentos que apregoavam a luta em busca de mudanças e transformações. Para tanto não é necessário revolver muito o passado para lembrar que em todo o país, naquele período histórico, as ocupações eram viabilizadas segundo uma estratégia de ação que ao longo do tempo se tornou rotina e cuja práxis era objeto de conhecimento público, principalmente por parte de quem se interessava em se engajar nos processos de luta pela terra (SCOPINHO, 2012; MEDEIROS; LEITE, 2004, 2009, SOUZA, 2006)

Evidentemente que todos os acampados tinham algum conhecimento da metodologia de trabalho a ser colocada em prática nos acampamentos, as informações circulavam entre os interessados; as dificuldades eram objeto de divulgação boca a boca, as emissoras de rádio, televisão e os jornais abasteciam a população com informações, grande parte da sociedade ouvia as notícias, tinha acesso a vídeos, imagens e fotografias sobre tais experiências no campo brasileiro, cujo conteúdo era editado à luz da ideologia vigente, atendendo aos interesses de quem detinha o poder nas diversas esferas de interesse em relação à questão. Então, longe se poder ou querer imaginar os acampados como desavisados, até porque quando do ingresso aos acampamentos todos percebiam claramente o que os

esperava pela frente com base nos informes passados pelos coordenadores dos movimentos sociais.

A junção dos dados coletados aponta para uma realidade em que eles, acampados, tinham pleno conhecimento da realidade e apostavam na participação em um processo social que deveria culminar com o acesso à terra, concretizando assim o desejo de ser proprietário de um lote de terra, que deveria contribuir para a mudança de vida de cada um deles e familiares. Os inúmeros diálogos realizados com vários assentados, no decorrer da coleta de dados de campo para este trabalho, indicaram que no imaginário dos assentados (em sua maioria) as palavras chave quando se pensava no que motivava cada um deles eram “dono da terra”, “proprietário de um lote”, “produtor rural” e “agricultor”. Tais palavras são fortes, são significativas, são reveladoras. A ordem delas implica em preferências. Daí se entende que a questão das formas de produção se configura como outra história a ser trabalhada em momento posterior. Naquele período o raciocínio era muito simples, objetivo e pontual: acesso à terra. Evidentemente que não se pode olvidar a existência da expectativa que os movimentos sociais continuassem à frente dos processos daí decorrentes, até a consolidação dos processos iniciados.

Em cada um dos assentamentos objeto de estudo após a etapa em que os trabalhadores sem-terra vivenciaram momentos de dificuldade nos respectivos acampamentos, em função de que proprietários rurais da região e a população dos municípios não aceitavam a ocupação, até que a situação fosse mediada e equacionada pelos agentes governamentais e demais envolvidos nos processos. Se registra o acesso às propriedades sob a coordenação e supervisão de técnicos da Superintendência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no estado de Alagoas, consoante o disposto na legislação vigente sobre a Reforma Agrária no Brasil.

Observa-se que o perfil dos primeiros assentados compreendia, numa primeira tentativa de tipificação, trabalhadores sem-terra com e sem experiências laborais no meio rural, considerando o fato dos mesmos terem vinculação com a terra em termos de execução de atividades de trabalho no campo. Tomando por base a origem ou local de residência dos assentados antes de ocuparem as aludidas fazendas a tipificação compreenderia os “trabalhadores rurais”, os “trabalhadores urbanos” e “moradores das antigas fazendas”. Em princípio já comprova-se que o cenário objeto de pesquisa era composto por assentados que vivenciaram experiências de

convivência em acampamentos organizados e coordenados pelos movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra - MST e Comissão Pastoral da Terra – CPT) em atuação no estado, naquele período, junto com trabalhadores rurais sem-terra assentados que já residiam nas propriedades rurais objeto de conquista, cuja maioria, não viveu, na totalidade, a práxis em acampamentos naquelas ocasiões, assentados que não acamparam. Nesse cenário ou tablado estavam pessoas com experiências de trabalho e de vida distintas, unidas por algo comum que era a posse da sonhada terra, vista como ferramenta para mudança de vida, para conquista de autonomia, de liberdade, de dignidade.

5.2 Participação inicial dos assentados nos assentamentos

Neste bloco procurar-se-á mostrar a percepção de alguns assentados a respeito do período inicial dos assentamentos estudados para, a partir daí, buscar respostas para algumas questões objeto de interesse no trabalho em apreço.

Nos novos assentamentos os assentados, enquanto sujeitos do processo, participavam de reuniões com técnicos governamentais, de acordo com cronograma de trabalho delineado, na maioria das vezes, pelos técnicos. Tais reuniões eram utilizadas para apresentação de propostas para condução de atividades programadas, para execução e para tomadas de decisão. De acordo com entrevistados, ocorreu inclusive o deslocamento de equipes de técnicos do INCRA para as áreas objetivando a execução das etapas que culminariam com a instalação dos assentados nos lotes dimensionados nos dois assentamentos, de acordo com critérios de técnicos do aludido órgão. Inicialmente a gestão dos dois projetos se deu sob a tutela de técnicos do INCRA, com o envolvimento de lideranças dos movimentos sociais e de lideranças dos assentados em cada projeto.

Dentre as primeiras ações efetivadas nos dois assentamentos destacam-se o estímulo, melhor dizendo, a exigência para a criação das respectivas associações³ de

³ Consoante Carvalho e Rios (2007) uma “associação seria uma organização com características eminentemente sociais, que funciona democraticamente, sem fins lucrativos, com o objetivo de representar e defender os interesses dos associados, estimulado sua melhoria técnica, profissional e social, por meio de compromissos educativos sociais e econômicos” (p.408).

trabalhadores rurais assentados, organizações que se apresentavam como fundamental para garantir a gestão interna dos assentamentos, o desenvolvimento dos assentamentos e representar oficialmente os trabalhadores rurais assentados. As associações seriam responsáveis pelo encaminhamento das atividades produtivas e de geração de renda nos assentamentos e, seriam as interlocutoras política, econômica e social dos assentados junto ao Estado e ao mercado. Nos períodos em que ocorreram a posse dos dois projetos de assentamento a ideia de criação de uma associação de trabalhadores assentados atendia aos interesses dos movimentos sociais bem como de representantes de órgãos governamentais.

Cabe registrar que conforme observações de assentados a experiência vivenciada nas associações sempre foi marcada por conflitos e tensões em função dos diversos interesses em jogo entre eles assentados, entre eles e a diretoria das associações, entre eles e mediadores do governo e, entre eles e mediadores do mercado.

Então, a participação da maioria dos assentados no período inicial era marcante, conforme os entrevistados, tendo em vista as necessidades e interesses existentes no que se referia à definição e ocupação de lotes (considerando-se aspectos referentes à área, e localização), das residências, recursos financeiros para instalação e sua disponibilização. Período, segundo avaliação de alguns assentados, de maior registro de proximidade entre assentados e os técnicos do INCRA/AL e dos movimentos sociais.

“No começo foi muito complicado. Todo mundo queria que o assentamento desse certo, mas cada um queria de um jeito. A gente aprendeu fazendo, errando, acertando. Foram muitas reuniões; eu participei de muitas. Isso aqui era um barril de pólvora, era preciso muito cuidado, se matava por qualquer coisa. O pessoal do INCRA se instalou aqui na agrovila para cuidar de tudo até deixar tudo organizado, cada um no seu lote. A situação era difícil. A Polícia Federal andava aqui direto. Era terra sem lei! Hoje isto aqui tá um céu”. (Entrevista 07).

Conforme observações de vários assentados no período inicial, em função de fenômenos que se fizeram presentes. De um lado o perfil heterogêneo dos assentados que participaram de vivências, englobando pessoas de diversas origens, experiências distintas de vida e como também de trabalho em relação ao meio rural e, neste aspecto, aglutinando pessoas que já lidaram ou lidavam com a terra, outras sem experiências com a terra, mas dispostas a nela trabalhar e algumas pessoas que

tinham o interesse de negociar a terra conseguida e lucrar com a situação. A prática de pessoas deste último perfil redundou em diversos problemas nos assentamentos, gerou tensões e conflitos considerando-se que alguns destes adotavam uma postura arrogante e até truculenta no trato das questões, requerendo a intervenção de mediadores governamentais, tanto do INCRA/AL, quanto a ação de agentes da Polícia Federal.

Alia-se a isto a dificuldade de alguns em conviverem em espaços de experiência de reforma agrária, vivenciando as dificuldades inerentes ao início de um processo, considerando-se as condições de infraestrutura encontrada, a inexperiência neste novo espaço, agora, não mais como acampado e sim como assentado, situação em que emerge o sentimento de propriedade da terra, em que pensamentos e práticas se alteram em relação ao modo de vida anterior, no acampamento, e os impele a reconstruir a sua identidade - assentado -, agora num novo grupo social.

Muitos assentados asseveraram que na fase inicial alguns dos assentados (lideranças informais que despontavam na ocasião) queriam fazer prevalecer a sua opinião, a sua forma de ver o mundo e tentaram imprimir uma dinâmica em que eles teriam o controle das situações que se apresentassem utilizando-se da força física, uso de armas, práticas de coação, opressão, ditando as regras, que culminaram com desavenças entre assentados e até resultaram em crimes de morte. Por outro lado, a ação de alguns delinquentes que foram acomodados, em alguns lotes, por parentes assentados, também contribuiu para a concretização de diversos problemas como arruaças, fruto da ingestão de bebidas alcólicas, a negociação de drogas ilícitas, a realização de furtos, roubos, assaltos e até de latrocínios na região.

Etapa em que o gerenciamento dos assentamentos estava sob a tutela governamental, cujos técnicos preparavam o terreno para a assunção dos projetos de assentamento por parte dos assentados, por intermédio das associações de trabalhadores rurais assentados. Momento de construção, de muita tensão e conflitos, considerando-se o diversificado perfil dos assentados, histórias de vida dos assentados, interesses do próprio Estado, interesses de diversos agentes de mercado fornecedores de materiais de construção e insumos variados a serem utilizados nos assentamentos, interesses dos usineiros e proprietários das fazendas objeto de litígio, experiência de técnicos governamentais que atuaram na área na condução de processos de desapropriação, interesses diversos dos movimentos sociais atuantes no estado de Alagoas.

“Quando a fazenda foi entregue a correria foi grande. Muito trabalho pra ser feito porque tinha mais gente que espaço para produzir. O pessoal dos movimentos queria assentar uma quantidade, os homens do governo queriam outro, a gente queria outro mas, na terra não cabia todos. Não foi fácil. Eu vi que tinha muita gente de fora dando pitaco”. (Entrevista 08).

Os primeiros anos foram marcados pela insegurança, mormente por episódios de violência notadamente de abigeatos, furtos de equipamentos, de bicicletas, de motocicletas, roubos, assassinatos, tráfico de drogas, assaltos a transportes coletivos, evasões de assentados provocadas por ameaças a familiares de assentados e grilagem, em que pese a presença constante de representantes do INCRA/AL, respaldada pela ação de agentes da Polícia Federal, na região. Os lotes se apresentavam como elemento de cobiça por atores sociais que vislumbravam a possibilidade de ter acesso à terra utilizando-se de meios não previstos na política de reforma agrária e na pertinente legislação em vigor.

Aqui hoje é de paz, quando eu cheguei em 2004 a coisa era diferente, quando chegava na estrada a gente fazia o pelo sinal e entregava a Deus pois ninguém sabia o que podia encontrar até chegar em casa. O pessoal do Inca quando vinha aqui, só vinha com a polícia federal, era assim. Era comum encontrar gente morta toda semana na grota de baixo, pertinho da pista. Toda semana tinha caçamba da prefeitura buscando morto. Olha, o ônibus que rodava de Palmares prá Porto Calvo era assaltado toda semana, teve que assaltaram o motorista e o cobrador porque não tinha passageiro dentro, porque chegou um ponto que o povo tinha medo de viajar nesse trecho. Hoje não tem mais ônibus e os camaradas foram se matando entre eles mesmos. Eles tinham muito dinheiro, era carro velho, moto velha, cavalo, revolver e espingarda velho. Todo mundo com dinheiro no bolso que o governo liberou muito dinheiro. A polícia só vivia tendo trabalho, hoje é outra coisa, melhorou e muito. Hoje pode andar tranquilo, sem medo. É só dizer que vem da parcela de cicrano ou fulano. (Entrevista, 9)

Conforme alguns entrevistados, contribuíram para tanto o somatório de fatores inerentes ao próprio processo de ocupação e distribuição dos lotes conquistados dado as atitudes e comportamentos dos assentados, lideranças dos movimentos sociais e agentes governamentais, motivados por interesses e necessidades as mais variadas e nem sempre coincidentes em cada momento histórico.

De acordo com Martins (2009) essas experiências corresponderiam ao momento de (re)socialização. Os assentados estariam vivenciando uma nova etapa de vida, reconstruindo o seu cotidiano, num ambiente conturbado, complexo, que certamente dificultaria exercícios de cooperação agrícola tendo em vista o baixo capital social existente entre os participantes ali envolvidos. Se infere, que além de não terem entre si laços fortes, não se sentiam fazendo parte de uma comunidade

cívica fortemente engajada (PUTNAM, 2006) ou, conforme Recuero (2005), em relação às interações sociais, a inexistência de sentimento de pertencimento a certo local, instituição ou grupo.

O cotidiano descrito termina por impactar a possibilidade de exercícios de cooperação nos assentamentos. De um lado, conforme análise de Souza (2006), movidos pela busca de uma nova vida – nos assentamentos – no imaginário dos assentados inexistem um arranjo de cooperação e, por outro lado, a vivência nos assentamentos e as experiências de vida geram a revisão de valores e atitudes, tendo em vista que a realidade é dinâmica (SOUZA, 2006, p.160). A percepção é, também, de que no sonho de ser proprietário cultivado ao longo do tempo não caberia a reprodução de ações coletivas vivenciadas nos acampamentos.

Outro aspecto é o pertinente à dinâmica do universo em que os assentados passam a atuar, assumindo novo papel na sociedade. Nesse novo universo de ação nas interações efetivadas prevalece a lógica do capital econômico e eles nele ingressam com pouco capital econômico, além de baixo capital político e, também, social, o que limita as suas atividades na direção da autonomia e liberdade que pudessem contribuir para o desenvolvimento dos assentados e familiares nos assentamentos pesquisados. Os assentados são compelidos a pensar e agir consoante a regras de mercado e, assim, cada qual busca individualmente a solução para os seus problemas pontuais.

Outro ponto interessante diz respeito à confiança existente, ou não, em relação a atores sociais, em relação às instituições, que compõem redes sociais em que os assentados participam, bem como em relação ao descrédito no tocante à legislação vigente e a respectiva aplicação, por parte de agentes públicos responsáveis pela aplicação das leis. Conforme Coleman (1990) se observa que quando há interdependência entre atores sociais eles só conseguirão satisfazer suas necessidades agindo conjuntamente tendo em vista que o capital social está localizado nas relações entre pessoas e não neles. O capital social dependeria, neste quadro, consoante Coleman (1990), da estabilidade das instituições e o funcionamento do capital social dependeria da confiabilidade exercitada no meio social.

Aponta ainda limitações e dificuldades de gerenciamento nos assentamentos em função das normas vigentes e de aspectos culturais a elas atreladas em função dos hábitos conservados nas interações vivenciadas nos assentamentos.

“Aqui é muito tranquilo. Já foi ruim, mataram muita gente, mas depois melhorou. Teve tempo que a ordem era séria, a lei era forte. Tinha polícia federal dentro daqui. Hoje é por conta de Deus. Essa coisa de direitos humanos é uma coisa triste, só protege o bandido. Olhe se alguém é roubado vai falar com o presidente, que não pode fazer nada, vai para a delegacia, o delegado ouve e termina soltando no outro dia e o juiz também. Então tamos nas mãos de Deus, e só.” (Entrevista, 12).

Verifica-se que é neste ambiente, marcado pela violência, que contribui para a desagregação, onde flui o processo de construção dos grupos nos assentamentos, comprometendo assim as relações entre as pessoas ali envolvidas e, conseqüentemente, a emergência de formas de cooperação, dificultando a ampliação do pouco capital social inicialmente ali existente, dados, entre outros aspectos, à falta de confiança entre os assentados e às dificuldades de interação observadas primariamente. Isto indica, a partir de Putnam (2006) e Coleman (1990), que a confiança entre os participantes de tais experiências tende a ser baixa reduzindo, conseqüentemente, a possibilidade de cooperação entre os assentados, bem como comprometendo a participação deles em atividades de organizações associativas. Do exposto se observa que o capital social ali existente - normas e valores compartilhados - segundo Fukuyama (2000), não estaria gerando confiança e, em decorrência, não estimularia a cooperação entre os assentados. Interações que ocorreram num momento histórico, consoante Bauman (2003), em que se verifica, no nosso planeta, um enfraquecimento sucessivo dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança e de família (BAUMAN, 2003, p.48).

Cabe ressaltar que após a ocupação, no decorrer do processo, a participação dos assentados, em relação às tomadas de decisão nos assentamentos, foi avaliada por diversos assentados como significativa, notadamente em reuniões provocadas por lideranças dos movimentos sociais e dos assentamentos. Comentários dão conta de que as reuniões eram frequentes, se conversava bastante sobre o que fazer e como fazer nos projetos de assentamentos. Um dos entrevistados revelou que os movimentos sociais incentivavam a discussão sobre o futuro dos assentamentos e dos assentados, investindo na formação de lideranças a partir da participação em diversos eventos, tais como cursos, palestras e reuniões. Salientou que grupos de

assentados visitaram assentamentos localizados em outros estados nordestinos para conhecerem experiências de gestão de assentamentos. Inclusive, que na oportunidade conheceram assentamento cujo processo de produção era coletivo, modelo estimulado pelos movimentos sociais, na época, que no transcurso das visitas eles dialogaram com os assentados e aprofundaram a discussão sobre a realidade daqueles até então, levantando pontos positivos e negativos observados e vivenciados por eles.

Ele afirmou, ainda, que no retorno, cada participante apresentou um relato das experiências aos demais assentados e que após inúmeras discussões chegaram à conclusão de que não deveriam optar por um modelo de exploração coletiva. Ele ressaltou que durante as visitas observaram que as reclamações mais frequentes diziam respeito às dificuldades inerentes ao registro e controle das atividades no campo, à resistência de vários assentados ao modelo implantado - assentados que defendiam a ideia de terem um lote próprio, e a liberdade de decidir individualmente e, principalmente, quanto à distribuição dos ganhos entre os assentados conforme o trabalho realizado e ao destino dos recursos financeiros obtidos.

“Lembro que um grupo de assentados viajou, se mal me recordo, para Sergipe, para visitar um assentamento coletivo. Tava muito bom, a proposta era boa e tudo uma maravilha, até a gente se separar para conversar com cada assentado no individual. Ai a coisa foi diferente... todo mundo tinha uma coisa para dizer..., muita reclamação, principalmente com a divisão das sobras obtidas... A gente viu que o caminho do coletivo era muito ruim para nós”. Fomos a outros assentamentos para aprender como fazer, com eles. Olha, não foi fácil... discutimos muito, muito mesmo. Eu digo..., aquele momento foi muito rico para quem participou. Eu mesmo aprendi muito, foi uma escola. Eu sentia que a turma tava unida mas, depois..., foi cada um por si. (Entrevista 09).

Então, a decisão por ocupação de lotes e não o uso coletivo da terra não impediu, por exemplo, que no Projeto de Assentamento Conceição fosse separada uma área para o desenvolvimento de atividades agrícolas chamada por alguns de área comunitária. Área que durante alguns anos foi utilizada, sob a coordenação da diretoria da Associação dos Trabalhadores Rurais Assentados, com o cultivo da cana-de-açúcar, cujas etapas de produção eram executadas por grupos de assentados, de acordo com cronograma de trabalho desenhado coletivamente e que, segundo opinião de vários assentados, era de grande utilidade para todos, inclusive que quando de uma das mudanças de gestão da associação a produção comunitária era uma

atividade superavitária, que contava com equipamentos de irrigação e veículo para transporte da produção, inclusive saldo financeiro na Usina.

Todavia, tal experiência é, hoje, objeto de queixas por vários assentados, sendo assunto que muitos outros assentados entrevistados evitam tratar. Quer seja pelas sequelas deixadas do ponto de vista econômico considerando-se os recursos ali investidos, mormente o tempo de serviço destinado por cada um em detrimento das suas necessidades de labor nos respectivos lotes, quer seja pela constatação da falta de reciprocidade de alguns assentados, bem como, no tocante à relação de confiança que foi estremecida ou quebrada entre alguns assentados e entre assentados e lideranças do assentamento ou dos movimentos sociais, em função do não cumprimento de acertos pré-estabelecidos. Os sinais são de que a aludida vivência representa algo negativo para os assentados mais antigos do assentamento, se apresentando, para alguns deles, como uma justificativa para investir no desenvolvimento de atividades de produção individual.

Do exposto, pode-se inferir que a reciprocidade, que de acordo com Putnam (2006), faria parte de um amplo sistema de intercâmbio social, não se colimou conforme a expectativa por envolver grupos heterogêneos, cujas experiências de reciprocidade apresentavam relação direta com o baixo grau de confiança existente entre os participantes, com reflexos nas normas de comportamento cívico e no nível de associatividade, questões tratadas por Putnam (2006) e Motta (2012). A quebra de normas de confiança então existentes contribuiu para comprometer ou limitar exercícios de cooperação. O individualismo passou a ser valorizado, em detrimento do bem comum, a coesão social foi fragilizada e a participação foi reduzida. Com base em Coleman (1988), pode-se perceber que a inobservância de normas sociais aliada ao não cumprimento de obrigações e atendimento de expectativas então reinantes comprometeram as relações de confiança e reciprocidade. Se consoante Martinez (2010, p.49), segundo Coleman, o capital social seria entendido como conjunto de recursos que poderiam facilitar as ações dos indivíduos para a conquista de seus objetivos, os laços de confiança ali observados não foram suficientes para gerar condutas de cooperação e reciprocidade.

Observa-se que a participação dos assentados nos projetos de assentamentos, no período inicial, se insere em experiências que podem ser tipificadas como provocadas, convocadas, consentidas e até compulsórias. A partir de observações promovidas por entrevistados se evidencia que as ações eram, via de regra,

planejadas por lideranças dos movimentos sociais, cabendo, na maioria das vezes, ao conjunto de assentados a legitimação das mesmas mediante a execução do proposto.

Conforme alguns entrevistados no início a participação dos assentados era bem significativa pois a maioria frequentava as reuniões convocadas por representantes do INCRA e lideranças dos movimentos sociais tendo em vista que eram nelas ou a partir delas que inúmeras ações pertinentes ao presente e ao futuro dos assentamentos eram deflagradas. As reuniões representavam o espaço de diálogo entre os diversos atores envolvidos, oportunidade para acesso a novas informações, para encaminhamento de propostas, resolução e ou equacionamento de questões pendentes.

Mas, neste espaço é que os mediadores normalmente legitimavam seus interesses em função do poder econômico, político, financeiro ou simbólico disponível no momento, nos diversos campos de forças ou arenas, consoante Bourdieu (1996). Espaço em que representantes do INCRA viabilizavam metas e objetivos estabelecidos em seus programas e projetos, conforme o volume de recursos financeiros disponível, em que agentes econômicos acompanhavam de perto as atividades considerando-se as oportunidades de negócio em função da disponibilidade de recursos para aplicação em atividades diversas, notadamente as pertinentes à instalação das famílias recém assentadas, em que lideranças dos movimentos sociais adotavam estratégias de ação que deveriam culminar com a execução dos seus respectivos planos de trabalho, traçados pelas diretorias nacionais, para a execução da reforma agrária, legitimando suas práticas, ampliando o seu capital simbólico junto à sociedade.

Uma avaliação mais acurada do cenário aponta para um espaço em que a maioria dos assentados tinha uma participação baseada na frequência, em que as decisões, em sua maioria, e segundo a maior parte dos entrevistados, eram tomadas fora dos assentamentos fruto de embates encetados no campo econômico, no campo político e no campo simbólico, com o envolvimento de mediadores de organizações governamentais e dos movimentos sociais.

Tal quadro espelha uma situação em que se configura uma participação limitada dos assentados no processo decisório dado o modelo de organização dos assentamentos estudados, estabelecido pelo Estado e referendado pelos mediadores. Modelo em que, na prática, a maioria dos assentados, em função de

hábitos, costumes, trajetórias de vida, necessidades imediatas diversas e condições de vida vivenciadas nos assentamentos, bem como das normas e regras vigentes nas associações, termina por não participar ativamente, apenas referendando ou legitimando decisões de lideranças formais dos assentamentos ou de mediadores externos. Isto posto, nem sempre o que era decidido para os assentamentos, por mediadores diversos, correspondia às prioridades dos assentados, embora fossem componentes do rol de necessidades deles. O que por si, esboça a falta de condições na infraestrutura disponibilizada nos projetos de assentamentos quando da entrega oficial dos mesmos aos assentados.

Se na sociedade as interações sociais, dado as condições dos atores sociais, privilegiam os mediadores com maior capital social, o fato de fazer parte de uma associação não propicia aos assentados a condição de participar ativamente tendo em vista que, internamente, os grupos hegemônicos reproduzem uma prática cristalizada na região, mantendo e/ou ampliando o seu capital social. Ao longo do tempo, tais exercícios comprometem o desenvolvimento dos assentados, uma vez que induzem a situação de acomodação fruto da transferência do poder de decisão para lideranças formais, que participam de outras redes e assumem compromissos outros em esferas diversas.

Tais experiências contribuem negativamente em relação à geração de confiança entre atores sociais, dificultando o uso de práticas de cooperação nos assentamentos e limitando o capital social ali disponível. Os assentados não se empoderaram e assim estão sempre dependentes de outrem, resistem a práticas cooperativas, privilegiam as ações individuais e reproduzem o modelo de sociedade que atendem aos interesses dos mais bem aquinhoados nos campos econômicos, político e social.

Não é demais ressaltar que segundo Carvalho e Rios (2007) a participação acontece como fruto de um processo educacional de empoderamento, em que as pessoas decidem sobre a sua realidade, dificilmente ocorrendo de forma natural. Quanto mais carente for a população, menor for a autoestima, maior a possibilidade de dificuldade para mudar a realidade. O esperado seria que os indivíduos assumissem que participar significaria fazer parte. Ou seja, cada um deveria se sentir responsável e participar efetivamente.

5.3 Considerações Finais

Do exposto se depreende que o conjunto de assentados apresentava um perfil heterogêneo, compreendendo pessoas com distintas experiências e trajetórias de vida, a maioria delas sem vinculação ao meio rural. Parcela dos assentados era formada por trabalhadores rurais que tinha vinculação com a cultura da cana-de-açúcar, na região, seja com atividades de campo, seja nas agroindústrias ou, ainda, em fazendas de gado do litoral norte alagoano. Situação que se amplia em função da mobilidade verificada nos assentamentos, que gera o ingresso de novas famílias e amplia a diversidade do perfil de assentados.

CAPITULO 6 – As práticas de cooperação nos assentamentos

Neste capítulo serão apresentadas as principais atividades ou práticas de cooperação observadas e percebidas no decorrer da pesquisa de campo e bem como as externadas pelos assentados que contribuíram com a pesquisa. Cabe registrar que neste trabalho se adota o conceito de cooperação utilizado por Franco (2002), com base em escritos de Humberto Maturana. Portanto, as práticas de cooperação ou atividades de cooperação realizadas nos assentamentos estudados englobarão “quaisquer (oper)ações conjuntas” (FRANCO, 2002; pag. 5) e não apenas as atividades de trabalho conjunto.

Serão expostas as práticas que englobam as experiências em processos de organização dos assentamentos via as associações dos assentamentos, os núcleos e grupos organizativos, as vivências em processos de produção e comercialização da produção agropecuária e as atinentes aos processos sociais em que eles se envolvem no cotidiano.

6.1 A cooperação nas associações

Ao se debruçar para verificar o que aconteceu no interior dos assentamentos, com a lente focada nas associações de trabalhadores rurais sem-terra dos dois assentamentos, no que se refere a práticas de cooperação nas aludidas organizações, cumpre-nos inicialmente registrar que tais agremiações são lugar comum nos processos oficiais de reforma agrária levados a cabo no Brasil. São ferramentas estabelecidas pelo governo federal como fundamentais, compulsórias no processo de

constituição de qualquer assentamento rural junto aos órgãos públicos que participam da Política Nacional de Reforma Agrária. Elas se apresentam como o organismo responsável pela mediação entre assentados e demais atores envolvidos no setor público ou no setor privado. São as associações que, segundo o modelo proposto pelo Estado, representariam os assentados junto aos órgãos governamentais, em nível federal, estadual e municipal, bem como junto às organizações não governamentais, agentes de mercado (comércio, indústria, bancos etc.), nas esferas econômica, política, técnica, social (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2012).

Antes de mais nada cabe resgatar algumas informações de ordem geral a fim de ligeiramente caracterizar as associações. A Constituição Federal, de 1988, prevê a liberdade de associação para fins lícitos, sem a interferência estatal em seu funcionamento, não carecendo, pois, as associações, de autorização do governo para serem criadas. Inclusive, conforme a carta magna, as associações se equiparam às cooperativas. No entanto, de acordo com o Novo Código Civil Brasileiro uma associação corresponde a um conjunto de pessoas que se reúnem com fins não econômicos, que tem uma missão social, objetivos e atividades a executar de acordo com o previsto no estatuto social, criado pelos associados e aprovado em assembleia geral de fundação.

Nos estatutos estão apresentadas as características das organizações, bem como as normas e regras de seu funcionamento, incluindo os direitos e deveres dos associados. O órgão máximo de decisão numa associação é a assembleia geral, composta pelos seus membros, em pleno gozo e uso de seus direitos, cabendo-lhes a prerrogativa de alterar o estatuto social e eleger os dirigentes da mesma, tantos os componentes da Diretoria da associação quanto os componentes do Conselho Fiscal, conforme o Novo Código Civil Brasileiro. Inclusive, 20% dos membros de uma associação podem convocar uma assembleia geral, que será considerada válida, mesmo que a diretoria se manifeste contrária a tal convocatória. Além da Assembleia Geral fazem parte da estrutura de uma associação o Conselho Diretor e o Conselho Fiscal, órgãos formados por membros das associações, eleitos em Assembleia Geral, cujas atribuições estão definidas nos estatutos sociais.

Conforme a proposta inicial todos os assentados deveriam estar filiados à respectiva associação do pertinente assentamento rural e participando ativamente das atividades, cumprindo o disposto nos competentes estatutos sociais. O cooperar corresponderia, em tese, a uma participação que dar-se-ia via frequência às reuniões

ordinárias e extraordinárias convocadas pela diretoria, bem como através dos diálogos que teoricamente fluiriam no decorrer das mesmas, diálogos que seriam pautados pela emissão de opiniões, oferta de sugestões, discussão de propostas, cobrança de resultados e avaliação. Corresponderia, também, à contribuição financeira, mensal, para manutenção das atividades da associação, recurso financeiro cujo somatório poderia proporcionar os meios para que membros da diretoria pudessem se deslocar para a capital ou outras cidades e representar os assentamentos junto aos atores dos setores público e privado com os quais se relacionam, como também a ser utilizado para apoiar assentados em situações de emergência, por problemas de saúde, dentre outros.

Na figura 1, página seguinte, apresenta-se um resumo do cenário observado. Tal ilustração aponta as principais interações, entre os atores estudados, observadas na organização dos assentamentos, mormente via cotidiano das associações dos assentados. No intuito de levantar as formas de cooperação em tais ambientes organizacionais se toma como base a participação dos assentados nas reuniões e/ou assembleias gerais realizadas nas e pelas associações, bem como na contribuição financeira para manutenção das aludidas agremiações.

No tocante às reuniões e/ou assembleias uma primeira preocupação para com a participação burocrática-formal, em que serão trabalhadas a frequências aos eventos realizados, identificando-se os atores e seus papéis, e buscando-se levantar fatores que contribuiriam ou não para o comparecimento dos assentados. Ainda em relação a tais eventos, a preocupação com a efetiva participação dos assentados no transcurso dos eventos, ou seja, como eles dialogaram com os diversos interlocutores, quer seja opinando, sugerindo, discutindo, cobrando ou avaliando e, procurando apontar que fatores contribuiriam positiva ou negativamente para o envolvimento nos eventos. Em seguida, a ideia é conseguir expor como os assentados cooperam financeiramente com as associações e que fatores contribuem para tal experiência.

A cooperação viabilizada nas associações dos assentamentos, conforme a aludida figura, neste trabalho, tem-se como referência a participação dos assentados, quer nas atividades burocrático-formais (RIOS, 1987, 1979) referindo-se, no caso, à participação nas reuniões e assembleias gerais das organizações a que pertenciam, quer em relação à contribuição financeira para as pertinentes associações, conforme o disposto nos respectivos estatutos sociais das associações de assentados.

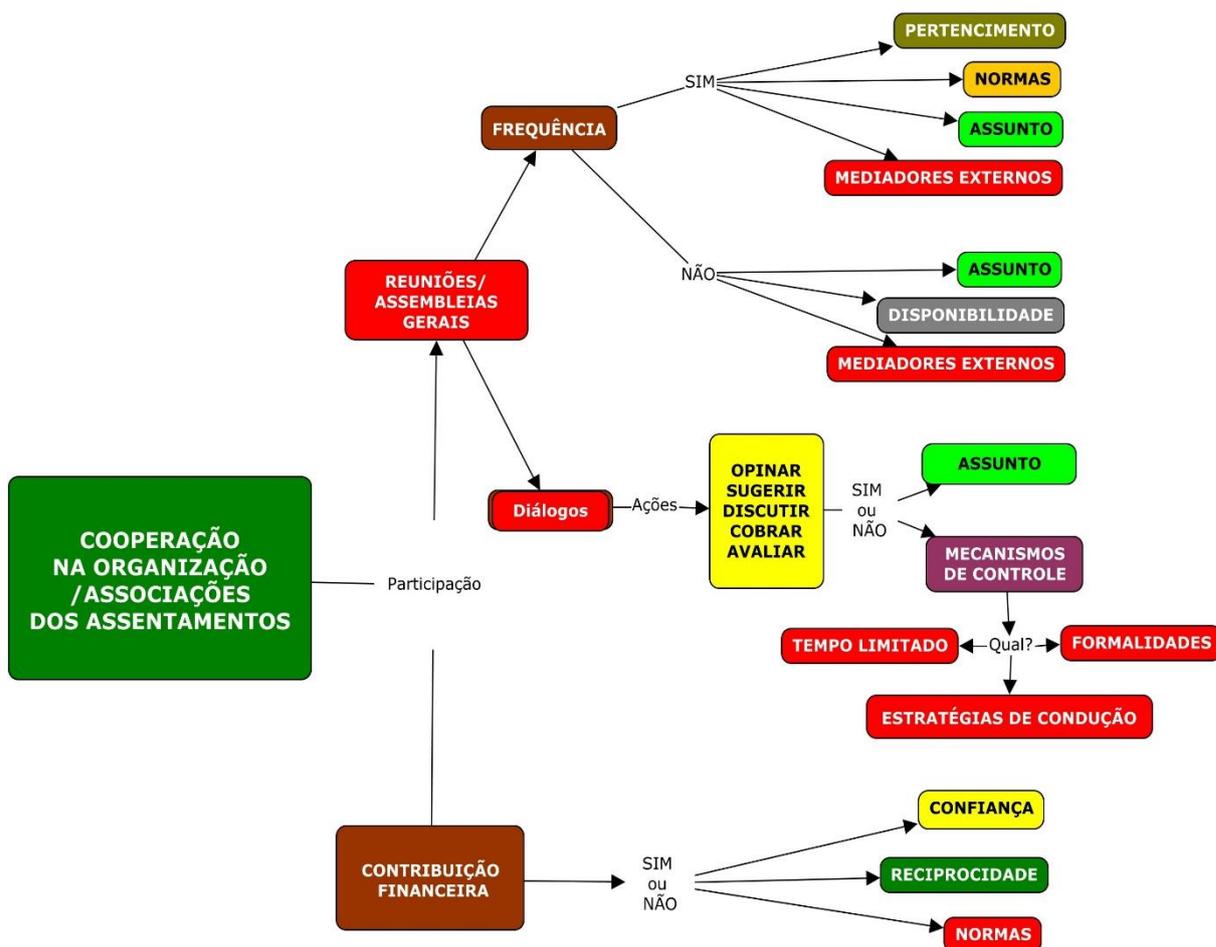


Figura 1 – Cooperação na organização/associações dos assentamentos.

Fonte: Elaboração do autor conforme dados de campo.

A participação nas reuniões e/ou assembleias gerais envolveu a frequência aos aludidos eventos e os diálogos efetivados no decorrer deles. Em relação à frequência dos assentados, apresentam-se como fatores positivos ou que contribuíram para a participação efetiva de assentados o sentimento de pertencimento à associação a que estavam oficialmente vinculados, o conhecimento das normas sociais construídas e estabelecidas, os assuntos a serem tratados e a presença de mediadores externos. No tocante ao não comparecimento de assentados às reuniões e/ou assembleias gerais, sobressaíram o desinteresse pelos assuntos a serem tratados, a disponibilidade de tempo para participar e a frustração gerada pela ausência de mediadores externos. No que se refere à participação, propriamente dita, de

assentados nas reuniões e/ou assembleias gerais, neste caso a participação nos diálogos registrados, em que assentados opinavam, sugeriam, discutiam, cobravam e avaliavam ações, as constatações indicavam o interesse pelos assuntos a serem tratados, como elemento positivo quanto negativo – interesse pelo assunto motivava a participação efetiva de assentados, ou não. Assim como mecanismos de controle implantados pelas lideranças formais das associações contribuíram para uma maior ou menor participação ativa de assentados. Mecanismos como limitação de tempo para uso da palavra por cada assentado, formalidades estabelecidas e estratégias de condução que tanto poderiam estimular os diálogos, quanto limitar ou cercear a participação efetiva de muitos assentados.

Já sobre a participação caracterizada pela contribuição financeira para as associações, as indicações seriam de que a existência de confiança entre os atores envolvidos, bem como em relação às aludidas agremiações a que pertenciam, concorreria para que assentados contribuíssem, ou não, financeiramente com as associações. Além disso a expectativa de reciprocidade reinante no imaginário dos assentados calcada em experiências anteriores (positivas ou negativas) vinculada ou não ao sentimento de confiança existente nas interações sociais e o conhecimento e observância das normas vigentes representariam elementos básicos para o ingresso de recursos financeiros por parte de assentados.

Cumpram destacar que diferentemente das cooperativas, cuja cooperação, conforme Zamberlan e Froncheti (1992), está baseada na adesão livre, poder de voto e participação dos associados, nas associações dos trabalhadores rurais sem-terra dos assentamentos pesquisados, a cooperação nos parece estar fundada no poder de voto e participação dos associados tendo em vista que a filiação é, na prática, compulsória dada a dinâmica historicamente impressa na execução da Reforma Agrária no Brasil.

Mas como eles, assentados, operam conjuntamente nas associações? Antes de responder à pergunta acima cumpre salientar que, com base nas observações de campo, os assentados entrevistados sabiam quais eram os papéis a desempenhar enquanto filiados às associações de trabalhadores rurais sem-terra. Em outras palavras, tinham conhecimento dos direitos e deveres de um associado, objetivos, estrutura administrativa e funcionamento das associações e, que, sendo assim, no dia a dia optavam por participar ou não da vida da respectiva associação a que estavam vinculados.

Como já foi colocado a cooperação nas associações foi observada considerando-se a participação consoante com Rios (1979), trabalhando-se os indicadores objetivos e subjetivos. Os objetivos sendo divididos em burocráticos-formal e econômicos/financeiros, enquanto que os subjetivos se reportariam a juízos de valor de percepção dos assentados no tocante às associações. Os indicadores burocráticos-formais correspondendo, neste estudo, ao comparecimento ou frequência às reuniões ou assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias realizadas pela respectiva organização associativa e, também, a participação ativa nos citados eventos mediante diálogos em que assentados emitiram opiniões sobre temas apresentados ou em debate, em que apresentaram sugestões sobre questões em apreço, em que discutiram assuntos da ordem do dia, em que promoveram avaliações em que cobraram medidas para a solução de problemas que os afetavam. Já os econômicos/financeiros corresponderiam às contribuições dos assentados para a manutenção das associações.

Pelos dados levantados a maioria dos assentados investigados participava das reuniões e assembleias realizadas pelas associações. Em linhas gerais, em termos de frequência, a motivação para o envolvimento estaria vinculada ao fato de pertencerem às associações e elas serem as representantes deles junto à sociedade, aliada a necessidade de observar o disposto nos estatutos das associações. De pronto se aduz que o estar presente teria menos relação com o sentimento de pertencimento a uma organização, a existência de confiança em relação à organização, mas, e principalmente, ao conhecimento, acatamento e cumprimento das normas e regras formais das associações, tendo em vista os interesses vigentes.

As observações de campo levam o autor à compreensão de que a frequência estaria ligada diretamente à satisfação dos interesses dos assentados, em função do tema ou questão a ser tratada. A associação era vista como entidade que fazia a ponte entre eles assentados e demais mediadores envolvidos nos processos de reforma agrária. As associações, considerando-se a participação subjetiva dos assentados, não eram vistas como propriedade deles, entidades com as quais eles estariam diretamente envolvidos, participando ativamente. No caso, as associações, considerando a tipologia de Moraes (1971), na percepção dos assentados, corresponderiam muito mais a associações de estabilização social e não às associações de luta, que viessem a promover mudança social.

Cabe salientar que as reuniões diziam respeito, na maioria das vezes, a uma participação provocada em que os assentados, eram oficialmente convidados a se fazerem presentes. Situação que, em princípio, cabia a cada assentado a prerrogativa de comparecer ou não ao evento. Entretanto, em muitas ocasiões o convite era visto por assentados como algo compulsório dado a forma como a mensagem era passada pelos interlocutores, em que a cobrança ou exigência da presença era verbalizada quando da emissão da mensagem. Noutras ocasiões não havia convite e sim convocação, situação em que a obrigatoriedade já era expressa na própria formulação da mensagem socializada, denotando claramente a obrigatoriedade do comparecimento e, então, não apenas as normas estariam em jogo na interação, agora as regras passavam a vigorar nas relações (RIOS, 1979; BRYM et al., 2006).

Não se pode esquecer que a interação social em organizações como uma associação os atores observam regras estabelecidas em instrumentos como o estatuto, em tese construído democraticamente e, também, normas prescritivas e proscritivas, que obviamente sugerem o que se espera ou não se espera que um indivíduo faça enquanto desempenha um papel naquele ambiente, normas que mudam com o tempo e que podem variar de situação para situação e, também com o papel exercitado. Isto, sem dúvida, pode contribuir para uma presença maior de assentados nos eventos. Já nas assembleias o comparecimento seria provocado pelas diretorias as presenças seriam compulsórias, estando em jogo normas e regras das organizações, o que teoricamente garantiria a presença dos afiliados aos eventos realizados (RIOS, 1979; BRYM et al., 2006).

O não comparecimento nas reuniões e assembleias, segundo o apreendido durante a coleta de dados, estaria, num primeiro olhar, ligado à falta de tempo tendo vista os afazeres diários nos lotes, porque a maioria dos eventos era realizada durante o dia e em dias úteis, ou ao que Carvalho e Rios (2007, p.414) tratariam como comodismo por parte de associados nas associações, como justificativa para baixa participação. Entretanto, observa-se que o comparecimento teria uma vinculação maior com o interesse pelo tema a ser objeto de tratamento nos eventos. Conforme depoimentos abaixo se observa que foram citados o conteúdo ou assunto a ser tratado nas reuniões e a forma como as reuniões eram conduzidas pelos dirigentes.

“Eu não ando mais nas reuniões, só vou quando o assunto me interessa mesmo e quando vem alguém do INCRA para tomar uma decisão ou trazer

algo do nosso interesse. Tenho muito que fazer no meu lote pra perder tempo com conversa fiada”. (Entrevista, 10).

“Eu não perco reunião. Chego..., vejo o que acontece e se for bom eu assisto..., se não, eu vou embora cuidar da vida. Nem sempre o assunto é prá mim. Mas eu vou. A gente tem muito problema para resolver..., ai escolhem alguns e vão tocando conforme o desejo de quem tá na frente da associação. As vezes não me serve. (Entrevista 11).

“Teve uma reunião para falar sobre os débitos..., tava meio mundo de gente, tudo querendo saber como ia ficar..., Tava o pessoal do INCRA, da Assistência Técnica. Ai muita gente fala, pergunta, outros ficam só olhando o que acontece e quando tem dúvida pergunta a um companheiro ou ao técnico da assistência”. (Entrevista,12).

De acordo com os dados levantados, foi detectado que grande parte dos assentados participava das reuniões, que a frequência, embora fosse significativa, variava em função dos temas a serem tratados e, que, ultimamente, o quórum era maior sempre que contava com a participação de agentes governamentais. Interessava aos assentados a resolução dos problemas vivenciados. Os agentes públicos, na maioria das vezes, segundo os próprios assentados, repassavam informes sobre decisões tomadas fora dos assentamentos fruto de articulações, acordos, encaminhamentos costurados em nível de cúpula de órgãos governamentais e lideranças dos movimentos sociais.

Isto aponta para uma distância entre assentados e diretorias das associações e entre estas diretorias e lideranças dos movimentos sociais como também em relação a órgãos governamentais, a ser tratado mais adiante. São relações a serem objeto de repensar porque geram descrédito nas relações entre associados e diretorias das associações, limitam o cooperar nos assentamentos e não ampliam o capital social ali existentes. Os reclamos são diversos em relação a isto. Nessas ocasiões quem está presente assina a lista de frequência ou livro de presença em reuniões da associação e também os formulários comprobatórios da presença do pessoal da ATES nos eventos, tendo em vista que toda atividade da ATES, consoante o previsto nos contratos com o INCRA, deve ser objeto de comprovação, de atesto, de registro fotográfico, enfim, de documentação comprovativa.

Percebeu-se que reuniões apenas com a diretoria não atraíam o interesse da maioria dos assentados. Era comum notar que a alusão à assembleia tinha, obviamente, relação direta com o tema a ser tratado e que o comparecimento estava vinculado a necessidades imediatas deles sobretudo as que se relacionassem com

possibilidades de resolução de problemas pertinentes a cada um, às questões pessoais. O plano individual se sobressaía em relação ao coletivo. Se depreende, também, que em tais situações os assentados repassavam aos dirigentes a responsabilidade de decisão e encaminhamento de certas questões, como se elas fossem unicamente da esfera da diretoria e não da alçada de todos os assentados. Ou seja, uma transferência velada de responsabilidades. Responsabilidades que eles mesmos não cobravam diretamente aos membros diretivos, cobranças que eram feitas costumeiramente nos corredores junto aos outros pares e que destoavam das propostas das associações, que se afastavam dos elementos que fundam os princípios do associativismo. Tais exemplos denotam que regras contidas nos estatutos não eram integralmente cumpridas por alguns associados.

A propósito, é válido destacar que os componentes das diretorias formavam grupos sociais, compostos por uma ou mais redes de pessoas que se identificavam umas com as outras e ligadas por normas, status e papéis definidos e desempenhados nas organizações, grupos que geram laços fracos, mas em que a conformidade assegura a união deles, principalmente diante de situações de ameaça à sua coesão (BRYM et al., 2006).

Tais relações, se de um lado concorriam para o fortalecimento de laços de confiança entre eles e possibilitava a ampliação do capital social deles, por outro lado, não contribuíam para gerar confiança entre as diretorias e o conjunto de assentados não envolvidos em tais grupos, confiança necessária para maior participação dos assentados nas associações e desenvolver práticas de cooperação nos assentamentos.

Cabe reter que as associações são as entidades representativas dos assentados, mediando os interesses e necessidades junto aos demais atores sociais, principalmente os envolvidos nos processos de reforma agrária, tais como representantes do INCRA/AL, do governo do estado de Alagoas, representantes das prefeituras e representantes dos movimentos sociais. Que a criação delas não se deu espontaneamente, a partir da base, da iniciativa dos assentados, mas por uma imposição do Estado uma vez que o acesso de assentados da reforma agrária às políticas públicas está atrelado a existência de associações de trabalhadores rurais sem-terra em cada assentamento. Não se pode deixar escapar da memória que as associações são geridas por diretorias compostas por assentados eleitos

formalmente, que elas podem expressar, inclusive, em determinadas situações, os interesses e ideologias de grupos que detêm o poder na região.

Quando se analisa a frequência das reuniões ou assembleias cumpre observar como se dão as relações entre assentados e diretorias das associações. Então, a percepção reinante por parte dos assentados era de que as associações representavam os assentados e, assim, que as diretorias deveriam viabilizar os interesses do conjunto de filiados. Isto, em tese, implicaria na existência de uma relação estreita entre associados e diretorias, relação em que a participação dos atores ocorreria satisfatoriamente em termos de informação, atitudes, normas etc., concernentes ao campo burocrático-formal e ao campo de interesses econômicos. Implicaria numa relação em que os laços entre os membros estivessem fortalecidos e que a confiança fosse um valor mais representativo do que a existência e cumprimento de normas e regras da entidade.

Entretanto, nos assentamentos os assentados mantêm relações distintas com os pares e estão vinculados a grupos variados, de interesses também variados e dentre eles, o dos que fazem ou não parte das diretorias das associações, os que estão ou não vinculados aos grupos que apoiam as diretorias. Essas vinculações com os grupos que detêm o controle nas associações implicam, numa primeira visão, em uma relação mais estreita, mais próxima, mais comprometida com a entidade a partir dos laços existentes em função da amizade, parentesco, compadrio que reforçam a confiança entre eles e ressoam na relação assentados/associação além da existência dos interesses em comum, exercício que se aproxima da ideia de que a confiança permite a maximização de recursos individuais numa comunidade ou associação (ABU-EL-HAJ, 1999, p.89). Tais aspectos contribuem para o comprometimento entre ambas as partes permitindo que alguns assentados apoiem as diretorias, na expectativa de receberem o devido apoio quando necessário, denotando aí a existência de uma reciprocidade presumida ou expectativa de reciprocidade, conforme Putnam (2006). Essa proximidade e os comprometimentos frutos de normas sociais contribuem, também, para que muitos sejam mais frequentes, que outros, aos eventos realizados. Então, nas associações, tem-se desiguais entre iguais, oportunizando um contínuo processo de embates, velados ou não, conforme cada situação vivenciada. Alguns estão próximos enquanto outros estão distantes e desacreditam das diretorias. Embora as regras sejam comuns, eles estão ligados em função das normas de cada grupo, do status e dos papéis que cada um desempenha nos variados grupos a que

pertencem, grupos que pela característica de verticalidade, conhecidamente geram laços fracos. Se observa, então, que consoante Pase (2006), com base em Coleman, a confiança seria resultante da interiorização de normas de reciprocidade.

Tais fatos, em relação ao todo, não possibilitam uma maior cooperação entre os associados e tampouco contribuem para ampliar o capital social nos assentamentos. A confiança dos assentados nas associações e a confiança entre os assentados fica limitada e compromete exercícios de cooperação entre eles.

No nível micro ou ambiente interno das associações foram observadas dificuldades no tocante à interação entre associados e diretorias das associações. No nível macro, aqui se entendendo como espaço de atuação das associações na sociedade, envolvendo dentre diversos atores, medidores vinculados aos movimentos sociais e a órgãos governamentais vinculados aos processos de reforma agrária, a preocupação seria a de tratar sobre a possibilidade da existência de distância entre as diretorias das associações e lideranças dos movimentos sociais, como também das diretorias em relação às lideranças de órgãos governamentais e as implicações dessas relações no tocante a cooperação nos assentamentos. Inegavelmente, conforme Putnam (2006), são relações construídas entre pessoas cuja reciprocidade seria menor considerando-se tratar-se de grupos heterogêneos.

Conforme foi citado as associações de trabalhadores rurais de assentamentos rurais são o elo de ligação entre os assentados da reforma agrária e os atores envolvidos nos aludidos processos. Antes de tudo, é importante reter que os atores aqui referidos são organizações formais que atuam na sociedade, que viabilizam suas ações considerando os respectivos objetivos, metas e missões. E, necessariamente, não são iguais. Embora os atores tenham um interesse comum qual seja o de viabilizar o processo de reforma agrária no país, na prática, cada qual procura viabilizar o assentamento em que a associação está localizada e realizar, então, os seus interesses singulares consoante as condições reinantes, numa sociedade capitalista. Conforme Martins (2003) eles vivem contradições decorrentes da realidade em que se encontram. Para Souza (2008) a lógica de atuação é “permeada pela percepção que os assentados possuem do contexto macro da sociedade, pelos desejos das famílias e possibilidades vislumbradas nos assentamentos” (SOUZA, 2008, p.26). Em suma, a escolha por uma forma de cooperação ou a atividade individual, depende da situação vivenciada, “da alternativa que lhe é (im)posta” (SOUZA, 2008, p.26).

Dáí, que num determinado momento pode não haver uma sintonia com outros interlocutores. As demandas das associações de assentados podem não ser respondidas, podem ser respondidas parcialmente, ou respondidas totalmente pelas organizações envolvidas, por diversos motivos, dentre eles a disponibilidade de recursos financeiros, a liberação de recursos fora do tempo para aplicação, mudanças nas políticas públicas gerando o cancelamento de projetos em execução, restrições orçamentárias, não cumprimento de itens negociados, enfim. Durante a pesquisa de campo, tais situações foram observadas nos dois assentamentos, a exemplo do andamento de demandas em relação à prestação de serviços de assistência técnica, manutenção de estradas vicinais, regularização da situação de posse do lote, entre outras.

Por outro lado, não se pode esquecer que as gestões dessas organizações estão sujeitas às ideologias de grupos dominantes na sociedade e às idiosincrasias de suas lideranças. Aspectos que podem contribuir para uma maior aproximação ou distanciamento entre os atores envolvidos (associações de assentados / movimentos sociais / organizações governamentais), ou seja, dos próprios grupos dominantes e, conseqüentemente, comprometer a satisfação dos assentados em relação aos serviços prestados pelos mesmos. Aqui se ressalta o capital político dos grupos dominantes, principalmente no interior nordestino em que, segundo Carvalho e Rios (2007, p.416), as forças políticas condicionam fortemente questões econômicas e sociais. Em relação às lideranças, de acordo com os citados autores, quando elas são fortes podem inibir a participação de outros atores sociais, ou acomodar os participantes, considerando-se que os associados podem se sentir seguros em relação ao gerenciamento da organização e perderem o interesse em se envolverem com a gestão ou os rumos das suas entidades associativas (CARVALHO; RIOS, 2007).

Como cabe às diretorias das associações o papel de intermediar as relações com tais organizações constata-se que às diretorias das associações dos assentamentos estudados era reputada a responsabilidade de encaminhamentos e solução dos problemas vivenciados nos assentamentos ou que tinham a ver com a vida das famílias assentados nas esferas econômica, política, cultural e social. Bem, no cotidiano, a cada demanda um tempo para resolução. Só que as necessidades observadas e vivenciadas pelos assentados requerem solução em espaço de tempo que nem sempre coincidia com os esforços empreendidos pelos aludidos atores.

Abrindo um parêntese, para exemplificar que durante a coleta de dados no campo se observou que em um dos assentamentos uma questão recorrente era a pertinente ao problema de falta de residências e áreas produtivas para os filhos de assentados, bem como a construção desordenada de casas na agrovila que gerava discussões e uma preocupação sobre a existência futura do que eles denominavam de favelização das agrovilas. As questões eram objeto de discussão e os problemas externados aos mediadores, representantes governamentais (esferas municipal, estadual e federal), que atuavam nos assentamentos e no território em que eles estão inseridos. As lideranças buscavam apoio junto aos representantes dos movimentos sociais, técnicos do INCRA, MDA, técnicos e gestores de prefeituras municipais, técnicos e gestores do governo estadual, bem como representantes do poder legislativo (vereadores, deputados, senadores ou seus assessores), nas três esferas.

Na medida que o não atendimento se tornava recorrente ao longo de determinado espaço de tempo era gerado um desgaste para os componentes das diretorias das associações no tocante à relação com os assentados. As diretorias das associações, por sua vez, ficavam entre os assentados e as organizações envolvidas tendo que mediar os conflitos e tensões daí decorrentes. Tal mediação pode, ao longo do tempo, traduzir-se em descrédito e comprometer a imagem dos membros da diretoria junto à comunidade. A falta de confiança passa a existir por parte dos assentados, embora se perceba que eles reconheciam os limites de ação das diretorias.

São experiências que variam de momento histórico para momento histórico, estágio conforme as necessidades reinantes dos assentados - as novas e as acumuladas ao longo do tempo.

É importante reter que as diretorias das associações dos assentamentos pesquisados nem sempre encaminhavam as demandas diretamente junto aos agentes teoricamente responsáveis pelos encaminhamentos ou soluções dos problemas enfrentados ou satisfação de necessidades apresentadas. Por exemplo, uma demanda por manutenção ou recuperação de uma estrada vicinal inicialmente provocada junto a representantes de uma prefeitura municipal, culmina envolvendo, no decorrer do tempo, a participação de outros atores sociais, como técnicos que prestam assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos, como também representantes dos movimentos sociais ou do INCRA/AL, que terminam mediando as relações estabelecidas com as prefeituras, a fim de se chegar a bom termo no que se

refere à solicitação formulada. Situação em que cada ator utilizava o capital disponível (seja ele, político, social, cultural ou econômico) para ajudar as associações a atingirem seus objetivos e, assim, tais atores também atingirem os seus respectivos interesses e se capitalizarem no espaço de embate em que estão inseridos. As diretorias buscavam apoio junto a parceiros que num determinado momento possuíam maiores condições de intervenção junto a atores sociais envolvidos no equacionamento ou resolução de uma questão. Neste cenário os técnicos do INCRA desempenhavam seus papéis consoante as metas e objetivos da instituição em relação ao andamento do processo de reforma agrária em andamento no país. Os técnicos e funcionários das prefeituras cumpriam o estabelecido pelos gestores públicos, gestores públicos que encaminhavam as solicitações tentando desempenhar os papéis que lhes cabiam enquanto agente público, sem perder de vista seus interesses individuais, bem como os interesses dos grupos que faziam parte (inclusive os interesses dos partidos políticos a que estavam vinculados). Representantes do legislativo municipal ou estadual, assessores e cabos eleitorais que aproximavam atores sociais na direção da solução dos problemas vivenciados, que atuavam buscando auferir ganhos junto à população local, incluindo a dos assentados. Pode-se deduzir que os atores estudados desempenhavam diversos papéis no cenário e que nenhuma atuação seria neutra.

Então, a falta de confiança observada contribuía para que a presença dos mediadores externos contasse com maior frequência. Por outro lado, a desconfiança não se restringia, na prática, a resultados no tocante a indicadores burocráticos-formais, ela repercute no indicador econômico/financeiro, gerando menor volume de contribuição para a manutenção das associações. A cooperação era, então, reduzida pela falta de confiança, contribuindo, também, para limitar o capital social disponível nos assentamentos. Entretanto, não se pode esquecer que os membros das diretorias desempenhavam diversos papéis na sociedade, participavam de redes sociais variadas – entendendo-se, conforme Brym (2006, p.162), que as unidades de análise de uma rede social podem ser indivíduos, grupos, organizações ou países -, de grupos que geravam laços fracos.

Os componentes das diretorias faziam parte de redes pessoais (familiares, amigos e colegas), pequenas e formadas por pessoas que pertenciam a outras redes sociais, que possibilitavam o envolvimento em novas interações sociais, oportunizando trocas de recursos materiais ou emocionais. Mas, também,

participavam de grupos sociais⁴ primários, como as respectivas famílias em que a interação social gerava laços emocionais fortes ou grupos secundários como as associações de assentados, partidos políticos, agremiações esportivas, clubes recreativos, igreja, organizações sociais variadas, ou seja, organizações formais de grupos criados para atingir um objetivo claramente determinado, cujas interações geravam laços emocionalmente fracos, em que os participantes se conheciam de maneira relativamente superficial.

Quando se anunciava a presença de atores externos nas reuniões nos assentamentos a frequência nos eventos era maior. Tal postura adotada por vários assentados espelhava de um lado, indicar a existência de um sentimento de descrédito em relação à capacidade de resolução por parte da diretoria no tocante a certas questões, a exemplo de solicitações promovidas junto a organizações governamentais e bancárias ou de insegurança em relação aos resultados dos pedidos formulados. O entendimento é de que a falta de confiança nas diretorias das associações dos dois assentamentos estudados redundava na preferência em ouvir diretamente dos interlocutores os posicionamentos a respeito dos encaminhamentos realizados pelas diretorias.

A citada atitude pode ser entendida ou se apresentar como uma estratégia velada adotada pelos assentados pesquisados em que, na prática, os mediadores envolvidos terminavam sendo compelidos a assumir uma posição clara e definitiva em relação as questões objeto de condução pelas diretorias das associações. Pode-se, também, raciocinar que nos dois assentamentos rurais, os assentados estariam em maior número e poderiam exercer uma maior pressão junto aos interlocutores, por estarem em seus ambientes naturais e ao lado de companheiros solidários às causas objeto de embates. Aqui as relações de cumplicidade se dariam em função de necessidades e desejos latentes.

Se no plano das frequências às reuniões e assembleias gerais das associações o quadro era animador, fato não tão alvissareiro se percebeu quando se buscou trabalhar aspectos inerentes à participação denominada de ativa nas reuniões e assembleias nos dois cenários estudados. Dar opiniões, oferecer sugestões, discutir as questões, avaliar e cobrar resultados, ou seja, tomar parte nas reuniões e

⁴ Assumindo-se grupos sociais como aqueles formados por uma ou várias redes de pessoas que se identificam e aderem a normas, status e papéis (BRYM, 2006, p.164).

assembleias gerais das associações, seriam exemplos de práxis de contribuição efetiva para o êxito das organizações associativas nos assentamentos, a plenitude de um exercício democrático numa organização associativa. No entanto, as expectativas se distanciavam da prática. Considerando os dados que foram levantados junto aos entrevistados e depois de acompanhar inúmeras reuniões nos dois assentamentos, nos últimos anos, se observou que embora assentados pesquisados fizessem parte da associação, por estarem oficialmente registrados em cada uma delas, tomar parte era algo importante, mas, não tão fácil de exercício (MEISTER, 1969; RIOS, 1979; CARVALHO; RIOS, 2007).

Alguns assentados registraram que preferiam não participar ativamente porque suas intervenções nem sempre eram entendidas pela diretoria ou por quem coordenava as reuniões, outros asseveraram que em algumas reuniões o tempo para discussão era previamente definido e que assim a participação era limitada, alguns comentários indicam que em várias situações coordenadores estimulavam o envolvimento de participantes da diretoria a fim de reforçarem os interesses do grupo e que em muitas oportunidades isto aconteceu em função da posse de informações, as vezes não acessíveis antecipadamente à todos ou à maioria dos assentados.

“Se antigamente eu falava pouco, nos últimos tempos eu prefiro não dizer nada. Tem dirigente que só entende o que ele diz..., quem pensa diferente é inimigo! Aqui todo mundo se conhece, tudo o que se faz se sabe ligeirinho. Tem os grupinhos né..., eu não faço parte, então fico quieto. O pessoal é bem-intencionado, mas é preso para soltar informação pros outros”. (Entrevista, 13).

A formalidade imposta em algumas reuniões e, em particular, nas assembleias, também contribuiu fortemente para baixa participação de assentados tendo em vista que, na maioria das vezes, o evento era aberto por representantes das associações dos assentamentos, que apresentava os participantes e os objetivos propostos para a ocasião passando, a seguir, a palavra aos visitantes que via de regra informavam aos presentes o andamento de situação em foco, sobre o encaminhamento de propostas para equacionamento e solução de problemas. Na maioria das vezes eram reuniões para fornecimento de informações. As decisões vinham de fora para dentro dos dois assentamentos.

Pelo constatado junto a assentados, quando de reuniões para tomadas de decisões às vezes se notava a prática de intervenções sucessivas de alguns assentados ligados ao grupo gestor, demandando tempo da reunião, cansando

grande parte dos presentes e até provocando a saída de vários outros do ambiente, fazendo com que na parte externa do ambiente fossem formados pequenos grupos de conversa. O entendimento é de que muitas vezes isto fluía fruto de uma estratégia definida anteriormente pelo grupo gestor para gastar o tempo e aprovar propostas encaminhadas pela diretoria. Experiências que denotam o uso de mecanismos de controle do grupo majoritário e que detinha o poder nos assentamentos. Percebe-se que vários eram os exercícios praticados por lideranças de grupos na luta, permanentemente observada, pelo controle do poder nos assentamentos estudados. Disputas políticas inerentes às relações sociais levadas a cabo em cada um dos assentamentos pelos grupos diversos e que apontavam para a existência de vinculações político-partidárias de várias lideranças formais. Infere-se, pois, que muitos exercícios contribuíram para restringir a cooperação de assentados em reuniões e assembleias nos dois assentamentos.

“Dirigente de associação é assim: antes de se eleger é bom pra todos. Depois..., muda..., e como muda! Começa a esconder informação, a formar patota, empina o nariz, começa a decidir em benefício próprio e dizer, muitas vezes, que não teve tempo pra trazer a questão para a assembleia. Faz tudo que criticava antes. Depois diz que o pessoal não fala nas reuniões”. (Entrevista, 14).

“Tem coisa que a gente só sabe quando chega na hora da execução. Aqui todo mundo é artista. Todo mundo é bom mas, os problema ta ai. Pense num povo devagar pra umas coisas e ligeirinho pra outras. A briga pra ser presidente da associação é grande, nunca acaba, entra ano sai ano. Tem guincho que faz política direto”. (Entrevista, 15)

Outro ponto a considerar é o atinente ao raciocínio desenvolvido e exposto por muitos dando conta de que as ausências às reuniões e assembleias estavam relacionadas a falta de tempo para participar delas tendo em vista o volume diário de atividades laborais nos respectivos lotes. Construção que, em parte, pode estar escamoteando a verdade uma vez que duas ou três horas fora dos lotes não comprometeriam, na maioria das ocasiões, a condução das respectivas atividades agropecuárias. Estaria se registrando, então, a acomodação de associados de uma associação observada por Carvalho e Rios (2007, p.414). Ademais, os horários de reuniões possivelmente poderiam ser negociados caso parte dos assentados expressassem as dificuldades para tal. Aliás, era de se esperar que a diretoria marcasse as reuniões para datas e horários que pudessem agregar o maior número

possível de assentados e que fosse promovida uma divulgação intensa para garantir a presença de uma maior quantidade de filiados às associações (PINHO, 2006).

Pelo observado, este era um problema recorrente nos assentamentos estudados. Isto ocorreria pela postura não democrática das diretorias das associações no tocante às relações com seus afiliados, no que se referiria ao uso de ferramentas de comunicação. Corresponderia a uma atitude deliberada para manter o poder, uma relação de subjugação dos associados pelo grupo dirigente a fim de atender seus próprios interesses; o que se nos apresenta como concreto em tais realidades. Tal prática culmina por gerar limitações nas interações não contribuindo para ampliar o capital social nos assentamentos estudados.

No que se refere ao envolvimento dos assentados nas reuniões o registro maior seria para a limitada participação de associados nas reuniões, fruto de exercícios motivados pelos interesses velados de grupos que momentaneamente detinham oficialmente o controle do poder nos assentamentos exercitando ou reproduzindo no interior das associações de trabalhadores rurais sem-terra dos assentamentos as mesmas práticas vistas em organizações como sindicatos, partidos políticos, cooperativas, associações diversas, clubes, entre outras, na sociedade (CARVALHO; RIOS, 2007; RIOS, 1979). Modelo de gestão que se propõe participativo e democrático, mas cuja práxis se dá a partir de uma relação verticalizada, pouco participativa, que força ou induz os assentados a corroborarem os atos do grupo gestor, com a instalação de mecanismos de controle, com as informações sendo socializadas a conta-gotas, ao bel prazer de quem coordena.

Tal quadro, marcado por interações sociais que geravam laços fracos, nos remete para algumas críticas à burocracia tratada por Brym (2006), pois denota que os associados são vistos como engrenagens de uma máquina em movimento, a existência de ritualismo burocrático em função da forma como se faz o uso de normas e regulamentos das associações, a concentração do poder por pessoas que se encontram no topo da pirâmide organizacional dificultando o exercício democrático. Normas sociais não são suficientes para garantir a participação ativa dos assentados, para o exercício democrático previsto, para ampliar a confiança entre associados, e o uso de práticas de cooperação nos assentamentos pesquisados e promover a prosperidade consoante Araujo (2003), aqui a confiança e a cooperação não seriam moedas de uma boa sociedade.

Em suma, as frequências às reuniões e assembleias estariam vinculadas à observação de normas sociais e cumprimento de regras previstas nos estatutos das associações e as necessidades deles considerando-se os temas a serem tratados. Oportunidades em que eles tiveram acesso a informações sobre assuntos de interesse direto deles, em relação a melhorias para os assentamentos, negociação de dívidas, oportunidades de acesso a créditos, etc. sendo que na maioria dessas ocasiões se registrou a participação de pessoal do INCRA/AL. As limitações estariam atreladas à desinformação e à marcação de horários e data para realização dos eventos em que nem sempre se considerava o modo de vida dos assentados. Se o comodismo tratado por Carvalho e Rios (2007) não se fazia presente haveria que se observar a circulação de informações nas redes e grupos sociais bem como as normas sociais construídas ao longo do tempo nas relações entre os assentados dos dois assentamentos pesquisados. O quadro acima aponta para uma situação em que as associações, em tais casos, não facilitam a geração de capital social nos assentamentos estudados e, até, podem comprometer a intervenção na condução de políticas públicas conforme Mota (2012), com base em Coleman (1988).

No tocante ao envolvimento dos assentados dos dois assentamentos em discussões no decorrer dos aludidos eventos, na oferta de sugestões, análise de propostas e cobrança e avaliação de resultados se observou a existência de dificuldades na participação, notadamente, em função do uso de mecanismos de controle objeto de exercício naquelas reuniões ou assembleias. Mecanismos que comprometem a cooperação nas associações dos dois assentamentos se considerarmos que ela era baseada no poder de voto e na participação dos assentados.

Outro aspecto a tratar diz respeito à cooperação com recursos financeiros para a manutenção das associações. Uma imersão nos estatutos revela que tais contribuições financeiras têm a finalidade de proporcionar meios para garantir o desenvolvimento de várias atividades das associações, a concretização de objetivos com base no somatório de simbólicas contribuições individuais que, conforme Rios (1979) estaria ligada ao “ter” parte na organização que lhe pertence. Cabe ressaltar que o “fazer” parte, acontece a partir de quando se vincula, que se adita ao “ter” parte, quando contribui financeiramente e que se alia ao “tomar” parte, quando se envolve nas atividades previstas no estatuto da associação a que está vinculado. Neste caso das associações de assentados a contribuição envolveria o “ter” parte e, também,

pelas características da organização, seria uma forma dos assentados “tomarem” parte.

Os recursos angariados poderiam ser usados para diversos fins a saber: para arcar com despesas de deslocamento e estada de dirigentes das associações em atividades de representação das organizações fora dos assentamentos, contribuir para arcar com despesas de assentados em atividades educativas (cursos, treinamentos, visitas, etc.) em outros locais, para a aquisição de materiais para o desenvolvimento de atividades de grupos ou núcleos dos assentamentos. Além disso, o dinheiro em caixa poderia ser também utilizado em situações de urgência ou emergência que possam envolver assentados. Se evidenciou que neste sentido era muito restrita a participação dos assentados, embora os valores estabelecidos para contribuição mensal fossem inferiores a cinco reais, poucos concorreram para tal e as justificativas eram diversas.

“Eu todo mês entro com a minha parte, quer chova ou faça sol. É importante prá manter a coisa funcionando, até mesmo porque se não tiver dinheiro em caixa como é que o presidente pode ir buscar as coisas prá gente aqui; tudo é despesa, por onde quer que a gente vá”. (Entrevista, 16).

“No começo eu contribuía, mas, de uns tempos prá cá, não. A maioria não paga então, também deixei. Também é tão pouco que não serve prá nada. A última vez que dei era dois reais ou coisa assim”. (Entrevista, 17).

“É muito importante contribuir. Esse dinheiro serve até para alugar um carro numa situação de dificuldade em que a gente recorre ao presidente e tira a gente do sufoco porque nem sempre a gente tem com que bancar uma viagem pra levar alguém doente na família pra o hospital. Além disso, numa viagem que alguém precise fazer para resolver um problema de todos, né?” (Entrevista, 18).

“Deixei de ajudar por causa de que a gente não sabe o destino desse dinheiro. Cada um que chega e diz uma coisa. Eu mesmo não preciso dele”. (Entrevista 19).

Dos dados coletados verifica-se que independentemente de cooperaram (ou não cooperarem) financeiramente com as associações os assentados verbalizaram uma compreensão de que tal cooperação era importante para a manutenção da associação e para eles, individualmente, em situações de carência além de que ela estava prevista nos estatutos das associações. O entendimento da importância da cooperação financeira e de que ela estava prevista nos estatutos indicam que eles tinham acesso a fontes de informações nas associações e que conheciam as normas

reconstruídas no cotidiano das associações, faziam parte das associações, mas nem todos tinham parte e tomavam parte, na medida que deixavam de contribuir para a própria existência delas. Entretanto, a existência e conhecimento de normas e regras vigentes nas associações não eram suficientes para garantir a cooperação, notadamente em função da falta de confiança de associados em relação às diretorias. Tomando por base as contribuições de Coleman (1990) sobre capital social, se observa pouco capital social, nos dois assentamentos estudados, considerando-se o nível de confiança e a denominada real extensão das obrigações exercitadas nos aludidos espaços sociais, em que as normas e sanções não foram suficientes para estimular os assentados a trabalharem pelo bem comum, abrindo mão de interesses individuais, mesmo se verificando a existência de canais de trocas de informações e ideias. Aqui, os exercícios se apresentam como práticas que se sustentam em relacionamentos de confiança, conforme Santos (2005), revelando tratos e laços de solidariedade cultivados nos cenários estudados. Cenários cujos atores sociais tinham perfis pouco homogêneos, não se podendo contar com a ocorrência de uma cooperação diante de interesses objetivamente divergentes, se apresentando a necessidade de, consoante Rios (2006), reforçar as chances objetivas de cooperação, a partir da redução de pontos de atrito e de divergência.

Se observou durante o trabalho de campo que a maioria dos entrevistados não contribuía financeiramente com a associação, embora se afirmasse que era importante cooperar, alguns porque os recursos, mesmo sendo em pequeno volume, ajudaria a eles em situação de dificuldades, outros porque estava previsto no estatuto da associação e todos deveriam cumprir o estabelecido, enquanto outros verbalizavam as duas motivações. De um lado alguns assentados que faziam uma leitura calcada diretamente na perspectiva de retorno em termos de usufruto em caso de necessidade, em que se apresentaria a falta de reciprocidade, de outro lado o exercício se dava a partir da observância às normas e regras da organização associativa, enquanto que na última, a reciprocidade e atendimento às normas e regras se apresentavam nas construções dos assentados que contribuíram com o estudo.

As respostas negativas eram acompanhadas de comentários que manifestavam a desconfiança nas associações, reclamos em relação ao descumprimento de itens dos estatutos que contemplava a falta de maior

transparência no tocante à aplicação dos recursos, pelas diretorias – infrequência na prestação de contas, queixas de favorecimento a pessoas mais próximas ao grupo diretivo na aplicação dos recursos, bem como por não necessitar de tais recursos ou ainda por só contar, em situações de dificuldade, com o apoio de amigos e parentes.

Os dados remetem para um entendimento de que além da falta de confiança de assentados em relação às diretorias, embora normas e regras estivessem bem claras e não fossem observadas, emerge a constatação de que a participação em redes e grupos garantiria, no caso, a alguns assentados a condição de não cooperarem, uma vez que contariam com a solidariedade de amigos e parentes.

As insatisfações reinantes limitariam o capital social por um lado, e, ao mesmo tempo, a existência de capital social permitiria a ampliação dele. A cooperação dos assentados com as associações nem sempre seria registrada, mas, nestes casos, a cooperação entre assentados seria viabilizada em função do envolvimento deles em grupos e redes e do exercício de solidariedade, com base na confiança existente.

O cenário apresentado aponta para uma realidade em que nas associações dos assentamentos estudados as experiências de cooperação estavam vinculadas às redes de interesses diversos que davam sustentação às aludidas agremiações, em que as relações sociais eram permanentemente marcadas por momentos de tensão ou conflitos, em que a luta pelo poder se fazia presente, aliada ao capital social disponível entre os atores sociais envolvidos que não contribuía para que a confiança existente contribuísse para exercícios de cooperação a partir daí. Ademais, não se poderia esperar algo diferente, até mesmo porque as associações significam, para os assentados, um modelo de organização responsável para representar os assentados e os assentamentos junto aos representantes da sociedade vinculados ao processo de reforma agrária no país. As associações, segundo Carvalho e Rios (2007) como representantes dos interesses dos assentados proporcionaria meios de desenvolvimento, entretanto, a participação dos assentados não foi efetiva a tal ponto. Ou seja, não representavam para os assentados um real agente de desenvolvimento, conforme se esperava. Embora a institucionalização tenha sido condicionada por uma imposição do Estado, conforme Scopinho (2007), como forma de controlar o repasse dos recursos financeiros legalmente destinados à reforma agrária, o entendimento é de que as associações foram impostas pelo Estado e referendada pelos movimentos sociais que, por sua vez, também fazem uso das associações para viabilizar as suas atividades em função dos respectivos interesses e necessidades. Os assentados não

abraçaram as associações, não ocorrendo, então a criação de uma identidade em comum, essencial, segundo Carvalho e Rios (2007) para promover a participação nas associações.

6.2 A cooperação na produção agrícola

Segundo o apresentado no capítulo respeitante aos processos de produção levados a cabo nos assentamentos estudados, as principais culturas exploradas eram, conforme pode ser visualizado na figura 2, a seguir, cana-de-açúcar, mandioca, macaxeira, milho, inhame, batata doce, banana, coco, laranja etc.

A cultura mais explorada pelos assentados era a cana-de-açúcar, sendo cultivada em 66% dos lotes dos dois assentamentos. Em seguida a cultura da banana, cultivada em 44% dos lotes, a produção de macaxeira se apresentava em terceiro lugar, ocupando 37% dos lotes. A cultura do coco era cultivada em 33% dos lotes, o milho em 15% dos lotes, a mandioca em 13% dos lotes, e o feijão em 12% dos lotes.

Na sequência, os cultivos de batata doce, inhame, graviola, jambo, jaca, maracujá, caju, acerola, olerícolas e demais frutíferas.

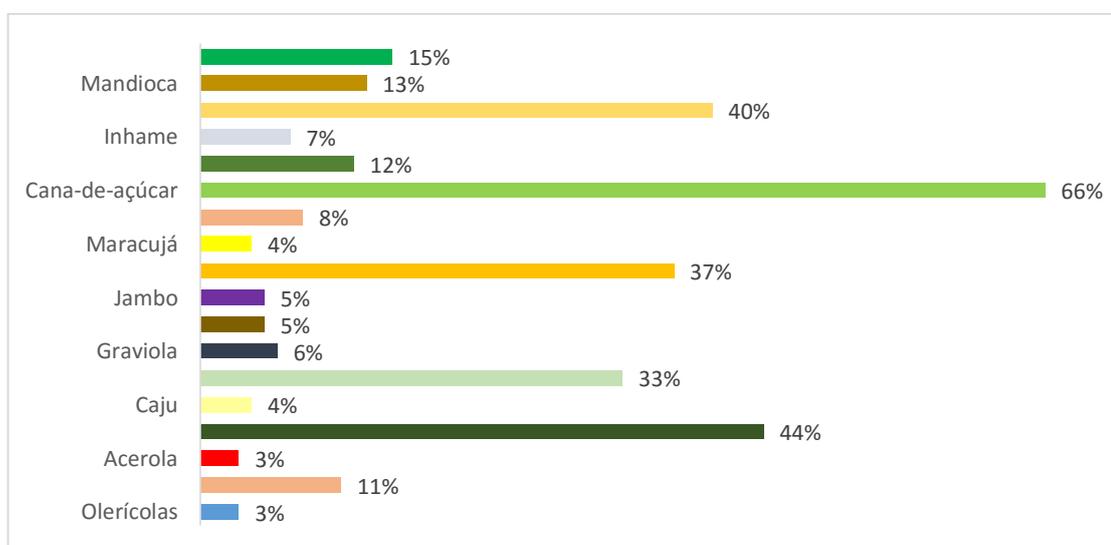


Figura 2 – Utilização dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por produção agrícola.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados disponibilizados pelo Centro de Capacitação Zumbi/AL

A cultura da cana-de-açúcar é histórica e tradicionalmente objeto de cultivo na região, sendo a mais importante para a economia local. Na região os cultivos de milho, mandioca, macaxeira, inhame, feijão, batata doce e banana sempre estiveram vinculados à agricultura familiar, sob os auspícios de pequenos proprietários rurais, pequenos arrendatários, moradores e trabalhadores de fazendas agropecuárias da localidade – cultivos plantados todos os anos e que são denominados de “lavoura branca”.

Nas áreas de assentamentos rurais localizados no litoral norte tem se observado, nos últimos anos, um aumento de área plantada com laranja, coco, graviola, jaca, jambo, maracujá, caju, acerola além de abacaxi e mamão, dentre outras culturas agrícolas. Isto fruto do trabalho de técnicos de organizações que prestam serviços de assistência técnica social e ambiental aos assentados, também em sintonia com movimento de diversificação de culturas iniciado duas décadas atrás que apregoava a ideia de que os assentamentos do litoral norte deveriam abastecer as pensões, pousadas, albergues, hotéis e resorts existentes no litoral norte de Alagoas.

Por outro lado, a prática ganha força em função da crise vivenciada no setor sucroalcooleiro alagoano, que tem provocado o fechamento de usinas em todo o estado. Um parque industrial que chegou a contar, em 1996, com 27 usinas (SANTOS; PEREIRA; ANDRADE, 2007) conta hoje com 19 unidades em funcionamento, sendo que cinco foram fechadas no decorrer dos últimos três anos. Na área estudada apenas três agroindústrias operaram na safra 2014/2015.

Cabe registrar que experiências com policultura na região já foi objeto de prática em momento histórico anterior. Conforme Santos, Pereira e Andrade (2007, p.31), na vigência do programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), na década de 80, ápice do período expansionista do setor sucroalcooleiro em Alagoas, registrou-se a maior expansão de cana-de-açúcar, isto, aliado ao maior desenvolvimento tecnológico do setor provocou uma intensificação da concentração fundiária. Conforme Dabat (2003), inicialmente, foram deixadas algumas áreas para “cultivos de subsistência efetuados em terras cedidas, no tempo livre dos trabalhadores rurais”, “tolerância limitada à policultura, constituía um meio de pagar salários monetários minúsculos e fixar a mão-de-obra nas plantações e, que foi vencida pelos estímulos conjunturais a expansão dos canaviais, via vultosos financiamentos do Governo Federal” (DABAT, 2003, p.75) e, conseqüentemente, as áreas destinadas a moradias e produção de

alimentos pelos trabalhadores voltaram a ser utilizadas para o cultivo da tradicional cultura da cana.

É oportuno reter que o Território de Cidadania do Litoral Norte de Alagoas, em que estão localizados os dois assentamentos pesquisados, em termos de produção agropecuária, é marcadamente conhecido pela produção de cana-de-açúcar, pela localização e funcionamento de tradicionais agroindústrias açucareiras, bem como que os assentamentos estudados estão firmados em antigas unidades de produção de cana-de-açúcar, cujos solos, em grande parte, estava ocupado com a aludida cultura quando do ingresso dos trabalhadores rurais sem-terra nos assentamentos. Exceto algumas pequenas produções (e em pouquíssimas unidades de produção) de variedades de cana destinadas ao consumo humano, comum é o cultivo de variedades, normalmente geneticamente melhoradas, destinadas à produção de açúcar e álcool pelas agroindústrias canavieiras remanescentes.

Observa-se, nos dois assentamentos, em relação à exploração de atividades na pecuária, com base na figura 3, registros de algumas cabeças de gado bovino de leite e corte, com destaque para a criação de pequenos animais, notadamente de aves e suínos, destinados ao consumo familiar.

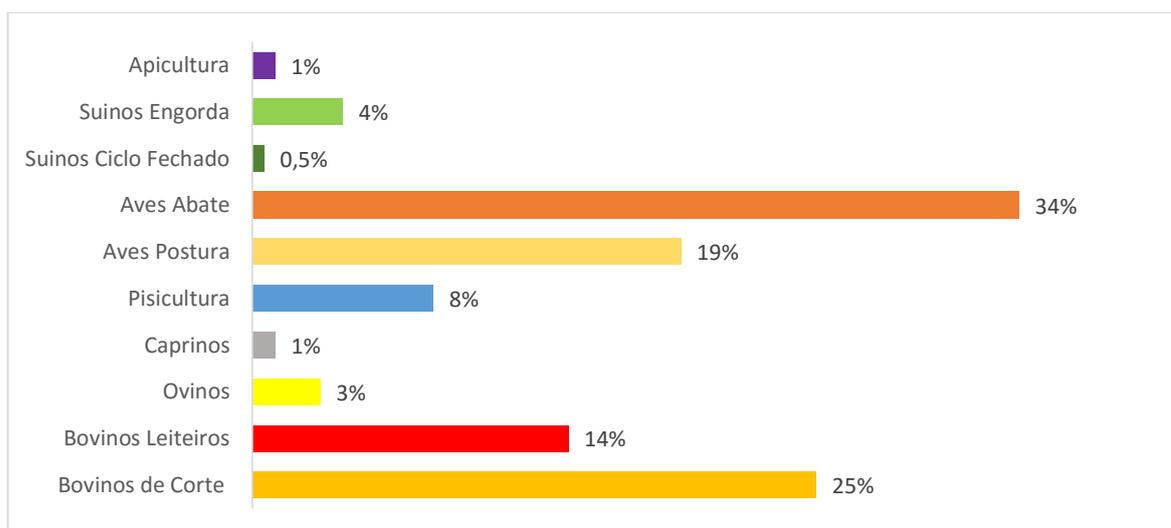


Figura 3 – Utilização dos lotes nos PAs Conceição e São Frutuoso, por criação de animais.

Fonte: Elaboração do autor com base em dados disponibilizados pelo Centro de Capacitação Zumbi/AL.

Considerando o que foi objeto de observação sistemática ao longo do período de coleta de dados no campo serão apresentadas, em três blocos, as formas de

cooperação detectadas nos sistemas de produção agrícola, nos dois assentamentos, consoante mapa contido na figura 4, a seguir, a partir das interações verificadas entre os seus diversos atores.

No primeiro bloco as formas percebidas na exploração da cana-de-açúcar, no segundo as notadas no cultivo da mandioca e, por último, as observadas nas demais atividades agrícolas viabilizadas pelos assentados nos aludidos espaços. Na exploração da cana-de-açúcar se intentará localizar formas de cooperação exercitadas a partir da interação entre os diversos atores ali envolvidos tais como assentados, diaristas, amigos, vizinhos, parentes, agroindustriais, plantadores de cana e assentados também plantadores de cana. Em relação à cultura da mandioca, as interações entre assentados e seus familiares, diaristas, amigos/vizinhos, parentes e proprietários de casas de farinha da região. E no que se refere às demais explorações agrícolas, as relações entre assentados e familiares, diaristas, amigos, vizinhos e parentes.

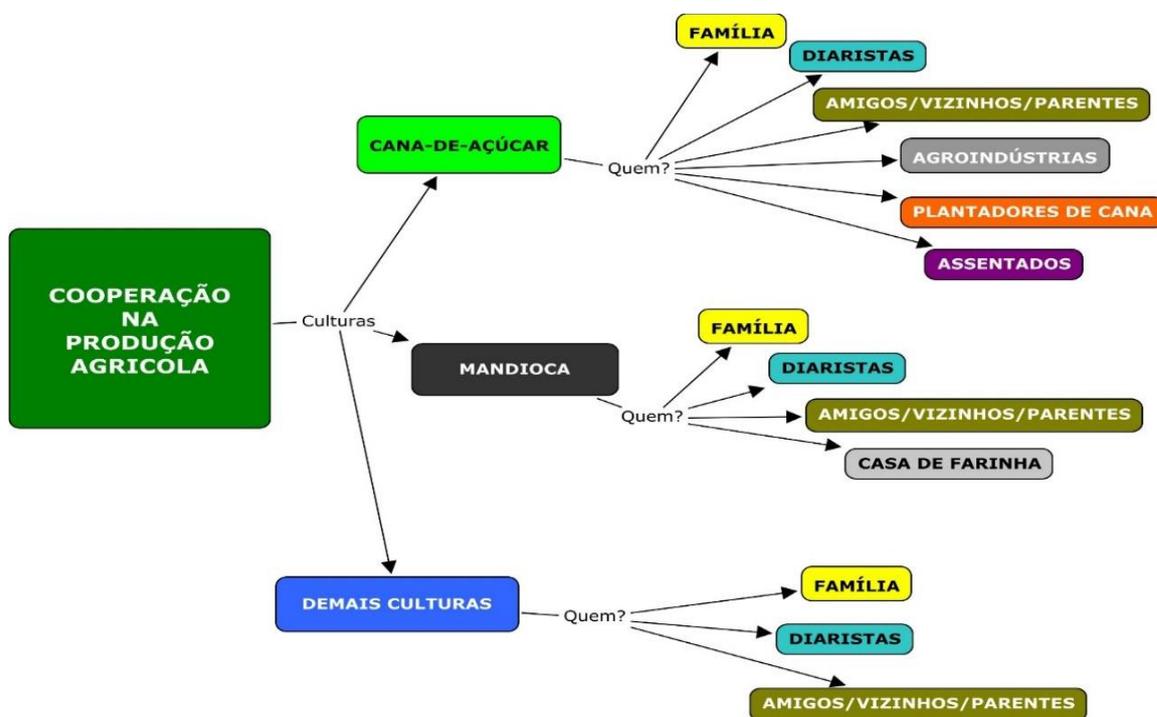


Figura 4 – Cooperação na produção agrícola.

Fonte: Elaboração do autor com base nas observações de campo.

6.2.1 A cooperação na produção de cana-de-açúcar

A cana-de-açúcar era cultivada em cerca de 70% das unidades de produção observadas, ocupando aproximadamente 60% da área agricultável dos dois assentamentos. Reproduzindo-se no interior dos assentamentos uma prática corrente no território de cidadania em que, dentre as lavouras temporárias, ela é a que se apresenta como de maior importância econômica. No território a cultura da cana apresentou o maior volume de produção, com 3.755.202 toneladas, conforme dados do IBGE (2009).

O cultivo de cana-de-açúcar tem sido desenvolvido nos assentamentos pesquisados de acordo com modelo de sistema de produção comum em toda a região, considerando-se principalmente as condições edafoclimáticas e as necessidades das plantas fabris em consonância com o mercado. Em ditos assentamentos a aludida lavoura temporária já era objeto de cultivo sob a gestão dos antigos proprietários das terras.

Observações de campo dão conta de que os sistemas de produção estão atrelados às agroindústrias locais. As decisões sobre o que, como, quando plantar são estabelecidas pelas agroindústrias, que determinam as variedades de cana a serem plantadas, indicam e/ou induzem a escolha de práticas a serem viabilizadas no campo envolvendo o preparo do solo, plantio, tratos culturais, corte e colheita. Os assentados, enquanto plantadores de cana, vivenciam uma relação em que o poder de decisão em relação à condução da lavoura não se encontra sob a sua tutela, independentemente de interagir diretamente com usineiros ou não.

Mas como funciona o modelo vigente na região? Basicamente o desenho para a produção de cana-de-açúcar é formulado pelas agroindústrias que considerando cada planta fabril para a produção de açúcar e/ou álcool e os respectivos mercados em nível local e internacional. Dependendo da situação econômica um sistema esboçado prevê acordos em que os fornecedores de cana podem receber orientação técnica e contar com serviços que compreendem a preparo do solo, o fornecimento e/ou a aplicação de calcário, o fornecimento e/ou aplicação de fertilizantes, o semeio, o desenvolvimento de diversos tratos culturais requeridos pela planta incluindo, por exemplo, limpas e o fornecimento e/ou aplicação de agrotóxicos, a queima da cana, o

corte e o transporte da colheita, serviços oportunizados pelas agroindústrias, que possuem uma forte estrutura de mecanização agrícola para realizar tais serviços mediante o pagamento consoante os preços vigentes no mercado. A estrutura disponível é normalmente utilizada pelas agroindústrias em suas terras próprias destinadas ao cultivo da cana-de-açúcar - comumente conhecido na região como área de cana própria - e, também, disponibilizada para a prestação de serviços aos plantadores de cana que estão inseridos nos seus respectivos cadastros de fornecedores e com os quais elas operam, na maioria das vezes, durante décadas, mantendo uma relação estreita. Dentre os fornecedores estão grandes plantadores, médios e pequenos, incluindo-se, evidentemente, os assentados.

O custo gerado no campo em função do tipo e quantidade de serviço executado é debitado para os fornecedores de cana e descontado pelas agroindústrias após o ingresso da produção colhida nas usinas, pesagem, análise e determinação do teor de sacarose nas canas colhidas. O pagamento da cana é promovido considerando-se o previsto no sistema em que o valor da cana-de-açúcar é baseado no denominado Açúcar Total Recuperável (ATR), que equivale à quantidade de açúcar disponível na matéria-prima subtraída das perdas no processo industrial, e nos preços do açúcar e etanol negociados pelas usinas nos mercados interno e externo.

No campo se percebeu que três atores tinham uma participação significativa nos processos produtivos viabilizados nos assentamentos: usineiros ou agroindustriais; fornecedores; assentados fornecedores de cana para agroindústrias. A relação dos assentados - que plantam cana nos assentamentos -, com os usineiros flui a partir de acordos comerciais em que o poder é desigualmente distribuído entre atores de status diferentes, com os usineiros estabelecendo os preços e termos dos contratos, embora se configure a necessidade do exercício da confiança como base da interação entre os atores, aliada a existência de normas e regras previamente definidas.

Bem, neste campo de atividade agroindustrial é comum, na região, se observar que as agroindústrias trabalham com uma carteira agrícola em que consta uma quantidade de fornecedores com os quais mantêm relações mercantis, alguns que fazem uso total ou parcial do pacote de serviços de mecanização agrícola disponibilizado pelas agroindústrias aos fornecedores cadastrados, que não contam com máquinas e equipamentos agrícolas para o desenvolvimento de etapas do processo de produção da cana - por já não dispor de tais fatores de produção em

número suficiente para atender a demanda ou, porque aumentou a área plantada e as máquinas e equipamentos então disponíveis não seriam suficientes para realizar os serviços previstos -, ou, por não disporem de máquinas e equipamentos para apoio em todas as etapas do processo produtivo. Então, neste universo de plantadores de cana, formado por pequenos (produzem até 1.000 toneladas de cana), médios (produzem entre 1.000 e 10.000 toneladas de cana) e grandes (produzem mais de 10.000 toneladas de cana) plantadores de cana observa-se que, em relação a disponibilidade de infraestrutura para produção agrícola, os perfis são distintos. A disponibilidade de máquinas e equipamentos determina o tipo de relação que cada plantador mantém com as agroindústrias ou com fornecedores de serviços de mecanização agrícola, incluindo-se aí, diversos fornecedores de cana da região. Nos casos em apreço, os assentados, com raras exceções, dependiam de fornecedores de tais serviços na região.

A interação dos assentados com fornecedores de cana – categoria formada, em nosso estudo, por plantadores de cana com propriedades rurais próximas aos assentamentos e que forneciam cana para as usinas da região -, se dava de forma diferenciada em relação aos usineiros já que alguns fornecedores de cana, na prática, agiam intermediando relações com os agroindustriais, assumindo acordos com os assentados, nos moldes dos implementados no sistema da usina, representando-os junto a esses. Em outras palavras, tais fornecedores tinham acordos com as usinas e nos acordos eles incluíam áreas plantadas em outras unidades de produção a eles não pertencentes, ampliando o volume de produção a ser entregue às usinas capitalizando-se em status e possibilidade de melhor condição de negociação em função do volume de produção a ser entregue, na racionalidade de quanto maior volume de produção a ser entregue, maior possibilidade de conseguir preços diferenciados quando comparado com os oferecidos à maioria dos fornecedores. Já junto aos assentados os fornecedores promoviam acordos que, na verdade, incluíam o repasse das práticas contratadas junto às agroindústrias, dos itens acordados com os usineiros. A produção dos assentados ingressa nas agroindústrias como oriunda de grandes fornecedores, mascarando uma realidade, em que estes conseguem extrair lucros com tais experiências comerciais realizadas com os assentados.

As relações de assentados plantadores de cana com outros assentados fornecedores de cana eram semelhantes às efetivadas entre assentados plantadores de cana de fornecedores de cana em geral. Ou seja, assentados que eram

fornecedores de cana de usinas da região e que realizavam acordos com outros assentados que plantavam cana incluindo-os em suas quotas de produção junto às usinas. Em suma, o desempenho de papéis exercidos pelos fornecedores supracitados. Foi notada situação de sublocação, casos entre assentados plantadores de cana que incluíam outros assentados em suas quotas negociadas junto a fornecedores de usinas.

Até então tem se tratado de interações entre assentados e agroindustriais, assentados e tradicionais fornecedores de cana e entre assentados e assentados fornecedores de cana. Interações que ocorreram consoante sistema de produção vigente na região sob os auspícios das agroindústrias sucroalcooleiras da região, à luz das condições dos mercados internos e externos. Interações em cujo modo de ação revela que o poder está desigualmente distribuído entre atores de status diferentes, embora sejam estruturadas na confiança entre eles, gerem ganhos maiores aos que se encontram em posição superior, aos que desfrutam de maior capital econômico. Sistema de produção que contempla o capital econômico, capital que é reforçado pelo capital social e cultural existentes. Em tais circunstâncias o capital social disponível não é suficiente para alterar as relações entre os assentados e demais atores que desfrutam de uma melhor condição econômica e se beneficiam de decisões tomadas pelas agroindústrias de acordo com um desenho que reproduz a lógica do modelo capitalista vigente. A confiança nas relações é fundamental, as normas são importantes nas relações, a reciprocidade se faz presente, contudo, não proporcionam a geração de capital social suficiente para alterar a correlação de forças estabelecida no mercado.

Observa-se que a satisfação das necessidades era mais comum a uns que a outros. Importante frisar que eram relações em que cada assentado atuava individualmente, cada um buscando a melhor maneira de produzir em seu respectivo lote. Sem dúvida, são experiências de cooperação que se aproximavam do que Zamberlan e Fronchetti (1992) denominam de cooperação empresarial capitalista. São vivências em que os embates se dão na dimensão econômica, em que cada ator busca obter o maior ganho possível de acordo com as condições existentes no ambiente em que estão inseridos e oportunizadas em cada momento histórico, situação em que os atores com maior poder econômico procuram interferir, também, na esfera política buscando garantir ou ampliar seus ganhos, ou seja, seus respectivos capitais financeiros.

No cotidiano dos assentados plantadores de cana-de-açúcar dos dois assentamentos estudados o uso de mão de obra familiar na condução da cultura era comum no desenvolvimento de algumas atividades agrícolas não contempladas nos acordos formulados com agentes de mercado descritos. São envolvidos filhos maiores de idade, solteiros ou casados, que vivem nos assentamentos, quer nos mesmos lotes com os genitores, quer nos seus próprios lotes. Cumpre apontar que durante o trabalho de coleta de dados foi registrada uma intensa fiscalização realizada no setor canavieiro por agentes do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), objetivando a erradicação do trabalho infantil no campo.

Para o desenvolvimento de tais atividades diversos assentados contavam com o concurso de diaristas, trabalhadores rurais que residem na região, alguns, também filhos de assentados e/ou trabalhadores rurais assentados nos assentamentos estudados ou em outros assentamentos próximos. Relação essa em que os assentados remuneram os trabalhadores contratados de acordo com a jornada de trabalho - geralmente com duas etapas de quatro horas por dia, com descanso obrigatório entre elas ou, então, jornada corrida de seis horas -, consoante os preços de diárias vigentes no mercado local. Relação que, segundo alguns assentados, só é buscada quando não há saída considerando os preços cobrados pelos trabalhadores, o tempo destinado ao trabalho e a qualidade do serviço prestado, conforme ilustrado abaixo.

“Antigamente a gente contratava um dia de serviço e o trabalhador dava um dia de serviço; pegava das seis da manhã e tirava o dia trabalhando. Hoje em dia, se olhar direitinho, eles tão dando só seis horas de trabalho. O pior é que a gente tem que trabalhar bem juntinho deles para, ao mesmo tempo, ficar de olho no que estão fazendo para não fazerem errado”. (Entrevista 20).

Durante a pesquisa não se constatou junto aos entrevistados e também não se observou experiências de cooperação de amigos, parentes e vizinhos de assentados na condução de etapas do processo de produção da cana-de-açúcar. Foi levantado que tal práxis não era hábito na exploração da cultura da cana na região prevalecendo as práticas de relações trabalhistas, a reprodução de um sistema tradicional de produção agrícola, o da agroindústria canavieira.

“Na cana é tudo diferente, a usina é quem dita tudo. Ela tem trabalhador pra fazer a queima, tem caminhão pra combater incêndio, trabalhador para o corte, tem máquina e caminhão para carregar e transportar a cana. O negócio

é ligeiro, do jeito deles. A usina é quem fixa as coisas. O doutor diz a queima é dia tal e pronto. Eu não tenho máquinas, não tenho caminhão...”

Ou seja, a cooperação agrícola baseada na confiança e na reciprocidade não se fazia presente. Entretanto, alguns declararam a existência de tal possibilidade, como algo remoto, a exemplo da construção abaixo:

“Na cana a gente não vê cooperação não. É cada um por si. Se precisar de ajuda de fora da família (núcleo familiar) tem que pagar a diária, senão deixa prá natureza cuidar. Agora, numa situação de muita dificuldade eu acredito que posso ajuntar alguns amigos daqui do assentamento para me ajudarem, acho que com alguns de fé eu posso contar”. (Entrevista 21).

Cumpre tentar explicitar melhor o cenário até então desenhado. As etapas do processo de produção de cana-de-açúcar na região seguem um padrão em que o uso de modernas tecnologias é marca registrada. O tempo representa um fator preponderante em relação à queima, corte, carrego e transporta da cana para as usinas uma vez que o cálculo para pagamento da cana é feito com base na metodologia conhecida como “Açúcar Total Renovável”, ou ATR e, quanto maior o tempo da cana no campo após a queima ou corte, menor é o ganho para o produtor rural.

Então tudo é tecnicamente planejado, e deve funcionar de forma sincronizada. Num padrão elaborado para atingimento de grandes áreas, preferencialmente contínuas, de produção, conforme a necessidade diária de moagem das agroindústrias, que trabalham ininterruptamente durante o período de safra. O uso de máquinas e equipamentos agrícolas contribui para a eficiência do sistema. São máquinas e equipamentos não disponíveis pelos assentados.

A mão-de-obra utilizada normalmente na região é formada por trabalhadores rurais que residem em cidades da região, complementada por trabalhadores rurais oriundos de outras regiões do estado, grande parte advinda do sertão alagoano. Trabalhadores contratados diretamente por agroindústrias ou grandes fornecedores de cana ou via empreiteiros que tradicionalmente atuam na área e têm contratos com usinas e/ou fornecedores de cana. Em linhas gerais tal mão-de-obra é encarregada do corte da cana, cana que já foi queimada e que após o corte é objeto de carrego e transporte para as usinas, consoante calendário estabelecido por elas.

Os assentados que cultivam cana em seus lotes são pequenos produtores rurais, pequenos plantadores de cana, pequenos fornecedores de cana para

agroindústria. Na maioria dos casos mantendo uma relação mercantil com usineiros ou grandes fornecedores de cana em que eles representam o elo fraco da relação comercial, notadamente, por não disporem de fatores de produção que poderiam fazer com que eles tivessem maior autonomia, independência, poder de barganha na condução de quaisquer negociações. Praticamente, as agroindústrias estabelecem as regras do jogo, conforme o acerto feito, com os pequenos produtores rurais. Elas colocam uma série de fatores de produção à disposição deles, e aqui exercitam um maior controle de qualidade em relação ao produto que está no campo, e ao mesmo tempo, obtendo ganhos na prestação de tais serviços (atividades de mecanização, disponibilização e aplicação de fertilizantes, agrotóxicos etc.), reduzindo os seus riscos.

Os acordos são promovidos individualmente, assentado por assentado, não por grupos de assentados ou mediante a associação deles. Se de um lado são vistos como plantadores de cana e isto os remete para o exercício de um outro papel, conferindo-lhes um outro status social, ao mesmo tempo os deixa sozinhos num embate em busca de maiores ganhos numa relação em que o comprador do produto, via de regra, já os deixou-os atados quando da formatação do acordo inicial, numa relação vis-à-vis, em que cada assentado é singular e, segundo percepção do investigador, tem dificuldade para se organizar e lutar coletivamente em relação as condições estabelecidas pelos proprietários do meios de produção como também em relação aos preços praticados. As relações são mercantis.

Evidentemente que tais relações ensejam mudanças de comportamento por parte de alguns assentados que buscam maiores ganhos em outras atividades agrícolas.

“Deixei de plantar cana por causa do aperreio com as usinas. Não é fácil para quem é pequeno como eu trabalhar com as usinas. Não tá compensando. A cana velha que eu ainda tenho eu vou passando devagar na forrageira a dando pros animais da minha mulher. Ela cria bovino, porcos...” (Entrevista 22).

Neste espaço de lutas, prevalece mais a disponibilidade de capital econômico. Prepondera a maior condição econômica dos atores mais bem favorecidos, assim, eles que estabelecem as normas e regras. Nessa interação com agroindustriais e grandes fornecedores os assentados operam individualmente, não conseguem se unir, não conseguem ter uma maior participação nas tomadas de decisão, têm menos

capital econômico e social. Aqui, os primeiros, têm acesso mais rápido e fácil aos canais de informação e comunicação (alguns até detêm o controle de mídias), tecnicamente têm o controle dos sistemas de produção, ou da situação, fazem parte de redes e grupos com mais capital social. Cenário que reconstrói diuturnamente relações vistas pela sociedade local como comuns, naturais, que fazem parte de um modo de vida, da cultura local, que encerra hábitos consolidados e inerentes à história e vida da agroindústria canavieira alagoana, denotando a existência de capital cultural. Pode-se deduzir, que nesses casos, o capital cultural contribui para a ampliação do capital econômico.

Em resumo, neste bloco, embora se observe que conforme Lacerda e Malagodi (2007) inexista assentamento sem cooperação, constata-se que na exploração da cana-de-açúcar, nos dois assentamentos, não foram observadas experiências de cooperação agrícola historicamente tidas como tradicionais, tais como mutirões, círculos de máquinas, condomínios rurais etc., práticas entendidas por Zamberlan e Froncheti (1992) como formas semi-integrais de cooperação historicamente viabilizadas no meio rural brasileiro, ou que faziam parte das expectativas dos movimentos sociais envolvidos com a reforma agrária no Brasil (Scopinho (2007). O quadro se aproxima de apontamentos promovidos por Souza, 2006; Carvalho (2005), dentre outros. Por outro lado, registrou-se a presença da figura de diaristas em algumas atividades, bem como o registro de parcerias entre assentados e agroindustriais, entre assentados de fornecedores de cana e de assentados e alguns assentados também fornecedores de cana. Tais relações, predominantes na área, são essencialmente mercantis, corroborando a hegemonia do tradicional sistema de produção agrícola da cultura canavieira na região. Situação que se consolida pelo baixo capital social existente entre os assentados, incapaz de induzir ou criar experiências de cooperação agrícola na área estudada.

6.2.2 A cooperação na produção de mandioca

No cultivo da mandioca, cuja produção é destinada à produção de farinha de mandioca, os processos de produção observados no campo e segundo o conteúdo das contribuições dos entrevistados, eram desenvolvidos pelos assentados e seus

respectivos familiares, englobando o envolvimento de esposas, filhos, genros e noras que viviam nos mesmos lotes. Nesta exploração agrícola, nos assentamentos pesquisados, observou-se que um ou outro assentado, afirmou utilizar esporadicamente mão-de-obra externa à existente na respectiva unidade de produção familiar.

A utilização de diaristas foi apontada em situações, em que as atividades requeridas não poderiam ser supridas pelas famílias considerando o tempo para execução ou a área em relação ao número de pessoas para a execução das atividades. Já o envolvimento de amigos, vizinhos e parentes na execução de alguma atividade no campo em apoio aos entrevistados não foi objeto de registro. A maioria deles registrou que não mais era comum na região a observância de formas de cooperação agrícola como troca de dias de trabalho e mutirão no cultivo da mandioca. Entretanto, alguns assentados afirmaram que em ocasiões de grande necessidade eles poderiam contar com o engajamento de alguns amigos e parentes caso pedissem.

“Antigamente muita gente trabalhava em conjunto em certas lidas aqui na área, mas, de uns tempos para cá num tem troca de dias de serviço, num tem mutirão, mais nada. Tudo agora é com o dinheiro na frente. Tudo é pago. Se tu tem o dinheiro para pagar uma diária tu tem o serviço, assim mesmo a qualidade do trabalho ta ficando pior a cada dia, assim como o preço da diária. E agora que já não sou mais o mesmo de antes nem tudo eu posso fazer sozinho e as vezes preciso de alguém pra ajudar, ai tem que pagar. Também não dá pra incomodar os amigos pois cada um tem a sua lida, assim como eu. Agora, no aperreio, se pedir, os amigos chegam.” (Entrevista 18).

O depoimento acima, de assentado que já foi morador da antiga fazenda de cana, exprime resumidamente uma história pertinente as relações sociais na área, no tocante à produção e trabalho no campo, realizadas nas últimas décadas por outros atores sociais dos assentamentos pesquisados. Antes, na fazenda, eles conseguiam exercitar formas tradicionais de cooperação, enquanto trabalhadores rurais da fazenda e moradores dela. O tempo que sobrava após a lida para o patrão, conforme as relações de trabalho vigentes no período e os acordos existentes entre eles, era usado na área cedida para plantio de diversas culturas - como feijão, milho, inhame, macaxeira, mandioca, batata doce -, e a cooperação era fundamental para que eles pudessem, em tempo hábil, viabilizar processos de produção no campo. Tinham o salário pago pelas atividades desenvolvidas para o patrão e trabalhando na terra garantiam a produção de vários alimentos necessários à manutenção da família e, em

certas ocasiões, conseguiam vender o excedente da produção, aumentando a renda familiar. Compreende-se que a necessidade reinante, aliada às relações de amizade e compadrio, que gerava confiança, proporcionavam a condição para o exercício de reciprocidade, junto com normas sociais ali reconstruídas, permitia a prática de formas de cooperação.

Entretanto, ex-moradores de fazendas, enquanto assentados, passam a vivenciar uma situação diferenciada que adquire outro contorno. Status e papéis são alterados, eles passam a condição de proprietários rurais, donos de um lote, não têm vínculo empregatício, não tem salário, passam a ser gestores do lote e também produtor, novo pensar, nova dinâmica de vida. O salário, antes, representava um lastro que se somava ao que se produzia na terra. Agora tudo terá que sair exclusivamente dela ou encontrar alternativas. As atividades enquanto trabalhador rural se apresentam para eles como uma condição de garantir ou aumentar a renda familiar. Importante não perder de vista em que condições os assentados receberam os lotes nos respectivos assentamentos, suas trajetórias de vida, o perfil deles e a vivência no novo espaço. As condições de reprodução enquanto agricultor familiar se afinam a uma lógica em que os assentados se encontram vulneráveis, a renda da terra não é suficiente para atender as necessidades mínimas de muitas famílias e o envolvimento com outras atividades, quer sejam agrícolas ou não, se apresenta como alternativa ou saída para tal situação. Situação em que, consoante Scopinho (2007) as relações são mediadas por condicionantes estruturais, forjados especialmente a partir da relação estabelecida com o Estado, a quem caberia garantir a execução da política de reforma agrária.

Aqui, nesse caso, a antiga cooperação não se repete. Mas, porque esses ex-moradores, não continuam se juntando e cooperando entre si? Trecho de entrevista, a seguir, pode ajudar na compreensão do presente.

“Antigamente, era menos dificultoso, eu morava ali na várzea, uma casinha ali em baixo, perto daquelas bananeiras, trabalhava pro doutor aqui mesmo na fazenda, tudo era mais fácil, mais perto. Aqui tinha ordem. Todos se respeitavam, todo mundo se conhecia, todo mundo era amigo. Agora tudo mudou, aqui tem gente que eu nem sei de onde veio nem pra onde vai. Depois que cada um pegou seu lote foi cada um por si. Ninguém se junta mais.” (Entrevista 23).

Assim, pode se depreender que, conformando desenho formulado por Putnam, em relação ao capital social existente, quanto maior a diversidade observada menor era a disponibilidade de capital social entre eles.

A partir da construção acima se entende que no passado a relação entre os trabalhadores rurais ali residentes, os antigos moradores da fazenda, embora nem todos morassem em casas vizinhas, uma vez que alguns residiam na vila e outros em pontos localizados, em sítios, da propriedade rural, cultivava-se relações de amizade e de compadrio, constituídas ao longo do tempo, enquanto moradores. Relações que atendiam aos interesses dos proprietários em vários aspectos: garantia da paz ou da estabilidade na propriedade; garantia de posse e segurança da propriedade (cada morador era em última análise o representante do proprietário e enquanto morador defendia o patrimônio a ele confiado, porque a ele não era apenas conferida a responsabilidade da pequena área que lhe era cedida, inconscientemente ele se sentia também guardião da propriedade); garantia a existência de mão-de-obra mínima para o desenvolvimento das atividades da propriedade.

Eram relações que se perderam no espaço e no tempo à medida em que foram formados os assentamentos. Nesta nova conjuntura cada ator passou a assumir um novo status, agora não são mais trabalhadores rurais sem-terra, são “assentados”, são “produtores rurais”, são “agricultores familiares”. Eles assumem, também, novos papéis na sociedade bem como, nos processos de interação social, participando de novas redes sociais, (re)constroem a maneira como geralmente faziam as coisas tentando adequarem-se aos novos espaços.

Nesta nova condição, ocupando outro status na sociedade, eles terão que interagir com novos atores, no espaço econômico, por exemplo, com agroindustriais, outros produtores rurais, comerciantes fornecedores de fatores de produção, intermediários que adquirem os produtos agrícolas, bancos e organizações variadas, mantendo com cada um deles relações comerciais, de mercado. Neste espaço em que ocorrem as relações os assentados dispõem de menos capital econômico que os demais atores, além disso, o capital social, bem como o cultural disponíveis não são suficientes para modificar as relações de poder ali vivenciadas.

Outros trechos podem contribuir para o entendimento em relação à existência de campos de poder, em que o capital social disponível é insuficiente para provocar a cooperação agrícola, em que a confiança representa um valor ausente nas relações sociais:

“O problema da cana é a usina que não paga direito e porque também é pouca cana. Olha, a lavoura ainda se chama cana, mas tem esses problemas. Olha, o problema do pagamento esticado... Se a usina pagasse certinho seria uma maravilha. Com certeza pra o grande produtor o tratamento deve ser diferente, deve ter mais vantagem.” (Entrevista, 6).

”Trabalho junto... antigamente era esse o jeito, mas hoje em dia não existe! Aqui ninguém dá um dia de serviço a um ou a outro camponês de graça! Olha, vai me dar um dia de serviço e ele diz: paga quanto? Aqui é assim! E só trabalha até meio dia. Antigamente havia isso a gente chamava de junta, mas hoje!”. Antigamente a gente dizia: eu vou colocar um roçado, pronto. Oia vamos lá roçar um mato, a mulher matava um bode ou a gente matava porco, fazer um pirão prá nós comer. Ai juntava 8 a 10 homens e quando era de tarde tinha roçado meio mundo de mato, viu! Meio hectare, um hectare, dependendo do povo que vier. Que de lá de hoje a oito dias a gente ia para o terreno de outro. Isso acabou não existe mais, acabou-se. Por que não dá certo? Se o pessoal daqui se unisse dava certo. Mas o pessoal daqui não tem união. Aqui ninguém vai na casa de outro para pedir ajuda para trabalhar assim não. Quem vai querer ajudar outro? Ninguém. Quem vai trabalhar para ajudar outro camarada? Ajudar a botar o outro prá frente? Quem bota alguém prá frente é topada! E quem dá empurrão no outro é polícia! A resposta aqui é essa! Da maior parte do mundo é essa a resposta! Ninguém ajuda outro não!”. (Entrevista, 4).

Fica patente uma relação entre assentados, nos últimos anos, que tem se tornado hábito no meio rural, que corresponde a não realização do denominado trabalho junto, ou a cooperação agrícola tradicional, baseada na reciprocidade, tendo a confiança como sustentação nas relações. São relações em que se sobressai o capital econômico, em que o capital social disponível não possibilita a geração de cooperação. As relações baseadas na amizade, no compadrio ou no parentesco são insuficientes para ampliar o capital social existente nas redes e grupos em que eles, assentados, fazem parte, até porque nas últimas décadas não mais representa hábito, não se expressa como componente da cultura local exercícios de cooperação no meio rural, muito menos quando se trata da cultura da cana-de-açúcar que historicamente reproduz o modo de produção capitalista, comportamento culturalmente aceito na área. O entendimento é de que nestes campos de lutas (econômico e cultural) ocorre uma mercantilização das relações sociais.

Foi observada a existência de algumas práticas de parceria na exploração da mandioca nos dois assentamentos. Experiências vivenciadas entre assentados e familiares e algumas poucas entre assentados e assentados, em situações singulares em que cada experiência correspondia um acerto, envolvendo área, fatores de produção disponibilizados e o pagamento, em dinheiro ou em produção, após a colheita.

Nas experiências entre assentados e familiares os assentados cediam áreas para filhos ou genros cultivarem a mandioca, situações em que alguns assentados participavam ativamente e outros não, de etapas do processo de produção como preparo do solo, cessão de mudas, plantio, tratamentos culturais e colheita. Aqui a cessão representaria um exercício em que estariam presentes a confiança, calcada em laços fortes, apresentados por Coleman, a reciprocidade com base na expectativa e a solidariedade aos seus familiares, em momento de dificuldade e, em algumas situações, em consonância com a ideia de manter familiares no lote tendo em vista a futura sucessão nos lotes.

Em tais casos, pelo visto, os assentados assim se comportam em função de limitações provocadas pela idade avançada e/ou situação de saúde, o tempo em que viabiliza o uso da terra proporcionando um ganho que direta ou indiretamente contribui para a manutenção da unidade familiar. Observou-se também situações em que os assentados desenvolviam atividades não agrícolas, fora dos lotes. Aqui se registra uma vivência que pode ser talhada como uma estratégia intrafamiliar numa exploração tipicamente de agricultura familiar motivada por limitações de saúde ou em decorrência de exercícios de pluriatividade.

Por outro lado, constatou-se que dois assentados, aposentados, registraram que cediam parcela dos lotes para um dos seus filhos, os que ficaram com eles, após a idade adulta e que esta era a única maneira que eles tinham para poder manter os filhos por perto e ajudando a eles. Que a parceria era uma forma de fazer com que os filhos permanecessem no campo e interessados em ser produtor rural. Que, eles, assentados, necessitavam ter alguém para ajudá-los e ao mesmo tempo alguém para quem deixar os lotes, sabendo que a terra continuaria a ser explorada pelas famílias, passando de geração para geração. A parceria significava uma estratégia intrafamiliar de reprodução e ao mesmo tempo uma forma de tentar viabilizar, com muita fragilidade, o início de um processo de sucessão. Neste quadro a cooperação, via parceria, representava uma experiência que contribuiria para minimizar o resultado negativo em uma situação de precariedade no campo econômico e criar possibilidade de manter alguns familiares nas unidades familiares garantindo permanência e disponibilidade de mão-de-obra familiar bem como a possibilidade de reduzir problemas em relação ao problema de sucessão nos assentamentos rurais estudados.

Abrindo um parêntese, cabe ressaltar que preocupação com o fenômeno da sucessão nos assentamentos adquire contornos preocupantes em relação ao futuro, principalmente ao se considerar o tamanho dos lotes, pois eles têm áreas pequenas, não permitindo a satisfação das necessidades das famílias assentadas. A propósito não é demais ressaltar que conforme classificação baseada na legislação em vigor, os municípios onde estão localizados os assentamentos rurais estudados apresentam módulo fiscal correspondente a 16 hectares. Segundo informações do próprio governo federal o módulo fiscal “é uma unidade de medida agrária que representa a área mínima necessária para as propriedades rurais poderem ser consideradas economicamente viáveis” (BRASIL, 2012). Lembrando que na composição de tal cálculo foram levados em conta o tipo de exploração predominante no município bem como a renda obtida com a tal exploração. Se depreende que os lotes dos assentamentos estudados correspondem, então a minifúndios por apresentarem áreas inferiores a 1 módulo fiscal. Mas o que salta aos olhos é constatar que, de pronto, as áreas dos lotes são insuficientes para garantir o sustento das famílias assentadas, conforme Lages e Ramos (1999).

A se pensar sobre a questão do tamanho dos lotes nos assentamentos pesquisados, cujas áreas hoje já não permitem a reprodução das famílias ali instaladas, mais difícil se torna ao trabalhar o cenário envolvendo as necessidades já vivenciadas por vários assentados no sentido de tentar manter os seus filhos nos respectivos lotes, alguns deles já com família constituída, vivendo sob o mesmo teto e tentando subsistir a partir do que pode ser gerado no lote. A alternativa para muitos é tentar encontrar no setor urbano a solução para o problema vivenciado, daí a mudança de muitos filhos para as cidades, inicialmente as mais próximas dos assentamentos. Outra saída observada diz respeito ao desenvolvimento de atividades outras, vinculadas ou não ao setor agrícola, que possam contribuir para gerar mais renda e melhorar as condições de vida das famílias. São atividades ou ocupações agrícolas ou não agrícolas que passam a fazer parte do modo de viver de assentados e familiares em decorrência das condições de vida enfrentadas. São soluções encontradas e reconstruídas diariamente no universo deles e que podem ser tipificadas como atividades pluriativas, exercícios ou práticas de pluriatividade.

Segundo Schneider (2003) exercícios de pluriatividade se apresentam com estratégias de reprodução social e econômica das famílias rurais. A pluriatividade trata-se da combinação de mais de uma atividade ocupacional por pessoas que

pertencem a uma mesma família (SCHNEIDER, 2003, p.117). Segundo Schneider et al. (2009, p.162), a pluriatividade “permite aumentar a renda, estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo a partir do acesso a rendas não agrícolas”. O referido autor chama a atenção para a importância da diversificação dos rendimentos advogando a ideia de que ela “confere maior segurança às famílias uma vez que reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros” (SCHNEIDER, 2009, p. 162). Ao mesmo tempo há que se considerar, conforme ressalta Sacco dos Anjos (2003), que embora propiciem “vantagens e possibilidades” às famílias rurais, “a pluriatividade não pode ser tomada como panaceia capaz de resolver os grandes problemas que atravessa o meio rural brasileiro” (SACCO DOS ANJOS, 2003, p.38).

O quadro aponta, também, que o capital inicial disponibilizado para os assentados é inferior ao necessário para a sua manutenção e reprodução no campo econômico. Entretanto é fundamental reter que tal quadro resulta da correlação de forças nos campos políticos, sociais, econômicos e culturais entre os diversos atores envolvidos na viabilização do programa de reforma agrária no Brasil, ao longo do tempo. Dados de campo indicam, a partir da contribuição de alguns assentados, que no tocante ao número famílias a serem assentadas, quando da instalação dos projetos de assentamentos estudados, prevaleceu o consenso entre os representantes dos movimentos sociais e do governo federal em função dos diversos interesses dos envolvidos.

Nas experiências de parcerias entre assentados e assentados se observou que as interações envolviam assentados que estavam com idade avançada, maioria aposentada, ou que desenvolviam atividades não agrícolas extras lotes, na maioria em municípios próximos aos assentamentos. Neste espaço de relações sociais os assentados tentavam ampliar os ganhos utilizando parte do lote que estava ocioso em função das limitações a que estavam submetidos, tratando-se de uma prática mercantil, num quadro em que eles utilizavam o capital econômico disponível sob a forma de fatores de produção (terra) e tentavam reproduzi-lo e ampliá-lo tendo como estratégia a parceria com outros atores, também assentados, numa situação em que os primeiros mantinham o status e exercitavam poder numa relação com outros assentados, detentores de menos capital econômico.

Já no segundo exemplo, os assentados envolvidos em atividades pluriativas, interagem com outros assentados buscando utilizar parte dos respectivos lotes – áreas não cultivadas por eles -, e obter ganhos a partir de parcerias. Outros

assentados que, em função do pequeno tamanho de seus lotes, inclusive com áreas que não atendiam às necessidades de reprodução de suas famílias, buscavam nas parcerias espaços para o desenvolvimento de atividades agrícola que gerassem renda e ampliassem o aumento dos respectivos capitais econômicos. Aqui, também, inexistia cooperação agrícola “stricto sensu”.

Então, em relação à cultura da mandioca se nota que a atividade remunerada era uma constante assim como formas tradicionais de cooperação agrícola tendiam a ser reduzidas. No que se refere às parcerias os poucos casos detectados tinham relação direta com a disponibilidade de mão-de-obra nas unidades familiares ou com o processo sucessório. Como as áreas dos lotes nos respectivos assentamentos são pequenas, aquém do necessário para manutenção de uma família, a prática de parcerias foi apontada em situações em que a idade ou situação de saúde dos titulares dos lotes comprometia o desenvolvimento de atividades no campo e os mesmos não contavam com familiares para apoiar na condução das tarefas laborais nos respectivos lotes. Os laços fortes de confiança (Coleman, 1990) contribuía para tais exercícios de cooperação.

Em alguns casos se divisou que a parceria era viabilizada como uma estratégia de assentados para manutenção de filhos nos lotes, situações em que os titulares e familiares contavam com outra fonte de renda, externa ao lote, tais como atividades pluriativas, não agrícolas ou aposentadoria. Parcerias que não se configuravam em função da existência de relações baseadas na confiança reinante, em que a reciprocidade se apresentaria e se fortaleceria também em função das normas sociais ali reconstruídas permanentemente no cotidiano, mas interações construídas que se caracterizavam como formas de cooperação agrícola capitalista.

6.2.2.1 A cooperação nas casas de farinha

A mandioca produzida nos dois assentamentos era destinada às casas de farinhas existentes na região. Aqui, assinala-se práticas de cooperação considerando-se a diversa relação entre assentados e as casas de farinha. Na região pesquisada as casas de farinhas, artesanais, são responsáveis pelo processamento da raiz da mandioca que, conforme a planta fabril, abrange diferentes etapas, sendo a mais

comum na região as de recepção da produção, descascamento ou raspagem, a lavagem, a trituração ou ralação, a prensagem, o peneiramento, a torração, o peneiramento e ensacamento da farinha seca. Cabe frisar que no decorrer do processo de produção da farinha seca é gerada, após a lavagem para retirada da manipueira, a massa decantada conhecida por goma, utilizada na preparação de mingau, papa, sequilho, bolo e tapioca. Na área estudada, em geral, as casas de farinha correspondem a galpões cobertos com telhas ou palhas, chão batido ou piso cimentado, contendo no mínimo, área de lavagem, máquina trituradora tradicional ou acoplada a um tanque de armazenamento, prensa artesanal ou hidráulica, peneira manual ou mecânica e forno à lenha.

As relações entre os atores ocorriam considerando-se a propriedade da casa de farinha. Em casa de farinha pertencente a assentamentos rurais as atividades eram realizadas sob a responsabilidade de cada assentado e familiares, cabendo, ao final, a destinação de uma pequena parcela do produzido para a manutenção da estrutura de produção. Em tais situações, via de regra, assentados contavam com o concurso de pessoas encarregadas, normalmente mulheres, para rasparem os tubérculos e extraírem o amido. Dependendo da quantidade de mandioca utilizavam apenas a mão-de-obra familiar ou então, remuneravam as colaboradoras contratadas para complementar a quantidade de pessoas necessárias para tal tarefa, consoante o prazo previamente combinado. As demais etapas eram realizadas pelos assentados, com o apoio ou não de familiares, às vezes com o apoio de um outro assentado. Neste caso, podia ocorrer o pagamento pelo dia de serviço destinado à tarefa realizada bem como, a troca por dia de serviço a ser prestado ao outro assentado, situação em que o exercício da reciprocidade se fazia presente, em que normalmente se percebe a existência de uma relação de parentesco, amizade ou compadrio.

Nas casas de farinha de propriedade particular, preponderantes no litoral norte de Alagoas, as parcerias, se davam de forma diversa. Em algumas delas os assentados transportavam as raízes até as unidades de fabricação da farinha e as entregavam aos donos das casas de farinha que se encarregavam do desenvolvimento dos processos e entregavam a farinha ensacada aos assentados, cobrando pelos serviços executados, experiências que revelavam a existência de relações caracterizadas como eminentemente comerciais. Comum, e representando a prática mais usual, era a parceria em que os donos das casas de farinha cediam os espaços de produção, com os equipamentos, para que os assentados processassem

as raízes e obtivessem a farinha, mediante o pagamento pela utilização de máquinas, equipamentos e espaço físico, expressando relações comerciais entres os atores envolvidos.

Consoante a observação de campo era comum o pagamento em sacas de farinha produzida; sacas de farinha cujos donos das casas de farinha incorporavam aos lotes por ele produzidos e formados com destino ao mercado. Nesses casos as etapas do processo ficavam sob a responsabilidade dos assentados, inclusive em relação à mão-de-obra usada nas diversas etapas. Aqui, pode-se vislumbrar, na maioria dos casos, o uso de familiares, seguida da contratação de pessoas mediante pagamento de diárias e, em alguns casos, emergia a cooperação via ajuda de amigos, parentes e compadres em que o princípio da reciprocidade se fazia presente bem como, a confiança era lastro na interação. Neste último caso, conforme a necessidade reinante os assentados faziam uso da alternativa que entendiam como a melhor, seja usando componentes da família, contratando pessoal ou utilizando o apoio de parentes, amigos ou compadres. Assim, neste espaço econômico as relações comerciais estavam presentes, assim como, o uso de capital social, conforme os recursos disponíveis, as redes sociais e a diversidade de interesses em jogo.

Dáí se depreende que, nas casas de farinha estudadas, algumas práticas de cooperação foram objeto de registro. A maior parte das experiências exemplifica parcerias empresariais capitalistas entre assentados e proprietários de casas de farinhas, como também parcerias comerciais nas casas de farinhas existentes em assentamentos na região. Experiências em que os assentados não dispunham de capital econômico, social e cultural capaz de alterar as relações de poder tuteladas pelos donos das casas de farinha, em função da posse de maior capita econômico.

6.2.3 A cooperação nas demais culturas agrícolas

Fechado este parêntese em relação às casas de farinhas – responsáveis pela produção de farinha de mandioca - e, após o debruçar sobre formas de cooperação viabilizadas nas explorações da cana-de-açúcar e da mandioca, cumpre retomar as preocupações com exercícios de cooperação agrícola, agora em relação à formas de cooperação observadas na condução das demais culturas temporárias e permanentes

desenvolvidas nos assentamentos pesquisados, englobadas como “demais culturas” na figura 2, tais como, laranja, banana, coco, abacaxi, maracujá, acerola, feijão, milho, macaxeira, batata doce, inhame etc.,

Ao pôr as lentes para enxergar as formas de cooperação objeto de exercício nas demais culturas compete revelar que nos sistemas de produção dos lotes estudados as atividades agrícolas eram fundamentalmente realizadas pelos assentados e seus familiares, componentes do núcleo familiar, normalmente residentes sob o mesmo teto ou em casas localizadas no mesmo lote.

Embora houvesse o registro, poucos foram os casos apontando o uso de mão-de-obra contratada, mediante o pagamento de diária, para a execução de tarefas nos lotes, envolvendo limpas e colheita da produção; os denominados diaristas. Prática em tese esperada considerando-se que tais culturais ainda tinham menor representatividade no mercado que a cana-de-açúcar, menor valor comercial, não permitindo contratações. Também pouco representativo foi o apontamento em relação ao concurso de amigos, vizinhos e parentes colaborando na realização de atividades agrícolas nos lotes dos assentados pesquisados. Alguns poucos entrevistados desvelaram que a ajuda baseada na reciprocidade e confiança, antes comum entre agricultores familiares na região era algo, a cada dia, mais raro na área, prevalecendo, na maioria das situações a racionalidade do modo de produção capitalista. Formas de cooperação agrícola como troca de dias de serviço e mutirão não apareceram ou não foram percebidas pelo olhar do pesquisador.

Outro exemplo enriquecedor diz respeito ao trecho a seguir, em que o entrevistado retrata experiência de produção coletiva de banana vivenciada no início do próprio assentamento, que segundo percepção dele contribuiu para o cenário reinante em que ocorre a redução no uso de formas tradicionais de cooperação agrícola.

“Aqui não tem futuro nenhum o trabalho em grupo por causa do sabidão. Em tudo tem um sabidão e é ele quem passa a perna na maioria. Na produção de banana em grupo quando do primeiro corte tem um conduzidor que já vende ao atravessador e esconde o preço real aos demais colegas, embolsa e lucra. É assim! No segundo corte o dinheiro vem a menos e o que ele diz? Que teve umas despesas com adubos e outras coisas. Não deixa a coisa clara. O negócio não é feito na presença de mais de uma pessoa. Aí termina em desconfiança e briga. Assim, é melhor evitar. Tem pessoa que combina, faz acordo, mas não cumpre o acerto por causa da sede desmedida de ganhar, passar a perna no outro!”

Do exposto se observa que nesse campo em que todos os atores tinham um interesse comum, cada uma tinha seus interesses específicos e utilizavam estratégias para fazer valer tais interesses, utilizando de meios variados para se apropriar dos capitais disponíveis nas redes em que faziam parte. Assim, as relações acima viabilizadas geram a falta de confiança, que passa a ser um fator limitante em relação a futuras práticas de cooperação no ambiente. Vivência em que normas sociais não foram objeto de observação no cotidiano do grupo e da rede na qual eles faziam parte e que as regras foram descumpridas. Os resultados negativos são introjetados no imaginário dos atores e, ao longo do tempo vão marcando as relações, criando um hábito de considerar a possibilidade de cooperar por recear repetir a experiência negativa, passando a ser um componente do capital cultural do campo em apreço.

Foram captadas experiências de parceria entre assentados e familiares (filhos, enteados, genros) em que os titulares cediam pequenas áreas para implantação de culturas habitualmente temporárias, mas algumas para culturas permanentes, fornecendo ou não alguns insumos e tendo acesso a parte do produzido, conforme acerto prévio.

Observou-se, ainda, algumas experiências de reciprocidade, que apontam para exercícios de dominação masculina, existência de poder simbólico, em situações de afastamento temporário dos cônjuges para desenvolvimento de atividades fora dos lotes, em que as mulheres assumiam por certo tempo papéis antes pertinentes aos companheiros. Considerando a nova divisão das tarefas no núcleo familiar em função da migração e da pluriatividade, alterando os afazeres e jornadas de trabalho, tais ocorrências terminam por agravar as precárias condições de trabalho das mulheres.

Em tais circunstâncias se observou que as mulheres terminavam assumindo os seus tradicionais papéis (característicos na área estudada) de dona de casa, cuidadora dos filhos, responsável pela horta e pequenos animais e assumiam, também, a gestão do lote e a condução de etapas do processo de produção agrícola no lote, antes sob a responsabilidade do companheiro. São rotinas, jornadas, que mudam conforme o tamanho do lote, as atividades ali normalmente desenvolvidas, segundo o período do ano (inverno ou verão), como plantio, tratamentos culturais, colheita etc., número de pessoas no núcleo familiar que podem contribuir no dia a dia. As observações de campo, contudo, não revelaram a existência de práticas de cooperação decorrentes de tais fenômenos localizados.

Foram casos em que os homens estavam ausentes, “viajando”, envolvidos em atividades agrícolas fora dos lotes, em sua maioria, em municípios das regiões Sudeste ou Centro-Oeste, prestando serviços, principalmente, às agroindústrias canavieiras ou em grandes plantios de soja ou trigo. Situações em que muitos ficam cinco ou seis meses longe de casa, tentando aumentar a renda familiar. Alguns outros estavam vinculados ao setor da construção civil, trabalhando com ajudante ou como pedreiros, na região Sudeste (São Paulo e Belo Horizonte) bem como, em grandes cidades da região Nordeste ou na capital alagoana. Estes últimos conseguiam ir em casa cada quinze ou trinta dias enquanto que os primeiros, em geral, ficavam quatro a seis meses longe das famílias.

São vivências de migração que representam, conforme Sabourin (2003), estratégias de sobrevivência, uma prática pluriativa que se viabiliza, dada a necessidade de complementar a renda da família obtida nos lotes, segundo o aludido autor, uma prática para a qual não há escapatória para o sertanejo nordestino e que nos assentamentos estudados, conforme as lentes do investigador, representa uma saída, para alguns a única, a fim de contribuir para que a família possa sobreviver nos lotes.

Percebe-se que a atuação das mulheres estava embasada na compreensão de que os companheiros demonstravam compromisso com a família e que a tal exercício caberia a compensação a partir de um maior esforço na labuta nos lotes. Haveria uma compreensão de que o esforço do companheiro só teria sentido se cada uma também se esforçasse para cumprir papéis que eram dele, existindo, assim, uma cumplicidade das mulheres nessa relação, uma reciprocidade familiar. Inegavelmente, uma situação de reciprocidade que se mostra desigual, mas que se apresenta como habitual e marcante na área.

Volta a questão sobre se o tamanho dos lotes é suficiente para garantir a satisfação das necessidades de uma família assentada (Casal e filhos que tinham quando assentados, ou teriam ao longo da vida). Embora se saiba que independentemente de qualquer coisa o lote representa o porto seguro, local onde a vida de cada um é organizada. Representa local de trabalho e luta para realizar os seus sonhos, desejos e necessidades, e para muitos, também, local em que a família finca sua raiz tentando manter um modo de vida, de ser agricultor, que se reproduza de geração para geração.

Cumprе ressaltar, como já foi dito, que alguns assentados disponibilizavam áreas de seus lotes para seus filhos produzirem, prática que aponta para a existência de exercícios na direção do processo de sucessão nos lotes, e acima de tudo, indica a necessidade de se refletir sobre a preocupação para com a limitação do lote para atender a demanda da própria família.

Do mostrado em relação a cooperação na produção agrícola se infere que na cultura da cana-de-açúcar se sobressaíram as parecerias realizadas pelos assentados com os diversos atores que operavam no circuito, conforme o sistema de produção agrícola tradicional e historicamente viabilizado no estado de Alagoas, consoante uma lógica de mercado e modelo econômico vigente, em que os menos aquinhoados participantes do processo de produção agroindustrial ficavam à mercê dos atores que detinham maior status, em particular e em grande medida, dos agroindustriais, que em última análise dispunham de mais capital econômico, político e social. A interação dos assentados com fornecedores de cana se dava de forma diferenciada, dados os acordos com cada tipo de fornecedor e os agroindustriais. Ocorria uma distribuição desigual de poder entre os atores sociais, de status sociais diferentes, com relações estruturadas na confiança entre eles, com normas estabelecidas, mas que não eram suficientes para gerar capital social capaz de evitar a dominação dos detentores de maior capital econômico. O capital social existente não contribuía para gerar experiências de cooperação capazes de alterar o cenário historicamente observado na região em que se localizam os assentamentos estudados. A cooperação e a reciprocidade pouco se faziam presentes nas experiências de produção agrícola estudadas, sendo as experiências de parcerias marcadamente mercantis.

Já no tocante à cultura da mandioca e nas demais culturas os poucos registros de cooperação agrícola indicam para parcerias entre assentados e familiares de assentados (que mais representavam uma estratégia de reprodução familiar) e, em situações em que a idade avançada e/ou saúde dos titulares contribuía firmemente para tais práxis e, algumas com menor representatividade, entre assentados e assentados – vivências, em sua maioria, em que não se ressaltam a existência de valores como a confiança, a reciprocidade e as normas sociais. Se infere que o capital social existente era menor quanto maior era a diversidade observada, que o capital social disponível não era o bastante para provocar maior cooperação agrícola entre os assentados dos dois assentamentos, notadamente, em função de que o capital

inicial disponibilizado para os assentados era inferior ao necessário para a manutenção e reprodução dos assentados e familiares nos dois ambientes pesquisados. Em relação às casas de farinha o destaque cabe, da mesma forma, às práticas de parcerias entre assentados e proprietários de unidades fabris, que seriam enquadradas na tipologia de cooperação agrícola empresarial capitalista, dadas as características das relações efetivadas. Os assentados não dispunham de capital econômico, social e cultural para modificar as relações existentes entre agricultores familiares e proprietários de casas de farinhas. No tocante às demais culturas as relações evidenciavam a falta de confiança entre assentados, limitando a realização de práticas de cooperação nos dois assentamentos. Ambientes em que a pluriatividade se apresentava como estratégia de sobrevivência dos assentados, assim como a migração sazonal para regiões com maiores oportunidades de ganho financeiro a partir do trabalho assalariado, experiências estas marcadas por exercícios de reciprocidade desigual para o gênero feminino, denotando o patriarcalismo característico do território pesquisado.

Por outro lado, não se pode esquecer de salientar que nos processos apresentados, juntamente com os assentados, categorias como familiares, mulheres, diaristas, amigos, vizinhos e parentes se fizeram presentes, com maior ou menor intensidade, nas atividades agrícolas estudadas, notadamente nas parcerias apontadas, que mostravam poucas experiências de cooperação agrícola motivadas pelo capital social disponível entre os assentados.

A leitura do quadro remete para investigação sobre limites ou condicionantes da cooperação nos processos de produção agrícola dos assentamentos pesquisados, investida que se tentará satisfazer no sétimo capítulo.

6.3 A cooperação na comercialização agrícola

Neste bloco serão apresentadas observações concernentes aos processos de comercialização da produção executados por assentados, dos dois assentamentos, que contribuíram com a pesquisa, em que se tenta expor as diversas interações (re)construídas no cotidiano entre os diversos atores participantes em espaços

sociais. A exposição é concebida considerando-se os principais produtos oriundos dos assentamentos.

De acordo com o contido na figura 5 os dados estão expostos a partir de dois blocos, sendo um atinente à comercialização da cana-de-açúcar e o outro englobando os demais produtos agrícolas oriundos dos dois assentamentos.

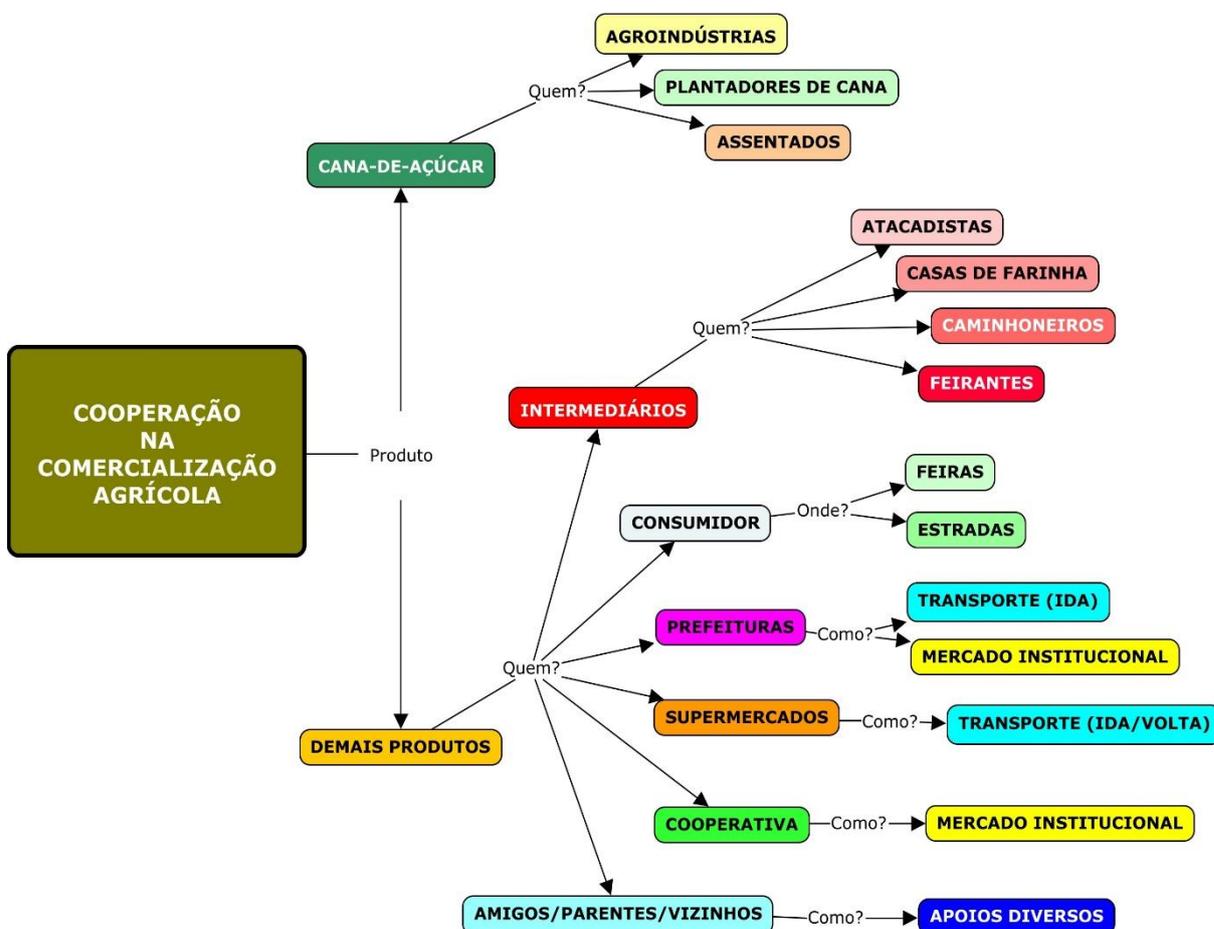


Figura 5 – Cooperação na comercialização da produção agrícola.

Fonte: Elaboração do autor com base em observações de campo.

Considerando a importância da cultura em termos de área ocupada e número de assentados plantadores, critério também adotado para o estabelecimento da sequência dos processos de produção, bloco anterior, aqui primeiramente serão tecidas considerações a respeito da comercialização da cana-de-açúcar produzida nos assentamentos pesquisados.

Em relação à comercialização da cana-de-açúcar procurar-se-á expor as interações entre assentados e as agroindústrias, os plantadores de cana, e outros

assentados, os principais agentes de comercialização envolvidos nos processos e, tentar localizar práticas de cooperação entre assentados e demais atores sociais.

Na sequência, serão apresentadas as interações observadas nos processos de comercialização dos demais produtos agrícolas, oriundos dos lotes dos entrevistados, envolvendo assentados e atores variados - intermediários diversos, consumidores, prefeituras, supermercados, cooperativa, amigos, parentes e vizinhos, atuantes nos respectivos canais de comercialização de cada produto agrícola, na expectativa de apontar as formas de cooperação ali existentes.

6.3.1 A cooperação na comercialização da cana-de-açúcar

Cumprе assinalar, inicialmente, que a cana produzida em tais espaços tinha dois destinos, diretamente para as agroindústrias ou para os intermediários das agroindústrias. Os intermediários eram tradicionais plantadores de cana e fornecedores de agroindústrias na região bem como, alguns poucos assentados plantadores de cana e/ou fornecedores de cana para agroindústrias ou para outros grandes fornecedores de cana.

As atividades de queima, corte e colheita da cana na área estudada seguem um padrão costumeiramente utilizando nas últimas décadas, envolvendo mão-de-obra, máquinas e equipamentos. Mão-de-obra disponível na região, máquinas e equipamentos disponíveis nas garagens das agroindústrias, bem como em algumas propriedades rurais de plantadores de cana que ao longo do tempo investiram em moto-mecanização. Em ambas situações os possuidores de máquinas e equipamentos os utilizam em suas respectivas propriedades e os alugam para a prestação de serviços durante o ano agrícola, ampliando as respectivas rendas ao tempo em que evitam a ociosidade dos mesmos.

Historicamente é comum, na região, a realização de parcerias entre atores envolvidos na cultura da cana-de-açúcar. Neste caso, parcerias entre assentados; agroindustriais; fornecedores de cana; assentados. São parcerias que acontecem, via de regra, casadas com as parcerias estabelecidas nos processos de produção da cana uma vez que quando dos acordos realizados inicialmente os atores combinam um contrato que envolve, na maioria das vezes, todas as etapas dos processos de

produção e comercialização da produção. Os acordos ou contratos, elaborados com itens habitualmente estabelecidos pelas agroindústrias, encerram pacotes de prestação de serviços e contrapartidas conforme a dinâmica do mercado.

Em linhas gerais, as agroindústrias e intermediários definem o calendário de queima, corte e transporte da cana para as usinas, de acordo com a necessidade da planta fabril e os interesses dos envolvidos no circuito, pesando evidentemente a quantidade produzida, a distância entre as propriedades e as usinas, a situação das estradas bem como, os compromissos assumidos entre agentes interlocutores, o status dos fornecedores, ou o grau das relações de amizade e compadrio.

“Todo ano é um aperreio, a gente fica pedindo a um e a outro para tirar a cana para a usina e fica um jogo de empurra. O negócio é que a usina tira a cana dela na época que ela entende como a melhor pra ela, depois atende aos grandes fornecedores e, assim por diante. O pequeno tá preso, mesmo, devendo a ela os serviços prestados e além disso, do jeito que tá não tem nem opção pra onde botar a cana porque poucas são as usinas agora por aqui”.

Embora os assentados sejam fornecedores de cana, fazendo parte de um sistema agroindustrial, de uma rede que confere sustentação as agroindústrias, aqui se observa que dependendo do status de cada ator há usufruto diferenciado. Certamente, em um primeiro olhar a distinção se dá em relação ao volume de produção entregue às agroindústrias, o econômico se sobressai e confere ao ator acesso mais rápido às agroindústrias, conforme a quantidade de cana comprometida com as usinas. É o fator econômico indicando status e contribuindo para reforçar o capital dos mais bem aquinhoados, ali observado. Nessa interação, são os grandes fornecedores de cana que têm, ao longo do tempo, construído uma relação mais sólida com os usineiros, relação que transcende ao espaço do exercício econômico, desfrutando de privilégios em relação aos médios e pequenos fornecedores no tocante a negociação ou estabelecimento do calendário de corte e colheita da cana, mas também, pelo estreitamento de laços fracos que se solidificam e geram uma confiança mútua, reforçando relações de amizade e, em alguns casos, criando relações de compadrio, contribuindo para reforçar possibilidade de prática de reciprocidade.

Conforme observa-se com base na realidade pesquisada, numa escada, imaginária, elaborada a partir da percepção dos entrevistados se observa a apresentação de categorias de atores, em que os agroindustriais se encontram no

topo, seguidos de grandes, médios e, por último, de pequenos fornecedores de cana, aqui incluídos os assentados da reforma agrária. Então, neste espaço econômico, as relações entre os diversos atores fluem num campo em que o jogo de poder é uma constante e em que cada um tenta viabilizar seus interesses específicos. São redes que objetivam o desenvolvimento de relações comerciais, distante de formas de cooperação agrícola geradas pela existência de capital social acumulado nas interações observadas.

Ao se debruçar sobre as relações entre assentados e plantadores de cana - quer sejam esses grandes fornecedores de cana-de-açúcar para as usinas, quer sejam assentados fornecedores de cana para as usinas ou que intermedeiam com grandes fornecedores de cana para as agroindústrias -, se observa que também, aqui, os acordos firmados nos processos de produção agrícola ressoam no âmbito da comercialização agrícola, sendo responsáveis pelo estabelecimento deste canal de comercialização, canal em que, mais uma vez não se observa práticas de cooperação mas, tão somente, o desenvolvimento de relações mercantis.

Os grandes fornecedores mobilizam um grupo de pequenos e médios plantadores formando redes de relações, bem como mobilizam volumes de capital econômico usando estratégias que permitem a reprodução, ampliação e acumulação tendo a possibilidade de apropriar-se de benefícios que circulam entre os participantes das redes. A propósito, trechos de entrevistas apresentadas a seguir são bastante reveladores acerca da existência de situação em que ocorrem relações entre assentados e agroindustriais da cana-de-açúcar, que se dão conforme o modo de produção capitalista:

“Eu não planto cana, ela é muito difícil. A cana, prá plantar vai precisar de 3 a 4 trabalhador de uma vez, quando for para moer mais 3 ou 4 pra cortar, 2 ou 3 pra cambitar e eu no meio pra lá e pra cá. Quando for moer na usina e receber esse dinheiro eu só recebo a metade do rendimento da cana e não dá prá pagar os trabalhador, não dá prá pagar o caminhão, aí eu fico endividado. Ai lá vai eu vender um boi ou garrote que tenho, ou outra coisa que possua para botar nas cana. No final da semana depois de muito trabalho quando eu receber, o dinheiro não dá pra eu comprar outro garrote – aí não dá futuro! Aí eu barrei tudo”. (Entrevista, 03)

“Aqui a gente paga cortador, cambiteiro, ajudante e caminhão, o que dá uns 240 reais por tonelada. Uma diária aqui está de 30 a 40 reais sem fichar, sem carteira assinada. Estou devagarzinho partindo prá banana, laranja e maracujá, é o caminho.” (Entrevista 16).

“Metade eu recebo agora e a outra metade só no fim da moagem, é o chamado depósito! Aí o pagamento pode ser de uma vez, de duas... conforme o dono da usina quer. Vejo o povo reclamando; vai receber e não tem dinheiro, vai ficar prá outra semana, prá lá e prá cá. Eu não tenho condição prá isso – aí eu esbarro! Pode dar para o homem que tenha uma fazenda com 10 a 15 mil toneladas de cana, ele tem condições. Mas prá um pequeno como eu, começar assim não dá, é só prejuízo. O pior... as usinas tão tudo se acabando... Se elas tivessem futuro tava todo mundo querendo plantar cana, mas não veja as que restaram, só a Santo Antonio e a Camaragibe por aqui. As de Pernambuco, mais de 50, fecharam um monte, até dos grandes grupos fecharam (Pumaty, Central Barreiros...). Então como que um pequeno como eu vai entrar nessa linha. É como o que vai viajar na pista e vê um buraco prá cair dentro!”. (Entrevista, 03).

Daí se infere que neste campo de poder os agroindustriais conseguem acumular e ampliar o capital econômico fazendo uso de estratégias mercantis considerando os capitais disponíveis e em jogo no ambiente formado por diversos atores sociais. O parcelamento do pagamento pela cana entregue as usinas foi um item objeto de reclamação por parte de todos os entrevistados e que representava para eles o grande nó da relação com os agroindustriais. O entendimento é de que neste jogo os usineiros se utilizam do capital econômico, em função da posse de fatores e bens de produção, ditam as regras e obtêm vantagens apossando-se de capital econômico disponível no campo de embate com os demais participantes dos processos.

Se observa, ainda, com base nas construções acima a percepção de vários assentados em relação a existência de crise no universo da cultura da cana-de-açúcar, na região Nordeste, em particular nos estados de Alagoas e Pernambuco. Pelo observado a percepção da existência de crise no setor sucroalcooleiro local tem levado vários assentados a reduzirem paulatinamente as áreas plantadas com cana-de-açúcar, investindo principalmente na fruticultura ou na implantação de capineiras para a criação de gado ou para aluguel de cercados a pecuaristas da região.

Em suma, as relações entre assentados e demais atores no processo de comercialização da cana-de-açúcar correspondem a relações comerciais, não de cooperação no sentido definido para o presente trabalho. Entretanto, as observações de campo e trechos de entrevistas, apontam para a possibilidade de práticas de ajuda baseadas em relações de amizade e compadrio, em situações extremas. Na fala aflora a ideia de que o trabalhar junto, a cooperação agrícola, não representa mais hábito ou costume na região, não mais faz parte da cultura dos agricultores familiares da área, um fenômeno que se reduz dando lugar a relações mercantis.

Isto posto, cabe, neste tópico, verificar a existência de formas de cooperação nos processos de comercialização dos demais produtos agrícolas originados dos assentamentos pesquisados.

6.3.2 A cooperação na comercialização dos demais produtos agrícolas

Cumprido marcar que, neste bloco, ao se fazer menção a produtos agrícolas provenientes dos assentamentos tal referência exclui do conjunto a cana-de-açúcar destinada às agroindústrias, envolvendo, sim, produtos como milho, mandioca, macaxeira, inhame, feijão, batata doce, banana laranja, coco, graviola, jaca, jambo, maracujá, caju, acerola, abacaxi, mamão, dentre outros.

Os assentados, na comercialização das respectivas produções agrícolas interagem com diversos atores, envolvendo relações que se reconstroem no cotidiano. Comercializações cujas respostas às perguntas sobre quanto, onde, a quem, como vender a produção, variam em função do tipo de produto, da quantidade colhida, das condições do tempo, da situação das estradas de acesso aos assentamentos etc.

Nos processos de comercialização da produção agrícola em que participavam os assentados destaca-se o envolvimento de diversos agentes de intermediação como atacadistas, caminhoneiros, feirantes e proprietários de casas de farinha.

Conforme depoimento abaixo se verifica que o assentado entrevistado produzia limão, laranja, banana, macaxeira, milho, feijão de corda, inhame, em seu lote e, que a produção era encaminhada para a cidade de Porto Calvo, situação em que a negociação era viabilizada junto a feirantes que operavam nas feiras semanais da região, recebendo pelo preço do dia e recebendo a quantia de pagamento na hora. Também informou que negociava a produção com quem ia comprar lá no assentamento, casos em que participam atacadistas da região ou caminhoneiros que negociam nos assentamentos e repassam os produtos para feirantes e outros negociantes de vários municípios, em sua maioria, alagoanos e/ou pernambucanos. Cujas motivação era em função do pagamento na hora da venda.

“Olha um parceleiro aqui, é melhor ele plantar 300 pés de limão, plantar 300 pés de laranja mimo, plantar 500 pés de banana cumprida e uma base de uns

3000 pés de inhame seda prá vender ali em Porto Calvo ou pra vender aqui na roça a quem vem comprar aqui e pagando na hora. A gente colhe e vende, é melhor plantar essas coisas do que plantar cana, eu planto macaxeira, inhame, laranja e tenho uma vacaria boa e mais ainda planto milho, feijão de corda.” (Entrevista 6)

Alguns outros assentados vivenciavam experiências que se aproximavam, mas não eram idênticas, como no exemplo abaixo, em que o assentado cita a preferência para negociar com atravessadores mesmo sabendo que lida com uma desvantagem no tocante aos preços dos produtos entregues nos assentamentos, mas afirma que a vantagem é receber o pagamento na hora ou em algumas situações o pagamento era efetuado após dois ou três dias da entrega a produção. Este tipo de negociação, com pagamento pós-venda, revela que na relação entre tais atores, componentes da rede, se verifica a existência de confiança, bem como de normas (re)construídas no dia a dia deles.

“Vendo a banana para atravessador, aqui.” Eu produzo de tudo um pouco. Podia botar prá cooperativa, mas não dá, por enquanto não, ela demora a pagar. Por enquanto eu continuo entregando aqui ao atravessador. Recebo na hora. Uns tem a desvantagem do preço que é mais baixo. O atravessador pega na sexta e paga no domingo, na segunda. (Entrevista, 3)

Por outro lado, o trecho acima assesta uma insatisfação em relação aos serviços de comercialização prestados pela cooperativa de pequenos produtores da região. Fato a ser trabalhado a posteriori.

Cabe salientar que a opção pela negociação junto aos atravessadores que atuam nos assentamentos da região tinha a ver com hábitos e costumes de assentados, nessas situações aspectos culturais emergiam e se sobrepunham ao interesse meramente financeiro, consoante trecho a seguir:

“Mas às vezes é melhor entregar ao atravessador porque fico sem preocupação. Porque quando eu saio para vender termino ficando muito tempo fora do lote e nele eu preciso fazer muita coisa.” (Entrevista 20).

Cumpramos registrar que na comercialização efetivada com atravessadores e atacadistas que operavam em assentamentos da região cabendo aos assentados a colheita e quase sempre à disposição do produto em local de acesso para o carregamento nos veículos, mas em algumas situações os veículos chegavam aos lotes e ali carregavam e depois transportavam a produção adquirida. Concorria negativamente para os assentados as condições das estradas, principalmente em períodos chuvosos, uma vez que nos assentamentos existem lotes próximos às

estradas vicinais, outros nem tanto, e cujos acessos, em alguns casos, são impraticáveis em certas épocas do ano.

A situação denota, também, a limitada disponibilidade de capital social entre os assentados tendo em vista que ao longo do tempo eles não têm conseguido resolver junto aos representantes do Estado os problemas recebidos por eles quando do ingresso nos assentamentos. No campo político os assentados não dispõem de capital suficiente para reverter o quadro inicial que os fragilizam no campo econômico tornando-os dependentes de atores com mais capital econômico, político e cultural, atores que se apossam de tais capitais disponíveis nos campos de poder.

Os feirantes representavam uma das opções de negociação, estabelecimento de relações comerciais, para os assentados tendo em vista que os feirantes, normalmente, recebiam a produção de assentados e efetuavam o pagamento na hora. Nesses casos os assentados arcavam com os custos de transporte da produção dos assentamentos para as cidades próximas aos assentamentos. Dois pontos marcavam a motivação dos assentados no tocante ao denominado “dinheiro na hora”, um seria que a quantidade negociada geralmente não era grande e a necessidade de ter o dinheiro em mãos para satisfazer interesses era imediata.

“Eu tenho botado pra feira. Meus inhames não vão prá outro lugar. Eu boto pra feira que o dinheiro é na hora.” (Entrevista 5)

O transporte da produção para as cidades era habitualmente realizado sob os auspícios dos assentados, cada um arcando com as despesas, utilizando-se de veículos como caminhões, camionetes e vans que fazem transporte coletivo e serviços de fretamento.

Entretanto se observou que alguns supermercados de cidades da região colocavam veículos para transporte de pessoas e de produtos, de alguns povoados da zona rural para as cidades, sem cobrança de passagens, mas, em contrapartida, os beneficiários se comprometiam a fazer as compras nos pertinentes estabelecimentos comerciais. Operações casadinhas em cuja estratégia prevalecia a lógica da reciprocidade, com base na expectativa de que os agricultores ficassem atrelados ao supermercado, a fidelidade estaria garantida em função da concessão do transporte, aparentemente gratuito. Aparentemente gratuito porque o transporte representa um custo para os ditos estabelecimentos comerciais e o mesmo é

repassado para o conjunto de consumidores, incluindo os assentados, usuários de tais serviços. Questão a ser trabalhada mais adiante.

Foi constatado que em um dos assentamentos a associação dos assentados contava com um trator e um caminhão para a prestação de serviços diversos aos assentados, dentre eles o transporte da produção para a cidade próxima, independentemente de negociar a produção com feirantes, atacadistas ou diretamente ao consumidor, na feira. O trator, além de atividades de mecanização agrícola era usado, no período chuvoso, para transporte da produção de assentados.

“Aqui tem uma pessoa da associação que pega a produção no caminhão, no ponto de coleta, e leva para vender aonde a gente quiser. Mas nem sempre é possível porque no inverno quem faz o transporte é o trator da associação porque carro não entra. O preço a gente se ajusta conforme o caso. A gente só vende a quem conhece e já trabalha. A associação coloca o trator e o caminhão à disposição do assentado.” (Entrevista 14)

Conforme a vivência de campo, no estado de Alagoas, se observa que no período chuvoso (meses de abril a agosto) havia uma limitação no que se refere ao acesso aos assentamentos, pelo menos para a grande maioria dos assentados. Chama a atenção, no trecho acima, o registro de que a negociação mercantil só era efetivada com pessoas que eles já conheciam, já comercializavam há algum tempo, revelando que a existência de confiança nas relações era ponto marcante. Nesse campo o capital social contribuía para geração de capital econômico.

Outra experiência observada em termos de comercialização da produção agrícola pelos assentados era a venda direta ao consumidor, nas feiras das cidades, prática nem sempre utilizada constantemente pela maioria deles, a exemplo do fragmento abaixo:

“Eu vendo banana, coco verde, milho, macaxeira, crio peixe em dois açudes (tambaqui e tilápia). Vendi uns 300kg de peixe na semana santa, levei para a feira e vendi direto pro consumidor, ganhando mais e saindo com o dinheiro no bolso. Mas, muitas vezes é melhor vender ao atravessador porque fico sem preocupação. Porque quando eu saio para vender termino ficando muito tempo fora do lote e nele eu preciso fazer muita coisa.” (Entrevistas, 12).

A maioria da minha produção é vendida na feira! Lá eu recebo na hora. O coco eu vendo na porta por causa do peso para transportar. (Entrevista, 13)

Observou-se durante a pesquisa que a feira, segundo os assentados, representava uma boa opção para negociar a produção, principalmente, segundo os assentados, quando a quantidade não era grande e que seria possível, conforme a

experiência deles, vender numa feira. Para alguns representava a oportunidade de conversar com pessoas da cidade, trocar ideias com outras pessoas, ampliar o círculo de amizades, divulgar os produtos oriundos dos seus lotes, criar uma freguesia e, para uns, a oportunidade para melhorar a imagem dos assentados da reforma agrária junto a uma parte da população local que ainda cultivava uma visão negativa em relação aos trabalhadores rurais sem-terra.

Por outro lado, segundo os entrevistados, a feira se apresentava como uma opção mais arriscada que entregar aos atravessadores, nos lotes, uma vez que tinham que comercializar tudo o que levavam pois não compensava retornar com algum produto para os lotes, pois a produção para consumo familiar já estava em casa, além disso teriam que pagar frete pelo produto que retornava, sem contar com a perecibilidade de cada produto. Nesses casos, a partir de certo horário, na feira, eles eram levados a baixar os preços dos produtos para não ter que voltar com eles para os assentamentos e obter prejuízos maiores ou, até perder o que não foi negociado, o que eles denominavam de “se livrar do produto” para não ter uma perda maior.

Para a maioria era melhor negociar com os atravessadores, nos assentamentos, mesmo obtendo um ganho inferior comparado com o que auferiria na feira, dado que, segundo tais assentados, em função da dinâmica das feiras eles teriam que passar o dia fora dos respectivos lotes, reduzindo o tempo para desenvolver as variadas tarefas requeridas semanalmente.

Outra prática registrada, em menor escala, foi a comercialização realizada diretamente com os consumidores, por uma minoria de assentados, na beira de estradas, frequentemente em pontos estratégicos próximos as entradas de assentamentos.

”Também vendo alguma coisa na beira da estrada. Vendo também aqui na porta a quem vem buscar, conforme o caso, mas o preço do atravessador também é menor. O melhor preço é da cooperativa, mas lá tá tudo parado. Coco eu vendo aqui na porta, mais por causa do peso.” (Entrevista, 13).

Nesta experiência, devido à proximidade dos assentamentos, em alguns casos, se observou o concurso de um ente da família participando do processo de comercialização, permitindo, assim o revezamento com o titular do lote e oportunizando a participação dele em outra atividade no lote, ou até fora dele. Não se trata de cooperação, mas, sim, de uma estratégia de reprodução intrafamiliar, em que pesa a figura paterna ou materna nas relações de poder exercitadas, em que os

capitais culturais e sociais prevalecem, em que hábitos e normas sociais contribuem para tanto.

Ainda no tocante à interação de assentados com outros atores sociais, no âmbito da comercialização, no transcurso da pesquisa foi observada a participação, ainda acanhada, de prefeituras da região na aquisição de alguns produtos agrícolas oriundos dos assentamentos investigados. Participação que espelha os dados apresentados no capítulo sobre a caracterização dos dois assentamentos, em que apenas aproximadamente 2% dos assentados comercializavam a produção agrícola em mercados institucionais. Os trechos a seguir assim contribuem para compreensão do quadro observado:

“A gente colocava também prá prefeitura, que pegava pouquinho, 60 kg, mas agora não pega mais, daqui da gente não. (...). Agora tem um carro da prefeitura de [citou o nome] que pega a produção aqui e leva para distribuir a mercadoria, assim com aquelas pessoas mais necessitadas.” (Entrevista, 18).

“E a prefeitura... A ajuda que ela vem dando é comprando a merenda dos alunos aqui no assentamento, né?” (Entrevista, 6).

Considerando os trechos de entrevistas se nota, em relação ao primeiro, que uma prefeitura participava do processo de comercialização de um dos assentamentos e o registro de que o volume recebido pela prefeitura era bem pequeno em relação a oferta ou disponibilidade de produtos agrícolas do assentado. Cabe registrar que a comercialização com a prefeitura representava uma alternativa de mercado para os assentados.

Conforme as observações de campo, a comercialização via prefeitura se apresentava como de interesse dos assentados e eles consideravam como positivo os preços estabelecidos, em relação aos praticados pelos demais agentes de mercado. Contudo, verbalizavam como negativo o limite estabelecido pelo programa governamental para o volume comercializado por cada agricultor familiar e, a necessidade de possuir Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), normalmente denominado de DAP/PRONAF ou simplesmente DAP, exigido consoante regra vigente no mercado institucional. Neste caso, os assentados ainda não devidamente regularizados junto ao INCRA, os assentados cujos nomes não constam no Registro de Beneficiários, estão alijados do aludido processo.

Pelo verificado, entende-se que tais aspectos negativos contribuía para que os assentados continuassem, na maioria das vezes, a ficar atrelados aos tradicionais atravessadores da região. Nas escolhas pelo melhor canal de comercialização os assentados tinham acesso a informações de preços dos produtos no mercado. As características dos produtos agrícolas aliadas ao pouco capital econômico disponível pelos assentados, levava-os a quererem comercializar os produtos juntos aos atores que geralmente comercializavam, pelo fato de manterem com grande parte deles uma relação comercial já há algum tempo e terem criado laços denotando-se na fala de alguns, a existência de confiança e, ao mesmo tempo, procurar negociar com as prefeituras, dentro do limite estabelecido para a comercialização. Ou seja, os assentados, participavam dos processos de comercialização fazendo uso dos capitais financeiros, econômicos, sociais, políticos e culturais disponíveis e a disponibilidade de tais capitais era preponderante nas escolhas, em cada momento e para cada canal de comercialização.

Foi observado, ainda, que a relação comercial com os atravessadores representava um hábito construído ao longo do tempo, uma relação historicamente estabelecida, em que a confiança se fazia presente entre muitos deles, prática que era objeto de constatação uma vez que muitos dos assentados negociavam a produção no final de semana e recebiam o dinheiro da venda no início da semana seguinte. Tratava-se de uma relação mercantil em que cada ator buscava obter o maior ganho possível dadas as condições vivenciadas singularmente, em última análise, em função dos diversos capitais que cada um dispunha.

As relações expressam o cultivo de hábito comum na região, comercialização da produção agrícola junto aos intermediários ou atravessadores, relações de cooperação mercantis lastreadas entre atores sociais caracterizadas por laços fracos. A confiança entre os atores é construída num cenário de vulnerabilidade dos agricultores que os leva a assumirem mais riscos que os atravessadores sempre que o pagamento não é efetuado no ato da negociação. Cada negócio efetuado, em que as normas e regras entre os interlocutores são estabelecidas, quando cumprido implica na manutenção de um crédito de confiança, crédito que se renova ao longo do tempo, se torna hábito. Contudo, embora a participação em redes sociais auxilie os assentados, em função do acesso a dados e informações de mercado, o cumprimento de normas e regras construídas pelos atores sociais, bem como, a confiança baseada

em laços fracos, não propiciam a geração de capital social suficiente para promover mudanças em tais relações de dependência ou subordinação observadas na região.

Dos comentários dos entrevistados se infere que os atores envolvidos - prefeituras e assentados -, faziam parte de uma rede de comercialização, em que os atores possuíam vínculos e desenvolviam relações buscando atingir os objetivos comuns, num espaço em que estavam em jogo, também, os objetivos específicos de cada um, todos participando de um processo contínuo em que cada ator dava a sua parcela de colaboração, colaboração que tinha relação direta com as informações socializadas e as interações efetivadas. Eram relações comerciais e não de cooperação conforme o tipificado para este trabalho, o capital social disponível só era suficiente para afiançar ou facilitar a cooperação mercantil em processos de comercialização da produção agrícola dos dois assentamentos rurais. Neste espaço se observa o embate em prol da posse dos vários capitais ali disponíveis, entre os atores participantes do mercado.

As observações de campo aliadas aos comentários de entrevistados remetem para um cenário em que a participação de três prefeituras da região se apresentava como incipiente - sendo duas delas correspondentes a localização dos assentamentos. Segundo relato de alguns entrevistados uma das prefeituras, durante algum tempo, esteve envolvida na aquisição de produtos agrícolas junto aos assentados, havendo o registro de que a quantidade recebida era limitada, gerando insatisfação, considerando-se a expectativa reinante. A outra prefeitura, de município vizinho ao em que está estabelecido um dos assentamentos, vinha trabalhando com o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e recebendo a produção de assentados atendendo ao previsto na modalidade doação simultânea.

Também se constatou a indicação de aquisição de produtos agrícolas dos assentamentos para a merenda escolar por intermédio de prefeituras próximas aos assentamentos pesquisados, enquanto compradoras, consoante o previsto no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), notadamente de acordo com o artigo 14 da Lei 11.947/09, que contempla a utilização de, no mínimo 30% dos recursos repassados para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na aquisição de alimentos procedentes da agricultura familiar, priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais, indígenas e comunidades quilombolas, tendo acesso ao programa fornecedores detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que, segundo as normas em

vigor, identifica o agricultor familiar, podendo cada família, comercializar até R\$ 20 mil por DAP, por ano, limite que não inclui vendas para outros programas do governo (BRASIL, 2015).

Embora não seja o objetivo analisar os programas governamentais cabe, registrar que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado por prefeituras próximas aos assentamentos, basicamente tem como finalidades promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para tanto se propõe a adquirir alimentos procedentes da agricultura familiar, com dispensa de licitação, destinando-os às “pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição” (BRASIL, 2012). Sendo desenvolvido em cinco modalidades tais como: doação simultânea, compra direta, formação de estoques PAA leite e compra institucional.

Consoante informações do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar.

Além disso, o Programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e também redes de comercialização; valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos; incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o associativismo (BRASIL, 2012).

De acordo com as regras do programa (BRASIL, 2012, 2014) podem dele participar produtores rurais (agricultores familiares, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes remanescentes de comunidades quilombolas etc.) que possuam a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF). No caso de compras via modalidade Doação Simultânea, caso citado pelos entrevistados, conforme Decreto nº 8.293/2014, o limite anual para cada produtor participante do programa era de R\$ 6.500,00. O envolvimento das prefeituras ocorre via uso do Termo de Adesão celebrado entre o MDS e as entidades municipais (BRASIL, 2015).

Ainda em relação ao espaço da comercialização da produção agrícola proveniente dos dois assentamentos estudados não passou despercebida, ao investigador, a participação de supermercados das cidades sede dos municípios em que estão localizados os assentamentos. A interação entre assentados e

supermercados locais fluía, não baseada na comercialização de produtos agrícolas dos assentados, mas, sim, fruto de uma estratégia de vendas de tais estabelecimentos comerciais, que disponibilizavam veículos, nos dias de feira, para o transporte (ida e volta), de clientes residentes nas respectivas cidades, como também os residentes na zona rural de cada município.

No caso dos assentamentos, os veículos buscavam os assentados em ponto estabelecido, levava-os até os supermercados e, geralmente no período da tarde, em horário pré-estabelecido, os veículos os transportavam para os assentamentos. Nestes transportes (Kombis ou minivans) alguns dos assentados transportavam pequenas quantidades de produtos agrícolas destinados à venda diretamente ao consumidor, nas feiras, ou à negociação com intermediários locais, geralmente feirantes. Em contrapartida os usuários dos transportes assumiam o compromisso de efetuarem suas compras semanais nos supermercados que viabilizaram os transportes. Em tese, eram clientes cativos dos estabelecimentos comerciais ou, pelo menos, o entendimento era da indicação de uma atitude cuja expectativa era a de gerar um consumidor cativo.

Tal serviço era apresentado, no discurso de funcionários dos estabelecimentos comerciais como gratuito, como uma “cortesia da casa” (grifo nosso), uma dádiva que requeria uma reciprocidade, reciprocidade que corresponderia à aquisição semanal de produtos disponíveis nas prateleiras dos estabelecimentos. Mas a não realização de compras implicava em monitoramento por parte de empregados que acompanhavam o ingresso dos clientes nos veículos para retorno aos assentamentos. Estes, observados, eram chamados a atenção e informados que o uso do veículo estava condicionado às compras no respectivo supermercado. Segundo alguns agricultores as sanções para os que usassem os veículos para transportar a produção e não realizassem compras nos supermercados existiam, sim, isto fluía inicialmente via uma cobrança sutil, uma indireta e numa recorrência o representante da empresa vetava o uso do transporte. Cumpre assinalar que é comum por parte de vários supermercados, em diversas cidades da região a assunção do transporte de compras de seus clientes para as respectivas residências.

Num quadro em que os assentados não se encontram organizados para comercializarem coletivamente suas respectivas produções, em que eles têm dificuldades de locomoção para as cidades, tais atores disponibilizam seus capitais econômicos aos assentados buscando, conseqüentemente, a sua ampliação, que

pode repercutir positivamente em relação à imagem do supermercado junto à comunidade, melhorando a sua condição em relação aos concorrentes durante algum tempo, enquanto os mesmos não adotam a mesma estratégia de ação ou mantendo a condição reinante.

A prática foi observada como comum nos locais, fazendo parte do cotidiano deles, agarrada temporariamente à cultura local, embora se saiba que tal procedimento fere o disposto no Código de Defesa do Consumidor brasileiro, em vigor.

Retomando o tema, cumpre levantar que interação muito discutida pelos assentados em relação ao processo de comercialização de produtos agrícolas dizia respeito ao envolvimento deles com a cooperativa de pequenos produtores rurais da região. Pelo visto - observações de campo, entrevistas e trechos apresentados neste trabalho -, a cooperativa, num primeiro olhar, corresponderia a melhor opção de venda para os produtos agrícolas dos assentados, contudo, no cotidiano, as expectativas não se configuraram.

Um dos entrevistados assim se expressou acerca do processo de comercialização...

“De uns quatro anos para cá eu tô podendo pagar uns dias de serviço para um trabalhador e adiantar o meu serviço. Também porque arranjei uns partidos para plantar macaxeira e batata para a cooperativa que distribui as mercadorias para o governo. Vendo por quilo e o que sobra eu vendo ao atravessador. A cooperativa só compra de mês em mês. Como eu não posso parar porque tenho produção toda semana então eu vendo o restante para os atravessadores, mesmo recebendo menos que o pago pela cooperativa. Ela agora vai atender a 500 parceiros. O preço dela é sempre tabelado e também melhor. A cooperativa tendo muito sócio precisa atender a todos e aí vai caber para cada um uma parte do todo. Assim nem todo dia a gente vai ter acesso para botar a produção para ela. E também porque tem um limite pelo programa do governo para cada um, dentro de um ano. Tenho que ir traquejando com os dois porque tenho muita produção. Hoje eu tenho mais de 200 sacos de macaxeira para tirar; é produção de sobra. O atravessador paga na hora ou no outro dia, é gente conhecida que negocia com a gente há muito tempo. Não dá para vender a quem não conhece, a quem não confia.” (Entrevista, 20).

Assim, o entrevistado fez ver que conseguiu a cessão de umas pequenas áreas para o plantio de macaxeira e batata doce, cujos produtos eram, em parte, comercializados via cooperativa. Ele assevera que nos últimos quatro anos tem contado com o concurso de mão-de-obra extra família, pagando diárias pelos serviços executados, fato que anteriormente não lhe era possível e que a disponibilidade de mais área para cultivo contribuiu, também, para a contratação de trabalhador rural a

fim de ajudá-lo na labuta diária. Infere-se que a mão-de-obra familiar não foi suficiente para atender as necessidades advindas em face do incremento de área cultivada, mas não se pode esquecer que, pelo visto, ele ultimamente passou a dispor de recursos financeiros para bancar a contratação.

De acordo com o entrevistado a comercialização com a cooperativa se apresentava como a melhor opção para ele considerando o preço praticado, segundo o mesmo, tabelado pelo governo. Ele chama a atenção para o fato do preço ser por quilograma, raciocínio que leva em conta o fato de que tal prática propicia preços que se aproximam aos exercitados nas vendas diretas aos consumidores, nas feiras.

Entretanto, verifica-se que tal relação traz consigo algumas limitações: a primeira era de que a aquisição ocorria uma vez por mês; a segunda era de que a organização cooperativa conforme seus objetivos procurava atender ao maior número possível de associados e, para tanto, não tinha condições de absorver a produção total de todos os associados, em função do volume negociado com os agentes públicos que com ela interagia neste mercado institucional; por último, a limitação estabelecida pelo programa governamental para cada agricultor familiar, por ano.

Ele revela, ainda, que a cooperativa estava realizando o cadastramento de novos agricultores familiares para fornecerem produtos agrícolas a serem comercializados via Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e/ou Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme expectativa dos dirigentes da entidade. Consoante as observações de campo se verificou que a diretoria da cooperativa tinha o interesse de trabalhar com cerca de quinhentos agricultores familiares da região do leste alagoano, aproximadamente, cinco vezes mais agricultores que o total com o qual ela vinha trabalhando.

Percebe-se que o entrevistado participante da rede de comercialização tinha acesso às informações de mercado e a partir daí tomava a decisão em relação a quem entregar a produção. Se nota que, a partir das informações disponíveis, ele planejava as atividades de produção e que no processo de comercialização ele destinava ao mercado institucional o volume de produção que era possível ser comercializado, considerando a capacidade de atendimento da cooperativa e as normas estabelecidas no mercado institucional. Ele, sem dúvida, procurava distribuir a produção agrícola junto aos compradores de forma a obter o maior ganho possível, tanto que comercializava com os atravessadores o que não conseguia entregar na cooperativa, tendo em vista o já exposto.

Foi verificado que os preços praticados pelos atravessadores eram menores que os da cooperativa. O assentado entrevistado registra que não lhe resta outra alternativa senão trabalhar com os dois agentes. Apresenta como atenuante o fato de receber o pagamento dos atravessadores na hora da negociação ou, então, no dia seguinte. Cumpre salientar que o pagamento efetuado pelos atravessadores, na hora da negociação, apresenta-se para os assentados como ponto forte quando comparado com a participação deles no mercado institucional tendo em vista que, segundo o observado na pesquisa de campo, havia insatisfações no tocante ao pagamento efetuado pela cooperativa, dado o trâmite burocrático inerente ao processo de comercialização no aludido mercado, que gerava atrasos de mais de trinta dias. O entrevistado explicita que o recebimento no dia seguinte era uma prática que só acontecia com atravessadores conhecidos, que operavam com ele há bastante tempo, e ressalta a existência de confiança na relação mercantil como fundamental neste caso.

De acordo com os trechos de entrevistas, a seguir, o trabalho da cooperativa ampliou o mercado para os assentados cadastrados. Além disso, os preços negociados são mais significativos que os praticados pelos demais compradores com os quais eles operam tradicionalmente. Contudo, as assertivas indicam que problemas burocráticos provocaram o atraso no pagamento dos produtos entregues e também impediram que ela continuasse a receber a produção dos seus associados.

“A cooperativa abriu muita coisa para nós. Só que a cooperativa atrasou um pouco. Já tá com uns cinco mês, mas só que parece que deram entrada hoje. A mercadoria da gente tá toda pra lá, tem gente com R\$ 5000,00, R\$ 6000,00, R\$3000,00, R\$ 4000,00 e R\$ 1000,00. Atrasou na cooperativa. Foram pra Maceió dar entrada nos documentos, para acertar tudo. Tava bonzinho, caminhando bonzinho, não sei porque atrasou.” (Entrevista, 21)

“O preço da cooperativa é melhor que o da feira, bem melhor! Toda quinzena eu tenho produção para vender. O ruim é porque a cooperativa tá parada!” (Entrevista, 22) .

“Meus inhames não. Eu boto pra feira que o dinheiro é na hora. Se eu botar o inhame pra cooperativa o dinheiro vai ficar na mão dos outros. Pra mim ele fica parado, não rende nada. Eu preciso dele pra pagar uma coisa ou outra e não tenho nas minhas mãos - tá na mão dos outros. Não é vantajoso! E tem mais, desse dinheiro é descontado 10% que a cooperativa cobra pra trabalhar. Vendendo aqui eu não pago porcentagem nenhuma.” (Entrevista, 23)

O trecho seguinte revela que alguns assentados só não estão em situação mais delicada, provocada pelos atrasos no pagamento de produtos entregues à

cooperativa, em função de contarem com outras fontes de renda, a exemplo de aposentadorias.

“Nós somos aposentados e o dinheiro das aposentadorias dá prá gente comprar as coisas pra dentro de casa e alimentar os bichos do terreiro. Se a gente fosse depender da cooperativa a gente ia se apertar por causa dos atrasos nos pagamentos. Quem não tem outra fonte se aperreia.” (Entrevista, 23)

Já um assentado filiado à cooperativa, que opta pela comercialização na feira, pelo fato de receber o dinheiro na hora da venda, emitiu o seguinte parecer.

“Eu tenho botado mais prá feira. A cooperativa aí eles pegam o nome da pessoa aqui no assentamento, aí com 15 dias começa a comprar da pessoa e começam pagando direito também, sabe? Meu nome tá lá também. Paga certinho. A gente entrega hoje e recebe com 15 dias. Na cooperativa é melhor que a usina, recebe normal, mas, com massada.” (Entrevista, 24).

De acordo com outro assentado a melhor alternativa de comercialização é via cooperativa de pequenos produtores da região, mesmo tendo que esperar alguns para receber o pagamento pelos produtos entregues. Apresenta a leitura de que a relação com o atravessador apresenta sempre maiores ganhos para o comprador.

“Até há pouco eu colocava na cooperativa no nome de alguém. Agora, lá eu tinha um prejuizozinho: a cooperativa cobrava uma taxa pelo serviço e o camarada que emprestava o nome cobrava 10%, mesmo assim tava bom por causa do preço que os outros compradores pagavam. Agora fiz o cadastro, agora é direto com a cooperativa. Os que aparecem prá comprar aqui é pior, porque, se aparecer por exemplo para a banana o atravessador quer comprar por 50 reais o milheiro e na cooperativa é um R\$ 1,60 por kg. Então vai dar o que? De 120 a 150 reais o milheiro; ai é mais fácil vender pra cooperativa. Passa 15 dias, 20 dias, um mês, mas chega... E quando chega o cara chega lá. Ai quando chega o dinheiro de uma venda a gente entrega a outra produção. Já o atravessador paga na hora, fica satisfeito com o negócio e vai embora.” (Entrevista, 25)

Tanto no citado no último trecho e como durante o acompanhamento no campo foi notado que alguns poucos assentados, em função das limitações citadas, em relação à cooperativa e às normas estabelecidas no mercado institucional, entregavam parte da respectiva produção à cooperativa em nome de outro assentado - ou na denominada quota de comercialização -, com quem tinha laços mais estreitos, em função de desfrutar uma relação de amizade, parentesco ou compadrio, situações em que a reciprocidade se fazia presente devido a expectativa de que os pares, quando solicitados, procederiam da mesma maneira, cabendo frisar que tal prática

significa burlar o estabelecido no mercado institucional, consoante as normas vigentes.

Para entender tal prática, faz-se necessário atentar para a diversidade de produção dos assentados junto com a sazonalidade dos mesmos. Observar que cada produtor definia o seu leque de produtos conforme as experiências com a agricultura, perspectivas de mercado, condições para produzir, entre outros aspectos. Então, tem-se como resultado da equação ofertas nem sempre coincidentes entre eles. Por outro lado, isso também concorre para dificultar ações da cooperativa no sentido de evitar que tais práticas sejam efetivadas por alguns poucos assentados.

Bem, mais uma vez se verifica que a interação entre atores no processo de comercialização é marcada pela existência de relações mercantis. Todavia, percebe-se que em algumas relações a confiança representava a base para a realização de negócios, que nas redes o acesso às informações era peça chave para os assentados na tomada de decisões nos processos de comercialização e que a reciprocidade era objeto de exercício entre alguns assentados no transcurso da comercialização de produtos agrícolas no mercado institucional. Capitais circulam entre os participantes do mercado que buscam deles se apropriarem, a partir da disponibilidade de cada um e dos interesses específicos.

Para fechar as cortinas do cenário relativo às interações no processo de comercialização da produção agrícola dos assentados estudados cabe tentar levantar a existência de práticas de cooperação nas relações exercitadas entre assentados e amigos, parentes e vizinhos, em tal esfera. Das observações de campo e entrevistas realizadas se percebeu que alguns assentados contaram, em certos instantes, com a ajuda de amigos, parentes e vizinhos, em poucas situações.

Os apontamentos disseram respeito à ajuda no ensacamento de produtos agrícolas e/ou no transbordo dos produtos ensacados, sacos do chão para os veículos de transporte, ações pontuais que não comprometiam a realização das demais atividades de cada um deles, ou as respectivas rotinas de trabalho. Estas práticas eram possíveis dado os laços existentes entre eles, a expectativa de reciprocidade, gerada pela confiança reinante e pelas normas sociais (re)construídas diariamente no ambiente em que eles fazem parte. A compreensão é de que tais relações, em princípio, denotam a disponibilidade de capital social e capital cultural entre os atores – inclusive entre assentados e atravessadores tornado mais fácil as relações mercantis -, entretanto, não suficientes para alterar o quadro e possibilitar mudanças

que propiciem autonomia e liberdade de ação aos assentados nos mercados em que operam, em função da posse de pouco capital econômico e financeiro.

Do exposto as relações empreendidas pelos assentados no processo de comercialização das demais produções agrícolas se compreende que em tais relações longe estão as práticas de cooperação estabelecidas para este trabalho. As interações entre assentados e demais atores sociais revelam marcadamente exercícios de relações mercantis. Algumas poucas experiências são apontadas nas relações de assentados com amigos, parentes e vizinhos, ocorrências esporádicas e rápidas, que revelam a existência de capital social, em que a reciprocidade é base nas interações e em que a confiança se faz presente.

No tocante a este bloco pode-se extrair que nos processos de comercialização as interações apontam para a efetivação de relações entre assentados e demais atores que correspondem, em sua maioria, a relações comerciais. Observa-se pequenos registros de exercícios de cooperação *stricto sensu* em que a reciprocidade e a confiança se faziam presente, bem como, indicações de possibilidades de práticas de ajuda centradas em relações de amizade e compadrio em situações de dificuldades. Infere-se que o raciocínio de trabalhar junto vem sendo objeto de redução ao longo do tempo, na área estudada, não mais representando hábito ou costume na região, deixando de fazer parte da cultura dos agricultores familiares da área observada, prática que se reduz a medida em que se reforçam as relações mercantis.

Cabe frisar que todos os atores sociais envolvidos no cenário, independentemente de seus respectivos status e papéis desempenhados, em maior ou menor escala, participam com seus respectivos capitais (Econômico, social, político e cultural) de embates objetivando a consecução de seus interesses, tantos os comuns quanto os específicos, e que neste cenário os assentados se encontram fragilizados, com pouca autonomia e liberdade de ação em face do capital social e cultural disponíveis entre eles e da dificuldade para gerar capital econômico. Neste aspecto se pode depreender que os assentados, enquanto atores sociais, operam estratégias objetivando melhorar suas respectivas posições sociais utilizando os distintos capitais disponíveis consoante a dinâmica de mercado.

6.4 Cooperação no cotidiano dos assentados

Pretende-se neste item apresentar as práticas de cooperação exercitadas entre assentados no cotidiano deles, identificadas durante as observações no trabalho de campo e com base nas entrevistas realizadas. A ilustração a seguir (Figura 6) indica a existência de formas de cooperação entre assentados em situações de emergência ou urgência e em momentos de dificuldades financeiras vivenciados pelos diversos atores sociais estudados, nos assentamentos.

As visitas e acompanhamento do cotidiano de assentados durante a pesquisa de campo permitiram observar que poucas eram as vivências de cooperação no cotidiano dos assentamentos.

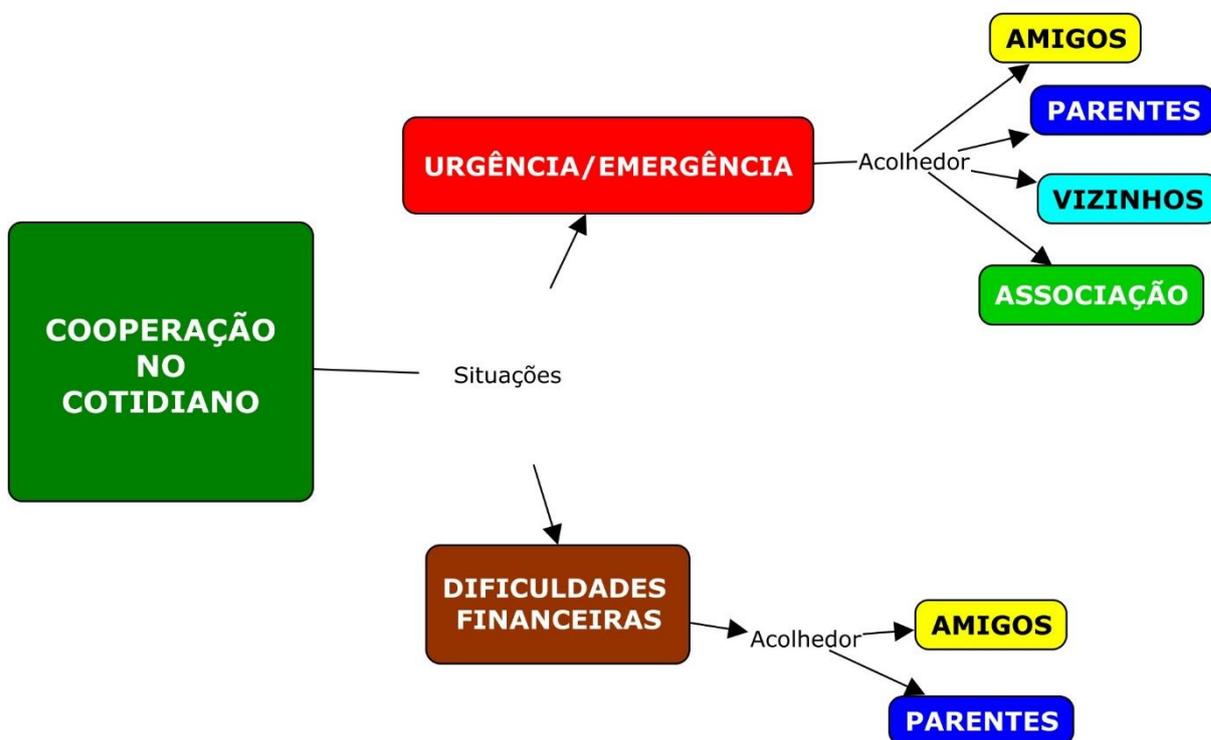


Figura 6 – Cooperação no cotidiano.

Fonte: Elaboração do autor com base nas observações de campo.

Nas situações em que assentados eram acometidos por doenças e necessitavam de ajuda dos demais o apoio, via de regra, era obtido:

“No trabalho, junto só se for escolhendo a dedo e muito bem escolhido porque são poucos mesmos. Na necessidade... Na doença são bem acolhedor, todo mundo se ajuda.” (Entrevista 16).

“Quando alguém passa mal, se chama um vizinho, pede ajuda. Pega carro na estrada e de lá vai prá cidade.” (Entrevista, 17).

“E numa necessidade... Se precisar aqui... adoecer um, a mulher, um filho... Numa passagem que a pessoa der arruma pelo menos uns cem conto para levar pelo menos para o pronto socorro, lá em Maceió. Para esse socorro tem união, todo mundo tem pena do outro e ajuda. Mas para trabalhar não!” (Entrevista, 18).

Trechos anteriores indicam a existência de solidariedade em tais circunstâncias, exercícios que têm relação com a expectativa de reciprocidade, alimentada subjetivamente pelos atores sociais envolvidos nas relações familiares, amizade, vizinhança, compadrio, atendendo a lógica do dar-receber-retribuir, consoante Mauss (2003), quando trata sobre sistema de reciprocidade ou, dom e dádiva. Em tais experiências um membro mobiliza os componentes da rede e atores respondem positivamente. Vê-se que as iniciativas são tomadas, os vizinhos se auxiliam, os amigos apoiam, procuram alternativas, fazem cotizações enfim, buscam soluções, resolvem. Cabe salientar, de acordo com observações de campo, que se alia a tais participações dos assentados as ações via associações dos assentados a partir das contribuições dos seu afiliados, situações em que a associação, tendo dinheiro em caixa, disponibiliza recursos financeiros para cobrir despesas com deslocamento em algumas situações de urgência.

De passagem, convém o registro de que chama a atenção em dois dos trechos o fato dos entrevistados expressarem ser difícil de observar a cooperação no trabalho agrícola nos assentamentos.

O trecho a seguir, que em princípio deveria estar junto aos anteriores, revela situação similar aos exemplos anteriores caracterizando a ajuda conferida por outros assentados, a prática de solidariedade. Entretanto, mostra que na própria sociedade ao longo do tempo ocorrem processos de substituição de práticas de cooperação, na acepção da palavra, por outras práticas de cooperação, agora empresariais, com objetivos mercantis, a exemplos dos denominados planos funerários comuns, nos últimos anos, em municípios alagoanos, cujas ofertas envolvem pessoas de todas as classes e categorias sociais. Correspondem a contratos de prestação de serviços futuros funerários, que abrangem componentes de uma família e se assemelham aos dos tradicionais planos de saúde. Cabe reter que o entrevistado reproduz em sua fala

fragmentos dos argumentos utilizados pelas empresas que operam com tais planos em que ressaltam o “baixo preço cobrado” (grifo nosso), a solução de ajuda num momento de dificuldade e eficiência no atendimento. Esta modalidade vem ganhando espaço e passando a se tornar um hábito, a fazer parte da cultura da sociedade local, atingindo pessoas de todas as categorias sociais.

“Aqui tem muita gente pagando plano funeral que ajuda muito na hora da incerteza. O meu vizinho daqui adoeceu de uma hora prá outra. A gente botou ele no carro e correu para Porto Calvo e de lá foi levado para o HGE em Maceió, mas não teve futuro e já veio de lá todo pronto no carro da funerária. O plano é barato, é R\$20,00 por mês. Eles vêm até aqui e resolve tudo.” (Entrevista, 19)

No tocante à cooperação entre associados em situações de dificuldades financeiras vivenciadas por alguns deles registra-se que tais ajudas tendem a ocorrer entre componentes dos núcleos familiares, entre parentes próximos e dentre uns poucos em função da existência de estreitos laços de amizade. O apoio acontece em redes sociais formadas por indivíduos que possuem laços fortes – familiares – ou entre indivíduos que se conhecem há bastante tempo, em que a confiança se faz presente e que a expectativa de reciprocidade é componente da ação de ajuda, baseada no tripé dar-receber-retribuir.

“Em dificuldade por causa e dinheiro só se for com os da família, de casa, ou algum parente bem junto, e algum pouco amigo. No mais não espere nada não. Cada qual que faça o seu e reze prá não precisar.” (Entrevista, 20).

“Olha, dinheiro prá alguém, só se for muito amigo, mesmo. Aqui não é todos mas tem muita gente aqui que se acontecer dele precisar de dois mil e o senhor arranjar vai ter muito trabalho para receber de volta, muito trabalho mesmo, não é todos! Cada um que faça sua força para poder viver.” (Entrevista, 21).

Denota-se, a partir dos trechos apresentados, a preocupação em evitar eventuais prejuízos na medida em que se arrisquem a ajudar outrem, fato que, se presume, tem a ver com a disponibilidade de pouco capital econômico, bem como de poucos recursos financeiros.

Do cotidiano dos assentados salienta-se entre alguns deles, em função da amizade, vizinhança ou compadrio, a troca de informações sobre diversos assuntos de interesses comuns, particularmente em relação a itens referentes aos processos de produção agrícola, doação ou troca de sementes e mudas de plantas, ajuda em pequenos consertos nas residências ou em atividades rápidas nos lotes. Já entre as

esposas, vizinhas, amigas ou comadres, presentes de bolos, doces, frutas, troca de receitas diversas e de informações diversas. São experiências que reforçam as relações entre os atores sociais e aumentam o capital social ali disponível. São vivências que, conforme o caso, ressaltam a reciprocidade, a solidariedade, a confiança, a ajuda mútua, nos assentamentos, que oxigenam as relações entre os participantes dos grupos e redes ali existentes.

6.5 Considerações Finais

Em geral, no capítulo em apreço se procurou apresentar interações vivenciadas pelos atores sociais nos assentamentos rurais estudados, com o intuito de, a partir daí, levantar as formas de cooperação utilizadas pelos assentados nos aludidos espaços. Tal quadro aponta para a necessidade de, em princípio, verificar-se o que concorre para os registros apresentados, o que se procurará responder no próximo capítulo, sobre condições para a cooperação nos assentamentos pesquisados.

CAPÍTULO 7 – As condições para cooperar nos assentamentos

Considerando o apresentado no capítulo anterior e os objetivos deste trabalho tenciona-se levantar e discutir as condições para cooperar existentes nos espaços pesquisados.

7.1 Sobre os assentados e experiências anteriores

Num primeiro momento tem-se o interesse em verificar, a partir dos dados referentes aos assentados e suas experiências anteriores - que simbolicamente representariam uma fotografia dos acampamentos -, se os atores sociais aqui estudados traziam consigo bagagem suficiente para desenvolver práticas de cooperação, se no ambiente havia fatores concorrendo para tal e até que ponto os demais componentes do cenário fotografado contribuíram, sem esquecer que os participantes possuíam interesses comuns e específicos, alguns nem sempre declarados.

Ao analisar a fotografia se observa que no cenário estão diversos atores sociais com destaque para os trabalhadores rurais sem-terra, proprietários rurais, representantes dos movimentos sociais e agentes governamentais, em nível federal, estadual e municipal. Nos capítulos anteriores vários aspectos dos atores sociais foram apresentados no intuito identificar cada e apontar o envolvimento de cada um no processo de reforma agrária brasileiro, ao longo dos últimos anos.

Não é demais lembrar que as experiências vivenciadas nos acampamentos utilizando as comissões não tinham como objetivo unicamente o gerenciamento do

acampamento. Mais que isso, representavam uma experiência de cunho educativo uma vez que os envolvidos tiveram a oportunidade de aprender a trabalhar em grupo, a dividir tarefas, a discutir a realidade e a interagir conforme uma nova ótica, a ótica dos movimentos sociais naquele dado momento histórico, em que de acordo com Souza (2007) a cultura política dos assentados refletia a cultura política nacional. O acampamento era o espaço de formação política para os envolvidos bem como, de identificação e preparação de novas lideranças para atuarem nos assentamentos e nos movimentos em prol da reforma agrária. Para a citada autora havia a preocupação em preparar os assentados para assumirem a gestão dos assentamentos, conforme modelo esboçado pelas diretorias dos movimentos sociais segundo a perspectiva de que a cooperação ocorreria no âmbito econômico (SOUZA, 2007, p.26). Daí se percebe que o interesse dos acampados em conquistar a terra está, em princípio, vinculado aos interesses dos movimentos sociais, cujos representantes eram os interlocutores mais próximos dos atores objeto de estudo.

A participação dos trabalhadores rurais sem-terra (acampados) em atividades coletivas era prática prevista nos planos de ação dos movimentos sociais, inclusive no âmbito do MST, consoante Schimanski e Souza (2007), Souza (2006), Lacerda e Malagodi (2007) dentre outros. De um lado tendo em vista que tais experiências serviriam como espaço para laboratório prático de exercícios de cooperação, em que os envolvidos aprenderiam no convívio cotidiano a viabilizar formas diversas para dar respostas às necessidades que se lhes apresentavam durante o processo, ao tempo em que seriam preparados para assumirem o controle de suas vidas numa nova condição, havia a expectativa nos movimentos sociais de que eles – trabalhadores rurais sem-terra -, viessem a adotar nos futuros assentamentos o modelo de gestão democrática e com a exploração agropecuária baseada em sistemas de produção coletiva (MARTINS, 2009; SCOPINHO, 2012).

Ao mesmo tempo, há de se observar que a opção pelo uso de práticas de cooperação nos acampamentos estava centrada em critérios econômicos dadas as condições reinantes, uma vez que os recursos eram escassos e tudo tinha que ser racionalmente utilizado por eles e distribuído entre eles: água, alimentos, fatores de produção etc. A sobrevivência dos acampados estava ligada à forma de gerenciar a experiência. Outro ponto dizia respeito à educação política considerando-se que a vivência nos acampamentos serviria, também, para preparar os atores para

exercerem melhor os seus papéis enquanto seres políticos bem como, para a preparação de novas lideranças, conforme Scopinho (2012) e Souza (2006).

Cumprido salientar que as práticas de cooperação não eram forjadas em relações de amizade, compadrio ou parentesco, não estavam centradas no princípio da reciprocidade. Antes, sim, em atendimento a um programa de trabalho institucional aliada à racionalidade da cooperação, enquanto princípio de vida social, dada a ideologia dos movimentos sociais. Os acampados participavam de uma rede social, em que normas e regras foram estabelecidas e previam o uso de práticas de cooperação, conforme pode ser visto em Gorgen e Stédile (1991). Práticas que ao longo do tempo passaram a fazer parte da história dos acampados e a serem vistas como lugar comum em tais vivências. Nestes casos a autonomia dos acampados era limitada, eram induzidos ou levados pelas circunstâncias a se permitirem concordar e viabilizar as práticas consoante os interesses das instituições coordenadoras. Bergamasco (1996) indica resistências de assentados à práticas cooperativas em diversos assentamentos estudados, dada a complexidade da realidade. Segundo Martins (2003), a orientação para práticas comunitárias parecia o indício de valores residuais de uma história que estaria no fim e não no começo de uma experiência bem-sucedida visto não se tratarem de comunidades autênticas. Para ele a motivação pela terra não chegaria a se constituir num filtro poderoso de identificação ou de afirmação de identidade (MARTINS, 2003, p.62).

Pelo constatado os movimentos sociais e os acampados tinham interesses comuns e interesses singulares. Nos diversos espaços os interesses que fluíam nas relações entre tais atores sociais eram trabalhados pelos participantes na direção da satisfação de ambos. Eles se completavam num espaço e se associavam em outros para fazerem frente aos demais atores envolvidos nos processos de reforma agrária. Ressalta-se que aos olhos dos acampados os movimentos sociais representavam, também, os instrumentos geradores da consolidação das mudanças de vidas requeridas e trabalhadas diuturnamente. Ou seja, havia a expectativa de que os movimentos sociais coparticipariam ativamente das etapas posteriores.

Os movimentos eram os mediadores entre os acampados (futuros assentados), os proprietários das terras, os representantes do governo federal no âmbito da reforma agrária e agentes financeiros também envolvidos no cenário por estarem de posse das hipotecas das terras em função da inadimplência dos proprietários rurais, junto aos mesmos. O Estado emerge como elemento de equilíbrio político, econômico e

social e intervém, mediando a questão. Os agentes financeiros passam despercebidos, embora façam parte do cenário e obtenham ganhos tendo em vista que no final do processo recebem a quantia correspondente aos valores estabelecidos nos contratos firmados com os seus devedores (antigos proprietários rurais). Os proprietários lucram com a negociação na medida em que quitam seus débitos com os agentes financeiros e conseguem uma diferença financeira que permitem reinvestir em outros setores da economia; não saem, portanto, totalmente no prejuízo. O Estado, por sua vez, atinge os propósitos constitucionais mantendo a estabilidade na sociedade. Ou por outro lado, conforme Bauman (2010, p.28), a principal tarefa do Estado capitalista seria garantir o encontro entre capital e trabalho; com o capital sendo capaz de comprar e o trabalho de ser vendável. Os governantes, então, conseguem se capitalizar politicamente junto a uma camada da população, à medida em que veicula o discurso de ampliação do programa de reforma agrária na área. Neste espaço, em suas devidas proporções - e aqui não se intenta mensurar -, num primeiro olhar, todos ganharam. Resta, contudo, refletir se realmente os acampados ganharam. Pode-se, simbolicamente, inquirir, até mesmo numa linguagem comum, se eles “ganharam e levaram”? Talvez não tenham ganhado um presente de grego? Certamente que sim.

Nestes espaços os atores lutam para viabilizar seus interesses, satisfazer as suas necessidades, para tanto dialogam, discutem, montam estratégias de ação, se associam, fazem acordos, alianças. Normas e regras são observadas, (re)construídas no dia a dia a fim de garantir o andamento das negociações e o êxito dos processos. Elas podem principiar a garantia da existência de confiança, daí por diante, entre os interlocutores. São exercícios dos diversos atores nos espaços econômico, político e social, em que cada qual participa com os seus respectivos capitais tentando ampliá-los.

Percebe-se, a partir do exposto no cenário inicial, indicações de limitada disponibilidade de capital social entre os atores sociais nos acampamentos. Isto considerando-se o diversificado perfil dos atores acampados, no que dizia respeito a etnia, gênero, idade, grau de escolaridade, experiências de trabalho, trajetórias de vida. O interesse comum de acesso à terra contribuiria para a adoção de uma postura de acomodação por parte dos assentados em relação às orientações dos representantes dos movimentos sociais levando-os a exercitarem atividades coletivas. Segundo Rios (2006), citando outro trabalho de sua autoria (RIOS, 1973: 315), “o

processo social de cooperação pressupõe uma convergência de interesses para concretizar-se. Caso contrário, se dá o conflito, aberto ou latente. Na melhor das hipóteses a acomodação”. Assim, poderia ocorrer uma convergência de interesses objetiva, mas faltar a consciência da mesma. O contrário não acontece em face da dificuldade de elaborar uma convergência subjetiva sobre uma divergência objetiva de interesses que geraria uma falsa consciência que redundaria atendimento de uns em detrimento dos demais (RIOS, 2006). Ação de cooperação que estaria vinculada a critérios econômicos dadas as condições ali observadas e vivenciadas, menos um exercício de educação política.

Assim a compreensão seria de que as práticas de cooperação não eram forjadas em relações de amizade, compadrio ou parentesco, nem centradas no princípio da reciprocidade. Os acampados faziam parte de uma rede social em que normas e regras foram estabelecidas pelos movimentos sociais e previam o uso de práticas de cooperação. Ambos os atores sociais tinham interesses comuns e singulares e lutavam para viabilizá-los e isto, aliado às necessidades impostas pela realidade nos acampamentos e a ideologia contida nas ações contribuiriam para a realização de práticas de cooperação nos acampamentos.

Observa-se, do exposto, que práticas de cooperação foram exercitadas durante o período em que trabalhadores rurais sem-terra ocupavam faixas de terras nas propriedades rurais, hoje projetos de assentamentos, no que se denominava de acampamentos. Infere-se que a realidade vivenciada pelos acampados, os interesses e necessidades dos acampados e dos movimentos sociais ali atuantes, aliada a ideologia que impregnava as suas ações contribuíram para a realização de práticas de cooperação nos acampamentos. Souza (2007, p.12) expressa a ideia de que tais expectativas suscitam dúvidas tendo em vista que a “conquista da terra” é que unia os trabalhadores nos acampamentos e, que nos assentamentos, a terra conquistada era, em muitas ocasiões, motivo de conflitos, em face da heterogeneidade cultural dos assentados.

A pergunta que carece de resposta diz respeito a continuidade de tais práticas de cooperação a partir do momento em que os acampados assumem a condição de assentados. Em princípio, aflora a ideia de que tais experiências possibilitariam a replicação delas nos assentamentos.

7.2 Sobre a participação inicial dos assentados nos assentamentos

O debruçar sobre as interações dos assentados no processo de organização dos assentamentos, notadamente via suas respectivas associações de trabalhadores rurais assentados, remete a refletir sobre as condições ali existentes ou possíveis para contribuir para gerar a cooperação por parte dos indivíduos delas participantes.

Assim, um olhar sobre o que se encontrava disponível nas áreas conquistadas quando os assentados deixaram os acampamentos e ingressaram nos assentamentos pode proporcionar algumas indicações.

Cumprir registrar que no período de acampamento os trabalhadores rurais sem-terra, enquanto acampados, estavam organizados a partir das comissões, tais como a de saúde, segurança e negociação. Quando assentados a organização passou a existir tendo por base as associações de trabalhadores rurais, cabendo aos presidentes das associações a coordenação dos projetos de assentamentos e, por conseguinte, o gerenciamento dos núcleos e setores de trabalho estabelecidos. Os núcleos têm o papel de coordenação política e os setores da coordenação da produção e organização interna, conforme os estatutos.

Faz-se necessário reter que as associações, em sua essência, são organizações formadas por pessoas, com direito a voz e voto, que têm um objetivo comum e que buscam, por intermédio delas, o equacionamento e a resolução de problemas enfrentados. Nos assentamentos rurais as associações são, também, responsáveis pela mediação entre assentados e demais atores sociais que fazem parte do universo que envolve os processos de reforma agrária no país. Por intermédio delas são feitos os encaminhamentos junto aos representantes do governo federal que lidam com as ações pertinentes à reforma agrária. As associações não correspondem ao resultado de um processo de conquistas dos assentados no processo de reforma agrária, como modelo de organização oriunda da base, pelo contrário. As associações de assentados emergem no espaço da reforma agrária como instrumento de interlocução, de mediação, estabelecido pelo Estado. As associações, de acordo com o observado em Carvalho (2013), Carvalho e Rios (2007), Bezerra (2012), Leite et al. (2004), podem ser compreendidas como organizações usadas pelo Estado para viabilizar e consolidar seus programas.

Por outro lado, não é demais trazer à memória que as relações de dominação na sociedade se transfiguram nas relações internas de tais organizações, a exemplo da perpetuação de grupos nas diretorias ou como tomadas de decisões à revelia da maioria dos associados ou, ainda, a interferência do Estado nas associações em termos de indicação de dirigentes e, em consequência, na gestão delas, sem esquecer que se apresenta como espaço de ação político partidária em que a neutralidade representa algo distante da realidade sonhada no ideário associativista. Daí as dificuldades vivenciadas e nem sempre expressas pelos próprios associados, até porque, segundo o exposto, pode-se deduzir, que corresponde a um espaço permanente de lutas que interessa a diversos atores da sociedade, participantes de grupos e redes sociais (PUTNAM (2006); COLEMAN (1990)), cada qual com seus interesses específicos e variados.

Consoante o levantado no campo e também detectado por Souza (2007) a participação inicial dos assentados é marcada pela frequência e diálogos nas reuniões provocadas pelos agentes governamentais encarregados de coordenar as ações de criação e implantação dos Projetos de Assentamentos, ou seja, da instalação dos assentados nas respectivas áreas objeto de luta. Os assentados, conforme o modelo estabelecido, são oficialmente representados, junto aos representantes do Estado, pelas respectivas associações de assentados. A participação em diversos programas governamentais se dá a partir do envolvimento das associações. Associações de assentados que vivenciam uma contradição: elas representam os assentados junto ao Estado ou o Estado junto aos assentados? Contradição que gera o conflito de poder que anulará a possibilidade de se viabilizar processos de cooperação a partir da organização associativa.

Conforme contribuições de assentados os projetos de assentamentos foram entregues apresentando precariedades em relação às respectivas infraestruturas como a inexistência de água encanada e saneamento básico, apenas áreas comunitárias dispunha de energia elétrica. A avaliação de alguns assentados era de que a dificuldade de acesso rápido a recursos e assistência técnica concorreram para problemas em relação à produção e produtividade nos assentamentos. Alguns registraram dificuldades com respeito ao uso de fatores que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vida nos assentamentos com exercícios baseados no associativismo e no cooperativismo, isto representando uma fragilidade do ponto de visto político, com impactos no cotidiano dos assentados (MARTINS, 2003).

Torna-se mister consignar que não se haveria de esperar que quando do ingresso nos assentamentos tudo estivesse à disposição, como que num passe de mágica. Não, muito pelo contrário, até porque estamos nos referindo a processos sociais, que envolvem interesses múltiplos, nas esferas econômica, política, social e cultural. Então, trata-se de momento delicado, de tensões e conflitos, em que as fragilidades afloram nas relações entre os diversos atores participantes do processo. Principalmente pelo fato de que os trabalhadores rurais sem-terra, atores sociais singulares e com perfis distintos, sofrem um impacto incomensurável uma vez que da condição de acampados passam a condição de assentados, tendo que reconstruir os respectivos modos de vida (SOUZA, 2006), contudo, sem a mínima autonomia financeira. A luta deles não se encerra quando ingressam nos assentamentos, ela, indubitavelmente, continua, agora noutra dimensão, com novos interlocutores.

As novas necessidades, advindas com o estar assentado, implicam em novas relações com variados mediadores. O acesso à terra, simbolicamente, representaria apenas um dos atos de uma apresentação teatral. Em cada novo ato, um novo cenário, uma nova história, alguns novos atores, novas relações, novos embates. O esforço é na direção de garantir as condições para produzir e viver no novo espaço. Espaço que, segundo Martins (2003, p9), diferente de tudo em que os assentados conheceram e já foram, diferente do que eles desejariam e poderiam ser.

No primeiro momento as ações envolviam diálogos entre os diversos atores, mais precisamente, assentados, dirigentes das associações de assentados, técnicos do INCRA/AL e representantes dos movimentos sociais. Eram reuniões, encontros, para elaboração de planos e projetos, tomadas de decisões. Decisões que, segundo diversos assentados, em sua maioria, eram tomadas fora dos assentamentos, objeto de negociações entre agentes governamentais e representantes dos movimentos sociais e levadas ao conjunto de assentados, espelhando a diversidade e desencontros de vontades das categorias sociais envolvidas, conforme Martins (2003). Assim, o ponto marcante não é a trajetória de vida, a infraestrutura disponibilizada nos assentamentos ou falta de recursos, mas o conflito que se estabelece entre as classes sociais, trabalhadores assentados e o capital, via representação do Estado capitalista. Ambos tentam cooptar a ação coletiva representada por intermédio das associações e seus dirigentes. A dubiedade do papel das associações de assentados, e de seus dirigentes, gera desconfiança entre os

atores bem como anula a possibilidade de uso como espaço de construção de um processo de cooperação entre os assentados.

Segundo estes, as reuniões serviam como espaços para informar as decisões, os encaminhamentos do grupo encarregado da implantação dos Projetos de Assentamentos. Por outro lado, diversos assentados avaliaram que tal período foi bastante rico tendo em vista a participação deles nas inúmeras reuniões realizadas na etapa inicial, quando os planos para os assentamentos foram delineados. E lembram que muito se discutiu sobre o sistema de produção a ser adotado em cada assentamento, a troca de experiências com técnicos governamentais, lideranças dos movimentos sociais e outros assentados, além de visitas a assentamentos, cuja produção era coletiva. Momentos em que os laços entre os participantes foram fortalecidos, normas foram construídas, consoante Putnam (2006) e Coleman (1990), em que a partir daí a confiança passa a ser gerada, de acordo com Fukuyama (2000).

Os registros de conflitos e tensões e o clima de insegurança existentes inicialmente ficaram marcados nas mentes dos assentados mais antigos. A leitura é de que tais ocorrências representaram elementos de desagregação nos grupos de assentados dos assentamentos estudados e comprometeram as relações sociais. Sem dúvida, concorreram para a redução do capital social dentre os envolvidos tendo em vista que normas sociais foram quebradas e a confiança (na rede social bem como a confiança interpessoal) existente passou a não ser suficiente para propiciar o desenvolvimento de relações sociais que redundassem, conforme Putnam (2006), em exercícios de cooperação, principalmente os coletivos. Entende-se, no tocante à cooperação, conforme Abdalla (2002), que o cenário contribuiu para que os assentados se fechassem nos seus lotes e residências e passassem a agir baseados numa perspectiva individualista.

Outrossim, não se pode esquecer que o perfil dos assentados iniciais era pouco homogêneo, que suas experiências de trabalho e trajetórias de vida eram distintas, o que também concorreu para a não ampliação do capital social disponível entre eles, no início da experiência, ou seja, baixo capital social de entrada. As características do cenário social observado, envolvendo a confiança, as normas e a reciprocidade não facilitariam, segundo Putnam (1995), as ações coletivas. O cenário, então, com laços fracos, não concorria para a formação de grupos e redes, nem para exercícios de confiança e de solidariedade. Sem dúvida, o conjunto de condições elencadas aliadas às normas vigentes não garantiram, por si só, inicialmente, a existência de um caldo

de cultura capaz de gerar capital social que permitisse a execução de práticas de cooperação nos processos de produção. Segundo Coleman (1998) e Putnam (1995) o capital social poderia ser visto como meio grupal que poderia melhorar a qualidade de vida das pessoas em comunidades, além de possibilitar o desenvolvimento de atividades coletivas e reforçar a colaboração entre os indivíduos. Quando se aprofunda no quadro se percebe a importância do papel do Estado na formação dos assentamentos e que inicialmente o cenário revela que considerando que é bem pequena a possibilidade de formação de extensas redes e grupos pelos assentados, bem como o pequeno volume dos vários capitais individualmente disponibilizados por cada um, então a expectativa seria de observação de baixo volume de capital social nos assentamentos.

Os assentados receberam os projetos de assentamentos apresentando infraestrutura precária, não possuindo água encanada, não dispondo de saneamento básico, apenas as áreas comunitárias dotadas de energia elétrica. Conforme as informações colhidas a falta de recursos e assistência técnica, junto com outros fatores concorriam para a redução da produtividade dos assentamentos. Do ponto de vista político se registrava uma grande fragilidade uma vez que os assentados tinham sérias dificuldades com respeito a fatores que poderiam contribuir para a melhoria das condições de vidas dos assentados, tais como a sindicalização, o associativismo e cooperativismo, seja pela experiências de vida acumuladas que os tornaram resistentes a tais exercícios, fruto da falta de confiança observada nas relações com outros atores sociais, seja pela dificuldade ou incapacidade do Estado em induzir ações que proporcionem o empoderamento dos assentados.

7.3 Sobre a cooperação nas associações

Mais especificamente sobre as interações dos assentados nas associações, sabe-se que, em tese, todos os associados deveriam conhecer o estatuto social da sua respectiva associação, bem como observar os direitos e deveres ali estabelecidos. Trata-se de um modelo de organização com missão, objetivos e atividades a realizar, cujas normas e regras para o funcionamento foram criadas pelos próprios membros e, por todos, deveriam ser objeto de prática.

Isto posto, cumpre destacar a percepção dos assentados em relação à participação nas associações de assentados, tanto em termos da importância da colaboração financeira para as associações dos assentados, conforme o estabelecido nos respectivos estatutos, bem como a participação deles nas atividades burocráticas formais, aqui entendidas como a frequência e envolvimento nos eventos realizados.

Bom, torna-se mister referir que a participação se apresenta como um conceito importante para este estudo quando se refere às organizações associativas uma vez que ela, conforme sinalizado em Mendonça (1987) e Rios (2012; 2009), retratam o que e como um indivíduo faz algo numa organização, sendo influenciada pelo meio social e pelo tipo de estrutura de cada organização.

Então, o que se divisa em relação à frequência dos assentados às reuniões promovidas pelas associações dos assentados, considerando-se o exposto no capítulo anterior? As indicações são de que a maioria dos assentados comparecia com frequência às reuniões e assembleias realizadas pelas associações. Num primeiro olhar poder-se-ia raciocinar, por exemplo, que a frequência dar-se-ia em função da existência de sentimento de pertencimento às organizações associativas, pelo fato das associações os representarem na sociedade, principalmente junto aos atores que atuam no cenário da reforma agrária, ou em função do previsto no que tange às normas e regras contidas nos respectivos estatutos sociais. As observações de campo apontam para uma prática em que a frequência estava ligada ao cumprimento de normas e regras formais instituídas, considerando-se os interesses singulares. Assim, o registro de presença aos eventos pode não retratar a realidade de cada momento uma vez que alguns dos que marcam presença, não permanecem no recinto acompanhando o desenrolar dos acontecimentos e/ou se envolvendo nas atividades previstas. São associados que se deslocam para as áreas externas, para os corredores dos espaços físicos onde se realizam as assembleias ou reuniões e ali permanecem enquanto perduram os eventos, observando à distância, adentrando ao recinto quando lhe conviesse, consoante a questão trabalhada em dado momento do evento. Aqui a participação se dá noutro nível. O corredor é, também, espaço de participação, conquista, exercício democrático.

Tratam-se de eventos cujas participações seriam provocadas ou obrigatórias, o que ficava patente na própria formatação da comunicação oficial emitida pelas diretorias das organizações. Infere-se que dependendo das ocasiões as relações sociais estariam vinculadas à observação de normas ou regras vigentes (RIOS, 1979;

BRYM et al., 2006). Então, isto posto, as normas e regras garantiriam a frequência dos atores sociais aos eventos, independentemente da temática a ser tratada em cada ocasião.

Contudo, os dados de campo indicam que em que pese a significativa frequência dos assentados aos eventos, ela variava em função dos assuntos a serem tratados e da presença, ou não, de agentes governamentais que mediavam as questões em andamento e que detinham, na avaliação de assentados, poder de decisão. Isto assesta para dificuldades entre os atores sociais envolvidos no cenário: assentados, diretorias de associações, lideranças de movimentos sociais e agentes governamentais.

De um lado demonstra a falta de confiança de assentados em relação as diretorias das associações, denotando-se a insatisfação pelo não atendimento, conforme a expectativa deles, das demandas expressas ou repassadas a estes. Por outro lado, o raciocínio é de que o exercício efetivado pelos assentados estava calcado na transferência de responsabilidades para a diretoria em termos de encaminhamento e solução das questões. Embora cada ator componente do cenário possuísse interesses individuais e comuns aos demais e adotassem estratégias diversas a fim de atingir os objetivos traçados, procurando ampliar os seus capitais, eles eram atores integrantes de grupos sociais, formados por uma ou mais redes que se identificam com outros atores, ligados por normas, status e papéis sociais, que se uniam ou não de acordo com as necessidades apresentadas em cada ocasião. (BRYM et al., 2006) e, que conforme, Martins (2009, p.50), que os assentados passaram por uma experiência social de desenraizamento e por um intenso processo de dessocialização e de privações materiais, sociais e culturais.

No que se refere à frequência, uma leitura da realidade aponta para um tipo de organização cujas normas e regras, estabelecidas nos respectivos estatutos, preveem o instituto da frequência como compulsório, como condição de pertencimento e permanência em relação às associações. Contudo, percebe-se, pelos dados de campo, que a frequência não garante a observância de participação ativa nas reuniões e assembleias gerais das associações. Ela representa, conforme entendimento do investigador, a primeira condição para participar efetivamente, no caso, uma maneira de tomar parte nas associações. Estar presente é fundamental, é obrigatório.

Bem, então se depreende que os meios de comunicação utilizados pelas organizações são importantes para possibilitar a frequência aos eventos objeto de

veiculação pelas diretorias e, que, nos casos em apreço, os tradicionais meios de comunicação eram utilizados, tais como convocações, convites e avisos cujos conteúdos circulavam, variando de situação para situação, quer via impressa, quer via comunicação oral - o conhecido como “boca a boca” (grifo nosso). Isto posto, caberia a cada associado a decisão de observar as normas e regras vigentes e se fazer presente, ou não.

Entretanto, faz-se necessário reter que o uso de ferramentas de comunicação está atrelado aos interesses diversos, declarados ou latentes, de quem detém o poder nas organizações. Pode ser instrumento de libertação como de controle. Os interesses momentâneos podem ser elementos determinantes. Não resta dúvida de que a divulgação, maior ou menor, de um evento, depende dos interesses dos grupos dominantes num dado momento histórico. Assim, quando interessava a presença da maioria dos assentados nas reuniões ou eventos para que as propostas reinantes fossem divulgadas, absorvidas e viabilizadas com o apoio da maioria a comunicação era viabilizada com intensidade. Assim, como em situações em que as lideranças necessitavam ressaltar para os agentes externos a sua imagem enquanto liderança local, junto aos assentados, procurando ampliar o seu capital político com base num existente capital social em que a comunicação se fortalecia a partir do uso de normas e regras estabelecidas nos estatutos das associações. A participação está, assim, vinculada a um exercício compulsório, que não espelha o fazer parte que se espera acontecer numa organização democrática e que os participantes se sentem donos dela e assumem tal papel, tendo parte, fazendo parte e tomando parte da associação. Aqui, as associações não correspondem aos interesses dos seus afiliados, não representam algo deles, são meras instituições que podem ajudá-los a mediar ações junto a agentes da sociedade nos campos econômico, político e social, mas não lhes pertence. Elas não se apresentam parra eles como deles. Situação que se agrava pela ação dos próprios dirigentes e de agente governamentais que delas se apropriam.

Em relação à participação ativa dos assentados nos eventos promovidos pelas associações o debruçar é sobre o envolvimento dos atores nos diálogos englobando a emissão de opiniões, discussão de assuntos, avaliação de ações, cobrança em relação aos encaminhamentos objetivando o equacionamento ou resolução de problemas do dia-a-dia, representando o “tomar parte” (grifo nosso) nas associações.

Conforme expresso no capítulo anterior, as associações representam os seus afiliados junto à sociedade. Aponta, ainda, para a interação com atores diversos indicando que o tomar parte nas organizações estudadas não era um exercício comum para a maioria dos assentados, consoante já indicavam Meister (1989) em estudos sobre participação social e Rios (1979), tratando de experiências em cooperativas agropecuárias, não era algo costumeiramente observado no meio rural, fato também observado em estudos realizados por Souza (2006), Martins (2009), Medeiros e Leite (2009) e, Scopinho (2012), em relação a assentamentos rurais brasileiros.

Se compreende que a obrigatoriedade, prevista nos estatutos, de frequentar as assembleias e reuniões não garante o envolvimento dos assentados em tais acontecimentos das associações. Segundo Scopinho (2012, p.239), as reuniões só faziam sentido quando existia a perspectiva de se encontrar solução para o problema vivenciado. O registro de alguns assentados em relação a preferirem não participar ativamente alegando que nem sempre as suas intervenções eram entendidas pelas diretorias denota que a postura das diretorias gerava desconforto a alguns assentados fazendo com que se sentissem deslocados no ambiente, sendo vistos como contrários ao grupo que se encontrava no poder, gerava um clima de tensão e conflito que, certamente, ao longo do tempo, ressoava negativamente na relação entre eles e diretorias e entre eles e demais associados. Tal aspecto, sem dúvida, reduzia a confiança entre os atores, contribuindo para a não ampliação do capital social então disponível nos assentamentos.

Cabe salientar que no transcurso da pesquisa não foi possível resgatar os conteúdos das verbalizações de tais assentados para uma posterior análise de discurso. A compreensão é de que nessa situação o assentado se percebia como um indivíduo que estava lutando contra um grupo de pessoas do qual ele não fazia parte, emerge o sentimento de que era ele visto como inimigo. As associações seriam, conforme Medeiros e Leite (2009, p.15), articuladas em torno de pequenos grupos cuja ligação entre si não era marcada por exemplos de pertencimento ou fidelidade. São assentados que não fazem parte de redes outras em que os componentes das diretorias também participam. Assim sendo, tal quadro, em que não se configuram situações de redes sociais densas e fechadas, conforme Coleman (2000), não ocorreria geração de confiança nas estruturas sociais. Neste sentido, as relações de confiança, entre esses assentados e membros das diretorias são vistas como frágeis,

não incorporando, conforme Fukuyama (2000), virtudes como a reciprocidade e obrigações mútuas capazes de gerar confiança e, conseqüentemente, não contribuem para a geração de prática de cooperação, consoante seria o esperado por Putnam (1996, 1999) e Fukuyama (2000) considerando que confiança, normas e participação seriam elementos fundamentais para a cooperação.

Pode-se inferir, também, que tais atitudes das diretorias estavam associadas a estratégias de ação do grupo dominante para manutenção do *status quo*, num ambiente em que os embates se dão cotidianamente, na maioria das vezes de forma velada. Por outro lado, não se pode descartar que algumas interferências de associados, em dados instantes, poderiam perfeitamente representar investidas ou movimentos de atores sociais participantes do jogo pelo poder nas associações. Independentemente, os aludidos comportamentos terminam por gerar um impacto negativo junto ao conjunto de associados, fazendo com que muitos se retraiam, não apenas em relação à participação nas reuniões como também em relação a tomar parte em outras atividades previstas e/ou provocadas pelas associações. Ou seja, a dinâmica exercitada nas reuniões e assembleias, que espelha as relações de poder nos cenários trabalhados, consoante o apresentado por Souza (2006), pode se refletir no dia-a-dia dos assentamentos, contribuindo para limitar o uso de práticas de cooperação.

Aspecto que desperta a atenção diz respeito, segundo narrativa de assentados, à definição prévia de tempo para a realização de discussões em eventos das associações, o que terminava por limitar a participação de assentados em tais acontecimentos. Conforme observações de campo pode-se constatar que em algumas situações a limitação de tempo estava vinculada a um pedido do interlocutor – técnico de instituição governamental -, em função da necessidade de se deslocar para outros locais para cumprir o previsto em suas agendas de trabalho. Em tais situações a proposta seria de apresentar rapidamente o que se queria, dar respostas a algumas questões mais gerais e pronto. Denota-se a dificuldade reinante no que se refere aos papéis a serem desempenhados por quem; de um lado os dirigentes das associações de assentados e, do outro, mediadores vinculados ao Estado. As relações terminam fluindo em função da posse de capital social, político e econômico dos atores envolvidos. Os assentados dependem dos mediadores, que representam os guardiões do cofre que estoca os recursos necessários para a mudança sonhada e requerida pelos assentados. Se, de um lado havia uma limitação de tempo vinculada

à agenda do interlocutor, por outro lado, observa-se que transparecia nos comentários uma necessidade de dialogar com os interlocutores e obterem informações mais detalhadas, que de repente, os deixasse mais confortáveis em relação ao que era objeto de encaminhamento no momento, facilitando o processo de tomada de decisões. Assim, o tempo para discussões era bastante reduzido, gerando insatisfações de alguns assentados. Resultado que contribuiria negativamente na interação entre os atores sociais envolvidos em função do comprometimento da confiança então existente a partir da inobservância de normas sociais cultivadas ao longo do tempo entre eles, redundando na disponibilidade de menos capital social e, dificultando exercícios de cooperação.

Outro ponto dizia respeito ao acesso às informações. Segundo vários associados os dirigentes tendiam a não liberar as informações a todos os assentados, gerando reclamações. Ao se examinar tais reclamos se depreende que embora a reclamação seja recorrente, a prática também era vista por assentados como algo comum durante a história dos assentamentos, correspondendo ao termo *habitus* utilizado por Bourdieu (2013, p.90). Daí se presumindo que a práxis passou a ser vista como algo natural no que pertine as atitudes e reações de dirigentes dos assentamentos em relação ao meio social, representando um hábito nos ambientes deles. Entretanto, cumpre destacar que tal comportamento de assentados, assumido enquanto dirigentes de associações, significa o exercício de uma estratégia de ação de acordo com uma necessidade de manutenção do grupo no poder. Assim, a informação é repassada consoante uma lógica e numa dinâmica que atendia aos interesses do grupo dominante que em última análise viabiliza a sua manutenção no poder, que acontece a partir da ampliação do capital político e do capital social fazendo uso, neste aspecto, das normas e regras estabelecidas nas associações. Não se pode, também, desconsiderar que as informações poderiam proporcionar ganhos a quem tivesse acesso gerando, por conseguinte, uma disputa e fazendo com que os componentes de diretorias se sentissem mais privilegiados que os demais e tendessem a divulgar primeiramente junto aos assentados mais próximos, aqueles com quem tinham maior afinidade, por serem vizinhos, amigos, parentes, compadres, ou seja, com os quais desfrutavam relações mais estreitas.

A formalidade imposta para e no andamento de diversos eventos provocados pelas associações, principalmente nas assembleias gerais, também concorria para limitar o envolvimento ou participação ativa de assentados, em algumas situações por

causa do limite de tempo estabelecido para cada ação, pelas diretorias, não permitindo em certas ocasiões que a maioria pudesse se pronunciar, ou por razão regimental não se previa a concessão da palavra a qualquer assentado. Assim, normas e regras sociais podem se apresentar como negativas para os participantes, contribuindo para reduzir a confiança entre os atores (Fukuyama, 2000) e, em consequência, o capital social disponível, comprometendo a atuação coletiva em prol do desenvolvimento da comunidade. Mais uma vez se retoma a ideia de exercícios de controle do poder pelo grupo dominante em que se vislumbrava que, na maioria das vezes, as decisões sobre as questões trabalhadas eram tomadas fora dos assentamentos cabendo aos assentados a observância delas consoante o previsto, situações fruto de acertos promovidos por mediadores externos tais como representantes dos movimentos sociais e, de entidades governamentais e não-governamentais, movimentações que segundo Martins (2003) o que conta para os assentados não necessariamente corresponde ao que conta para tais mediadores.

Registros contumazes foram os relacionados a práticas de intervenções sucessivas de assentados vinculados a componentes das diretorias em reuniões e assembleias gerais, ocupando o tempo, limitando a participação de outros, causando cansaço e, até, provocando a saída de alguns dos recintos, gerando a formação de grupos de conversas nos corredores dos ambientes. Tais atitudes são interpretadas como estratégias deliberadas de ação articuladas pelas diretorias a fim de exercer o controle das situações. Certamente, tais comportamentos culminavam com impedimentos à cooperação por parte dos assentados.

Não se pode esquecer que as associações são geridas por diretorias compostas por assentados eleitos formalmente. Também não se pode deixar escapar que as associações exprimem os interesses e ideologias de grupos dominantes da sociedade rural local e como indica Rios (2009) isto pode se refletir na estrutura interna das associações, o meio social influenciando nas organizações. Então, a partir daí pode-se inferir que as associações, na prática, podem corresponder a mecanismos de controle social, servindo para estabilizar a sociedade.

Do exposto, no tocante a práticas de cooperação observadas nas associações dos assentados dos dois assentamentos pesquisados se depreende que a cooperação era exercitada consoante os diversos interesses reinantes em cada momento histórico. A cooperação nas associações parece estar enredada na própria trama de interesses distintos que sustenta cada associação num modelo de instituição

que antes de significar uma conquista ou construção dos assentados, como objeto de representação e luta no processo de reforma agrária em andamento no país, foi tacitamente imposta pelo Estado e referendada pelos movimentos sociais, que também se utilizam de tais organizações para a reprodução de suas ideologias e viabilização de suas ações.

7.4 Sobre a cooperação na produção e na comercialização agrícola

Este tópico envolverá as condições para os assentados exercitarem práticas de cooperação no desenvolvimento de atividades agrícolas, mais especificamente, nas culturas da cana-de-açúcar, mandioca e demais culturas agrícolas e nas atividades de comercialização da produção agrícola.

Conforme os dados de campo o cultivo da cana-de-açúcar era viabilizado de acordo com um modelo de sistema de produção comum na região caracterizado pelo uso intensivo de tecnologias modernas, atrelado às agroindústrias locais; que estabelecem grande parte das decisões, desde a escolha da variedade, bem como as práticas a serem realizadas tais como preparo do solo, tratamentos culturais, corte e colheita da produção. No cenário observado destacavam-se as figuras dos usineiros ou agroindustriais, fornecedores ou plantadores de cana, e os assentados. As relações entre tais atores sociais eram variáveis e fluíam conforme o sistema de produção em vigor no setor sob a tutela dos agroindustriais, eram relações que basicamente aconteciam a partir de acordos comerciais, efetivados um a um, em que o poder era desigualmente distribuído entre os atores. Quadro em que os assentados não conseguiam se unir para terem maior participação no processo de tomada de decisão e fazer frente aos atores mais capitalizados (econômico, social, político e cultural) que estabeleciam as regras e normas dos acordos mercantis.

Então, não é possível cooperar dado o cenário econômico. O que se observa são relações que poderiam ser tipificadas como de cooperação empresarial capitalista, em que no campo econômico ocorrem as lutas objetivando o maior ganho possível, considerando-se as condições existentes, em que os atores mais capitalizados, neste caso, com maior poder econômico, tentam intervir também na esfera política tratando de garantir e/ou ampliar os seus ganhos no mercado. Em tal

quadro o capital social disponível entre os atores não é suficiente para possibilitar exercícios de cooperação agrícola “stricto sensu” nos dois assentamentos.

Na condução de atividades agrícolas na cultura da cana não se observou exemplos de práticas de cooperação entre amigos, parentes e vizinhos assentados. Na verdade, predominavam as práticas de relações trabalhistas, em que se vislumbrava a reprodução de um sistema tradicional, mantendo hábitos e costumes (capital cultural) historicamente percebidos como comuns na sociedade local. Cabe ressaltar que os agroindustriais tinham maior possibilidade de acesso aos canais de informação e comunicação, além das oportunidades existentes em face do capital econômico que detinham, bem como do controle técnico dos sistemas de produção por participarem de redes e grupos sociais com mais capital social e cultural. Os assentados, por sua vez, economicamente estavam descapitalizados, suscetíveis, fragilizados e, até dependentes, em relação aos interlocutores, também não dispunham de capital social capaz de fazer frente aos mesmos pois faziam parte de redes marcadas por laços fracos, com pouca confiança entre eles, raros exercícios de reciprocidade.

Em relação à cooperação na produção de mandioca, os registros apontam para o uso da força de trabalho familiar ou então de atividade remunerada quando se demandava mão-de-obra para a execução de qualquer etapa do processo de produção. O envolvimento de outros assentados não foi apontado pelos respondentes, ressaltando-se que as esperadas parcerias entre assentados não eram objeto de experiências em função de relações baseadas em confiança, reciprocidade ou normas sociais que os fortaleceriam. As parcerias observadas se caracterizavam como formas de cooperação empresarial capitalista.

Nas casas de farinha as relações eram primordialmente de parcerias mercantis. Em situações em que cabia aos assentados a condução dos processos de beneficiamento se observava o uso de mão-de-obra familiar mesclado com a contratação de diaristas e alguns poucos exemplos de cooperação envolvendo parentes, amigos, vizinhos, compadres. Nestes exemplos se ressaltava elementos como a confiança existente entre os atores sociais como algo basilar nas relações sociais, bem como a reciprocidade como princípio norteador das atividades observadas nos dois assentamentos pesquisados. As relações em sua maioria eram comerciais, mas quando havia possibilidade, mais capital social entre os assentados, a cooperação era objeto de exercício redundando em economia de custos de

produção para os envolvidos. O fator limitante dizia respeito a posse do capital econômico, o detentor desse é que determinava o formato dos acertos, as condições de uso dos espaços físicos e equipamentos e, inclusive, a mão-de-obra. As possibilidades da cooperação, nestes casos, estariam vinculadas menos ao capital social que ao capital econômico. As observações apontam para um cenário em que relações sociais são marcadas pela dependência dos assentados em relação aos donos de casas de farinha, em função da posse de limitado volume de capital econômico que os impele para os donos de casas de farinhas da região, aliada à disponibilidade de capital social entre eles que contribui negativamente em relação a possíveis práticas de cooperação, inclusive, que redundassem em experiências que culminassem com a construção de casas de farinha comunitárias, por exemplo.

Em relação às atividades agrícolas envolvendo as demais culturas se observou serem elas desenvolvidas pelos assentados e seus respectivos familiares, com poucos registros de concurso de diaristas e, quando apontados, diziam respeito a atuações em limpas e colheitas da produção. Embora tal quadro seja comum na região, há que se pensar se realmente isto representa um hábito ou costume dos agricultores, podendo ser trabalhado como aspecto inerente à cultura local. Provavelmente pesam mais aqui as questões de cunho econômico, envolvendo os tamanhos das áreas cultivadas, as características dos sistemas de produção das culturas, além da possibilidade de retorno e capacidade financeira dos assentados para contratação. As indicações foram na direção de pouca representatividade em termos de participação de parentes, amigos e vizinhos em ações de colaboração em atividades agrícolas. Alguns poucos assentados declinaram que a ajuda baseada na reciprocidade e na confiança comumente exercitada no passado entre agricultores familiares da região agora se apresentava como fenômeno escasso. Demonstra, conforme Bauman (2010, p70), características de uma sociedade em que laços e compromissos sociais correntes são vistos como fotos instantâneas, em que a competição está cada vez mais individualizada, baseada na necessidade de sobrevivência física. Por outro lado, a história dos dois assentamentos indica uma diversidade sociocultural que, segundo Scopinho (2012, p.304), poderia contribuir para o entendimento das contradições, potenciais e limites do processo organizativo de cada assentamento estudado. Formas de cooperação como o mutirão e a troca de dias de serviço, antes comuns na área estudada, não foram registradas na pesquisa de campo.

Segundo alguns entrevistados práticas de produção coletiva já foram experimentadas nos respectivos assentamentos e os resultados não foram positivos. A percepção de tais assentados é de que os insucessos foram fruto da inobservância de normas e regras estabelecidas entre os participantes dos grupos de trabalho e redes sociais instituídas gerando desconfianças e descrédito em relação à produção coletiva, principalmente para os assentados não componentes dos grupos gestores de tais experiências. Os resultados negativos, segundo o entendimento de vários assentados, contribuíram para a geração de uma imagem negativa em relação às práticas de tal natureza, imagem que com o tempo passa a fazer parte do modo de vida de cada um deles e da história da sociedade local, representando um hábito (BOURDIEU, 2013), sendo visto como um capital cultural que, juntamente com o capital social, contribuiu para restringir a cooperação nas atividades agrícolas. Cumpre ressaltar que as experiências de produção coletiva foram estabelecidas pelos movimentos sociais como "modelos" a serem replicados, não sendo historicamente experienciadas por trabalhadores assalariados, posseiros ou pequenos produtores rurais. Esta idealização de formas de produção coletiva, em contradição com a cultura do assentado, contribui para a resistência e negação do "modelo coletivo". Assim, outras formas de cooperação se tornam ainda mais difíceis de observação no cotidiano dos assentamentos. As normas e regras sociais estabelecidas são, conforme Putnam e Coleman, importantes componentes do capital social e estão relacionadas, neste caso, negativamente com a confiança, preconizada por Fukuyama, entre os atores sociais envolvidos, não gerando (aqui) mais reciprocidade e, em decorrência, reduzindo a possibilidade de exercícios de cooperação agrícola nos assentamentos.

No âmbito da comercialização os dados de campo apontam para a existência de relações comerciais entre os atores envolvidos nos diversos processos, com poucos registros de exercícios de cooperação cujas relações fossem baseadas no princípio da reciprocidade e na confiança existente entre os participantes, mas de indicações de possibilidades de práticas colaborativas calcadas em relações de compadrio ou amizade em situações de urgência ou emergência. De um lado o fato aponta para uma realidade conflitiva e desagregadora, de acordo com Martins (2009), mas que espelha a existência de uma rede de parentesco simbólico, lealdades comunais e de solidariedades, baseadas em deveres de reciprocidade e troca de favores (MARTINS, 2009, p.19) e conforme Scopinho (2012, p.237) redes

espontâneas de sociabilidade são formadas e desmanchadas com grande velocidade, conforme o processo de organização do grupo. A inferência no tocante aos processos de comercialização na área de estudo é de que o hábito de cooperar vem se reduzindo à medida em que se reforçam as relações mercantis. Relações mercantis que avançam em função das ações de agentes externos com mais capital. Neste cenário os assentados participando com poucos capitais (econômico, social e cultural), conseqüentemente, estariam fragilizados em relação aos demais atores participantes dos processos de comercialização, redundando também em poucas possibilidades de exercícios de cooperação.

7.5 Sobre a cooperação no dia a dia dos assentados

As indicações sobre a cooperação no cotidiano dos assentamentos são de que poucas foram as experiências observadas ou relatadas pelos entrevistados. Em situações emergenciais em que assentados ou componentes das respectivas famílias eram acometidos por doenças ou precisavam do apoio dos demais assentados a ajuda era sempre materializada indicando a existência de solidariedade, solidariedade que teria relação direta com a reciprocidade, que seria nutrida de pelos atores colaboradores envolvidos nas relações sociais em função de laços familiares, amizade vizinhança e compadrio (MARTINS, 2009), consoante a lógica do dom e dádiva (MAUSS, 2003). Cooperam também em tais situações as associações dos assentamentos, quando contam com recursos em caixa, repassando recursos financeiros para a cobertura de despesas com deslocamento. Associações de assentados que conforme a percepção de assentados corresponderia a um instrumento de captação de recursos financeiros e não de representação e defesa dos reais interesses dos assentados (SCOPINHO, 2012).

No tocante aos apoios entre assentados em situações de falecimento nas famílias cabe ressaltar a redução ou o desaparecimento da cooperação entre agricultores familiares. A cooperação observada assume contornos empresariais e mercantis uma vez que os tradicionais planos funerários passam a fazer parte do modo de vida de famílias assentadas. Antes, nos momentos de dificuldade, parentes,

compadres e vizinhos se cotizavam e o recursos financeiros angariados eram utilizados em prol da solução dos problemas observados.

O exercício da reciprocidade consoante Sabourin (2011), era uma constante nos cenários estudados. Agora, cada vez mais famílias assumem contratos de prestação de serviços funerários com empresas de tal setor, que se encarregam de todos os preparativos para o funeral, incluindo o transporte e enterro, conforme o plano negociado, dados os preços relativamente acessíveis praticados mensalmente, prática que vem se consolidando ao longo dos últimos anos na região, sendo considerado hábito (Bourdieu, 2013) e passando a fazer parte da cultura da sociedade local. A cooperação baseada na reciprocidade, confiança entre agricultores familiares baseada em relações familiares, de compadrio ou de vizinhança perde espaço para uma prática de cooperação mercantil que se consolida e passa a ser considerada habito na localidade ensejando um quadro em que o capital social disponível não é suficiente para possibilitar práticas de cooperação antes tradicionais entre agricultores familiares da região.

Ajudas financeiras entre assentados era uma prática cada vez menos corriqueira segundo os próprios assentados. Os registros apontam na direção de atores sociais componentes dos mesmos núcleos familiares, entre parentes próximos e entre poucos deles que cultivam estreitos laços de amizade, situações em que a expectativa de reciprocidade, baseada no dar-receber-retribuir, tratado por Mauss (2003), se faria presente.

Entretanto, os dados de campo revelam a troca de informações sobre assuntos variados de interesses comuns sobre processos de produção agrícola, doação ou troca de sementes e mudas de plantas, ajuda em pequenos consertos nas residências ou em rápidas atividades nos lotes, bem como presentes de bolos, doces, frutas, trocas de receitas entre assentados e familiares, em função de laços de amizade, vizinhança ou compadrio (SABOURIN, 2011). Considerando Putnam, Coleman e Fukuyama se entende que tais experiências denotam que as relações sociais assim viabilizadas contribuiriam para reforçar os laços já existentes, aumentando o capital social e propiciando maior cooperação entre eles, dados os exercícios de reciprocidade, solidariedade, confiança e ajuda mútua verificados.

Em relação ao cotidiano, em síntese, poucas indicações de cooperação. Foi salientado o apoio em situações de emergência, quando algum assentado adoecia,

apontando para a existência de solidariedade vinculada a expectativas de reciprocidade entre assentados.

As ajudas em situações de dificuldade financeira representariam uma prática em declínio, fluindo apenas entre assentados componentes do mesmo núcleo familiar ou quando da existência de estreitos laços de amizade ou parentesco, relações em que se faziam presente a expectativa de reciprocidade, conforme Mauss (2003), baseada no dar-receber-retribuir.

As trocas de informações, de sementes, mudas, receitas e presentes entre assentados e familiares ocorreriam em função dos laços de amizade, vizinhança e compadrio que se faziam notar (MARTINS, 2003; MARTINS, 2009; SCOPINHO, 2012), indicando que tais experiências poderiam contribuir para aumentar o capital social entre eles.

Do exposto se depreende que as condições para a cooperação *stricto sensu* nos dois assentamentos pesquisados estariam vinculadas ao pouco capital social existente entre os assentados e que, entre outros aspectos, as experiências de vida ou trajetórias de vida dos assentados (SOUZA, 2006), e a infraestrutura mínima disponibilizada nos assentamentos (LEITE et al., 2004), contribuiriam para a disponibilização de pouco capital social e, assim, limitariam práticas de cooperação agrícola nos assentamentos.

7.6 Sobre alguns elementos do capital social nos assentamentos

Considerando o trabalho de campo se observou que o televisor era o meio de comunicação utilizado pela maioria dos assentados, seguido do rádio, sendo o telefone objeto de uso por aproximadamente metade deles, com as agências dos Correios distando, em média, cinquenta minutos da sede de cada assentamento. Redes de Televisão e emissoras de Rádio eram as fontes de informação mais usadas pelos assentados (60%) para acesso a respeito de políticas direcionadas para a agricultura familiar, seguida de parentes e amigos (40%), pela associação (10%) e, jornal local, movimentos sociais e igreja, cada um com 2%. Já em relação ao acesso a informações pertinentes ao acompanhamento de safras e de preços de produtos de origem agropecuária foi constatado que ocorria, para cerca de 40% dos assentados,

por intermédio de parentes e amigos; para 30%, via agentes do mercado local e técnicos que prestavam serviços de assessora aos assentados, seguido de programas de televisão, emissoras de rádios e, por último, pelas associações dos assentamentos. Tais dados revelam uma situação de limitação no tocante ao uso de redes de comunicação, que apresentam reflexos no capital social e para a cooperação. Situação similar é mostrada por Siman (2009) quando aponta para redes de comunicação restritas do ponto de vista da teoria do capital social, por se concentrarem em assentamentos com pouco contato com o exterior.

A comunicação com as sedes dos municípios se dava via estradas vicinais, normalmente de barro, de péssima qualidade, notadamente pela falta de manutenção por parte dos órgãos competentes, em que pese as reclamações e mobilizações dos assentados. Vias que eram utilizadas pela maioria dos assentados uma ou duas vezes por semana, com destino a cidade mais próxima a fim de resolverem assuntos particulares e/ou venderem a produção em feiras livres. Entende-se, pois, que tais limitações dificultam os processos de produção e comercialização, o traslado para as cidades para resolução ou encaminhamentos de necessidades junto ao comércio local ou acesso a serviços públicos e, conseqüentemente, a qualidade de vida nos assentamentos. Assim, os elementos comunicação e informação limitavam o capital social nos assentamentos.

Em relação a grupos e redes sociais o quadro revela que todos os assentados estavam vinculados à associação de assentados do respectivo assentamento rural. Já Loreto et al. (2010) constataram que motivado pela falta de união e de comprometimento com a associação de assentados, metade dos assentados não participava da associação. Mais da metade informou que participava de reuniões nas organizações a que estavam vinculados, indicando o conhecimento e cumprimento de normas estabelecidas. Segundo Scopinho (2012) as reuniões ajudam a formar e consolidar o grupo e a construir uma dinâmica de relações o, que representaria algo positivo que concorreria para aumentar capital social e a cooperação nos assentamentos. Contudo, como a maioria dos assentados não teve experiência anterior com grupos, organizações e associações o que implica não ser tais participações um hábito dos assentados (Bourdieu 2013), não concorrendo, pois, para a ampliação de capital social. Então, a participação estaria vinculada à satisfação de necessidades pontuais, com a cooperação acontecendo por força das circunstâncias de vida dos assentados (SCOPINHO (2012)). No que se refere a tomada de decisões

segundo cerca de metade dos assentados elas eram tomadas pela maioria dos membros em reuniões, consoante as normas contidas nos estatutos das associações e como era comum nos processos decisórios dos assentamentos, ao longo da história dos mesmos. Entretanto, outras percepções foram registradas: para alguns assentados os líderes formais das associações ouviam a opinião dos membros e tomavam as decisões a partir daí; para outros o líder tomava as decisões e informava aos assentados; e para outros as decisões eram tomadas fora dos assentamentos. Conforme a maioria, a escolha dos dirigentes era realizada por eleição, mas para alguns, a escolha era feita por decisão de alguns associados que tinham poder nos assentamentos.

Ainda em relação a redes foi levantado que em uma situação de dificuldade em que necessitasse de uma pequena quantia em dinheiro emprestado cerca de 30% dos entrevistados só contariam com pessoas da família. Os demais contariam com o apoio de no mínimo uma ou duas pessoas fora da unidade familiar. Quanto a ser possível contar com a ajuda de vizinhos para tomarem conta de seus filhos, caso precisassem viajar por uns dias ou vivenciassem uma situação de emergência a maioria dos assentados acreditava que contaria com a ajuda de vizinhos enquanto menos de 15% não esperavam contar com o apoio de outras pessoas. Ou seja, eles participavam de redes sociais em que a confiança era cultivada a partir de exercícios de reciprocidade baseados em relações de vizinhança, compadrio e amizade. Resultado similar também foi obtido em relação a uma situação em que a colheita fosse perdida em função de uma intempérie, pragas ou doenças nas culturas exploradas a maioria dos assentados acreditava que poderia contar com o apoio de pessoas fora da unidade familiar, indicando a existência de confiança, reciprocidade e participação em redes. No sentido inverso, ou seja, oferta de apoio, foi constatado que a maioria dos pesquisados (60%) não fora procurada para auxiliar outrem, revelando ser preciso reforçar as redes e rever os exercícios de reciprocidade. A participação em grupo e redes se apresentaram como elementos que não contribuíram para experiências de cooperação agrícola espontânea nos assentamentos. Numa situação de fragilidade vivenciada pelos assentados, que enfrentam dificuldades, inclusive para partilhar o pouco que dispõem, inexistem condições para se construir ou ampliar capital social. De acordo com Loreto et al. (2010), a situação de vulnerabilidade social vistas nos assentamentos por eles pesquisados estava basicamente associada às restrições

encontradas pelos agricultores quando assentados e, pelo estado de dependência da ativação das redes sociais tanto privadas quanto institucionais.

Sobre a confiança segundo cerca de 60% dos assentados não se poderia confiar na maioria das pessoas ou que nunca era demais ter cuidado nas relações mantidas com outras pessoas da sociedade. Contudo, aproximadamente 80% dos assentados expressaram confiança na maioria das pessoas que residiam nos seus assentamentos, bem como confiavam que a maioria dos assentados estaria disposta a ajudá-los em caso de necessidade, espelhando, que em tese, isso concorria positivamente para exercícios de reciprocidade e práticas de cooperação agrícola nos assentamentos. Para Siman (2009) a questão financeira representava o principal motivo para a falta de confiança entre assentados. Já no concernente a confiança nas pessoas e instituições as opiniões dos entrevistados redundaram em uma avaliação negativa em relação aos comerciantes, pessoas estranhas, governos estadual, federal e municipal e polícia. Em situação intermediária os movimentos sociais enquanto que as avaliações em relação à igreja, médico/enfermeira, professores e técnicos foram positivas. Cenário cujo resultado se aproxima de Siman (2008), quando observou baixo nível de confiança dos assentados em relação ao poder público, mas não é espelho, do observado por Mendonça e Pinheiro (2008), em que a confiança em outras pessoas foi o responsável pelo menor nível de acumulação de capital social.

Referente a ajudas entre assentados foram observadas as atividades de plantio, limpeza de lavouras, mutirão para limpeza e manutenção de equipamentos sociais, para construção e manutenção de casas e escolas e alguns apoios no corte e colheita da cana. A confiança reinante não chegava a garantir o cultivo da reciprocidade e o conseqüente aumento do capital social nos assentamentos. Na prática, alguns atos isolados de solidariedade. A prática associativa no modelo que era viabilizado também concorria para o cenário uma vez que as organizações se limitavam a tentar mediar as relações dos assentados com órgãos governamentais, conforme Martins (2009), Souza (2006) e Scopinho (2012),

No que diz respeito a ações coletivas apenas cerca de 30% dos assentados pesquisados trabalharam com outros em prol da comunidade, envolvendo esforços junto a mediadores diversos para conseguir médico para posto de saúde, para construção de ponte, manutenção de estradas, iluminação de agrovila, construção de igreja. A participação foi voluntária em 60% dos casos, conforme Siman (2009) que aponta a participação informal em tais situações, enquanto que as demais foram fruto

de solicitações das lideranças formais dos assentamentos. Participação que demonstra poucos exercícios de cooperação, de solidariedade, que exprime o pouco capital social disponível nos assentamentos. Mendonça e Pinheiro (2008) observaram que a participação em atividade comunitária e a cooperação para resolver problemas relacionados com a infraestrutura foram variáveis que tiveram participação relativamente alta na composição do capital social do assentamento estudado por eles.

Se por um lado, foi observado que os processos de produção eram realizados individualmente demonstrando a existência, nesta questão, de pouco capital social. Por outro lado, foi observado que quando se registrava algum problema com um pequeno grupo de vizinhos as reações não foram semelhantes; os assentados se uniam para buscar uma solução; tomavam a iniciativa de buscar ajuda; procuravam a associação para resolver; ajudavam uns aos outros, indicando uma situação em que as famílias não eram apenas formadas por núcleos familiares, elas eram famílias extensas, incluindo agregados e protegidos (MARTINS, 2003; 2009), com redes de parentesco que incluíam mobilizações, reciprocidade e troca de favores. Em tais situações o capital social era objeto de ampliação e a cooperação era objetivada. O capital social disponível nos assentamentos estudados não era suficiente para alterar a dinâmica da produção agrícola historicamente viabilizada na região baseada na predominância do capital econômico. O Estado, por sua vez, não consegue induzir mudanças, inclusive via programas governamentais, que empoderem os assentados e os libertem dos agentes mercantis capitalizados. As atividades dos movimentos sociais também são insuficientes para modificações do quadro enquanto as associações permanecem enredadas nas tramas que as mantêm vivas e sem vida na medida em que existem enquanto organizações sociais e não contribuem para transformações significativas para seus próprios sócios e respectivas famílias. O capital social disponível não é capaz de contribuir para aumentar o capital econômico dos assentados e melhorar a qualidade de vida dos mesmos.

No tocante à coesão social, de acordo com a percepção dos assentados as diferenças de riqueza e posse materiais, observadas entre famílias nos assentamentos eram primeiramente fruto do trabalho e dedicação dos assentados - também vistos em Siman (2009) - seguidos pelos interesses pessoais e falta de recursos, as rendas extras obtidas em atividades fora dos lotes, o acesso a benefícios sociais como a aposentadoria, a preguiça para trabalhar e o estado de saúde. Já as

diferenças que frequentemente mais dificultavam as interações nos assentamentos foram as opiniões diversas sobre um mesmo assunto em função dos diferentes projetos e interesses individuais que gerava a desunião, falta de estrutura nos assentamentos, pequenos atritos relacionados à utilização da área comunitária e da preservação da reserva florestal, invasão de animais de criação. Diferenças que não concorriam para o aumento do capital social, tampouco possibilitava exercícios de cooperação agrícola.

No que concerne ao acesso a serviços públicos parcela dos assentados estava insatisfeita em relação ao acesso à educação/escolas, aos serviços de saúde, disponibilidade de água e, aos serviços de transporte. Quadro que demonstra a baixa qualidade de serviços prestados pelo Estado aos cidadãos, dificultando a inclusão social. A baixa confiança do assentado em relação a instituições públicas compromete o aumento do capital social nos assentamentos. Dificuldade que se torna visível ao saber que, durante o período de um mês, os assentados se encontravam, em média, uma vez com outros atores sociais para conversar e/ou se alimentar. Que poucos deles recebiam visitas em suas casas ou visitavam outras pessoas, como poucos se juntavam a outros para atividades esportivas ou de lazer. Foi constatada uma baixa participação dos assentados em cerimônias familiares ou de grupos nos assentamentos estudados. A inclusão social é baixa e atividades que poderiam favorecer o fortalecimento de laços entre pessoas nos assentamentos não faziam parte do hábito deles e, conseqüentemente, limitavam a disponibilidade de capital social e práticas de cooperação agrícola. A diversidade sociocultural, consoante Scopinho (2012), se apresentaria como um elemento explicativo das contradições, potenciais e limites do processo de organização e dinâmica de assentamentos rurais no Brasil.

Sobre o empoderamento de assentados foi verificado que mais de 90% dos pesquisados revelaram que se consideravam felizes sendo a posse da terra para trabalharem – o trabalho era uma referência - e dela tirarem o sustento uma das justificativas apresentadas, como também o fato de a família estar com saúde, terem alimentos, liberdade, tranquilidade e fazerem o que gostavam. Aqui a maioria dos assentados se entendia com poder suficiente para mudar as suas vidas, trabalho de Siman (2009) revela que assentados se consideravam felizes, bem como, capazes para mudar o rumo de suas vidas, revelando, pois, um cenário com possibilidades de aumento de capital social e práticas de cooperação. No plano coletivo foi constatado

que a maioria dos assentados se reuniu mais de uma vez no último ano para elaborar e entregar conjuntamente solicitações, em benefício dos assentamentos ou da comunidade, a agentes públicos - representantes do governo ou líderes políticos que, falham enquanto mediadores (MARTINS, 2009) -, e segundo a maioria deles, poucas foram as atendidas, indicando a necessidade de avaliar o quadro, rever as redes sociais, uma vez que denota o baixo capital social disponível incapaz de concorrer para aumentar o capital político e gerar ganhos para os assentamentos. Alia-se ao quadro o fato de que a pouca contribuição financeira dos associados para manutenção das associações não era suficiente, consoante Costa e Fernandes (2015), para garantir autonomia e independência aos seus representantes, fato que compromete o empoderamento dos assentados, não propiciando o aumento de capital social.

Outro aspecto diz respeito à baixa participação dos assentados pesquisados em exercícios de cidadania e ação política, nesse cenário de complexidade. Se por um lado a maioria participou de reuniões nas organizações que faziam parte, por outro lado, aproximadamente 70% não contataram políticos da esfera local, estadual ou federal, não participaram de manifestações; não participaram de campanha eleitoral; não alertaram a mídia de massa para algum dos problemas existentes nos assentamentos e poucos assentados participaram de negociação com alguma organização para obter benefícios para o conjunto de assentados. Foi levantado que metade dos assentados fazia parte de algum movimento social, permanência vinculada à necessidade de obter o título de posse da terra, buscar melhorias e ter mais voz na sociedade. A ausência de participação aponta para uma situação de descrédito dos assentados em relação às lideranças da sociedade e aos atores sociais, inclusive nas instituições governamentais e não governamentais, tendo em vista que as expectativas deles não se colimaram ao longo do tempo, tornando-os descrentes, aguçando o individualismo e reduzindo o pouco capital social ali existente bem como, a possibilidade de cooperação. A participação gera empoderamento e, segundo Siman (2009), para os assentados, o MST fazia a diferença em relação ao acúmulo de capital social nos assentamentos. Enfim, o empoderamento é comprometido pelos interesses individuais (Bauman, 2010), que restringem a ação política que resultaria em ganhos para a comunidade, num quadro em que relações econômicas são mescladas com sociais, culturais e políticas, cujo capital social ainda não era suficiente para propiciar práticas de cooperação agrícola que contribuíssem para promover as mudanças e transformações ansiadas pelos assentados.

7.7 Considerações Finais

Com base no apresentado se percebe que as experiências vivenciadas nos assentamentos, por si só, não foram suficientes para garantir o uso de formas de cooperação, em particular a produção coletiva, nos assentamentos estudados, situação que tem relação direta com o perfil heterogêneo dos assentados, as condições precárias encontradas no novo espaço, a disponibilidade de recursos financeiros suficientes para alterar o cenário, os conflitos vivenciados nas associações de assentados que gerou desconfiança e a baixa participação em termos de frequência e apoio financeiro, que redundam na dificuldade de cooperar.

Conclusões

As observações e análises levadas a cabo neste estudo demonstram que a formação dos assentamentos rurais de reforma agrária estudados, na área pesquisada, dadas as condições como o processo tem fluído, não tem contribuído para fortalecer a cooperação, nem para ampliar o capital social existente entre agricultores familiares em tais ambientes de relações sociais, econômicas e culturais dinâmicas.

Os processos de ocupação fluíram com a participação de representantes dos movimentos sociais, proprietários rurais e agente governamentais. Nos acampamentos as atividades foram viabilizadas segundo a orientação de lideranças dos movimentos sociais, com exercícios coletivos que deveriam ser replicados nos assentamentos. Nos assentamentos as ações ocorreram sob a tutela governamental, com a participação de mediadores dos movimentos sociais e lideranças formais dos assentamentos, num ambiente marcado por um clima de conflitos que não gerava confiança entre os atores sociais, limitando a participação dos assentados nas associações, não contribuindo para o desenvolvimento de práticas de cooperação agrícola entre assentados, tampouco, servindo para ampliar o capital social existente nos dois assentamentos.

Poucas foram as práticas de cooperação objeto de registro - no sentido restrito do termo ou do estabelecido para este trabalho que ressalta, numa perspectiva idílica, exercícios centrados na confiança, solidariedade e ajuda mútua. A maioria das relações observadas, principalmente as pertinentes aos processos de produção agrícola e de comercialização da produção agrícola, corresponde a relações mercantis. Observa-se que os atores sociais participam de grupos e redes, ocupam status, desempenham variados papéis, exercitam o poder nos diversos espaços em

que atuam, espaços ou campos de luta em que as normas sociais são diuturnamente objeto de (re)construção. Campos nos quais eles utilizam estratégias no intuito de manter ou ampliar os diversos capitais disponíveis, quer sejam econômico, social, político ou cultural.

O capital social disponível entre os assentados não permite que eles ajam com autonomia frente os agentes mercantis capitalizados que conseguem perpetuar o modo de produção tradicional e secular na região onde predomina a cultura da cana-de-açúcar, que conta com o apoio do Estado, incapaz de induzir ações que promovam o empoderamento dos assentados e possibilite o desenvolvimento de tais agricultores familiares.

Nos dois assentamentos, nas atividades de produção e comercialização agrícola, predominam experiências de cooperação empresarial mercantil. No cotidiano dos assentados destacam-se práticas de cooperação viabilizadas em função do grau de parentesco, relações de amizade, vizinhança ou compadrio, em que se ressalta a solidariedade, confiança, reciprocidade e ajuda mútua nos assentamentos, que oxigenam as relações sociais entre os participantes de grupos e redes sociais.

Na cultura da cana-de-açúcar, a cooperação agrícola (caracterizada como empresarial capitalista), é marcada por parcerias realizadas pelos assentados junto a diversos atores econômicos, conforme o sistema de produção agrícola tradicional e historicamente viabilizado no estado de Alagoas, de acordo com uma lógica de mercado e modelo econômico vigente, em que os assentados vivem à mercê dos atores sociais que detêm maior status e poder, em particular e em grande medida, dos agroindustriais, que dispõem de mais capital econômico, político e social.

Os principais atores sociais envolvidos nos processos de cooperação, nos assentamentos objeto de estudo, são os assentados (agricultores familiares descapitalizados), agroindustriais (proprietários de agroindústrias canavieiras, produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool), grandes produtores rurais (plantadores e fornecedores de cana para as agroindústrias), e intermediários (agentes que comercializam produtos agrícolas na região), todos detentores de mais capital econômico, financeiro, social, político e cultural, em relação aos assentados.

A participação dos assentados em processos de cooperação na produção e comercialização agrícola, nos assentamentos estudados, está vinculada a sua condição econômica. No cotidiano a participação dos assentados em processos de cooperação está atrelada ao seu envolvimento em grupos e redes sociais,

notadamente em função da existência de laços familiares, relações de amizade, compadrio ou vizinhança.

Nos assentamentos pesquisados as experiências de cooperação são mais observadas entre os assentados que mantêm laços mais estreitos destacando-se as relações iniciadas na condição de moradores das antigas propriedades rurais, reforçadas pelo tipo similar de cultura agrícola explorada por eles.

Os dados apontam para o raciocínio de que trabalhar junto vem sendo objeto de redução ao longo do tempo, não mais representando hábito ou costume na região, não mais fazendo parte da cultura dos agricultores familiares da área observada, redução que ocorre na medida em que se reforçam as relações mercantis. Os assentados desenvolvem estratégias objetivando melhorar suas respectivas posições sociais utilizando os distintos capitais disponíveis consoante a dinâmica de mercado.

Nas atividades desenvolvidas pelos assentados nos dois assentamentos estudados se observa a disponibilidade de capital social, entre os assentados, fato que se aponta mais no cotidiano deles – salientando-se exercícios de cooperação, solidariedade e ajuda mútua, reforçados por relações de confiança, reciprocidade cultivadas entre atores sociais - que nos processos de produção e comercialização agrícola viabilizados via cooperação com característica empresarial mercantil.

O cenário estudado ressalta a situação de fragilidade vivenciada pelos assentados dos dois assentamentos fruto de ações do Estado que não viabilizam a proposta de reforma agrária, ações que apenas reduzem, amenizam ou mascaram conflitos de classes na sociedade. Os assentamentos não dispõem de infraestrutura, ainda, capaz de proporcionar uma condição de vida digna para assentados e familiares, situação que se agrava pela disponibilidade limitada de capital econômico que os tornam dependentes dos agentes de mercado, pelo capital social insuficiente para minorar a situação de precariedade.

Do todo infere-se que, em que pese o esforço empreendido pelas lideranças dos movimentos sociais, a utilização da doutrina cooperativa do MST não foi suficiente para viabilizar a cooperação agrícola nos dois assentamentos pesquisados. A cooperação agrícola culmina por ser engessada pela estrutura normativa das políticas públicas do Estado direcionadas aos assentamentos rurais, que não concorrem para o aumento da cooperação agrícola e do capital social.

O espaço dos dois assentamentos é marcado, no cotidiano, por experiências ou práticas de cooperação, baseadas na confiança, solidariedade, ajuda mútua e

reciprocidade, enquanto que nos processos de produção as práticas de cooperação são caracterizadas por relações mercantis. A cooperação não concorre para a geração ou ampliação de capital social entre assentados, ela se reproduz nos assentamentos consoante a racionalidade do modelo hegemônico vigente na sociedade.

Referências

ABBADE, E. B. Aplicação da teoria dos jogos na análise de alianças estratégicas. **GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, ano 5, n. 3, p. 131-147, 2010.

ABDALLA, Mauricio. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. São Paulo: Paulus, 2002. 148p.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **IV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Porto Alegre, jun. 1999.

ABREU, Joelito Farias. **Assentamento Pindoba II**: perfil dos assentados, principais atividades e aspectos gerais, em 2007. 2007. 53p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônoma) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. **A mobilização do capital social no Brasil**: o caso da reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 1999. 232p.

ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, 1999.

ALBARRAN, Lilia N. C. et al. **Revolucion Agrária y Cooperativismo em Cuba**. Habana, Editorial de Ciências Sociales, 1989.

AMMANN, Safira Bezerra. **Participação social**. São Paulo, Cortez e Moraes, 1977. 139p.

AQUATRIX. **Projeto de desenvolvimento sustentável da pesca e aquicultura alagoanas**: plano estratégico. Aracajú: Aquatrix, 2008. 60p.

ARAÚJO, Guthierre Ferreira; BEZERRA, Ciro. As potencialidades socioeducativas dos assentamentos da reforma agrária. In: Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 7, 2010, Porto de Galinhas. **Anais do...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

ARAUJO, Maria Celina D'. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

ATRIA, Raul. Capital social: conceito, dimensões e estratégias para seu desenvolvimento. Capítulo XIX, p. 581-590. In: ATRIA, Raul; SILES, Marcelo; ARRIAGADA, Irma; ROBISON, Lindon J.; WHITEFORD, Scoth (org.). Capital social e redução da pobreza na América Latina e o Caribe: em busca de um novo paradigma. Compiladores. Santiago de Chile, Comissão Econômica para América Latina e o Caribe; Universidade do Estado de Michigan, 2003. (Livros da CEPAL – 71).

AUN, M. P.; CARVALHO, A. M. A. de; KROEFF, R. L. Arranjos produtivos locais e sustentabilidade: políticas públicas promotoras de desenvolvimento regional e da inclusão social. **Alcance UNIVALI**, Itajaí, v. 12, n. 3, p.317-333, 2005.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, 4.ed., v.1, n.4, 2008.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. - 12.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo parasitário e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.11, n.31, 1997.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, Ciro. Geografia do Capital: **Desenvolvimento territorial, educação do campo e políticas públicas**. 2012. (Relatório de Pesquisa). Disponível em: <<http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/textos-educacao-do-campo/geografia-do-capital-desenvolvimento-territorial-educacao-do-campo-e-politicas-publicas/view>>. Acesso em: 01 jun.2012.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOLHUIS, G. G. The toxicity of cassava roots. **Netherlands Journal of Agricultural Science**, Wageningen, v. 2, n. 3, p. 176-185, 1954.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo, Brasiliense, 1983. 84p. (Coleção primeiros Passos, 95).

BOURDIEU, Pierre. Le capital social: notes provisoires. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, n.31, p.2-3, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BRASIL. Lei nº 4.771, de 1965. Institui o Novo Código Florestal. **Diário Oficial da União**, 15 de setembro de 1965. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 01.jun.2012.

BRITO, Ana Vlândia da Costa; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales; OLIVEIRA Jamilye Albuquerque de. Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Áreas de Reserva Legal (ARLs) nos Assentamentos de Reforma Agrária do Brasil. In: Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 7, 2010, Porto de Galinhas. **Anais do...** Porto de Galinhas: ALASRU, 2010.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.13, n.38, p.5-38, 1988. ISSN 0102-6909.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Economia Popular**: uma via de modernização para Alagoas. -4.ed. rev. e ampl.- Maceió: EDUFAL, 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navarro). In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CARVALHO, Horacio Martins de. **Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil**. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em: <file:///D:/projetos/nead_novo/htdocs-OLD-20030326/portugues/estudos/TMP1sio9ch7rx.htm (1 of 43) [28/03/2003 17:37:02]>. Acesso em: 20.jun.2013.

CARVALHO, Daniela Moreira; RIOS, Gilvando Sá Leitão. Participação, viabilidade e sustentabilidade: dimensões de desenvolvimento local numa associação de produtores rurais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 9, n.3, p.402-420, 2007.

CASTILHO Maria Augusta de; ARENHARDT Mauro Mallmann; LE BOURLEGAT Cleonice Alexandre. Cultura e identidade: os desafios para o desenvolvimento local no assentamento Aroeira, Chapadão do Sul, MS. **Interações**, Campo Grande, v.10, n. 2, p.159-169, 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.- 5.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

COLEMAN, James S. **The foundations of Social theory**. Cambridge: Harvard University Press, 1990.

_____. Social Capital in the Creation of Human Capital. **The American Journal of Sociology**, v. 94, Supplement, p. 95-120, 1988.

COSTA, Ivandro. et al. **Produção associada: pensares diversos**. Petrópolis: Vozes, 1989.

COSTA, Jakes Halan de Queiroz; FERNANDES Lúcio André de Oliveira. Assentamentos Rurais vinculados ao INCRA, em Alagoas, em 2012. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 51, 2013, Belém. **Anais da ...** Belém: UFPA, 2013. ISBN (978-85-98571-10-2)

_____; _____. Sustentabilidade de assentamentos rurais em Alagoas, em 2012. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 10, 2013. **Anais do...** Vitória: UFES, 2013.

COSTA, Luiz Fernandes da; ÍTAVO, Luís Carlos Vinhas; SOARES, Cláudia Muniz; CEREDA, Marney Pascoli; MACIEL, Josemar de Campos; ÍTAVO, Camila Celeste B. Ferreira. Democracia e desenvolvimento local em assentamentos rurais. **Interações**, Campo Grande, v.11, n.2, p.161-169, 2010.

COSTABEBER, José Antônio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (org.) Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável no Mercosul. UFSM; Santa Maria, 2003. p.157-194.

_____: _____. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: I Congresso Internacional Sobre Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável. Centro de Ciências Rurais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 02 a 03.12.2002. Disponível em: <http://www.inclusaodejovens.org.br/Documentos/BIBLIOTECA/Desenvolvimento/Possibilidades_e_Alternativas_do_Desenvolvimento_Rural_Sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

CUNHA, Therezinha de Lourdes. **Participação social e estratificação numa perspectiva de intervenção em comunidades rurais**. 1978. 119p. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

DABAT, C. P. Y. R. **Moradores de engenho**: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco,

segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2003. 2v. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DALY, Herman E. Sustentabilidade em um mundo lotado. **Scientific American**. Edição especial – Brasil. São Paulo, n.41, p.92-99, 2005.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: Relatório 2010. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/ UNESP Coordenação: FELICIANO, Carlos Alberto. Presidente Prudente, São Paulo. Outubro de 2011.

DINIZ, Eliezer M.; BERMANN, Celio. Economia verde e sustentabilidade. **Estudos Avançados**. [online]. v.26, n.74, p. 323-330, 2012, ISSN 0103-4014.

ELIAS, Michelly Ferreira Monteiro. A relação da cooperação com a construção da identidade social dos assentados. In: II Jornada Internacional de Políticas Públicas (Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania), 2005, São Luiz – MA. **Anais da...** São Luiz: UFMA, 2005.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia Londrina**, v.9, n.1, p.67-78, 2000.

FERNANDES, Lúcio André de Oliveira. Agroecologia e economia ecológica: raízes comuns, frutos distintos. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica, 8, 2009, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: ECOECO, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L A.; DUVAL, H. Experiências de reforma agrária: bloqueios e perspectivas de desenvolvimento rural. **Lutas & Resistências**, v.1, p.76-90, 2006.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. – 3.ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FONSECA, Igor Ferraz da; BURSZTYN, Marcel. A banalização da sustentabilidade: reflexões sobre governança ambiental em escala local. **Sociedade e Estado**. [Online]. v.24, n.1, p.17-46, 2009. ISSN 0102-6992.

FRANCO, A. **Capital social**: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy. Brasília: Millennium, 2001.

FRANÇA, José Nascimento de. Assentamento Massangano: avanços e obstáculos na conquista da reforma agrária em Alagoas. In: Agricultura familiar e reforma agrária em alagoas: alguns elementos. FRANÇA, José Nascimento de (organizador) Maceió: EDUFAL, 2011. 102p.

FUKUYAMA, Francis. **A grande ruptura**: a natureza humana e a reconstrução da ordem social. São Paulo: Rocco, 2000.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**. v.24, n.4, p.483-486, 2004.

GASKELL, George; BAUER, Martin. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002. Tradução de Pedrinho Guareschi.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed., São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. – 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, A. P. W. **Capital Social e ação coletiva: um estudo sob a ótica da nova economia institucional no Assentamento Primeiro de Junho, MG**. 2005. 93 p. Tese (Doutorado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2005.

GORGEN, Frei Sergio Antonio; STÉDILE, João Pedro (Org.). **Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias qualitativas na sociologia. - 5.ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

HIGGINS, Silvio Salej. **Fundamentos teóricos do capital social**. Chapecó: Argos, 2005.

INCRA. **Relatório das oficinas sobre licenciamento Ambiental dos Projetos de Assentamento do Programa Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, INCRA/MDA/MMA, 2009.

JESUS, Erickson Lima de. **Perfil dos colonos do Assentamento Eldorado dos Carajás, em Branquinha, Alagoas.2007**. 35p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

JESUS, Paulo. TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David (org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

JUNGES, Gabriela Vieira. **Assistência Técnica e Extensão Rural na perspectiva dos produtores rurais do Assentamento Brasileiro, Município de Atalaia, AL**. 2009. 39p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

KLAES, L.S. **Cooperativismo e ensino a distância**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

KLIKSBERG, Bernard. **Por uma economia com face mais humana**. Brasília: UNESCO, 2003. 248p.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável: uma abordagem prática**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2011.

LACERDA, Automar Guedes de; MALAGODI, Edgard. Formas de cooperação e reforma agrária. **Raízes**, Campina Grande, v.26, n.1 e 2, p.93–100, 2007.

LAGES, Vinicius Nobre; RAMOS, Vanda Ávila. **Além da conquista da terra: a sustentabilidade dos assentamentos em Alagoas**. Maceió: PRODEMA/UFAL, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3.ed. rev. e ampl. – São Paulo: Atlas, 1991.

LEFF, Enrique. **Discursos sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

LEITE, Sergio. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Assentamentos e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: LEITE, Sergio. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. (org.) Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004. 308p.

LEITE, Sergio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (Coordenadores). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP (Co-editora e distribuidora), 2004. 392p. (Estudos NEAD, nº 6).

LIMA, Luciano Ferreira. **Assentamento Pindoba II: O que pensam os assentados sobre os serviços básicos oferecidos, em 2007**. 2007. 54p Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônômica) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

MARTINS, José de Souza. - **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Editora Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

MARTINEZ, Rossana Vitelli. **Capital social, participação e cidadania no meio rural: uma perspectiva de gênero**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MATOS, Heloiza. **Capital social e comunicação: interface e articulações**. São Paulo: Summus, 2009.

MDA - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/ INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária conforme fases de implementação** (Período da Criação do Projeto: 01/01/1900 Até 31/12/2011). Sistema SIPRA/SDM, 23.03.2012. Brasília: MDA/INCRA, 2012

MEISTER, A. **Participation, animation et développement**. Paris: Anthropos, 1969. 382p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. - 12.ed. - São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Reforma Agrária: Pesquisa Sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária. Apresentação dos Primeiros Resultados**. Brasília, dezembro de 2010. Disponível em: <<http://pqra.incra.gov.br/>>. Acesso em: 30 maio 2012.

MIRANDA, Roberto de Sousa. Os desafios da organização em assentamentos rurais. **Revista Verde**, Mossoró, v.6, n.2, p.41-48, 2011. Disponível em: <<http://revista.gvaa.com.br/>>.

MOREIRA, Jane Cléa Gomes. **Perfil socioeconômico, cultural e ambiental dos produtores rurais dos assentamentos do Município de Porto de Pedras, em Alagoas**. 2010. 33p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia Agrônoma) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MOTTA, Vânia Cardoso da. **Ideologia do capital social: atribuindo uma face mais humana ao capital**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Programa de Reforma Agrária**. São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, 2002.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de. **Porque uma empresa pública de direito privado para atender os agropecuaristas familiares alagoanos**. - 4. ed. rev. e ampl. – Maceió: Sindagro-AI, 2007. 88p.

OLIVEIRA, Marcos Antonio Dantas de; BARROS, Péricles Gabriel. **A Chico o que é de Chico**. - 3. ed. – Maceió: Sindagro-AI, 2010. 72p.

OLIVEIRA, Maria Marly. Associativismo e cooperativismo no desenvolvimento local. In: SANTOS, Maria Salett Tauk; CALLOU, Angelo Brás Fernandes (org.). Associativismo e desenvolvimento local. Recife: Bagaço, 2006. p.153-184.

PASE, Hemerson Luiz. **Capital social e desenvolvimento rural no Rio Grande do Sul**. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PICCIN, Marcos Botton. **Lógicas socioculturais e estratégias produtivas no assentamento menina dos olhos dos sem-terra**. 2007. 199p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica.

PINHO, Diva Benevides. A arte de jovens excluídos e mercado de trabalho – exemplo do rap em São Paulo. **Informações**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. n.296, p.19-21, 2005. ISSN 1234-5678.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004

PIRES, Maria Luiza Lins e Silva. **O cooperativismo em questão: a trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá**, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2004. 318p. (Estudos e Pesquisas, 122).

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. *Journal of Democracy*, 6: 65-78. 1995.

RICCIARDI, Luiz; LEMOS, Roberto Jenkins de. **Cooperativa, a empresa do século XXI: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos**. São Paulo: LTr, 2000.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação, cooperativismo coronelístico, cooperativismo popular. In: Encontro da Rede de Estudos Rurais, 1, 2006, Niterói. **Anais...** Niterói, 2006. Disponível em:< pgh.ufrpe.br>. Acesso em: 20.dez.2012

RIOS, Gilvando Sá Leitão. Cooperação e tipos de cooperativismo no Brasil. **Revista Conceitos**, João Pessoa, v.8, n.15, 2009.

RIOS, Gilvando Sá Leitão Rios. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. **Cooperativas agrícolas no Nordeste brasileiro e mudança social**. João Pessoa, Ed. Universidade Federal da Paraíba, 1979. 147p.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Economia ou economia política da sustentabilidade?** Campinas: IE/Unicamp, 2001. (Texto para Discussão, n. 102).

SÁ, Maria Reneude de. Diagnóstico sociocultural de camponeses egressos de um projeto de alfabetização do programa nacional de educação na reforma agrária em Alagoas - BR. **Cadernos CERU**, v.21, n.1, p.181-202, 2010. ISSN 1413-4519.

SABOURIN, Eric. **Sociedades e organizações camponesas**: uma leitura através da reciprocidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SABOURIN, Eric. Teoria da reciprocidade e sócio-anthropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v.13, n.27, p.24-51, 2011. ISSN 1517-4522.

SABOURIN, Eric. Marcel Mauss: da dádiva à questão da reciprocidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.23, n.66, p.131-138, 2008. ISSN 0102-6909.

SABOURIN, Eric. Práticas sociais, políticas públicas e valores humanos. In: SCHNEIDER, Sergio (Org.). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006; p. 215-239. (Estudos Rurais).

SABOURIN, E.; DUQUE, G.; DINIZ, P. C. O.; OLIVEIRA, M. S. L.; FLORENTINO, G. L. Reconnaissance publique des acteurs collectifs de l'agriculture familiale au Nordeste. **Cahiers Agricultures**, v. 14, n. 1, 2005.

SABOURIN, Eric; OLIVEIRA, Marcelo Nascimento de; XAVIER, José Humberto Valadares. Lógica familiar e lógica coletiva nos assentamentos de reforma agrária: o caso do município de Unai, MG. **Estud. Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p.23-61, 2007.

SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. **Opinião Pública** [online], v.15, n.2, p.306-332, 2009. ISSN 0104-6276.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 152p.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel-Fundação para o Desenvolvimento Administrativo, 1993

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n.1, p.11-44, 2003.

SANTOS, André Luiz da Silva; PEREIRA, Eugênia Cristina Gonçalves; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti. A expansão da cana-de-açúcar no espaço alagoano e suas consequências sobre o meio ambiente e a identidade cultural. **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v.2, n. 4, p. 19-37, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza; RODRIGUEZ, César. Introdução. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Marcos Augusto Paladini dos. **Lógicas de cooperação dos assentamentos**: idealizações e realizações. 2005. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. SP: [s.n.], 2005.

SANTOS, Maria Augusta Costa dos. **Tornando-se um assentado do MST**: uma análise psicossocial das idas e vindas do homem do campo. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SCHEIN, E.H. **Guia de sobrevivência da cultura corporativa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

SCHNEIDER, Sergio *et al.* A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In SCHNEIDER, Sérgio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 139-166.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, p.99-12, 2003.

SCHIMANSKI, Edina; SOUZA, Cimone Rozendo de. A cooperação nos assentamentos do MST: superação da agricultura familiar? In: BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno; FLORIANI, Dimas; SILVA, Osvaldo Heller da (org.). **Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas**. Brasília: MDA, 2007. 397 p. (NEAD Estudos; 20).

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. **Processo organizativo de assentamentos rurais**: trabalho, condições de vida e subjetividades. São Paulo: Annablume, 2012.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, n.15(Supl. 1), p.1575-1584, 2010.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. **Psicol. Soc.** [online]. v.19, n.spe, p.84-94, 2007. ISSN 1807-0310

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. 5. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SELLTIZ, Claire; JAHODA, Marie; DEUTSCH, Morton; COOK, Stuart W. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais**. 5ª reimp. ed. São Paulo: E.P.U., EDUSP, 1975.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENNETT, Richard. **Juntos: os rituais, os prazeres e a política da cooperação**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SEPLANDE/AL. **Conjuntura Econômica do Estado de Alagoas**. Ano 11, nº 25 (1998). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2011.

SILVA, José Carlos da. **Conflito e cooperação: escutas e aprendizagens no Assentamento Sino**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SIMAN, Renildes Fortunato. **Estudo dos determinantes das performances socioeconômicas dos assentamentos de reforma agrária do Rio de Grande do Sul: análise comparada nas perspectivas do capital social e da nova economia institucional**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SOUZA, de Luiz Eduardo Simões de (Org.); SCHINCARIOL, Vitor Eduardo (Colaborador). **Economia e sustentabilidade**. São Paulo: LCTE Editora, 2008. (Série Economia de Bolso).

SOUZA, Maria Antonia de. **A cooperação agrícola em assentamentos rurais e os desafios na compreensão da cultura política dos assentados**. (2008 - 168.96.200.17). Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/anpocs/souza.rtf>>. Acesso em: 19 set. 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e cooperação nos assentamentos do MST**. Ponta Grossa: UEPG, 2006. 177p.

SOUZA, Maria Antonia. Formas cooperativas de produção em assentamentos rurais do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra): dimensões educativas. **Rev. online Bibl. Prof, Joel Martins** - v.1, n.2, p.30-49, fev. 2000 - ISSN: 1517-3992.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos de reforma agrária brasileira**. São Paulo, Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003. 202p.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Marginalidade, participación y estructura agraria em America Latina. **Boletín Instituto Internacional de Estudios Laborales**. Ginebra, n.7, p.64-103, 1970.

STAVENHAGEN, Rodolfo. **Las classes sociales em las sociedades agrarias**. México: Siglo Veintiuno, 1969. 292p.

THESEK, Cacilda Nacur Lorentz. Cultura da Cooperação: Uma Abordagem Psicossocial em uma Cooperativa de Trabalho. **Revista Gestão & Tecnologia**, [S.l.], v.6, n.1, 2010. ISSN 2177-6652. Disponível em: <<http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/170>>. Acesso em: 07 Out. 2013.

TÔSTO, Sérgio Gomes. **Sustentabilidade e valoração de serviços ecossistêmicos no espaço rural do município de Araras, SP**. 2010. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1. ed. 17. reimp. São Paulo: Atlas, 2008.

VASCONCELOS, Claudio da Silva. **Diagnóstico sócio-econômico e ambiental do assentamento Margarida Alves II em Maragogi / AL**. 2011. 112p. Trabalho de Conclusão de Curso (Engenharia de Agrimensura) – Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

VEIGA, José Eli da. (Org.). **Economia socioambiental**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2009.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 3. ed. 220p.

VEIGA, José Eli da. **Sustentabilidade: a legitimação de um novo valor**. São Paulo: Editora SENAC/São Paulo, 2010.

VEIGA, José Eli da; ZATZ, Lia. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas, SP: Autores Associados, 2008. – (Armazém do Ipê).

VELA, Hugo Anibal Gonzalez. **As Formas Associativas do Brasil Moderno**. In: Cooperativismo e Desenvolvimento Rural e Urbano. São Leopoldo CEDOPE-UNISINOS. Série Cooperativismo. Ano 6, n.12, 1994. p.32-45.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. – 4.ed. – Porto Alegre: Bookman, 2010. 248p.

ZAMBERLAN, Jurandir; FRONCHETI, Alceu. **Cooperação agrícola** – melhoria econômica ou novo projeto de vida? Passo Fundo: Berthier, 1992. 136p.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia da pesquisa**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2006. 139p.